

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ

NA CONQUISTA DA FRONTEIRA:

Um estudo de caso nos Assentamentos Rurais de Hulha Negra/RS.

ADRIANE CRISTINA BENEDETTI

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para obtenção título de Mestre em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

RIO DE JANEIRO/1998

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

NA CONQUISTA DA FRONTEIRA:

Um estudo de caso nos Assentamentos Rurais de Hulha Negra/RS.

ADRIANE CRISTINA BENEDETTI

SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SÉRGIO PEREIRA LEITE

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Ciências em Desenvolvimento e
Agricultura. Área de concentração
Desenvolvimento e Agricultura.

ITAGUAÍ, RIO DE JANEIRO

1998

NA CONQUISTA DA FRONTEIRA:
Um estudo de caso nos Assentamentos Rurais de Hulha Negra/RS

ADRIANE CRISTINA BENEDETTI

APROVADA EM / / .

Sérgio Pereira Leite

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Nelson Giordano Delgado

Dedico esse trabalho a Estelito Lopes (*in memoriam*), inesquecível professor de Topografia da UFRGS; e aos trabalhadores rurais em luta pela conquista da terra, em especial, aos “colonos” assentados de Hulha Negra/RS.

AGRADECIMENTOS

Desejo formalizar aqui, meus agradecimentos a pessoas e entidades que, com sua colaboração, tornaram possível a realização desse trabalho.

Em primeiro lugar, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, e à Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES, que viabilizaram a realização desse estudo através do fornecimento de bolsa de estudos.

À equipe carioca da pesquisa “*Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*”, que proporcionou um ambiente de discussões e troca de experiências, fundamental para a concretização desse trabalho. Sou imensamente grata aos professores Leonilde Sérvolo de Medeiros e Sérgio Pereira Leite, este, em especial, por aceitar o desafio de orientar essa dissertação; como também, aos colegas Inês, Paulo e Diva, pela sempre bem humorada forma de enfrentar as dificuldades.

À equipe gaúcha da referida pesquisa, Prof. Zander Navarro, Prof^a Maria Stela de Moraes e Raul Menezes, com quem tive o prazer de compartilhar os bons momentos do trabalho de campo.

Aos “colonos” assentados de Hulha Negra/RS, em nome de Zezinho, presidente da COOPERAL, pela receptividade e disposição nas longas entrevistas realizadas, sempre acompanhadas de chimarrão.

Aos colegas do Convênio CETAP/BID, Estefania e Osório, e do Projeto LUMIAR, Ciro, João, Nelson, Leandro, Gudi e Marta pela hospedagem, caronas, e

atenção prestados à equipe da pesquisa. Cabe recordar, também, as longas e animadas conversas travadas no trabalho de campo, as quais não serão esquecidas.

Ao Prefeito Municipal de Hulha Negra/RS, Fernando Campani, pela sua recepção e prestatividade em fornecer as informações solicitadas.

Aos seguintes órgãos: DACC/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado do Rio Grande do Sul, na pessoa de Ana Maria Hartmann; EMATER/RS, nas pessoas de Ana Annoni e Leonardo Melgarejo; FAMURS, INCRA/RS e CPT/RS, pelo acesso às informações solicitadas, imprescindíveis para a realização desse trabalho.

A todos os amigos do Portinho, que viram essa idéia nascer e me fizeram acreditar nela, dos quais destaco algumas pessoas: Lia e Denise, companheiras desde os tempos de faculdade, pela obrigatória e calorosa hospedagem em Porto Alegre - com direito ao cerimonial de boas-vindas -, e o primo Vicente pelos tantos debates regados a vinho.

A Vera, Carlos e Nana, com os quais convivi durante o tempo do mestrado, especialmente Nana, minha grande companheira em tantos momentos e em longas “mateadas”, além de revisora dos meus escritos, pelo qual, sou imensamente grata.

Finalmente, aos colegas do CPDA, sempre dispostos a compartilhar bons e maus momentos: Eliano, Clarício, Samuel, Marcos, Airton, Chico e Vanessa. Como também, a todos os amigos do Rio, especialmente Nilo, que me ajudaram a não mais lamentar a ausência do pôr-do-sol do Guaíba.

Enfim, a todos os que, das mais diferentes formas, contribuíram para a realização desse trabalho, mesmo não sendo citados.

RESUMO

O objetivo principal desse trabalho é o estudo de um conjunto de assentamentos rurais implantados no município de Hulha Negra, estado do Rio Grande do Sul. Discutimos as principais repercussões do estabelecimento de tais assentamentos ao nível local e regional, com sua análise centrada na dimensão econômica.

A dissertação está dividida em cinco partes. Inicialmente, apresentamos o processo de conquista e colonização do território do estado do Rio Grande do Sul, e o desenvolvimento de sua economia, dando ênfase para a agricultura. A seguir, os movimentos de luta pela terra que emergiram no estado, com destaque para o movimento por terra, que, por pressão, motivou a intervenção do governo estadual no meio rural, criando os assentamentos que são objeto desse estudo.

A terceira parte apresenta a região da Campanha e o município de Hulha Negra, cenário no qual se desenrolam as ações estudadas. A seguir, tratamos dos assentamentos, objeto desse estudo, suas relações com o entorno, ou seja, a sociedade, com ênfase nas relações econômicas estabelecidas. Na última parte, apresentamos as considerações finais.

Embora busquemos centrar nossa análise no âmbito externo aos assentamentos, também abordamos aspectos internos, tais como organização social e produtiva, condições materiais de vida das famílias assentadas, devido à importância assumida na compreensão de como suas ações repercutem externamente.

O estudo de caso evidencia a forma de inserção dos assentamentos na economia, seu significado para o município e região.

ABSTRACT

The main objective of this work is the study a set of rural settlement, established in the Hulha Negra municipality, of Rio Grande do Sul state. It will as well discuss the main implications of the establishment of such settlement at regional and local level, being the analysis focused in an economic dimension.

The dissertation has been in five parts. First, we discussed the colonization and conquest process of the Rio Grande do Sul state, then the development of economy, emphasizing the primary sector, in particular, agriculture.

Further, the social movements which emerges from the state, will also be discussed, and priority will be given to the land reivindicatory movement, which due to the pressure, motivated the state government acting in the rural area, allowing this, the settlement which are object of this study.

The third part discusses the Campanha region, and Hulha Negra municipality, the scenery where an those studies actions took place; will be followed by the settlements treatment the object of this study, their relationship whit the surrounding areas. Therefore, emphasis is the society, in the already establish economic relationship. Finely, we present the final considerations.

Although our analysis is based on the surrounding areas of the settlement, we'll also discussed the inside aspects, such as productive and social organization, and the material conditions of the families settled. This is due the importance of understanding how the external relationship could influenciate their actions.

The case study points out the way of insertion of the settlements in the economy, as meaning towards the municipality and the region.

SUMÁRIO

.....	Pag.
INTRODUÇÃO	18
I. HISTÓRIA AGRÁRIA E ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL	30
I.1. A Colonização do Estado.....	31
I.2. O Desenvolvimento da Economia Gaúcha	40
I.2.1. Histórico da Economia Estadual	40
I.2.2. Evolução Recente da Economia Estadual	47
I.3. O Desenvolvimento da Agricultura Gaúcha.....	52
I.3.1. Histórico da Agricultura Estadual	53
I.3.2. Evolução Recente da Agricultura Estadual	59
II. A LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	69
II.1. O Surgimento do MASTER nos anos 60	69
II.1.2. A Reação ao MASTER.....	74
II.2. A Retomada da Luta pela Terra.....	77
II.2.1. Primeira Etapa: final dos anos 70	77
II.2.2. Segunda Etapa: o PNRA	84
II.2.3. Terceira Etapa: de 1989 à primeira metade da década de 90	93
II.3.5. A Reação ao MST	100
III. A REGIÃO DA CAMPANHA E O MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA.....	104
III.1. A Noção de Região	105
III.2. A Regionalização no Rio Grande do Sul	109

III.3. A Região da Campanha.....	116
III.3.1. Histórico Regional	116
III.3.2. A Economia Regional.....	120
III.3.3. A Agricultura Regional.....	125
III.4. O Município de Hulha Negra	134
III.4.1. Histórico do Município.....	134
III.4.2. A Economia Local	135
III.4.3. A Agricultura Local.....	140
IV. NOVOS ATORES ENTRAM EM CENA: OS “COLONOS”	
ASSENTADOS DE HULHA NEGRA.....	144
IV.1.1. O Debate sobre “Impactos”	144
IV.1.2. Os “Impactos” dos Assentamentos Rurais	148
IV.2. Os Assentamentos Rurais de Hulha Negra	156
IV.2.1. Origem e Trajetória das Famílias	157
IV.2.2. Organização Social e Produtiva.....	160
IV.2.3. Condições Materiais de Vida.....	165
IV.2.4. Integração Social	173
IV.2.5. Relações com o Poder Local	176
IV.2.6. Meio Ambiente.....	179
IV.2.7. Produção Agropecuária	182
IV.2.9. Inserção na Economia Local e Regional	197
IV.2.8. Capacidade Inovativa	210
IV.3. Síntese.....	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
BIBLIOGRAFIA	225

ANEXOS	241
Anexo 01. Mapa 02.....	241
Anexo 02. Tabela 14.....	242
Anexo 03. Mapa 03.....	246
Anexo 04. Mapa 04.....	247

LISTA DE GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICOS	Pag.
Gráfico 01. Percepção das Famílias Assentadas sobre sua Condição de Vida.....	170
Gráfico 02. Participação dos Assentamentos na Produção Agropecuária Municipal de Hulha Negra.....	200
Gráfico 03. Participação dos Assentamentos na Área Plantada com Milho, Feijão e Sementes Olerícolas do Município de Hulha Negra	201
MAPAS	Pag.
Mapa 01. Deslocamento das Ações do MST no Rio Grande do Sul.....	98
Mapa 02. Rio Grande do Sul. Metade Sul.....	241
Mapa 03. Assentamentos Implantados pelo INCRA/RS (1986/1997).....	246
Mapa 04. Assentamentos Implantados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1979/1994)	247
Mapa 05. Assentamentos Implantados pelo Incra: concentração de famílias	248
Mapa 06. Assentamentos Implantados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul: concentração de famílias	249
QUADROS.....	Pag.
Quadro 01. Avaliação do PRRA/RS.....	89
Quadro 02. Evolução da Arrecadação de ICMS do Município de Hulha Negra (1993/96).....	138

TABELAS	Pag.
Tabela 01. Assentamentos Rurais Instalados na Região de Bagé (1988-1993)	120
Tabela 02. Composição do Valor Adicionado Fiscal da Região da Campanha (1993)	121
Tabela 03. Estrutura Fundiária da Região da Campanha – 1995/96	129
Tabela 04. Valor da Produção e Produtividade Primária da Campanha (1992/95)	134
Tabela 05. Valor Adicionado Fiscal do Município de Hulha Negra (1993)	136
Tabela 06. Composição do PIB do Setor Primário do Município de Hulha Negra (1996)	138
Tabela 07. Estrutura Fundiária de Hulha Negra	141
Tabela 08. Composição do PIB Primário do município de Hulha Negra (1996)	142
Tabela 09. Produção Agropecuária do Assentamento Conquista da Fronteira (1996)	186
Tabela 10. Níveis Médios de Produtividade do Assentamento Conquista da Fronteira e do Município de Hulha Negra (1996).....	187
Tabela 11. Valor Bruto da Produção dos Principais Culturas do Assentamento Conquista da Fronteira (1996).....	188
Tabela 12. Valores do Recursos PROCERA Repassado ao Assentamento Conquista da Fronteira (1991/96).....	196
Tabela 13. Produção Agropecuária Comercializada pelos Assentamentos Rurais de Hulha Negra	198
Tabela 14. Assentamentos Rurais Implantados no Rio Grande do Sul (1970/1997)	242

SIGLAS

ABCAR: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

AECs: Áreas Estatisticamente Comparáveis

ARCO: Associação Brasileira de Criadores de Ovinos

ASCAR: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAMAL: Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda.

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CENTRALSUL: Central das Cooperativas de Produção do Rio Grande do Sul

CESA: Companhia Estadual de Silos e Armazéns

CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CICADE:

CICDA: Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola

CNA: Confederação Nacional da Agricultura

COCEARGS: Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul

CONAMA: Conselho nacional de Meio Ambiente

CONCRAB: Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPAUL: Cooperativa de Produção Agropecuária Libertadora Ltda.

COPTIL: Cooperativa de Produção, Trabalho e Integração Ltda.

CPA: Cooperativa de Produção Agropecuária

CPS: Cooperativa de Prestação de Serviços

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CRAB: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

COTRIJUÍ: Cooperativa Tritícola Serrana Ltda.

COTRIN: Comissão da Organização da Triticultura Nacional

CTA: Centro de Treinamento de Agricultores

DACC: Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo

DAER: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

EMATER: Empresa de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão

Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAG: Frente Agrária Gaúcha

FAMURS: Federação das Associações de Municípios

FAO: Food and Agriculture Organization

FARSUL: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FETAG: Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura

FIDGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FUNDEC: Fundação Banco do Brasil

FUNTERRA: Fundo de Terras

GPIs: Grandes Projetos e Investimentos

HP: Horse Power

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGRA: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRGA: Instituto Rio-Grandense do Arroz

MARA: Ministério da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária

MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTRO: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense

MERCOSUL; Mercado Comum do Sul

MIRAD: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MSTR: Movimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG: Organização Não-Governamental

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Trabalhista Democrático

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária

PRRA: Plano Regional de Reforma Agrária

PROCERA: Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF: Programa nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

PP: Produtividade Primária

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

RBS: Rede Brasil Sul de Comunicações

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

SAAb: Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICREDI: Sistema de Crédito Cooperativo

SPI: Serviço de Proteção ao Índio

SRB: Sociedade Rural Brasileira

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA: Superintendência de Política Agrária

UBS: Unidade de Beneficiamento de Sementes

UDR: União Democrática Ruralista

UFPel: Universidade Federal de Pelotas

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPF: Unidade Padrão Fiscal

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNB: Universidade de Brasília

URCAMP: universidade Regional da Campanha

VBP: Valor Bruto da Produção

VPP: Valor da Produção Primária

INTRODUÇÃO

O tema da reforma agrária tem provocado inflamados e apaixonados debates na sociedade brasileira desde o final da década de 50 e anos iniciais da de 60. Antes de tornar-se ultrapassado, esse tema retornou à cena nos anos 80, trazido como bandeira de luta por movimentos sociais e permanece na agenda política até os dias atuais. No decorrer do tempo, no entanto, verificaram-se mudanças nos termos nos quais se dá esse debate. Como introdução para esse trabalho, procuramos apresentar, aqui, as principais visões sobre a reforma agrária.

Esse tema surgiu no cenário nacional no final da década de 50, no bojo de intenso debate acadêmico e político sobre a Questão Agrária Brasileira¹ e um contexto de crescente organização dos trabalhadores no campo.

A estrutura agrária brasileira era apontada como um obstáculo para o próprio projeto de desenvolvimento nacional. O crescimento urbano e industrial verificado no pós-30 não apenas colocou ao setor primário um novo papel no desenvolvimento econômico brasileiro, como fez transparecer, e agravar, a problemática em torno da agricultura. O problema agrário, tal como era concebido, consistia no reconhecimento de que a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças

¹ Entre os autores que elaboraram reflexões sobre a Questão Agrária, destacamos: Furtado (1972; 1976), Guimarães (1977), Prado Jr. (1978; 1979) e Rangel (1962; 1963).

produtivas, gerando deficiências no abastecimento alimentar da população urbana e a alta nos preços dos produtos agrícolas.

Além da superação do “atraso” na agricultura, para os defensores da tese nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária tinha o papel de impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Esta medida, assim, era justificada pela necessidade de formação de um mercado consumidor interno que absorvesse os produtos da indústria nacional.

Esse momento era de definição de um projeto de desenvolvimento para o país. O reconhecimento da concentração na posse da terra fez da reforma agrária um dos pontos essenciais das reformas de base do governo Goulart, referendando os compromissos firmados pelo Brasil na Conferência de Punta del Este, no Uruguai, dentro das propostas da Aliança para o Progresso para a América Latina.

O reconhecimento da necessidade de modificação na estrutura agrária brasileira também era decorrente do crescimento da organização dos trabalhadores no campo. Os anos 50 foram marcados pela emergência de várias entidades no meio rural, das quais citamos as Ligas Camponesas, mais disseminadas no Nordeste, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, controlada pelo PCB, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, no Sul do país².

Estas organizações dos trabalhadores rurais tinham na reforma agrária sua bandeira de luta, como forma de romper com os padrões dominantes nas relações de produção e de posse da terra. O PCB, por exemplo, defendia a realização de uma “reforma agrária radical”, com total eliminação dos latifúndios (considerados resquícios “feudais”).

O golpe militar de 1964 não suplantou, de imediato, o projeto de reforma agrária. Este continuou fazendo parte do programa de governo, tendo como justificativa a baixa

² Sobre os movimentos sociais no campo nos anos 60, consultar Medeiros (1982; 1989).

produtividade da agricultura nacional. Em novembro de 1964 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Terra, uma legislação que, segundo Guedes Pinto (1995), distinguia clara e nitidamente, as medidas de reforma agrária e de política agrícola (ou de desenvolvimento rural), sendo criados, respectivamente, dois órgãos para tratar das diferentes ações: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA.

Com estas medidas pretendia-se solucionar os problemas dos conflitos pela posse da terra, como também a incorporação de progresso técnico e o aumento nos níveis de produtividade da agricultura, atendendo às exigências que se colocavam ao setor: abastecimento alimentar dos centros urbanos, fornecimento de matéria-prima para a indústria, exportação de produtos agrícolas, alargamento do mercado interno e, também, a fixação de núcleos de colonização no território nacional.

A política agrária do Estatuto visava transformar a estrutura fundiária brasileira através da eliminação tanto dos latifúndios quanto dos minifúndios, criando uma classe de médios proprietários. O instrumento usado para isso seria o fiscal, através da tributação progressiva (isto é, forçando os latifúndios improdutivos a converterem-se em modernas empresas rurais) e da desapropriação de terras (INCRA, 1983).

Contudo, em virtude da composição de forças que davam sustentação política ao novo governo, o Estatuto da Terra não foi cumprido na sua forma prevista. A via de transformação do setor primário passou da reforma agrária para a modernização sem alteração na estrutura fundiária, dando-se ênfase aos projetos de colonização e de desenvolvimento tecnológico e financeiro da agricultura, visando a sua integração aos demais setores econômicos.

Com o privilegiamento das políticas agrícolas, a reforma agrária ficou restrita a projetos de colonização e de assentamentos dispersos nas regiões brasileiras, em geral

em locais de conflitos por terra. A reforma agrária nos anos 70, assim, foi entendida como sinônimo de colonização, sendo as famílias envolvidas em conflitos por terra direcionadas para projetos nas áreas de fronteira agrícola.

Nos anos 80, a crise econômica vivida pelo país, motivada por fatores como a crise do petróleo (final da década de 70) e a elevação das taxas internacionais de juros, teve reflexos sobre a agricultura. As alterações nas políticas públicas para o setor (como por exemplo, a instituição de preços mínimos para os produtos agrícolas), com redução progressiva dos subsídios aos produtos agrícolas, colaboraram para a organização e contestação dos trabalhadores rurais ao modelo de desenvolvimento vigente.

Além disso, o próprio contexto político do período, a transição democrática, criou uma conjuntura favorável para as manifestações da sociedade civil. Os anos que se seguiram foram marcados por intensa organização e mobilização dos trabalhadores rurais, e a entrada em cena de novos mediadores, como setores progressistas da Igreja Católica. Entre os movimentos reivindicatórios que surgiram no campo, destacamos as lutas de posseiros contra empresas colonizadoras e agropecuárias, as greves de trabalhadores em fazendas e, direcionando-nos para o Sul, o ressurgimento da luta pela terra, com as primeiras ocupações ocorrendo ainda no ano de 1979.

A violência, que acompanhou muitas dessas mobilizações, foi uma marca constante por parte de entidades representativas dos interesses dos grandes proprietários rurais e das empresas agropecuárias e colonizadoras. A divulgação destes acontecimentos, por organismos ligados aos Direitos Humanos e à Igreja, causou grande repercussão na opinião pública e determinou a intervenção do governo federal em áreas de conflito, através dos órgãos criados para tal finalidade, como forma de amenizar as tensões geradas.

Para além do reconhecimento - por parte do poder público - da situação de tensão social, tais medidas implicaram na militarização da intervenção, como são exemplos a criação de dois órgãos, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas - GEBAM, ambos ligados ao Conselho de Segurança Nacional (Medeiros, 1989).

Em decorrência dos fatos mencionados, nos anos 80 surgiram novas organizações no meio rural. Destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, até hoje o principal articulador da luta pela terra e politizador da reforma agrária no país; o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, cuja luta pelo direito à exploração de seringais nos estados do Norte do país, especialmente no Acre, culminou na criação de uma nova modalidade de assentamentos, as reservas agroextrativistas, e o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Como também, a articulação da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, promovida por diversas entidades da sociedade civil (CONTAG, CNBB, CIMI, CUT, CPT e MST).

A pressão exercida pelos movimentos sociais, num ambiente de redemocratização do país, abriu espaço para a discussão de um novo projeto de reforma agrária. Na segunda metade da década de 80 foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, que tinha como base o Estatuto da Terra e cujo instrumento principal era a desapropriação de terras por interesse social. A reforma agrária foi considerada medida prioritária do governo da Nova República, e seu objetivo, segundo Graziano da Silva (1985), era o de promover a “Justiça Social”.

A reforma agrária retorna ao debate, porém, com significados distintos das décadas anteriores³, pois surge dentro de um novo contexto, ou seja, no marco de uma agricultura tecnificada, integrada aos demais setores da economia e capaz de responder

às demandas que lhe são impostas: produção de matérias-primas para a indústria, exportação e abastecimento interno.

Nesse novo contexto, o sentido dessa medida é o de resgate à cidadania⁴ de um contingente da população condenado à marginalização econômica e social pelas transformações verificadas na agricultura brasileira. A justificativa para sua realização encontra-se na necessidade de fixação da população rural, tendo em vista o fato das grandes cidades estarem com as suas oportunidades de trabalho saturadas, devido, sobretudo, ao padrão de crescimento industrial, cada vez menos intensivo em mão-de-obra, segundo Abramovay & Sachs (1995).

Decorrente de tais fatores, são identificadas duas visões básicas sobre o papel da reforma agrária na atualidade brasileira, tais como são defendidas por diversos intelectuais.

A primeira, é de uma medida eminentemente social, pois a função econômica, atribuída nos anos 50 e 60, fora superada pela própria modernização do setor agrícola brasileiro. Para autores como Graziano da Silva (1993; 1994), a reforma agrária, nesse momento, tem por objetivo amenizar os conflitos sociais no campo, melhorar as condições de vida do contingente de população rural marginalizada pelo referido processo de modernização e, desta forma, combater o “inchaço” das grandes cidades.

A segunda visão, é de uma medida distributiva, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico do país em bases mais eqüitativas. Sua função é possibilitar a viabilização econômica e social dos “pobres” rurais, reforçando o segmento dos agricultores familiares, devendo contar, para isso, com políticas setoriais (ou seja, agrícolas) diferenciadas. Para autores como Veiga (1994) e Abramovay &

³Esse rompimento com antigos significados e incorporação de novos foi denominado, por Medeiros (1994), de “processo de ressemantização” da bandeira da reforma agrária. Outra reflexão sobre o debate em torno da reforma agrária pode ser encontrada em Palmeira & Leite (1997).

Carvalho F^o (1993), a reforma agrária constitui uma forma de reverter o atual quadro de concentração de renda no país, através da viabilização e fortalecimento da agricultura familiar.

Outra contribuição para o debate em torno da reforma agrária, surgida nos anos 90, é no âmbito do desenvolvimento local, como espaço de intervenção pública. A participação da produção dos assentamentos rurais pode não repercutir na oferta agropecuária nacional, mas, ao nível local, isto é, para os municípios ou mesmo para as regiões onde estão inseridos, podem representar uma importante contribuição. Os projetos de assentamentos rurais têm, ainda, se apresentado como uma possibilidade de reverter a tendência ao esvaziamento populacional e econômico de pequenos municípios⁵, na medida em que atraem investimentos públicos, na forma de crédito agrícola (PROCERA), obras de infra-estrutura (tais como estradas e eletrificação rural) e serviços (como educação e saúde), com reflexos no aumento do número de empregos e na movimentação do comércio local.

É no bojo desse debate sobre o papel da reforma agrária que nosso estudo está situado. Colocamos a seguinte questão: para além das melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiadas, os assentamentos rurais podem trazer outros efeitos para o seu entorno, ou seja, para a sociedade?

O objetivo principal desse estudo é analisar as mudanças desencadeadas pelos assentamentos no plano local e regional. Ao conjunto de efeitos (ou mudanças) decorrentes, estamos denominando de “impactos”, os quais serão analisados a partir do desenvolvimento de questões que contemplem as dimensões econômica (central),

⁴ O termo cidadania aqui empregado engloba os direitos sociais, além dos civis, e tem como referencial Marshal (1967).

⁵ Conforme reportagem “O mercado da reforma agrária em ascensão” (jornal Gazeta Mercantil, 26/08/1997).

política, social e ambiental. Como objetivos secundários, pretendemos discutir a forma pela qual os assentamentos se inserem na economia.

Os assentamentos de famílias passaram a ser uma realidade presente no meio rural e a ser objeto de estudo nas Ciências Sociais. A produção acadêmica sobre este tema tem apresentado uma gama de possibilidades de análise, tais como a construção da identidade de “sem-terra” (Schmitt, 1992), a organização produtiva (Cazella, 1992; Zimmermann, 1989), a viabilidade econômica (Leite, 1992), as relações de poder (Cabanilha de Souza, 1996), a pluriatividade (Alentejano, 1997) e o padrão alimentar (Norder, 1997), para destacarmos alguns.

A justificativa para a realização desse estudo parte do reconhecimento de que os trabalhos realizados até o momento privilegiam o espaço interno do assentamento, deixando em aberto uma gama de possibilidades de pesquisa sobre as repercussões dos assentamentos sobre o seu entorno, ou seja, a sociedade. Esta preocupação surgiu quando a pesquisadora integrava o Projeto Trabalhadores Rurais - Grupo Parceria da Terra, da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, em ações desenvolvidas no Assentamento 30 de Maio, município de Charqueadas/RS.

Partimos das seguintes hipóteses básicas de trabalho:

- o assentamento possibilita melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiadas, verificada em aspectos tais como padrão alimentar, acesso a serviços sociais e condições materiais de vida;
- o acesso à terra e a condições de produção tem um efeito distributivo, permitindo a incorporação das famílias assentadas no universo de consumo de bens, equipamentos e insumos agrícolas;

- o assentamento possui efeito produtivo, verificado no volume e pauta da produção agrícola e, conseqüentemente, nas alterações no perfil produtivo do município e/ou região;

- através das formas de organização da produção e de inserção no mercado local e/ou regional, o assentamento promove a abertura de novos canais de comercialização e viabiliza iniciativas agroindustriais.

Partimos de um estudo de caso, em um conjunto de 8 (oito) assentamentos localizados no município de Hulha Negra, que correspondem a um total de 16 (dezesesseis) projetos de assentamentos, instalados na região de Bagé, estado do Rio Grande do Sul. Tais assentamentos foram criados no final da década de 80 e são de responsabilidade do governo estadual.

Para a realização do trabalho utilizamos métodos quantitativos, na forma de questionários e de dados secundários, disponibilizados por órgãos públicos e entidades que atuam nos assentamentos pesquisados; e qualitativos, na forma de entrevistas com lideranças dos assentamentos e pessoas representativas de outros setores da sociedade. O trabalho de campo foi realizado em conjunto com a equipe do Rio Grande do Sul da pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômica, política e social”*⁶, coordenada regionalmente pelo Prof. Zander Navarro, da UFRGS, e nacionalmente pelos professores Leonilde Sérvalo de Medeiros e Sérgio Pereira Leite do CPDA/UFRRJ.

Adotamos dois planos de análise dos assentamentos, o interno e o externo. Para a descrição interna, utilizamos o Assentamento Conquista da Fronteira, que, além de ser o mais representativo em termos do número de famílias, foi palco de várias experiências organizativas, de nosso interesse. Para tanto, fizemos uso de dados do censo realizado

⁶ Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ nº 41.96.0844.00.

pelo Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo/Secretaria da Agricultura e Abastecimento, nos assentamentos de responsabilidade do governo estadual do Rio Grande do Sul, além dos dados coletados a campo pela pesquisa acima referida⁷.

Para o estudo da forma de inserção na economia e na sociedade local, ou seja, o plano externo, adotamos o conjunto dos 8 (oito) assentamentos instalados no município. Para tanto, utilizamos os dados do Programa de Reforma Agrária da EMATER/RS (planilhas de campo), que também disponibilizou os Estudos de Situação dos municípios pesquisados e o acompanhamento de preços dos produtos agrícolas; e do INCRA/RS, em relação ao repasse de recursos do PROCERA. Consultamos, também, os trabalhos elaborados por técnicos da Extensão Rural e de Organizações Não-Governamentais – ONGs, sobre tais assentamentos.

No decorrer do trabalho, surgiu a necessidade de redimensionar nossos propósitos iniciais. Percebemos, no trabalho de campo, a indissociabilidade da análise econômica de outras dimensões, como a política, social e a ambiental, motivo pelo qual e, aproveitando os dados coletados a campo pela pesquisa já referida, faremos menção a tais aspectos, ainda que de forma simplificada.

Outra questão diz respeito à pretensão de estudar regionalmente os efeitos dos assentamentos pesquisados, a qual restringiu-se a informações qualitativas, fornecidas pelas entrevistas, devido a dois motivos. O primeiro, para uma análise regional seria necessário tomar um conjunto ainda maior, ou seja, os 16 assentamentos instalados na região de Bagé. O segundo, para uma análise quantitativa de tais efeitos faz-se necessário dados regionais atualizados, ora parcialmente disponíveis, como as informações do Censo Agropecuário do IBGE, 1996, para o estado do Rio Grande do

⁷ Os critérios definidores da amostra, composta por 10 questionários, foram, em termos quantitativos, o número mínimo de questionários a ser aplicado por assentamento, e, em termos qualitativos, a representatividade do universo pesquisado, para o qual buscou-se contemplar a diversidade nos modelos organizacionais, entre grupos coletivos e individuais.

Sul. Os dados sobre a produção agrícola municipal de Hulha Negra foram fornecidos pelo Escritório Municipal da EMATER/RS, na forma de Estudo de Situação, o que nos demais escritórios municipais desse órgão não se encontrou com tal nível de detalhamento.

Além disso, como Hulha Negra é um município recentemente emancipado, no ano de 1992, não existem dados anteriores à instalação dos assentamentos, no que se refere a produção agrícola, estrutura fundiária, população residente no meio rural, para realizarmos uma análise temporal mais detalhada.

Desta forma, nosso estudo foi limitado em suas pretensões iniciais, e a análise consistiu, no nível local, em informações quantitativas e qualitativas, e, no nível regional, em informações qualitativas.

Em termos conceituais, também gostaríamos de fazer alguns esclarecimentos. Estamos entendendo por assentamento rural os projetos criados pela intervenção do poder público, na esfera federal ou estadual, visando amenizar situações de tensão social envolvendo conflitos por terra. Essa medida pode acarretar no assentamento das famílias no próprio local em que o conflito foi gerado, ou implicar no seu deslocamento para outro local. Ao beneficiário de tais projetos estamos chamando de agricultor assentado, e por Assentamento estamos nos referindo à comunidade formada pelo conjunto de famílias assentadas.

Empregamos, ainda, o termo “colono”, que surgiu associado à política de imigração, mas que tem sido generalizado para designar o campesinato gaúcho. Assim, ao “colono sem-terra” estamos entendendo o personagem que integra movimentos reivindicatórios por terra e “colonos” assentados como sinônimo de agricultores assentados.

Para o desenvolvimento de nossa dissertação, dividimos o trabalho em cinco partes:

O primeiro capítulo apresenta o processo de colonização e formação do espaço agrário gaúcho, e, a partir disso, o desenvolvimento de sua economia, dando ênfase para a agricultura. O objetivo desse capítulo, é situar o leitor nos processos sociais e econômicos que conformaram o surgimento da luta pela terra no estado.

O segundo capítulo, descreve os vários momentos da luta pela terra no Rio Grande do Sul, e os fatos que desencadearam a intervenção do poder público no campo dos conflitos fundiários. O objetivo desse capítulo é apresentar o personagem social demandante por terra no estado e os fatores geradores dos assentamentos que são objeto desse estudo.

O terceiro capítulo inicia discutindo a evolução da noção de região e as diferentes classificações regionais do estado do Rio Grande do Sul. A seguir, descreve a região da Campanha e do município de Hulha Negra, onde está localizado o nosso objeto de estudos.

O quarto capítulo apresenta, inicialmente, uma discussão sobre o que estamos chamando de “impactos” (ou efeitos), e os autores que trabalharam esse tema nos assentamentos do Rio Grande do Sul, juntamente com o recorte dado por esse estudo. A seguir, desenvolvemos as questões que compõem nosso eixo de análise, a partir dados coletados a campo.

Encerramos com as considerações finais, através da interpretação dos dados encontrados em nosso estudo.

I. HISTÓRIA AGRÁRIA E ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL

O estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo-sul do país, é o cenário onde se desenrolam as ações que serão estudadas. Apresenta particularidades em relação aos demais estados da nação, decorrentes de sua própria história, enquanto território conquistado através de distintas estratégias e objetivos pelos colonizadores portugueses.

Entre tais especificidades, destaca-se a constituição de diversos núcleos de colonização, tais como de açorianos, alemães, italianos, poloneses, entre outros, formadores de uma sociedade com grande diversidade étnica e com um importante segmento de pequenos agricultores familiares. Outra particularidade diz respeito à orientação da sua economia, desde os seus primórdios voltada para o mercado interno. Além de ter sido considerado “celeiro do país”, o estado também apresentou precoce desenvolvimento do setor industrial, este relacionado à produção agrícola.

Internamente, o estado também apresenta espaços distintos, estreitamente relacionados com as diferentes formas de ocupação implementadas pelos colonizadores europeus. Neste sentido, a apresentação da formação do espaço agrário e econômico do Rio Grande do Sul permite identificar os determinantes históricos das diferenças regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul: a dicotomia existente entre a metade norte e sul do estado.

O objetivo, é situar o leitor nos processos sociais, econômicos e políticos, e nas transformações daí decorrentes. Pretende, também, correlacionar tais processos à emergência do movimento reivindicatório por terra, assunto do próximo capítulo.

Veremos, a seguir, o processo de colonização do estado (detendo-nos, obviamente, no esgotamento de sua fronteira interna) e a evolução da sua economia, com ênfase para a agricultura. Dividimos a apresentação do desenvolvimento da economia e da agricultura gaúcha em duas partes, cujo corte temporal está situado entre o final da década de 30 e os anos 40. Pretendemos, com tal procedimento, apresentar na primeira parte os condicionantes do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e, a segunda, à evolução recente desse quadro, respectivamente para a economia e para a agricultura gaúcha.

I.1. A Colonização do Estado

O extremo sul do Brasil, no século XVI, fazia parte do domínio espanhol⁸, pelo qual, os territórios dos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina pertenciam à Província do Paraguai⁹. A disputa pela apropriação do espaço no extremo-sul, entre portugueses e espanhóis, transcorreu durante 3 séculos, sendo incorporado ao domínio português somente em 1801. O caráter de “fronteira” foi uma marca no processo de colonização desse espaço, como veremos mais adiante.

A colonização do território teve início no século XVII, sob bandeira espanhola. As missões jesuíticas faziam parte desse sistema colonizador, com seu duplo objetivo: evangelizar e civilizar a população indígena. Cada redução, unidade missioneira,

⁸ A assinatura do tratado de Tordesilhas, em 1493, garantia a posse das terras a serem descobertas entre os reinos de Portugal e Espanha, cujo limite era uma linha imaginária que passava pela atual cidade de Laguna/SC.

⁹ A Província do Paraguai compreendia, também, os territórios dos atuais estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina e os países da Bolívia e Argentina.

possuía autonomia econômica e administrativa e seus excedentes de produção eram comercializados¹⁰.

A primeira redução foi fundada em 1626, pelo padre jesuíta Roque Gonzales, junto ao rio Uruguai. A missão São Nicolau do Piratini foi estratégica para o estabelecimento das demais missões do Guairá e do Tapê, respectivamente nos territórios dos atuais estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Estas missões corresponderam a uma primeira fase (1620-1640), extinta pelos ataques dos bandeirantes paulistas, em busca de indígenas para venda como escravos nas feiras do centro da Colônia.

Este avanço de luso-brasileiros sobre território espanhol ocorreu por ocasião da união das Coroas Ibéricas (1580-1640), momento em que se formou, também, um importante comércio de contrabando, que se estendia de São Paulo a Assunção, Buenos Aires e Alto Peru. “... *as colônias portuguesas e espanholas passaram a pertencer a um mesmo rei. O desaparecimento das fronteiras facilitou a penetração de bandeirantes em busca de ouro, pedras preciosas e índios, estabelecendo rotas comerciais entre São Paulo e Assunção.*” (Flores, 1983: 53).

A segunda fase das missões jesuíticas no extremo-sul iniciou-se em 1682, com a fundação da redução de São Borja, atual território do Rio Grande do Sul. Além dessa, outras missões foram fundadas, dando origem aos Sete Povos das Missões, espalhadas pelo noroeste do estado. Estas missões contribuíram, inclusive, com milícias para afastar os portugueses que penetravam no território sulino.

O interesse português em expandir seus domínios sobre o extremo-sul residia na importância do comércio realizado no Prata, entreposto de escravos e mercadorias. A

¹⁰ A produção agrícola era dividida entre a alimentação da população e a comercialização. Cultivava-se erva-mate, algodão, e criava-se gado nas estâncias e vacarias (estas, mais afastadas da redução, isto é, do núcleo habitacional). Para ver mais sobre as Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, consultar Flores (1983).

estratégia para exercer controle sobre este comércio contou com três episódios. O primeiro foi a fundação da missão jesuítica portuguesa em Laguna dos Patos em 1622 (atual Laguna/SC); a seguir, a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento no estuário do Prata em 1680 (atual Uruguai); e, o terceiro, a construção do Forte Jesus-Maria-José em 1737 e posterior Vila de Rio Grande (atual cidade de Rio Grande/RS).

Tais fatos desencadearam conflitos diplomáticos e armados entre Portugal e Espanha, com assinatura de sucessivos acordos, como o Tratado de Madri em 1750¹¹, e Tratado de Santo Ildefonso em 1777¹². Em reação ao cumprimento do Tratado de Madri, que determinava a transmigração dos Sete Povos das Missões para a banda ocidental do rio Uruguai, os índios missioneiros rebelaram-se, deflagrando a Guerra Guaranítica. Esse conflito levou ao aniquilamento de milhares de indígenas nos sucessivos combates com os exércitos português e espanhol.

A partir do estabelecimento do primeiro núcleo colonial português no território do Rio Grande do Sul, foram distribuídas sesmarias, como estratégia de ocupação do território na linha de fronteira, para além dos limites pré-estabelecidos. Na doação de sesmarias está a origem do latifúndio pastoril gaúcho, cujas áreas correspondiam a aproximadamente 13.000 ha¹³. Os beneficiários eram os oficiais militares, conquistadores do território, e declarantes de posse (sobretudo de instalações, como currais). Essa posição de fronteira foi uma marca presente na constituição da sociedade, expressa pelo caudilhismo gaúcho, conhecido na política e na literatura nacional. “...*O vaivém da linha fronteira e os freqüentes conflitos armados reforçaram o caráter militar da sociedade gaúcha...*” (Costa: 1988: 32).

¹¹ Pelo Tratado de Madri (1750), a Espanha cederia o território do atual Rio Grande do Sul em troca da Colônia do Santíssimo Sacramento, de domínio português.

¹² O Tratado de Santo Ildefonso (1777) reconhecia as sesmarias portuguesas no leste do território sulino, mas mantinha a posse dos Sete Povos das Missões e da Colônia do Santíssimo Sacramento para Espanha.

¹³ Embora as sesmarias tivessem um padrão de área de 3 a 6 léguas de lado, equivalendo a cerca de 13.000 ha; em geral seus limites não eram fixados com exatidão.

Outra estratégia da Coroa Portuguesa foi a instalação de núcleos coloniais açorianos, a partir de 1742, estabelecidos nas proximidades da Vila de Rio Grande e do estuário do Guaíba, onde fundaram as Vilas de Viamão e Porto dos Casais (atual Porto Alegre). Além de povoar o território, essas colônias tinham por objetivo desenvolver a agricultura, produzindo gêneros para abastecimento do mercado interno da província. Os principais cultivos implantados foram o trigo e a uva, os quais, no entanto, acabaram sendo abandonadas pelos imigrantes açorianos, voltando-se, estes, para a pecuária.

A consolidação do domínio português sobre o território do Rio Grande do Sul ocorreu em 1801, com a conquista dos Sete Povos das Missões¹⁴. A delimitação definitiva dos limites do território, ao sul, somente foi possível após o final da Guerra Cisplatina (1828), que culminou com a formação da República Oriental do Uruguai. Nestes 200 anos de lutas, a população indígena foi praticamente dizimada, em função do freqüente recrutamento como soldados pelos exércitos e a transmissão de doenças pelo homem branco.

No vasto espaço campestre, característico da metade sul do estado, desenvolveu-se a atividade criatória, organizada em estâncias. Em torno da pecuária formou-se a base da sociedade e da economia gaúcha. O Rio Grande do Sul, então, confundia-se com a Campanha¹⁵. *“Podemos considerar este período, do início da colonização, fixação de fronteiras e afirmação econômica, do século XVIII à Revolução Farroupilha, como a etapa de apropriação do território, formadora da sociedade e, concomitantemente, do espaço regional, representado até então pela área campestre/latifundiária da Província...”* (Costa, 1988: 36).

No século XIX, o governo imperial providenciou a vinda de uma nova leva de imigrantes ao Rio Grande do Sul, desta vez procedentes da Europa. Mesmo estando

¹⁴ Aos “conquistadores” das Missões também foram doadas sesmarias pelo governo português.

inserido num processo mais amplo de substituição da força de trabalho, em função da “crise de braços” decorrente do fim do tráfico negreiro e da abolição da escravatura (1888), a imigração no sul do país teve um caráter singular.¹⁶ No extremo-sul, as estâncias, com sua pecuária extensiva, demandavam pouca mão-de-obra e a finalidade da imigração era de povoamento do território (estratégico) e desenvolvimento da agricultura, diversificando a base econômica da província¹⁷. Tratava-se de um projeto de colonização que previa a formação de um segmento de pequenos proprietários¹⁸.

Assim, em 1824 teve início a imigração de alemães e austríacos, ano em que foi fundada a colônia¹⁹ São Leopoldo, nas proximidades da Vila de Porto Alegre. Várias outras colônias alemãs foram criadas, ao longo dos vales dos rios dos Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí, formadores do estuário do Guaíba. Através das Leis Imperiais de 1851, teve início a legislação sobre colonização, baseada na venda de terras aos imigrantes, tendo sido oficializada, neste mesmo ano, a primeira colônia particular, a de Santa Cruz (atual município de Santa Cruz do Sul). Fundaram-se também colônias no sul da Província, nas proximidades do arroio São Lourenço (atual município de Pelotas) e em Encruzilhada do Sul.

Cabe destacar, que a imigração coincidiu com a mudança jurídica na forma de acesso à terra. A Lei de Terras, de 1850, não apenas representou um marco legal, como também instituiu a propriedade capitalista da terra. Para o caso do imigrante recém-chegado, gerava a chamada “dívida colonial”, pois o mesmo deveria pagar a terra ao governo e reembolsá-lo quando do recebimento de auxílio inicial. (Pesavento, 1983).

¹⁵ Campanha é a denominação dada à região que compreende boa parte da metade sul do território gaúcho, e faz alusão a sua cobertura vegetal.

¹⁶ Para ver mais sobre o problema da mão-de-obra, ver Furtado (1976), 4º parte - capítulos XXI ao XXIV.

¹⁷ Costa (1988) levanta, ainda, um outro objetivo para a imigração, o de diversificação sócio-política da província, comandada por estancieiros, os quais entrariam em confronto com o poder imperial em 1835.

¹⁸ Até 1851 o lote colonial correspondia a cerca de 77 ha; de 1851 a 1889 passou para 48 ha e a partir de 1889 para 25 ha, extensão de área que se tornou unidade de medida, ou seja, equivalente a 1 “colônia”.

¹⁹ Na imigração do século XIX, os lotes eram demarcados longitudinalmente, a partir do traçado de uma linha, em torno da qual distribuíam-se as famílias; o conjunto de linhas formava um núcleo colonial.

A ação do poder público na colonização teve início no Brasil Colônia (1715), limitando-se à distribuição de sesmarias. A partir de 1854, através de regulamentação em lei, o poder público estadual passou a atuar no âmbito fundiário, pela então criada Repartição Geral das Terras Públicas. A ação colonizadora oficial se dava através da criação de núcleos coloniais, concessão de terras públicas, discriminação e legitimação de terras. Posteriormente, esta atuação se deu pela Diretoria de Terras e Colonização, vinculada à Secretaria de Obras Públicas²⁰, que contava com uma rede de Inspetorias de Terra, representadas em vários municípios (Rio Grande do Sul, 1963).

A partir de 1875, o fluxo migratório passou a ser predominantemente de italianos, que foram instalados nas colônias Princesa Izabel (atual município de Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (atual município de Garibaldi), na encosta da serra que delimita o Planalto²¹. Neste mesmo ano foi fundada a colônia Duque de Caxias (atual município de Caxias do Sul), e em 1884 a colônia Alfredo Chaves no vale do Rio das Antas (atual município de Veranópolis). Estas colônias tiveram um notável desenvolvimento, conseguindo sua emancipação político-administrativa ainda no final do século XIX.

O rápido crescimento demográfico nos primeiros núcleos coloniais e a atuação do poder público impulsionaram o excedente populacional para as terras do Planalto. Em 1880 foi fundada a colônia Lucena (atual município de Santo Ângelo), e 1890 a colônia Ijuy (atual município de Ijuí) no então município de Cruz Alta. Estas colônias receberam elementos de várias etnias (poloneses, alemães e italianos, estes últimos em maior número), muitos dos quais, descendentes das primeiras colônias.

Estabeleceu-se, assim, um fluxo migratório interno, dos primeiros núcleos de colonização, as “colônias velhas”, para a ocupação das terras na direção noroeste, as “colônias novas”. Desta forma, em 1908 foi fundada a colônia Erechim nos municípios

²⁰ A qual passaria para o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, no começo dos anos 60.

de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, e em 1914, a colônia Santa Rosa, entre outros diversos núcleos criados no estado, de iniciativa do poder público e de particulares²².

O processo de colonização, no entanto, não ocorreu isento de conflitos. As terras do Planalto (que apresenta áreas de mata e de campo entremeadas), encontravam-se parcialmente ocupadas por estancieiros²³ e por caboclos e índios que não possuíam a propriedade jurídica da terra. De acordo com Zarth (1988), ainda no final do século XIX foram registrados conflitos de terra nessa região²⁴, envolvendo estancieiros, empresas colonizadoras e posseiros, impelindo caboclos e “colonos” a migrar em busca de terras devolutas ou tornarem-se peões nas estâncias, enquanto que a população indígena acabou refugiando-se nos vales dos grandes rios.

A expansão dos núcleos coloniais sobre as terras do Planalto foi favorecida pelo desenvolvimento do sistema ferroviário. A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que passava pelos municípios de Passo Fundo, Cruz Alta e Ijuí, possibilitou o escoamento da produção agrícola, dada sua distância à capital da província e dificuldades de transporte. “...*Os novos contingentes demográficos e a ferrovia, que chegou na década de 1890, deram grande impulso à tímida agricultura local, aproveitando-se da fertilidade natural dos solos virgens.*” (Zarth, 1988: 20).

Desta maneira, já nas primeiras décadas deste século o Rio Grande do Sul estava efetivamente ocupado: “...*no final dos anos 30, o território gaúcho estava praticamente ocupado em toda a sua extensão. Havia, então, 88 cidades (municípios) e as regiões*

²¹ Planalto é a denominação dada a região que corresponde praticamente à metade norte do estado; é delimitado ao norte e a oeste pelo rio Uruguai e ao sul pela escarpa da serra.

²² Em 1914, no entanto, foi rescindido o contrato do governo estadual com o federal sobre a imigração, retornando ao regime de imigração espontânea (Rio Grande do Sul, 1963).

²³ Tais estancieiros eram, basicamente, herdeiros das sesmarias distribuídas pelo governo português aos “conquistadores” dos 7 Povos das Missões.

²⁴ Outros autores têm feito menção às tensões que permearam o processo de colonização do estado. Zamberlan & Florão (1991), por exemplo, citam conflitos entre estancieiros e imigrantes açorianos, Schmitt (1992) comenta os confrontos entre fazendeiros, índios, ocupantes e “colonos”, e Gehlen (1983) descreve os condicionantes da expulsão dos “colonos” da reserva indígena de Nonoai, marco da luta pela terra no final dos anos 70.

estavam de alguma forma delineadas sob o ponto de vista da base econômica, isto é, da atividade predominante...” (Alonso, 1984: 86/87).

Esgotada a fronteira agrícola interna, a pressão pela terra e a existência de um excedente demográfico colonial, restabeleceu o fluxo migratório, desta vez, porém, buscando terras em outros estados da federação. O Rio Grande do Sul tornou-se um “exportador de gaúchos” nas palavras de Brum (1985), colonizando, inicialmente, o oeste de Santa Catarina e do Paraná e, a seguir, partiriam o Centro-Oeste e Norte brasileiro. Internamente, o esgotamento das terras “livres” aumentou a pressão social sobre as áreas de reserva florestal e indígena, que viria desencadear os conflitos fundiários do final dos anos 70, que serão vistos no próximo capítulo.

Cabe ressaltar, que a ocupação espacial do estado do Rio Grande do Sul produziu um nítido contraste entre as áreas. De um lado, a fragmentação da propriedade rural nas “colônias velhas”, em função de sucessivas repartições por herança entre os descendentes. A migração de membros da família para os novos núcleos de colonização permita sua reprodução social, porém, não mobilizava todo este excedente populacional, parte do qual viria a ser atraído pelas crescentes oportunidades de emprego nas cidades.

De outro lado, a concentração da propriedade fundiária. Em análise aos Censos Agropecuários de 1959 e 1969 do IBGE, Schilling (1980a) assinala a extrema concentração da terra. *“As 51 propriedades com mais de 10 mil ha registradas no Rio Grande do Sul, divididas em ‘colônias’ de 25 ha, tradicionais no Estado do extremo sul, poderiam abrigar 55.440 famílias, ou seja, mais de um quinto dos ‘sem-terra’ existentes naquela unidade da Federação. É difícil não compreender como, em outra circunstância, a expropriação de tão poucos poderia resolver o problema fundamental de tantos.”* (grifos no original) (Schilling, 1980a: 93).

Como solução para o problema surgido em torno da questão agrária, Schilling (1980b), aponta para a necessidade de realização de uma reforma agrária. É justamente nos anos 60 que surgiu, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Sem Terra. O MASTER mobilizou “colonos” do norte e do sul do estado, e repercutiu na criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA, em 1961, subordinado diretamente ao governo estadual (Rio Grande do Sul, 1963). Como veremos no próximo capítulo, este movimento representou o marco da luta pela terra no estado, dentro de um contexto nacional de organização e mobilização das massas camponesas²⁵.

Visando atender aos objetivos deste capítulo, que é apresentar a formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, nos detemos no esgotamento da sua fronteira agrícola interna. Ressaltamos, contudo, que dados atuais indicam a continuidade dessa estrutura agrária. De acordo com o Atlas Fundiário Brasileiro de 1996, elaborado pelo INCRA (1996), com base nos dados do recadastramento de 1992, o índice de concentração da terra da Região Sul é da ordem de 0,6972, menor que o índice para o Brasil, 0,8278. Porém, o índice do Rio Grande do Sul é o mais alto dos estados da Região Sul, devido à forte presença da grande propriedade, localizada, sobretudo, na metade sul do estado.

Em observação à malha municipal do Rio Grande do Sul (Anexo 1, Mapa 2), percebemos a existência de dois padrões distintos, estreitamente relacionados com suas respectivas estruturas fundiárias. A metade sul, formada por municípios extensos em área e baixa densidade demográfica, e a metade norte, formada por municípios de menores extensões e com maior densidade demográfica.

²⁵ Para ver mais sobre os movimentos sociais no campo, consultar Medeiros (1989).

I.2. O Desenvolvimento da Economia Gaúcha

A apresentação do processo de colonização do território do Rio Grande do Sul demonstrou a formação de espaços agrários distintos, conformados pelas características das políticas implementadas. Veremos, a seguir, a relação desse espaço agrário com as bases do desenvolvimento da economia gaúcha. Interessa aqui, buscarmos as raízes históricas das desigualdades regionais do estado e a evolução desse quadro, adotando o corte temporal anteriormente comentado.

I.2.1. Histórico da Economia Estadual

A integração econômica do extremo-sul com o Brasil Colonial se deu pelo fornecimento de muares para atender as demandas da economia mineira, a partir do desenvolvimento de uma pecuária rudimentar nas sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa. *“...Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões.”* (Furtado, 1976: 77).

O negócio das “bestas de Viamão”, como ficou conhecido, além de representar um primeiro vínculo entre o extremo-sul e o centro da Colônia, estabeleceu um fluxo comercial que transpunha os obstáculos de transporte e comunicação. *“...É de se notar que o comércio de muares, por sua própria natureza, superava o maior problema enfrentado pela inserção econômica do Brasil Meridional no resto do País: a necessidade de cruzar a imensa massa florestal que se estendia do sul de São Paulo aos campos do Rio Grande...”* (Castro, 1980: 42/43).

Dentro das estratégias para assegurar a posse do território, a Coroa Portuguesa promoveu duas formações sócio-econômicas distintas: os grandes proprietários dedicados à pecuária extensiva e os pequenos proprietários de origem açoriana, voltados

para a agricultura. Ocupavam dois espaços geográficos distintos, no qual os segundos localizavam-se, sobretudo, nas proximidades das cidades de Rio Grande e Porto Alegre. *“Essa composição de forças sociais e econômicas é que praticamente inicia a estruturação do espaço econômico do Rio Grande do Sul...”* (Alonso, 1984: 83).

A posição geográfica do Rio Grande do Sul e o caráter de fronteira imprimiram outros objetivos no seu processo de colonização pela coroa portuguesa. Devido a sua distância, em relação ao centro dinâmico da Colônia, e suas condições climáticas, esse território não se adequava à produção de produtos tropicais para a exportação. No entanto, o interesse português em conquistar o território acarretou que, *“...embora sendo economicamente periférico, recebia mais atenções do que outras regiões em iguais condições, através dos soldos militares e incentivos à formação de estâncias como forma de garantir o povoamento.”* (Zarth, 1988: 27).

A decadência mineira, no final do século XVIII, trouxe a necessidade do extremo-sul descobrir novos vínculos com a economia colonial. É neste contexto que foi introduzido o preparo de carnes para charque. As “charqueadas”²⁶, desencadearam uma verdadeira revolução no panorama pastoril gaúcho, pois esta indústria possibilitava o aproveitamento da carne, até então desprezada. A expansão da pecuária foi facilitada pela existência de uma extensa área coberta com pastagem nativa, de boa qualidade, e com poucos custos para a instalação das estâncias²⁷.

A disseminação das “charqueadas” propiciou a formação de várias cidades na metade sul do estado. Pelotas e Rio Grande assumiram o papel de centros econômicos da província, a primeira concentrando as “charqueadas” e a segunda como porto escoadouro da produção, emergindo como centros urbanos e industriais. O charque era

²⁶ As “charqueadas” eram estabelecimentos organizados com base no trabalho escravo, que beneficiavam a carne bovina, cujo produto, o charque, possuía características de excelente conservação e facilidade de transporte.

exportado para outras regiões da Colônia, como alimento dos escravos. Porto Alegre, nesta época, era a capital da província por motivos estratégicos: mais afastada da fronteira e por possuir ligação por terra com Santa Catarina (Alonso & Bandeira, 1990).

Os estancieiros, classe social com base econômica na pecuária, em vários momentos entraram em choque com o governo imperial, sobretudo em função da importação de charque dos países vizinhos. A própria eclosão da Revolução Farroupilha (1835-45) teve como foco os interesses dos estancieiros. Possuía um caráter conservador, a defesa do latifúndio pastoril, e “... *culminou na decretação da independência da província, por ocasião da Revolução Farroupilha.*” (Costa, 1988:36).

A imigração européia promoveu a formação de uma classe de pequenos agricultores, dedicados à produção para o mercado interno brasileiro, como também de pequenos comerciantes e industriais, cuja emergência econômica e política viria a suplantiar a hegemonia dos estancieiros.

As primeiras colônias de imigração, como vimos, foram localizadas nos vales dos rios tributários do estuário do Guaíba, que banha a cidade Porto Alegre. Contavam, assim, com esta malha fluvial para escoar seus produtos até a capital da província e, dessa cidade, os produtos seguiam até o porto de Rio Grande, pela Lagoa dos Patos. A facilidade em escoar a produção permitiu que os imigrantes alemães estabelecessem canais de comercialização com a Praça de Porto Alegre. Ao chegarem os imigrantes italianos, em 1875, encontraram uma rede comercial já constituída, exportando significativo volume de produção para o centro do Império. Isto permitiu a imediata colocação do excedente das colônias italianas no principal mercado consumidor da época, a capital da província. (Pesavento, 1983).

²⁷ Estância refere-se ao estabelecimento pastoril onde, além da criação de gado, eventualmente praticava-se alguma agricultura para autoconsumo, o termo estancieiro refere-se ao seu proprietário.

Nas zonas coloniais, a disponibilidade de mão-de-obra e o conhecimento de processos de fabricação artesanal pelos imigrantes, proporcionou as condições para o início da industrialização da produção agrícola. São casos típicos a produção de vinho, banha e farinhas (de mandioca e de trigo). Paralelo a essa produção artesanal, fundaram-se grandes estabelecimentos industriais, geralmente com capital oriundo da atividade comercial²⁸, operando conjuntamente, e estruturados em bases familiares (Pesavento, 1983). Outro exemplo de industrialização é a do couro: “...proveniente de Bagé e Pelotas, seria a matéria-prima básica e próspera da indústria de malas, calçados, etc., que cedo começaria a fazer remessas para todo Brasil...” (Castro, 1980: 46).

O fator externo, que estimulou o desenvolvimento industrial das colônias, foi a surgimento de um mercado interno nacional, com a extinção do trabalho escravo. A expansão das lavouras de café em São Paulo e a massa de trabalhadores, agora sob regime de trabalho assalariado, abriu um mercado para a produção colonial. “...Buscava-se, com isto, encontrar produtos de alto valor por unidade de peso, que permitissem transpor economicamente a barreira dos transportes (banha, vinho, etc.). Mas o ingresso em massa de imigrantes europeus em São Paulo, além de criar amplo mercado interior, favorecia precisamente a produção cerealífera do extremo-sul. Os trabalhadores italianos, em especial, eram grandes consumidores de trigo e vinho...” (Castro, 1980: 45/46).

Formam-se, assim, duas economias relativamente autônomas entre si, sobre os dois espaços agrários: o sul do estado, especializado na pecuária e industrialização do charque; e a zona colonial, com uma produção diversificada e industrialização emergente, caracterizando uma divisão interna do trabalho. Porém, o fato mais notável foi a inserção do Rio Grande do Sul na divisão regional do trabalho, abastecendo os

²⁸ As “casas de comércio” eram muito difundidas nas áreas coloniais, cuja acumulação se dava tanto pela venda de gêneros aos colonos, quanto pela compra de sua produção, para revendê-la ou beneficiá-la.

mercados consumidores centrais. Segundo Castro (1980), o estado afirmou-se numa economia “voltada para dentro”, tendência que iria se consolidar na República Velha.

A economia centrada no charque, no final do século XIX, passava por um momento de crise. A concorrência com o charque produzido pelos países vizinhos, os “saladeros” platinos, mais eficientes e organizados em bases capitalistas (trabalho assalariado), decretou a estagnação e declínio da pecuária sulina, incapaz de competir com o produto importado. Tal crise teve, ainda, implicações na política estadual.

Com a proclamação da República (1889) emergiram dois partidos políticos regionais: o Partido Liberal, representante da classe dos grandes estancieiros e comerciantes da Campanha; e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), representante de grandes fazendeiros, mas que abarcava, também, elementos da emergente classe média urbana, de orientação positivista. Esse partido foi vitorioso nas eleições para o governo estadual. “...*Esta vitória [do PRR] é explicada pela crise da pecuária após a Guerra do Paraguai, a concorrência desigual dos saladeros platinos (transformados em empresas capitalistas) (...) a ascensão das colônias agrícolas e a perda, com o fim das guerras, da condição de barganha militar dos latifundiários frente ao governo imperial.*” (Costa, 1988: 43).

O projeto do PRR buscava diversificar a economia gaúcha, como também, ampliar sua base política, angariando outros setores sociais. A atenção do governo provincial à área colonial é verificada tanto nos investimentos em transportes, com a construção de várias ferrovias, facilitando o escoamento da produção, como diretamente na produção. Buscava-se, com essas medidas, o aperfeiçoamento dos processos de industrialização das mercadorias, obtendo, assim, produtos de melhor qualidade e que concorressem em vantagem com os similares importados. “*Estes interesses do governo no setor, atendiam a preocupação de ordem econômica (formas alternativas de*

dinamização da economia estadual e principalmente das exportações gaúchas, motivada pela crise da pecuária) e de natureza política (aumentar a área de penetração do PRR na zona dos imigrantes italianos, ampliando sua base de sustentação)." (Pesavento, 1983: 30/31).

O declínio da atividade charqueadora abalou profundamente a economia das cidades de Pelotas e Rio Grande. A especialização da produção primária na pecuária restringia as possibilidades de diversificação industrial, além de ter, como limitação, a própria estrutura do mercado consumidor. *"... O sul, com sua concentração de renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de consumo corrente, de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados essencialmente para mercados locais..."* (Alonso & Bandeira, 1990: 75).

A cidade de Porto Alegre, que se tornara o centro de escoamento da produção da zona colonial, possuía condições que facilitavam o surgimento de uma indústria de beneficiamento de matérias-primas locais. A intensa urbanização que seguiu a este início de industrialização, fez da cidade um expressivo mercado consumidor. Para além dos produtos produzidos localmente, passou-se a industrializar matérias-primas importadas, visando atender o mercado local. São exemplos, a indústria têxtil, de chapéus, chocolate, cristais, produtos químicos e artigos em metal, entre outras (Castro, 1980).

Em alguns produtos específicos, o Rio Grande do Sul logrou disputar com vantagem o nascente mercado nacional, dada suas condições climáticas e mão-de-obra com algum treinamento²⁹. Não obstante o esforço brasileiro de substituição de importações, a partir da I Guerra Mundial, que promoveu a elevação de preço dos

concorrentes estrangeiros, a indústria local, pelas suas características (base familiar e o próprio caráter artesanal de muitas indústrias, voltadas para atender o mercado local), iria sentir a concorrência com produtos importados, sobretudo os produzidos em outras regiões do país.

Esta concorrência com outros estados do país desencadeou um processo de reestruturação, com aglutinação de unidades industriais (aumento na escala das plantas), criação de cooperativas e fundação de sindicatos de indústrias (Sindicato da Banha em 1928, Sindicato Vitivinícola, em 1929; Sindicato dos Charqueadores e Sindicato dos Moageiros do Trigo, em 1931). Esse movimento de organização dos produtores em sindicatos previa a padronização dos processos de produção (no tocante a instalações, normas de higiene, acondicionamento do produto, etc.), através do estabelecimento de normas de fiscalização para o preparo, comércio externo e exportação.

O objetivo destas medidas era o controle de qualidade sobre os produtos colocados no mercado. Tornou-se, porém, um mecanismo de concentração industrial, que fez declinar a produção artesanal doméstica, na medida em que submetia o produtor rural a entregar a produção às cooperativas ou aos empresários beneficiadores filiados aos sindicatos³⁰ (Pesavento, 1983).

O período após a I Guerra Mundial também foi marcado pela entrada do capital estrangeiro no setor industrial. Na Campanha, instalaram-se os frigoríficos Swift-Armour e Anglo, que promoveram certa diversificação industrial, como são exemplos a produção de conservas de carnes e ervilhas. No segmento moageiro, o grupo internacional Bunge and Born, adquiriu, na década de 20, a rede de moinhos Rio-Grandense, com sede na capital e filiais no interior do estado. Nesta mesma década, o

²⁹ Em vários momentos, por exemplo, os empresários foram buscar técnicas de aperfeiçoamento da produção na Europa, como também patrocinaram a vinda de técnicos do exterior para orientar o processo produtivo.

grupo British American Tobacco instalou-se no estado, através de sua representante no país, Souza Cruz Cia.³¹

Com o desenvolvimento dos transportes terrestres (estradas de rodagem), a barreira física que protegia a indústria regional, tendia a desaparecer, expondo a produção local à concorrência com outras regiões do país, sobretudo com a indústria paulista, que nascera já de uma acumulação de capital proveniente do café e em moldes empresariais. Esta maior integração com o mercado nacional se, de um lado facilitou as exportações gaúchas, de outro expôs as indústrias regionais à competição, acarretando o fechamento de muitas unidades industriais. Desta maneira, “...as indústrias regionais tinham que acatar novas regras do jogo...” (Castro, 1980: 109).

Durante a República Velha consolida-se o papel de “celeiro do país”, atribuído ao Rio Grande do Sul, fornecendo produtos agrícolas para o mercado interno, como também gêneros industrializados. Internamente, define-se o quadro da economia gaúcha a partir da metade de presente século: o sul, de economia especializada, voltada à pecuária extensiva; e o norte, de economia mais diversificada, apresentando crescimento urbano e industrial em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul (estas duas áreas podem ser visualizadas no Anexo 1, Mapa 2).

I.2.2. Evolução Recente da Economia Estadual

A partir da evolução desse quadro histórico que apresentamos, estabelecem-se as diferenças regionais de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. “...Delineava-se, então, o quadro que viria a se tornar uma das características principais da futura configuração espacial da economia gaúcha: um norte mais dinâmico e economicamente

³⁰ Estes sindicatos estavam atrelados ao governo, considerando-se que, até 1930, Getúlio Vargas era presidente do estado, e, a partir desta, presidente do país.

³¹ Esta empresa viria impor uma nova orientação no cultivo e beneficiamento do fumo, sobretudo com o privilegiamento dos “fumos de estufa”.

mais diversificado e um sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada.” (Alonso & Bandeira, 1990: 74).

Desta forma, a configuração espacial da economia gaúcha permite a identificação de três áreas distintas, ou regiões, conforme os autores, segundo o seu perfil produtivo e desempenho econômico: um nordeste industrializado (este, englobando os antigos núcleos coloniais e a capital do estado); um norte agrícola e um sul de desenvolvimento historicamente relacionado à pecuária, mas apresentando crescimento na área ocupada por lavouras de grãos³².

Os principais fatores responsáveis pela evolução das diferenças regionais nesta segunda metade do século, apontados por Alonso & Bandeira (1990), são a aceleração do crescimento industrial ao longo do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, e a expansão das lavouras mecanizadas (trigo, soja e arroz) em áreas de pecuária e, principalmente, no norte do estado. Veremos, a seguir, esta evolução.

Nesta segunda metade do século verificou-se crescimento industrial em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, com a montagem de um parque diversificado. Os investimentos em infra-estrutura de transportes (especialmente rodoviário), energia e comunicações, além de um parque fabril pré-instalado e um setor de serviços em franco desenvolvimento, favoreceu a implantação de novos projetos industriais. Em decorrência desse intenso processo de industrialização e urbanização, a agricultura foi gradualmente deslocada para um papel secundário (mantendo-se, contudo, como a principal região produtora de uvas e vinhos).

A década de 70 foi a que apresentou maiores taxas de crescimento industrial e demográfico. Os investimentos realizados no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul atraíram

³² Não desconsideramos, contudo, a existência de heterogeneidades no interior de cada uma destas regiões, como é o caso da área conhecida por Campos de Cima da Serra (composta pelos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes e Vacaria) que

fluxos migratórios do interior do estado, em especial, os relacionados à expansão da indústria calçadista no Vale dos Sinos. *“Desta forma, é fácil compreender que o crescimento industrial foi, isoladamente, o mais importante dentre os fatores determinantes das transformações de configuração espacial da economia gaúcha...”* (Alonso & Bandeira, 1990: 80).

A década seguinte, foi marcada por uma crise econômica nacional, gestada ainda nos anos 70³³, que se traduziu em menores taxas de crescimento econômico (e, conseqüentemente, na taxa de emprego) e na diminuição na capacidade de investimento do setor público. Em meio ao contexto de crise nacional, o Rio Grande do Sul apresentou taxas de crescimento econômico satisfatórias, sobretudo pelo desempenho do Setores Agropecuário e de Transformação, este, sobretudo no segmento da indústria calçadista.

Neste último setor, o nordeste do estado manteve sua posição destacada, porém, com um rearranjo espacial da produção industrial. Verificou-se perda de participação da cidade de Porto Alegre no produto do Setor Secundário, devido ao crescimento de suas áreas adjacentes, especialmente pela grande expansão da indústria calçadista no Vale dos Sinos³⁴. A construção do Pólo Petroquímico do Sul na cidade de Triunfo, próxima da capital, trouxe significativo crescimento para a indústria química. Outros segmentos de importância econômica são o metal-mecânico (automotivo, produção de auto-peças e componentes eletrônicos), papel e celulose, têxtil, vestuário e alimentos (massas, biscoitos, bebidas e laticínios).

possui características sócio-econômicas semelhantes às da região sul, e, neste caso, está sendo classificada como integrante do nordeste do estado.

³³ Cujas causas principais são os choques do petróleo (1973 e 1979) e elevação dos juros da dívida externa.

³⁴ A indústria calçadista, grande absorvedora de mão-de-obra, atraiu grande fluxo migratório, proveniente do interior do estado.

O outro fator responsável pela evolução das diferenças regionais nesta segunda metade do século, apontado por Alonso & Bandeira (1990), foi a expansão das lavouras mecanizadas. Tal comportamento foi impulsionado por um conjunto de políticas públicas para a agricultura e, obviamente, pela existência de vastas extensões de terra aptas a tal prática. Neste aspecto, a região norte apresentou um significativo aumento de participação na produção agrícola estadual, em decorrência do surpreendente crescimento da área ocupada pelas lavouras de trigo e soja, desde o final dos anos 60. Afirmou-se como a região agrícola por excelência, principal produtora de grãos do estado.

Com a expansão das lavouras de grãos, desenvolveu-se um setor industrial a montante, formado pelos segmentos de máquinas e implementos agrícolas, e de beneficiamento da produção a jusante (em especial, as indústrias de óleos vegetais). Destacam-se, no segmento de máquinas agrícolas, os municípios de Passo Fundo, Erechim, Panambi, Carazinho, Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa. “...*Estimuladas pelo aumento da demanda representado pela expansão destas culturas [no caso, trigo e soja], essas empresas aumentaram suas escalas e diversificaram acentuadamente as linhas de produção...*” (Alonso & Bandeira, 1990: 83).

Este período também marcou a consolidação do “complexo soja”, que integra produção e beneficiamento (responsável pelas mais importantes transformações no meio rural gaúcho, como veremos em tópico seguinte), o qual firmou-se como um segmento voltado para a exportação. Como também, verificou-se crescente integração (e subordinação) da produção primária às agroindústrias (envolvendo, além de óleos vegetais, os produtos típicos do segmento de agricultores familiares do estado: suínos, fumo, uvas, leite e aves) e algumas iniciativas de diversificação da produção agrícola, que veremos no próximo tópico.

O esgotamento das terras no norte do estado forçou o avanço das lavouras mecanizadas na direção sul, ocupando áreas da pecuária. Inicialmente, nos anos 60, a lavoura de trigo estendeu-se para o sul do estado, sendo seguida pelas lavouras de soja nos anos 70, em municípios como São Borja, Alegrete, Dom Pedrito e Itaqui. Na década de 80 o destaque ficou por conta do arroz irrigado, que apresentou expressivo crescimento na área ocupada. O cultivo deste grão desenvolveu-se, sobretudo, nos municípios de Cachoeira do Sul, Pelotas, Uruguaiana, Itaqui, Livramento, Bagé e Rosário do Sul, tornando esta região a principal produtora de arroz no estado.

Em decorrência da grande expansão deste cultivo, a metade sul apresentou um importante crescimento da indústria de beneficiamento de arroz. Desde o final da década de 70, quando foram instaladas indústrias de óleo de soja na cidade de Rio Grande (aproveitando as vantagens oferecidas pelo porto, para a exportação) esta região vivenciou um surto de crescimento industrial. Tal comportamento foi proporcionado, também, pela instalação de refinarias de petróleo e fábricas de fertilizantes agrícolas nesta cidade, e pelo crescimento nas indústrias química, de couros e peles, e alimentícia (principalmente de conservas de frutas e hortaliças) na cidade de Pelotas (Alonso & Bandeira, 1990). Esta região, contudo, não logrou sustentar um desempenho econômico similar ao das demais regiões do estado³⁵.

Esta é, justamente, a questão atualmente presente no debate político do Rio Grande do Sul, ou seja, a distribuição desigual do crescimento econômico entre as regiões. Basicamente, corresponde à perda de importância da metade sul, verificada na sua participação na população e na economia estadual (Bandeira, 1994). Este tema, o empobrecimento da metade sul do estado, tem motivado a realização de seminários, e

³⁵ O declínio da região sul na economia do estado é verificado, sobretudo, pela diminuição da sua participação no produto industrial do estado. Os artigos da publicação de Alonso et al. (1994) fazem uma discussão pormenorizada sobre esse assunto.

culminou na criação da Secretaria Extraordinária dos Assuntos da Metade Sul, pelo atual governo estadual.

O contexto atual, dos anos 90, de maior integração dos mercados mundiais (globalização da economia) e de mudanças no papel do Estado, repercutiram na economia gaúcha, por dois fatores principais. O primeiro deles, está relacionado com a abertura comercial do início da década que, ao eliminar as barreiras comerciais, expôs os setores produtivos à concorrência internacional. A sobrevalorização cambial, no começo da vigência do Plano Real, diminuiu a competitividade dos produtos no exterior, desencadeando um processo de crise em vários segmentos, cujo exemplo mais notório é a crise da indústria calçadista.

O segundo fator é a união aduaneira prevista pelo MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), que afeta, sobremaneira a produção gaúcha, pois os países integrantes do bloco possuem um perfil produtivo similar ao do Rio Grande do Sul (são exemplos o arroz, o trigo, as frutas e os laticínios).

Finalmente, o processo de desindustrialização do Rio Grande do Sul, em função do deslocamento de indústrias para outros estados. Atraídas por vantagens comparativas, principalmente, e por intermédio da guerra fiscal entre os estados para atrair novos investimentos, várias unidades industriais têm transferido suas plantas, tornando o emprego uma questão central da atualidade gaúcha.

I.3. O Desenvolvimento da Agricultura Gaúcha

No presente tópico daremos ênfase para o desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul. Importa aqui, apresentar o desenvolvimento das atividades agrícolas no estado, centrando nossa análise na evolução recente da agricultura gaúcha.

Pretendemos, desta forma, caracterizar o cenário no qual surge a luta pela terra no estado, como também, a relação entre as transformações ocorridas na agricultura com a emergência do movimento social que desencadeou a ação do poder público no campo dos conflitos fundiários.

1.3.1. Histórico da Agricultura Estadual

A pecuária extensiva, ou tradicional, foi a primeira atividade econômica do território sulino. Desenvolveu-se em grandes extensões de área e com poucos investimentos de capital, tendo em vista ser uma atividade que demanda pouca mão-de-obra e instalações, e que faz uso do campo nativo, praticamente única fonte de alimentação animal.

A tentativa de desenvolver a agricultura no território remonta ao século XVIII, com a vinda dos casais açorianos. Além de iniciativas na viticultura, os imigrantes dedicaram-se à produção de trigo, obtendo bons resultados num primeiro momento. No entanto, devido à ocorrência de doenças e importações do produto, a cultura tendeu ao desaparecimento no século XIX³⁶, voltando-se, os açorianos, para a pecuária (Costa, 1988).

Desta forma, a agricultura na metade sul restringiu-se a poucos cultivos de subsistência nas estâncias, permanecendo como um espaço econômico essencialmente pastoril até as primeiras décadas do século XX.

A vinda de imigrantes europeus, além do objetivo de ocupar o território, previa o desenvolvimento da agricultura. Os Primeiros núcleos coloniais, contudo, foram estabelecidos num espaço geográfico específico, sem concorrer com as terras da

³⁶ Pesavento (1983), no entanto, acrescenta a intenção de impedir a concorrência com a economia metropolitana como explicação da falta de apoio oficial ao desenvolvimento da cultura neste período.

pecuária³⁷, e que marcaria a formação de um espaço econômico distinto, com base na agricultura.

A exploração agrícola nas áreas coloniais caracterizou-se pelo intenso uso da terra, trabalho familiar e policultura. Superado o momento inicial de instalação e subsistência, a produção excedente passou a ser comercializada e, posteriormente, industrializada. Com a diversificação da produção, tanto ao nível da propriedade agrícola como da economia local, as colônias apresentaram um rápido desenvolvimento, cujas principais atividades agrícolas serão vistas a seguir.

O fumo foi um dos primeiros cultivos com finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande do Sul, nas colônias alemãs. Seu cultivo expandiu-se, no decorrer dos anos, ao longo dos vales do Taquari e Caí, e para as “colônias novas”, no Planalto. Porém, centralizou-se nos municípios de Santa Cruz do Sul, Candelária e Venâncio Aires, onde, inclusive, obteve-se o chamado fumo “crioulo”, muito adaptado. A produção era beneficiada pelas pequenas fábricas de charutos e cigarros de São Leopoldo e Porto Alegre, mas uma parte era processada no próprio local de produção, em unidades artesanais. *“Parte desta produção era consumida no próprio estado e parte exportada para o restante do Brasil e Europa, destacando-se (...) a Alemanha como o mais importante mercado.”* (Pesavento, 1983: 203).

A entrada do grupo Souza Cruz no Rio Grande do Sul, na década de 20, promoveu modificações nas técnicas de cultivo e beneficiamento, tanto para os agricultores, quando para os demais industriais do fumo, principalmente através do privilegiamento de determinado tipo de fumo. *“...Os chamados ‘fumos de estufas’ seriam os preferencialmente aceitos para a indústria de cigarros.”* (grifos no original) (Pesavento, 1983: 208).

³⁷ De acordo com Zarth (1988), era intenção do governo imperial não entrar em choque com os estancieiros.

As colônias alemãs destacaram-se também na criação de suínos e na fabricação de banha. Inicialmente, a produção artesanal doméstica de banha coexistia com a fabricação em refinarias (que beneficiava a “banha bruta”, fornecida pelo próprio colono ou por um intermediário). Ainda no final do século XIX formaram-se as firmas exportadoras de banha e o Rio Grande do Sul passou a exportar este produto para outras províncias e exterior. A criação de suínos e produção de banha estendeu-se para as zonas italianas e para as colônias novas, pelo fluxo migratório interno, sendo instaladas refinarias nas cidades de Erechim, Ijuí e Santo Ângelo. A introdução de câmaras frigoríficas, em 1912, permitiu maior aproveitamento do suíno e diversificação da produção industrial.

No entanto, na década de 30, a concorrência com a banha americana e com os óleos vegetais faria decair a produção estadual. Resultou, ainda, numa mudança na orientação da suinocultura, com substituição crescente do suíno “tipo banha” para o “tipo carne”, de maior aproveitamento de carcaça para a produção de embutidos, defumados e *bacon*.

A mandioca foi cultivada logo após a instalação dos primeiros núcleos coloniais. Pouco exigente em fertilidade e de fácil propagação, esta planta era utilizada para a produção artesanal de farinha³⁸. A farinha de mandioca ocupou a posição de primeiro produto de origem vegetal nas exportações do Rio Grande do Sul na época do Império, somente superada pelo charque (Pesavento, 1980), sendo que os principais municípios produtores situavam-se nas colônias alemãs. No entanto, após a I Guerra Mundial, este produto perdeu importância nas exportações gerais do estado.

A produção de trigo foi iniciada pelos imigrantes açorianos no século XVII, foi desenvolver-se, no entanto, após a imigração européia do século XIX. As colônias

³⁸ As “atafonas”, como são conhecidas as fábricas de farinha de mandioca.

italianas se destacaram na sua produção e, com elas, proliferaram os moinhos. Através do fluxo migratório em direção às terras do Planalto, seu cultivo expandiu-se nesta direção. O trigo ganhou o apoio estatal em vários momentos, devido à sua importância nas importações brasileiras. A escassez do produto após a I Guerra Mundial, fez o governo elaborar várias políticas visando estimular a produção interna do grão, as quais beneficiaram, também, o desenvolvimento dos moinhos. (Pesavento, 1983).

A uva foi outro cultivo introduzido pelos imigrantes açorianos. Até a década de 1890, as colônias alemãs eram as principais produtoras de vinho, sendo, então, ultrapassadas pelas colônias italianas. O cultivo da uva e fabricação do vinho passou, assim, a ser uma atividade caracteristicamente desta zona colonial, e sua produção descia a serra até o porto fluvial de São João de Montenegro, seguindo por rio até Porto Alegre. “*Na Exposição de Porto Alegre, em 1901, a região colonial italiana destacou-se na produção vinícola...*” (Pesavento, 1983: 31).

A atuação do governo estadual se deu tanto nos investimentos em transportes (construção de estradas de ferro³⁹), como também, diretamente na produção. Em 1889 foi criada, em Porto Alegre, a primeira Estação Agronômica Experimental, e em 1899 o Laboratório Enológico Rio-Grandense, que atendia aos interesses dos viticultores. O governo patrocinou, também, a vinda de técnicos estrangeiros para o aperfeiçoamento tanto da produção, quanto para a organização dos produtores em cooperativas⁴⁰.

A fundação do Sindicato Vitivinícola, em 1928, previa a normatização e standardização do processo de fabricação do vinho, e é neste momento que surgiram as cooperativas⁴¹ e os grandes estabelecimentos industriais. A preocupação desta entidade

³⁹ Em 1911, foi concluída a estrada de ferro Caxias-Montenegro, ligando a principal colônia italiana ao porto fluvial; outra ligação, Caxias-Porto alegre, tem seu início ainda em 1910.

⁴⁰ A vinda de Stefano Paternó ao Brasil, em 1911, visava justamente organizar cooperativas de pequenos produtores na zona colonial italiana (Pesavento, 1983).

⁴¹ A primeira cooperativa do ramo foi a Cooperativa Vitivinícola de Forqueta, fundada em 1929.

era combater as adulterações do produto e obter melhor qualidade para colocação nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A expansão da colonização sobre as terras do Planalto permitiu a incorporação de um novo espaço pela agricultura. Até o final do século XIX as atividades produtivas, nesta região, eram restritas à criação de gado nas áreas de campo e ao extrativismo da erva-mate por coletores⁴², nas áreas de mata. Foi justamente neste último local que a colonização oficial e particular direcionou o fluxo migratório, a partir de 1890.

Com base nos dados estatísticos para o período (Recenseamento do Brasil - 1920: Agricultura do IBGE), Zarth (1988), apresenta a produção agrícola dos municípios de Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Júlio de Castilho, Passo Fundo, Santo Ângelo, Palmeira e Soledade (praticamente colonizados), equivalendo, em termos comparativos, a cerca de 20 % da produção estadual de milho, 15 % do feijão, 5 % da mandioca, 4 % da batata inglesa e 15 % da cana-de-açúcar no ano de 1920. Além disso, o rebanho suíno equivalia a quase 18 % do total do rebanho gaúcho.

A expansão da produção devia-se à incorporação de novas áreas de terras para cultivo, condicionada pelo estímulo representado pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que viabilizou o escoamento dos produtos para o centro consumidor do país. *“Acrescente-se a estes aspectos o sólido apoio oficial, que se fazia através da administração colonial que dirigia os núcleos agrícolas formados por imigrantes, proporcionando a construção de estradas, pontes...”* (Zarth, 1988: 137/138).

Outro foco de atenção estatal, nesse momento, era o arroz. A política tarifária sobre as importações desse cereal e o crescimento do seu mercado consumidor na cidade do Rio de Janeiro, estimularam o desenvolvimento da lavoura arrozeira no final do século XIX. Os municípios de Cachoeira do Sul, no vale do rio Jacuí, e Pelotas, nas

⁴² Os coletores eram ocupantes sem propriedade jurídica da terra, pois os ervais eram considerados propriedade pública, administrados e explorados pela municipalidade (Zarth, 1988).

margens da Lagoa dos Patos, foram pioneiros no cultivo do grão no estado. Após a I Guerra Mundial, a política oficial de substituição de importações e as repercussões da guerra sobre o mercado comprador do arroz gaúcho, condicionaram a sua expansão (Bescow, 1986).

Desta forma, na década de 20, em plena crise da pecuária, o arroz avançou sobre o sul do estado, em sistema de arrendamento de terras. Esta penetração lenta e “segura”, de acordo com Costa (1988), não alterou a estrutura fundiária. O arroz irrigado desenvolveu-se em lavouras de grande escala, aproveitando-se da disponibilidade de terras e de água.

O declínio do comércio do charque promoveu transformações na pecuária tradicional. A instalação de grandes frigoríficos (sobretudo os ligados ao capital estrangeiro) após a I Guerra Mundial, diversificou a linha de produção, com carnes em conservas, cortes especiais, e tratou de atender às exigências sanitárias do mercado internacional. A indústria da carne consolidou-se, então, e como aponta Tambara (1985), com caráter exportador.

Outra mudança foi o surgimento das cabanhas, estabelecimentos pecuaristas com maiores investimentos, centrados no melhoramento genético do rebanho. Estes estabelecimentos tiveram importante atuação tanto na introdução de raças européias, ainda no final do século passado, quanto no manejo do rebanho, buscando melhores índices de produtividade para a pecuária. Mantiveram, no entanto, o caráter extensivo da criação, com poucos investimentos de longo prazo⁴³.

Do que foi exposto até esse momento, podemos esboçar a distribuição espacial das atividades agropecuárias no estado: a diversificação da produção no norte, especialmente nas áreas coloniais, e a especialização em torno de poucos produtos, no

⁴³ Refere-se, Costa (1988), à intensificação da produção, aumentando, assim, a capacidade de suporte (animal/ha).

sul. Este quadro, que se consolida a partir do esgotamento da fronteira agrícola interna (aproximadamente na década de 30, como já comentamos), demonstra a formação dos contrastes regionais anteriormente comentados. Na base de tais desigualdades encontram-se as diferentes estruturas fundiárias e o tipo de atividade econômica predominante.

Nas áreas coloniais, a fragmentação da propriedade rural (devido, em boa parte, às sucessivas divisões por herança), tornou impraticável o sistema tradicional de cultivo⁴⁴, causando o esgotamento dos solos. Este aspecto, aliado às sucessivas transferências de renda da agricultura para o comércio e a indústria, foram as principais causas da estagnação da agricultura tradicional, contexto no qual se processaram as transformações na agricultura gaúcha, que serão vistas no próximo tópico.

I.3.2. Evolução Recente da Agricultura Estadual

A partir do quadro histórico que acabamos de apresentar, delinearam-se profundas transformações na agricultura sulina que, se por um lado promoveu notável desempenho do setor agropecuário nas últimas décadas, sobretudo motivado pela expansão das lavouras mecanizadas, por outro lado teve fortes conseqüências sociais.

Entre os fatores que condicionaram tais transformações, destaca-se a atuação governamental na articulação e orientação desse processo. As primeiras medidas, no sentido de intensificar o processo produtivo agrícola, encontram-se no apoio à produção de arroz e de trigo no estado. Estes dois produtos foram alvo de políticas públicas específicas desde o término da I Guerra Mundial, as quais incluíram investimentos em pesquisa agrícola e intervenção no mercado de tais grãos.

⁴⁴ Este sistema tinha por base a fertilidade natural do solo e aliava práticas como queimada e pousio (Zarth, 1988).

No caso do trigo, a expectativa era amenizar a tradicional dependência do país às importações do produto e baratear o custo dos seus derivados no mercado interno. Além disso, o cultivo desse grão em moldes tecnificados tem sido apontado por autores como Tambara (1985), como uma das saídas propostas para a crise na agricultura tradicional. *“As primeiras medidas oficiais objetivando uma produção tecnicamente avançada de trigo no Rio Grande do Sul foram tomadas em 1928, por Getúlio Vargas, então Presidente do Estado. Criou-se, na ocasião, estações fitossanitárias experimentais, onde técnicos brasileiros deram origem a variedades novas melhor adaptadas ao meio...”* (Brum, 1985: 73/74).

Estes investimentos públicos no desenvolvimento de novas variedades⁴⁵ foram fundamentais para a ampliação da lavoura de trigo no estado. Nesse sentido, as Estações Experimentais (Colônia, Missões e Bagé) atuaram como agentes da expansão do trigo, segundo Pesavento (1983), difundindo as novas variedades e as orientações técnicas⁴⁶.

Com relação ao arroz, a transformação do Sindicato Arrozeiro no Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA, em 1940, deu início à política de fixação e garantia de preço mínimo para o grão, e a regulamentação da sua comercialização. Outro investimento ocorreu na geração de novas variedades, que permitiu significativos ganhos de produtividade. Tais medidas asseguraram o nível de rentabilidade e atratividade desta lavoura que consolidou-se com base no arrendamento de terra e, segundo Bescow (1986), liderou a mecanização da agricultura gaúcha.

Na Extensão Rural, o marco foi a criação de um órgão oficial, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR (vinculada, por sua vez, à Associação

⁴⁵ Além das doenças, o trigo é sensível à acidez do solo, característica dos solos do Planalto. O desenvolvimento de variedades tolerantes à acidez foi, assim, fundamental para a expansão do seu cultivo.

⁴⁶ Outro investimento público que contribuiu para a expansão do trigo foi a “Operação Tatu”, programa pioneiro de correção da acidez dos solos do Planalto, e que contava com o convênio entre a UFRGS, Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e Universidade de Wisconsin (Brum, 1985).

Brasileira de Crédito Rural – ABCAR). Além de assistência técnica, este primeiro órgão foi agente da disseminação do crédito no meio rural, no momento anterior à criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965.

Outra preocupação do governo residia na comercialização agrícola. Visando romper o poder dos oligopólios atuantes, como os grandes comerciantes e moageiros do trigo, foi criada, em 1957, a Comissão de Organização da Triticultura Nacional - COTRIN, que previa a organização dos produtores em cooperativas. Além de facilitar a compra do grão, através do Banco do Brasil, o Estado via nessa forma de organização um instrumento privilegiado para atender aos seus objetivos. *“De fato, a cooperativa, ao concentrar a comercialização do cereal, reduzia relativamente os gastos de circulação da produção - tanto administrativos (...), quanto em investimento fixo (armazéns, máquinas para recebimento, secagem e limpeza do grão...)”* (Benetti, 1992: 42).

A expansão do cultivo do trigo no Planalto, nos anos 60, foi acompanhada pela disseminação das cooperativas de comercialização, as quais formaram a base do sistema cooperativista empresarial, ligado à Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul Ltda. - FECOTRIGO.

Tais medidas visavam “modernizar” as atividades primárias no estado, inserindo-se, por sua vez, num conjunto maior de mudanças estruturais da agricultura brasileira, desde a base técnica até a sua inserção na economia. O novo modelo de desenvolvimento agrícola foi posto em marcha nos anos 60, através de políticas públicas (das quais se destacam a de crédito, de comercialização e tecnológica) e um aparato institucional (como são exemplos os órgãos de Pesquisa e Extensão Rural criados), direcionados para este setor. Esse processo ficou conhecido na literatura por “modernização conservadora”.

Não sendo objetivo desse estudo discutir tal processo em si, destacaremos as principais implicações para a agricultura sulina. Neste sentido, Kageyama (1986) destaca dois elementos essenciais desse processo na região Sul do Brasil: o desenvolvimento das agroindústrias ligadas ao complexo da soja e ao processamento de suínos e aves, e a reorientação do aparato institucional que, nesse caso específico, tinha o cooperativismo como um instrumento de política agrícola.

Desta forma, as novas condições sociais e técnicas de produção, implicaram na integração do agricultor às agroindústrias processadoras de suínos, aves, fumo e uva, ou a cooperativas empresariais. O resultado, segundo Coradini (1985), foi a inserção em um novo conjunto de relações de produção, com subordinação crescente às novas exigências técnicas e econômicas.

Tornou-se imperativo a adoção do padrão “moderno” de agricultura: fazer uso do crédito agrícola para aquisição de máquinas e implementos, utilizar fertilizantes químicos e sementes selecionadas, como também, a especialização da produção. Esse processo em curso gerou intensa diferenciação social, na qual se destacaram os produtores “integrados” às agroindústrias e os “granjeiros”⁴⁷, sendo que estes últimos formaram o quadro preferencial das cooperativas⁴⁸.

A intensa diferenciação social que se verificou entre os agricultores foi patrocinada pelas diferentes capacidades de acesso ao crédito agrícola subsidiado e às “inovações” produtivas. A grande maioria, composta por pequenos agricultores, ficou à margem do processo de modernização, seja pela inacessibilidade aos benefícios, ou pelo fato do progresso técnico superar a capacidade de suporte destas unidades, dada pela sua superfície.

⁴⁷ Este segmento de produtores de bases familiares e integrados ao mercado, Coradini & Riedl (1986) denominaram de “neocamponeses”.

Na década de 70 houve extraordinário crescimento na área ocupada pelas lavouras mecanizadas, cujo principal impulso partiu da elevação no preço internacional da soja. No final dessa década, alcançou-se a área máxima ocupada com esse grão no estado, cerca de 4 milhões de hectares. Com o esgotamento das terras do norte, esta cultura expandiu-se para a metade sul do estado, basicamente em sistema de arrendamento.

Esta rápida expansão da soja foi impulsionada por dois fatores principais. O primeiro, refere-se à alternância do seu cultivo com o trigo (dobradinha “trigo-soja”), fazendo uso não apenas da mesma área, mas do maquinário e da técnica de produção.

O segundo fator, refere-se ao contexto de políticas setoriais e macroeconômicas favoráveis, inseridas, no processo de modernização da agricultura brasileira: crédito agrícola subsidiado, infra-estrutura de transporte e armazenamento pré-existente, incentivo à agricultura de exportação, política cambial de minidesvalorizações. *“Em resumo, ocorreu todo um conjunto de circunstâncias e medidas de política econômica favoráveis ao desenvolvimento acelerado da sojicultura. E as cooperativas registraram imediatamente este fenômeno.”* (Benetti, 1992: 69).

Estas, tiveram rápido crescimento de patrimônio e capacidade de armazenamento, à medida em que passaram a receber soja, produto com preço em ascensão no mercado internacional. O “complexo soja”, que integra produção e processamento, consolidou-se, assim, como um segmento voltado para a exportação. Nesse período de expansão da capacidade produtiva, algumas cooperativas⁴⁹ investiram na via agroindustrial⁵⁰, com implantação de indústrias de extração e refino de óleo vegetal.

⁴⁸ “...Os granjeiros são os produtores que investem em máquinas e equipamentos, utilizam trabalhadores assalariados e se dedicam ao cultivo especializado em grande escala e exclusivamente para o mercado...” (Benetti, 1992: 43).

⁴⁹ Destacou-se, nesse aspecto, a COTRIJUI, que além de ter sido uma das pioneiras na agroindústria, representou o paradigma de multicooperativa, atuando na comercialização e industrialização de diversas linhas de produção agrícola; como também, no comércio exterior, em projetos de colonização no Centro-Oeste e na comercialização e fabricação de insumos agrícolas. Para ver mais sobre esta cooperativa, consultar Benetti (1992).

Por tais motivos, a expansão do cultivo da soja foi um dos elementos básicos das transformações na estrutura produtiva e social da agricultura sulina. Representou uma nova forma de produção, estreitamente vinculada à agroindústria de processamento da oleaginosa e às políticas estatais para o setor.

Esta cultura engendrou um novo modo de vida entre os produtores rurais, criando novas necessidades de consumo de bens produzidos externamente à propriedade rural, que implicaram, segundo Ciprandi (1993), na necessidade de obter maiores recursos financeiros para sua aquisição⁵¹, refletindo-se nas escalas de produção. Para manter um mesmo nível de renda, ou mesmo para aumentá-lo, os produtores rurais tiveram que ampliar suas escalas de produção, cuja pressão pela terra fez elevar o seu preço.

A expansão da agricultura “empresarial” (trigo e soja) implicou na adaptação progressiva dos estabelecimentos às necessidades do processo produtivo e, conseqüentemente, em concentração fundiária. Segundo Coradini (1979), o estrato de área dos estabelecimentos médios (50 a 200 ha), que engloba, o segmento conhecido por “granjeiros”, apresentou maior crescimento, acompanhado de uma tendência à eliminação das formas menos estáveis de acesso à terra, tais como parceiros, meeiros e pequenos arrendatários.

A crise econômica nacional que marcou os anos 80⁵² afetou a agricultura, sobretudo, pela redução dos recursos destinados ao financiamento do setor. O aumento nos juros dos financiamentos (associado ao crescente endividamento de agricultores

⁵⁰ Exemplo disso foi a criação da Central das Cooperativas de Produção do Rio Grande do Sul Ltda. – CENTRALSUL, em 1980, braço econômico da FECOTRIGO. Seus investimentos priorizaram a diversificação das linhas de produção: fabricação de fertilizantes e defensivos agrícolas (agrotóxicos), produtos veterinários e alimentos (Benetti, 1992).

⁵¹ De acordo com Ciprandi (1993), o crescimento na produtividade da terra, nos anos 80, não foi suficiente para compensar a queda nos preços internacionais da soja e a retirada dos subsídios ao crédito agrícola. Em decorrência, houve redução na rentabilidade por unidade de área, tornando inviável o cultivo da soja como atividade única, ou principal, na faixa de estabelecimentos de menor tamanho (inferiores a 20 ha), pois a renda obtida por estes produtores não possibilitava mais sua reprodução.

⁵² Esse período foi também marcado pela crise no cooperativismo empresarial, em função de endividamento e constantes denúncias de fraudes nas cooperativas de comercialização.

junto a instituições bancárias) e a tendência de queda no preço dos produtos agrícolas, intensificaram o processo de seleção e exclusão de produtores, cujas condições de produção (extensão e/ou topografia de suas propriedades) não lhes dava suporte econômico.

Do que foi exposto, constata-se que a modernização da agricultura produziu um conjunto de efeitos sociais (dos quais destacamos a diminuição das oportunidades de emprego agrícola, em função da mecanização das lavouras, o endividamento bancário, o aumento no preço da terra e tendência à eliminação das formas menos estáveis de acesso), que interferiram nas estratégias de reprodução social das famílias do meio rural. O resultado foi a expulsão de um contingente populacional do campo, para o qual se colocavam duas possíveis alternativas: a migração para a fronteira agrícola e/ou para as cidades.

A primeira alternativa, nesse momento, encontrava a fronteira agrícola interna e próxima (isto é, o oeste catarinense e paranaense) fechada. Assim, e seguindo a orientação e propaganda oficial, muitos agricultores gaúchos foram buscar terras em projetos de colonização no Norte do país. No entanto, a migração, nesse momento, se dava sob novas condições: um novo padrão tecnológico, de agricultura mecanizada, que exigia grandes investimentos financeiros, inacessível para boa parte do segmento dos pequenos agricultores.

A outra alternativa, a migração para os centros urbanos, nesse momento mostrava-se menos atrativa. A crise econômica dos anos 80 e a redução das oportunidades de trabalho, daí decorrentes, já não permitia mais a absorção da população saída do campo, resultando na ampliação da demanda por terra no estado⁵³.

⁵³ Entre os vários autores que têm discutido as conseqüências sociais das transformações verificadas na agricultura gaúcha e suas implicações na luta por terra no estado, destacamos Coradini & Rield (1987), Navarro (1994; 1996a), Navarro et al. (1997), Schmitt (1992) e Tavares dos Santos (1993). Este processo

Aos dois grupos sociais que retomam a luta pela terra, os “colonos” de Nonoai e os “afogados” do Passo Real, os quais veremos no próximo capítulo, somaram-se pequenos agricultores e/ou seus filhos, cuja reprodução social se inviabilizara e, nas palavras de Tavares dos Santos (1985), os “colonos retornados” dos projetos de colonização no Norte do país.

Aos que permaneceram na atividade agrícola, como forma de contornar a crise da pequena propriedade, ocorreu um esforço de diversificação das atividades agrícolas. São exemplos, a diversificação nos cereais recebidos (como aveia e canola), o processamento de produtos de origem animal (leite, suínos e aves) pelas cooperativas; e as iniciativas de desenvolvimento da fruticultura tropical em alguns municípios do Alto Uruguai.

A distribuição das atividades primárias no estado, tomando por referência as três grandes regiões identificadas em tópico anterior, apresenta o nordeste do estado consolidado na produção de uvas e vinhos, com acentuada integração dos produtores à indústria. Além da vitivinicultura, esta região possui uma produção diversificada, da qual são exemplos a introdução do kiwi e o desenvolvimento da fruticultura tropical (banana e abacaxi) no litoral norte.

O norte do estado apresentou aumento de sua participação em três importantes culturas (soja, milho e trigo), devido, sobretudo, aos significativos ganhos de produtividade nos anos 80. Com relação ao comportamento da área ocupada por estas lavouras, o trigo tem apresentado redução (devido às constantes frustrações de safras e baixos preços), enquanto que a demanda decorrente do crescimento da produção animal, tem estimulado a lavoura de milho. A soja, por sua vez, tem apresentado certa estabilidade na área ocupada.

de modernização foi, também, matriz para outros conflitos, como as mobilizações em torno da política agrícola, a ser comentado no próximo capítulo.

Cabe destacar a grande diversificação da produção nessa região. São exemplos, a produção de fumo em Santa Cruz do Sul, Candelária e Venâncio Aires (tradicional zona fumicultora); a criação de aves, suínos e bacia leiteira de Lajeado, Estrela e Encantado; a criação de suínos e bacia leiteira do Alto Uruguai⁵⁴. Como também, a fruticultura, com a maçã em Vacaria e municípios vizinhos; citrus em São Sebastião do Caí, Taquari e Montenegro; e a fruticultura tropical em alguns municípios do Alto Uruguai. Com exceção da maçã, as demais atividades são típicas do segmento dos agricultores familiares.

No sul, a crise vivida pela pecuária na década de 80, acarretou perda continuada de terras para a lavoura de arroz. Esta crise foi decorrente da incapacidade da pecuária tradicional competir em custos com outras regiões do país, sobretudo, pelo desempenho do gado no Centro-Oeste brasileiro. Apesar da existência de cabanhas, voltadas para a exportação, o caráter extensivo, com baixos níveis de produtividade, continuou predominante nesta região, conformando o quadro da Campanha que será apresentado no Capítulo III.

A lavoura de arroz⁵⁵ apresentou um expressivo aumento de área nos anos 80, predominantemente em sistema de arrendamento das terras da pecuária. A metade sul do estado tornou-se a principal região produtora de arroz do país, atingindo elevados índices de produtividade (acima dos 5.000 Kg/ha). Esta cultura desenvolveu-se ao longo das várzeas dos rios Jacuí, Ibicuí, Uruguai, e mais recentemente no estuário do Guaíba (proximidades de Porto Alegre) e Lagoa dos Patos.

⁵⁴ Esta sub-região é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, cujas condições de produção menos favoráveis (como solos declivosos), têm reduzido as possibilidades de formação de renda, sendo, assim, a principal geradora de migrantes no estado. Como também e segundo Navarro et al. (1997), palco de nascimento dos movimentos sociais no meio rural.

⁵⁵ O arrozeiro é o empresário agrícola por excelência: paga arrendamento pela terra (e muitas vezes pela água também), utiliza crédito agrícola e tecnologia de ponta.

Outras atividades desenvolvidas são o cultivo de cebola e de pêssego nas proximidades de Pelotas, que, junto da produção leiteira, localizada sobretudo em torno de Pelotas e Bagé, compreendem o segmento de agricultores familiares da região; e a produção de uvas e vinhos em Santana do Livramento.

O quadro atual da agricultura gaúcha apresenta-se particularmente afetado pelo contexto econômico dos anos 90, comentado em tópico anterior. Os fatores já citados afetaram a atividade primária do estado. A abertura comercial realizada no começo da década, ao permitir a importação de produtos como trigo, arroz, laticínios e pêssego, afetou os produtores gaúchos. Esta concorrência é, ainda, agravada pela união aduaneira prevista pelo MERCOSUL, dada a similaridade do perfil produtivo dos países vizinhos.

Outro fator, a transferência de plantas agroindustriais para outros estados, tem agravado o processo seletivo, já em marcha pelas empresas integradoras junto aos agricultores (como é o caso do ramo de aves). Finalmente, a sobrevalorização cambial do Plano Real, afetou a rentabilidade das atividades agrícolas. Somado ao endividamento bancário, sobretudo do segmento arrozeiro, tem implicado em sucessivos ajustes de custos para os produtores rurais.

A convergência desses fatores tem produzido especificidades no processo de formação dos assentamentos rurais no estado, assunto do capítulo seguinte.

II. A LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os movimentos de luta pela terra que emergiram no Rio Grande do Sul. Pretendemos caracterizar o personagem social demandante por terra que surgiu no cenário sulino e identificar os fatos que levaram à criação de um conjunto de assentamentos rurais na região sul do estado, do qual nosso objeto de estudo faz parte.

Essa recapitulação assume importância pelo fato de que, seja no imaginário, ou seja na sua própria trajetória, estes acontecimentos estão presentes na história de vida das famílias por nós estudadas.

Apresentamos este capítulo em dois momentos: no primeiro, a emergência da luta pela terra nos anos 60, e, no segundo, a sua retomada no final dos anos 70. Este recorte temporal obedece ao tratamento dado pelos diversos autores que trabalharam o tema, de acordo com o contexto em que esta luta surgiu no estado.

II.1. O Surgimento do MASTER nos anos 60

A recapitulação da luta pela terra no Rio Grande do Sul nos remete ao histórico da ocupação agrária do estado, apresentado no capítulo anterior, e aos conflitos daí decorrentes. O esgotamento da fronteira agrícola interna nas primeiras décadas deste século, num quadro de concentração na propriedade fundiária (tal como apontou Schilling, 1980a) resultou no aumento da pressão sobre a terra no estado.

A migração para outros estados da região Sul do país foi a primeira possibilidade que se abriu para o excedente demográfico das colônias velhas e novas, assegurando a reprodução social de membros das famílias. Contudo, não logrou evitar a fragmentação dos lotes coloniais, em virtude dos desmembramentos entre os filhos herdeiros.

Além destes, um fato novo viria ampliar a demanda por terra: a expansão das lavouras de arroz e trigo, como aponta Eckert (1984), que fez aumentar a pressão sobre as terras já ocupadas e a disputa pelas áreas disponíveis (momento em que a lavoura de trigo estende-se para o sul do estado, como vimos no capítulo anterior)⁵⁶. Embora as migrações para outros estados tivessem aliviado a pressão sobre a terra, as tensões sociais decorrentes de sua disputa não eram eliminadas, permanecendo, no estado, um contingente que passou a reivindicar a resolução de seu problema: o acesso à terra.

Esse momento marcou o surgimento de um movimento social organizado que fez uso, entre outras formas de pressão, de acampamentos e ocupações de terras, tal como tem sido apontado por diversos autores (entre eles Gehlen, 1983; Eckert, 1984; e Schmitt, 1992). Trata-se do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, que surgiu num contexto nacional de crescente organização dos trabalhadores no campo e de um debate político em torno de propostas de reforma agrária e de alternativas de desenvolvimento para o país.

O contingente “sem-terra” era formado por peões de fazendas⁵⁷, assalariados rurais, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários e seus filhos - que, por possuírem parcelas de terra muito reduzidas, viam-se obrigados a procurar novas terras - posseiros e agregados que tinham posse da terra de forma instável, os quais participaram

⁵⁶ Esta autora acrescenta, ainda, a hipótese do menor desempenho da agropecuária gaúcha do final dos anos 50 ao início dos anos 60 (sobretudo, no tocante à lavoura de trigo), trazendo a necessidade de modificações na organização da produção e na estrutura fundiária.

⁵⁷ O termo peão utilizado aqui diz respeito às diferentes modalidades de assalariamento na pecuária, das quais, muito comum, é a remuneração pelo trabalho parcialmente monetizada, através do recebimento,

dos acampamentos promovidos pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER. *“Na verdade, o surgimento do MASTER deveu-se ao somatório de uma série de fatores, que vão desde a própria existência de um segmento social interessado na luta pela reforma agrária e que já desde antes da década de 60 começa a ter sua organização estimulada, até uma conjuntura política propícia, na década de 60, a nível nacional e estadual, e que facilitou um crescimento da organização política do campesinato.”* (Eckert, 1984: 56).

A organização do MASTER, em 1960, foi desencadeada a partir da tentativa de um proprietário de terras retomar uma área de 1.800 ha no município de Encruzilhada do Sul, no sul do estado, na qual 300 famílias de posseiros encontravam-se instaladas há 50 anos. Nesse município foi fundado o primeiro núcleo do movimento, pelo prefeito municipal⁵⁸, contando com a presença de um deputado estadual e de um executivo do governo. Segundo Schmitt (1992), foi através do MASTER que teve surgimento a figura do “colono sem terra” enquanto personagem social.

Esse movimento passou a englobar boa parte das lideranças que lutavam pela reforma agrária no estado, medida que deveria contar com a desapropriação dos latifúndios, concessão de terras públicas e financiamento, a longo prazo, das compras de terras aos agricultores. A partir de 1962, o MASTER assumiu publicamente a bandeira da Reforma Agrária Radical, defendida pelas Ligas Camponesas. No entanto, o movimento não reconhecia a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros - ULTAB⁵⁹, como representativa dos interesses dos camponeses. Promovia,

pelo trabalhador, de cabeças de gado como forma de pagamento. No norte do estado, no entanto, o termo peão refere-se à relação de agregado e/ou assalariado agrícola temporário.

⁵⁸ Este prefeito, pertencente ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), era aliado político do governador do estado na época, Leonel Brizola (Eckert, 1984).

⁵⁹ Criada nos anos 50, a ULTAB representava um esforço do PCB na construção de uma entidade de âmbito nacional, que englobasse as organizações de trabalhadores rurais existente, segundo Medeiros (1989).

também, uma campanha de sindicalização, organizando sindicatos de assalariados rurais e de produtores autônomos.

Eckert (1984) divide a história do MASTER em três fases. A primeira, de junho de 1960, data de criação, a janeiro de 1962, quando têm início os acampamentos e a organização de associações nos municípios, estimulados pelo Congresso de Belo Horizonte. Politicamente, o movimento era dominado por setores do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e pelo Partido Comunista que, após o Congresso de Belo Horizonte, juntaram-se aos quadros do MASTER. A partir do segundo semestre de 1961 o próprio governador Leonel Brizola passou a apoiar o movimento.

Em agosto de 1961, o governo estadual reconheceu as associações criadas pelo MASTER como entidades públicas e, no final do seu governo, a reforma agrária passou a ganhar destaque, enquanto uma preocupação central, a ponto do próprio governador ceder uma área de terra de sua propriedade para instalação de famílias de sem-terra. Neste período, foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (oficializado em abril de 1962), idealizado por Paulo Schilling, para encaminhar a proposta de reforma agrária do governo estadual.

A segunda fase, de janeiro de 1962 a janeiro de 1963, corresponde ao término do governo Brizola, e posse do governador Ildo Meneghetti, momento em que tem início a repressão ao movimento. A formação de acampamentos passou a fazer parte das ações do MASTER, junto às áreas que pretendiam ser desapropriadas pelo governo, com base na Constituição Estadual que lhe atribuía competência para planos especiais de colonização, em regiões onde houvesse grande número de agricultores sem terra. Desta maneira, formaram-se várias associações de agricultores sem terra e acampamentos espalhados por diversos municípios do estado, os dois principais foram na Fazenda

Sarandi⁶⁰ (no município de mesmo nome) e no Banhado do Colégio, no município de Camaquã⁶¹.

O temor causado por estas desapropriações e pelos acampamentos formados no estado provocou a reação dos grandes proprietários rurais, manifestada através de seu órgão de representação, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - FARSUL, que encaminhou documento ao Presidente da República, João Goulart, com propostas para a reforma agrária no estado (com prioridade de utilização de terras públicas para este fim, e esgotadas estas, as terras improdutivas). No plano regional, a entidade centrou suas críticas contra as ações do MASTER e a atuação do governo Brizola, a quem chegou a solicitar que cessassem os acampamentos.

A terceira fase tem início com o governo Meneghetti, em março de 1963, e término com o golpe militar de abril de 1964. A posse do novo governador, de partido político adversário, deu início à repressão ao movimento, através da presença da Brigada Militar nos acampamentos organizados pelo MASTER, prisão de membros da sua diretoria e de líderes sindicais urbanos que apoiavam o movimento. Caso exemplar desta repressão, foi o acampamento de Passo Feio, no município de Nonoai, destruído pela Brigada Militar violentamente. Outra medida drástica do novo governo foi a exoneração e demissão de funcionários do IGRA, fato que praticamente liquidou o quadro de pessoal deste órgão (Eckert, 1984).

A despeito desta repressão, o MASTER continuou organizando acampamentos, contando com o apoio de sindicatos urbanos, do movimento estudantil, além da

⁶⁰ A Fazenda Sarandi, símbolo da luta pela terra no estado, seria novamente palco de acampamentos no final da década de 70. Esta área, de 25.000 ha, era de propriedade de estrangeiros (uruguaios) e estava dividida em três seções, arrendadas para brasileiros. Tendo conhecimento desta situação, em 1962 diversas famílias concentraram-se na estrada ao longo da fazenda (que é considerada patrimônio público) e acamparam, como forma de pressionar o governo estadual a declarar a área como de utilidade pública, para fins de desapropriação.

⁶¹ Este acampamento, formado por cerca de 2.000 famílias de agricultores em janeiro de 1962, localizava-se em uma área drenada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, e de propriedade

Superintendência de Política Agrária - SUPRA⁶², através de sua delegacia regional no Rio Grande do Sul. Com o golpe militar, em 1964, a repressão aos acampamentos aumentou, como também a perseguição aos dirigentes do movimento, líderes sindicais e simpatizantes, agora através do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, desarticulando este movimento.

Além da perseguição oficial aos acampamentos e líderes do MASTER, verificaram-se despejos de arrendatários, parceiros, agregados e assalariados permanentes por parte dos proprietários de terras. Nas áreas desapropriadas pelo governo Brizola ocorreram ameaças aos agricultores das associações de sem terra, de não distribuição dos lotes pelo IGRA para as famílias previamente selecionadas, em favor de outras.

A questão da reforma agrária deixou de ser importante para o governo estadual, mesmo por que, com o golpe militar, o MASTER e outras organizações que lutavam pela mesma causa passaram a ser reprimidas, deixando de pressionar o poder público. A Delegacia Regional da SUPRA no estado sofreu intervenção e nenhuma das propostas de reforma agrária foram efetivadas, sendo cometidas “...*arbitrariedades visando dificultar a mobilização dos camponeses na luta pela terra*” (Eckert, 1984: 224).

II.1.1. A Reação ao MASTER

Neste momento, a reação ao MASTER manifestou-se na forma de outro movimento no meio rural gaúcho: a Frente Agrária Gaúcha - FAG. Organizada por iniciativa da Igreja Católica e amparada na Encíclica “Mater et Magistra” do Papa João

não esclarecida. O próprio governador visitou o acampamento, estabelecendo uma área de 19.160 ha para ser desapropriada, de um total de 50.000 ha, segundo Leindecker (1986).

⁶² Este órgão foi criado pelo governo Goulart para formulação de uma política agrária para o país e vinculado diretamente à Presidência da República, a partir do compromisso firmado na Conferência de Punta del Este.

XXIII, a FAG desempenhou importante papel na criação de sindicatos de pequenos produtores e de assalariados rurais.

Sua fundação data de 1962, ano em que foi realizado I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, de 24 a 25 de julho, promovido pela própria FAG. *“O motivo fundamental do surgimento da FAG e seu empenho em criar sindicatos de produtores rurais e de assalariados rurais, foi combater o MASTER, isto é, de organizar uma proposta alternativa de organização dos agricultores.”* (Eckert, 1984:256).

A posição da FAG era contrária à realização da reforma agrária. Como forma de combater a concentração da terra no estado, pregava o uso da técnica, o acesso ao crédito e a educação do homem do campo. Difundia uma visão cristã, identificando o MASTER como organização de agitadores marxistas, ou seja, comunistas, que servia para promoção de políticos e interesses pessoais⁶³. *“A Igreja, portanto, organizou os movimentos de agricultores cristãos para, ao mesmo tempo que incorporava e absorvia reivindicações camponesas, moldar e controlar o potencial de luta deste setor, conforme os interesses de classe assumidos por ela, naquele período. Desta forma, a organização do campesinato deixava de ser uma ameaça aos interessados na manutenção do sistema econômico, social e político para transformar-se, inclusive, em um movimento de apoio contra o crescimento da luta camponesa pela reforma agrária.”* (Eckert, 1984: 262/263).

Com relação à concentração da propriedade da terra, a FAG admitia as disparidades existentes no campo, e por esse motivo, aceitava a desapropriação de terras, com preferência para as terras públicas e, esgotadas estas, os latifúndios improdutivos. No entanto, sua ênfase eram os projetos de colonização, a defesa de preços mínimos para os produtos agrícolas, o cooperativismo, a regulamentação do

⁶³ Obviamente, referindo-se ao governador Leonel Brizola.

Estatuto do Trabalhador Rural, entre outros. Neste período, articulava-se, também, o movimento cooperativista no estado, estimulado por um órgão público, o COTRIN, como vimos no capítulo anterior (basicamente, cooperativas de comercialização).

Após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em novembro de 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, órgão máximo do movimento sindical rural. A entidade congregava as Federações Estaduais (FETAGs), como representação sindical única no meio rural, agrupando diferentes categorias de trabalhadores rurais. No Rio Grande do Sul, tinha como base os sindicatos municipais formados pelo movimento organizado pela FAG.

II.2. A retomada da luta pela terra no estado

A repressão aos acampamentos formados pelo MASTER, durante o governo Meneghetti (que se intensificaram após o golpe militar de 1964), desarticulou o movimento de luta pela terra no estado. Com a destruição do acampamento de Passo Feio, seus integrantes foram em busca de alternativas para sua sobrevivência, contudo, o contingente de agricultores sem terra não desapareceu.

Veremos, a seguir, a retomada da luta pela terra no final dos anos 70, tomando como referência o histórico proposto por Navarro (1994)⁶⁴, que divide o processo de implantação dos assentamentos rurais em três momentos, dos quais ressaltaremos os principais acontecimentos de cada período. Este recorte temporal privilegia as diferentes medidas de políticas fundiárias implementadas no estado, as quais marcaram a intervenção do poder público no meio rural. Além disso, procuramos, também, destacar os fatores que levaram à criação dos assentamentos que são objeto desse estudo.

As etapas consideradas são as seguintes:

- primeira etapa: entre os anos de 1978 e 1985;
- segunda etapa: vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (de 1985 até meados de 1989);
- terceira etapa: de 1989 até os dias atuais (1997).

II.2.1. Primeira Etapa - final dos anos 70

Como um saldo da história da luta pela terra protagonizada pelo MASTER, ficaram as iniciativas de assentamento de famílias e o mito do “João Sem Terra”⁶⁵, personagem importante dessa luta.

Neste momento, acrescentam-se ao esgotamento da fronteira agrícola interna e concentração fundiária, já citados, outros dois fatores que implicaram na retomada da luta pela terra. O primeiro, a situação dos atingidos pela construção das barragens do Passo Real e de Passo Fundo, que ficaram conhecidos na opinião pública como “afogados”. O segundo, a expulsão dos colonos invasores da reserva indígena de Nonoai, pelos próprios índios, denominados “colonos de Nonoai”. Estes dois grupos sociais desencadearam uma nova motivação na luta pela terra no estado, com grande repercussão na sociedade rio-grandense.

A trajetória social do grupo conhecido como “afogados” teve início com a construção de hidrelétricas no estado, episódio que se estendeu até os anos 80. A construção da hidrelétrica de Passo Real no rio Jacuí, nos anos 60, pelo governo estadual, atingiu mais de 1.000 famílias nos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e

⁶⁴ O histórico da formação dos assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul também se encontra em Navarro et al. (1997), que integra o relatório preliminar da pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”*.

⁶⁵ João Machado dos Santos, o “João Sem Terra”, ativo militante do MASTER, foi preso no acampamento de Passo Feio, em Nonoai, e desapareceu em 1964. Sua história, bem como a da própria luta pela terra no estado, é contada em “A Saga do João Sem Terra”, de Wagner (1989).

Selbach⁶⁶. Outra hidrelétrica, construída no rio Passo Fundo, atingiu mais de 400 famílias⁶⁷ deste município. O problema social criado pelo deslocamento destas famílias fez o Rio Grande do Sul ser declarado “Área Prioritária para fins de Reforma Agrária” (IBRA, 1970) e atribuída competência à Delegacia Regional do IBRA para providenciar o reassentamento.

Outro grupo social, os “colonos de Nonoai”, tem sua trajetória social inscrita no processo de ocupação do território sulino. Com a expansão dos núcleos de colonização na direção noroeste do Rio Grande do Sul, como vimos no capítulo anterior, a população indígena foi sendo dirigida para os vales dos grandes rios, especialmente o vale do Uruguai⁶⁸.

No início deste século, em função da pressão exercida pelos próprios índios, o governo estadual demarcou as áreas de reservas para esta população. “...*Foram os Kaingang que, acuados para áreas próximas ao rio Uruguai e pressionados pelas sucessivas perdas de parcelas de suas terras, o que estava levando a transformações radicais em seu ‘modus vivendi’, especialmente pela subordinação ao branco através da venda de sua força de trabalho, recorreram ao Governo Estadual, em 25 de julho de 1908, para que este garantisse e demarcasse suas áreas livres. Isso foi cumprido a partir de 1911, pela Inspetoria de Terras*” (grifos no original) (Gehlen, 1983: 110).

As áreas de reserva indígena, concebidas como “terra de ninguém”, representavam, praticamente, as últimas terras passíveis de ocupação, a partir do

⁶⁶ As áreas previstas para o reassentamento das 523 famílias (que assim optaram) eram fazendas da região consideradas improdutivas (latifúndios por exploração): Fazenda Colorados, no município de Cruz Alta; Fazenda Boa Vista, no mesmo município e Fazenda Itaíba, nos municípios de Santa Bárbara do Sul e Ibirubá (vide Anexo 2, Tabela 15).

⁶⁷ Destas 400 famílias, 166 optaram pelo reassentamento: 60 famílias dirigiram-se para o Projeto Iguatemi, no estado do Mato Grosso, e as 91 restantes tinham seu reassentamento previsto na Fazenda Experimental Engº Luiz Englert, no município de Sertão, área de propriedade do Ministério da Agricultura e cedida ao ex-IBRA (conforme documento INCRA, 1972).

⁶⁸ As primeiras iniciativas de estabelecimento de reservas indígenas remontam ao século XIX, mais precisamente em 1846, quando o Conde de Caxias, presidente da província, decidiu promover o

momento em que se esgotara a fronteira agrícola do estado. Considerados incapazes de lutarem contra as invasões dos brancos, as populações indígenas foram perdendo gradativamente áreas de terra para os invasores. A situação chegou ao ponto do próprio poder público consentir o arrendamento de suas terras, quando não, o desmembrando para fins de loteamento (Rio Grande do Sul, 1963), com supervisão do Serviço de Proteção ao Índio - SPI e, posteriormente, seu sucessor, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI⁶⁹.

Estes posseiros eram, basicamente, agricultores desprovidos de recursos para aquisição de terra via compra, e atingidos pela construção de barragens, que não haviam sido reassentados. Com a destruição do acampamento de Passo Feio, vários de seus integrantes entraram na reserva indígena de Nonoai. O convívio, em geral tenso, com os posseiros (para quem, inclusive, os índios prestavam trabalho em momentos como plantio, colheita), levou os indígenas a reivindicarem, junto à FUNAI, a desocupação definitiva da área pelos “colonos”. Não tendo sido atendidos, decidiram, em ação de grupo, expulsar os invasores, em maio de 1978.

Das famílias expulsas da reserva (em número aproximado de 1.500), cerca de 700 foram conduzidas pelo governo estadual ao Parque de Exposições de Esteio, próximo à Porto Alegre. Dessas, um grupo optou pelo reassentamento em um projeto no estado do Mato Grosso e um outro grupo pelo Projeto Nova Esperança, no município de Bagé. Restavam, em Nonoai, cerca de 200 famílias⁷⁰ que, em junho de 1978 decidiram, numa estratégia de ação coletiva, entrar numa das glebas da Fazenda Sarandi (Gehlen, 1983).

aldeamento desta população como forma de evitar a hostilidade entre colonos, tropeiros, fazendeiros e indígenas (Zarth, 1988).

⁶⁹ Segundo os dados apresentados pelo Grupo de Trabalho Questão Agrária da Associação Gaúcha dos Sociólogos no Seminário Nacional “A Questão da Terra” (Rio Grande do Sul, 1981), em 1962 cerca de 400 famílias invadiram a reserva indígena de Nonoai, processo que se repetiu em 1964; em 1969 outras 600 famílias invadiram esta reserva, sendo 400 expulsas e 200 transformadas em arrendatárias pela FUNAI.

⁷⁰ Das quais, muitas eram remanescentes de acampamentos organizados pelo MASTER.

A Fazenda Sarandi entrava novamente em cena. Com processo desapropriatório desde o governo Brizola, a maior parte da área estava arrendada à Granja Brilhante (uma gleba de 1.433 ha), explorada por um estrangeiro; e a outra gleba para uma madeireira de Carazinho, município próximo. Outra área de terra, a Fazenda Annoni, próxima à Sarandi, também estava com processo de desapropriação, para receber os atingidos pela barragem de Passo Real (cujo processo encontrava-se na justiça). A decisão de ocupação das áreas foi pautada pelo conhecimento da existência de terras públicas arrendadas a empresas agropecuárias e de terras em situação irregular de posse.

Esta primeira ocupação, de acordo com Gehlen (1983), foi fracassada, e em setembro de 1979, tornaram a ocupar a Fazenda Sarandi⁷¹, desta vez nas glebas Macali e Brilhante, com a decisão de resistir na área de forma pacífica⁷². O êxito desse ato serviu de exemplo para que novos contingentes ingressassem na luta pela terra.

No entanto, a presença das famílias no Parque de Exposições de Esteio, nas proximidades da capital, teve grande repercussão na imprensa e provocou amplo debate em torno da questão agrária no Rio Grande do Sul. Em julho de 1981 foi realizado o painel “Nonoai, Índios e Colonos”, no Auditório da Assembléia Legislativa (Rio Grande do Sul, 1981). Diante das alternativas de sobrevivência que se apresentavam (proletarização no campo ou na cidade, ou a migração para projetos de colonização no norte do país), estas famílias reivindicavam seu direito à terra e exigiam do poder público o assentamento no estado.

Em janeiro de 1981, teve início a formação do acampamento de Encruzilhada Natalino, nas proximidades da Fazenda Sarandi, por agricultores sem terra de diversos

⁷¹ Em torno desta área construiu-se uma mistificação pela sua história, um misto de esperança e frustração, marco da luta pela terra no estado: “*Por isso, após a expulsão dos ‘colonos de Nonoai’, uma das primeiras exigências feitas ao governador é a liberação do que resta disponível da Fazenda Sarandi para serem assentados. Por isso também, bem antes, os despejados pelas águas do Passo Real e da barragem do rio Passo Fundo haviam feito a mesma reivindicação*” (grifos no original) (Gehlen, 1983: 153).

locais e trajetórias sociais, para os quais o acesso à terra tinha o significado de um direito. Este acampamento teve forte presença de setores “progressistas” da Igreja Católica, especialmente a CPT, principal mediador dos conflitos fundiários neste momento⁷³, e cujo papel exercido foi determinante na mobilização em torno da questão da terra (da qual originou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST).

Além da ajuda material e logística aos acampados, o papel desempenhado pela Igreja foi fundamental para o processo de discussão e formação de lideranças. Outra importante contribuição foi a construção de uma mística em torno da luta pela terra, amparada na Bíblia, como demonstra o depoimento do Padre Arnildo Fritzen no Seminário Nacional “A Questão da Terra”: *“A motivação central que tem levado este povo à busca da sua terra se encontra na Bíblia e está fundamentada na fé. Neste esforço e nesta convicção de que eles, como povo, lavradores da terra, são capazes de buscar solução, para seu próprio problema.”* (Rio Grande do Sul, 1981: 212).

A ampliação da demanda social por terra tinha como fator gerador básico, as conseqüências sociais das transformações verificadas na agricultura, na medida em que impossibilitava a reprodução social de um significativo contingente de trabalhadores. A migração, neste momento, significava a transferência para projetos de colonização no Centro-Oeste e Amazônia Legal, a qual, no entanto, se dava sob novas condições.

Representava um empreendimento de alto risco, pelas novas condições na fronteira agrícola (novo padrão tecnológico, necessidade de acesso ao crédito, dependência de cooperativas e empresas na comercialização da produção), e também, pelos conflitos existentes na área de fronteira entre posseiros, fazendeiros e empresas colonizadoras, públicas ou oficiais. A ocupação de terras foi a estratégia adotada diante

⁷² Esta estratégia de resistência pacífica consistia na utilização de uma barreira de mulheres e crianças, como forma de conter o avanço do pelotão da Brigada Militar.

⁷³ Para saber mais sobre a atuação da CPT junto aos movimentos sociais no Rio Grande do Sul, consultar Grzybowski (1985).

do desejo de permanecer no estado, e na almejada condição de proprietário de um lote rural.

Encruzilhada Natalino, nesse momento, tornava-se um símbolo de resistência na luta pela terra, sendo que a decisão de ida para o acampamento, de acordo com Schmitt (1992), representava um rompimento com a atitude de “espera”. Este local atraiu o apoio de entidades religiosas, sindicatos, categorias profissionais e partidos políticos, e teve grande destaque na opinião pública, a ponto de despertar a atenção do próprio governo federal, que declarou área de tensão social. O acampamento sofreu controle direto do Conselho de Segurança Nacional, para o qual foi designado o Major Curió, acompanhado de um contingente de militares, numa tentativa de desmobilização das famílias acampadas⁷⁴.

Este acampamento foi, também, um marco para a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que ocorreu por ocasião da realização do I Encontro Estadual do MST, em 1983⁷⁵. A articulação das frentes de lutas pela terra que ressurgiram em vários estados brasileiros entre o final dos anos 70 e começo dos anos 80, formou a base para o movimento organizar-se a nível nacional. São exemplos, a ocupação das fazendas Burro Branco, em Santa Catarina, a Primavera, em São Paulo, e o Movimento Justiça e Terra, dos atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, cujo desdobramento originou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense - MASTRO.

Em 1984, no I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná, com participação de lideranças do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo

⁷⁴ Este militar, numa tentativa de desmobilizar o acampamento, atraiu cerca de 200 famílias para um assentamento no estado do Mato Grosso; as demais, no entanto, continuaram reivindicando terra no próprio estado.

⁷⁵ Este período, que se estende da realização do I Encontro Estadual do MST, até a ocupação da Fazenda Annoni, em 1986, representa um período-chave na constituição dos atores sociais envolvidos nos conflitos fundiários, segundo Schmitt (1992).

e Mato Grosso do Sul, foi oficializada a criação do MST, tendo com bandeira de luta a conquista da terra (Medeiros, 1989). A partir do seu surgimento, esse movimento passou a organizar e mobilizar os agricultores sem terra em vários estados do país, e a atuar como porta-voz principal junto aos interlocutores, governo estadual e/ou federal.

Neste momento, predominou a interlocução com o governo estadual, que promoveu assentamentos em resposta à pressão social exercida pelo contingente “sem-terra”. Para as famílias, o assentamento representava a conquista do direito à terra, como também, um estímulo aos novos grupos de sem-terra que juntavam-se aos acampamentos que se formariam no estado do Rio Grande do Sul.

Os assentamentos criados nesta etapa concentraram no norte do estado, nas proximidades do município de Ronda Alta (vide Anexo 4, Mapa 4). Foram instalados, basicamente, em áreas públicas ou adquiridas pelo governo estadual, com exceção do Assentamento Nova Ronda Alta⁷⁶, área adquirida pela Igreja Católica a partir de contribuições da comunidade e que recebeu um grupo de famílias provenientes de Encruzilhada Natalino.

O único estudo realizado sobre os assentamentos formados nesse período foi o de Navarro (1994), que apresenta um saldo 12 projetos criados nesta primeira fase, beneficiando 563 famílias, com área média por lote de 15,00 ha. Desse total de famílias beneficiadas, cerca de 33 % abandonaram ou trocaram seus lotes, devido, provavelmente, à precariedade nas condições de implantação (que dizem respeito, basicamente, à extensão e potencial agrícola dos lotes e insuficiência de recursos financeiros disponibilizados pelo órgão responsável).

⁷⁶ Em torno deste assentamento criou-se a expectativa de construção de um “modelo” de organização para os demais, em sistema coletivo, representava “a utopia de uma nova sociedade”, segundo Esterici et al. (1992),

Confrontando estes dados com os disponíveis na Tabela 14 (Anexo 2), constatamos, nesta primeira fase, a implantação de 13 assentamentos no estado, beneficiando 629 famílias, com área média de 16,63 ha por lote.

II.2.2. Segunda Etapa - a vigência do PNRA

Esta segunda etapa processou-se num contexto político e econômico que possibilitou o surgimento de vários movimentos sociais no Rio Grande do Sul. Na política, o período foi marcado por crescente democratização (em função da abertura política iniciada na década anterior), permitindo manifestações e a organização da sociedade civil. Na economia, por uma crise econômica, gestada ainda nos anos 70, a qual teve efeitos sobre o Setor Primário.

Além da luta pela terra, protagonizada pelo MST, esse período foi marcado pelo surgimento do movimento dos agricultores atingidos pela construção de barragens hidrelétricas (que posteriormente daria origem à Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB); pelo movimento por preço dos produtos agrícolas; o Movimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - MSTR, e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR. No plano nacional, pela entrada em cena de um novo personagem social, o seringueiro, no norte do país.

A eleição de um presidente civil, encerrando o regime militar, abriu espaço para a discussão de um novo projeto de reforma agrária no país, face à demanda do contingente “sem-terra”. Em 1985 foi apresentada a proposta para o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, como resultado de um pacto social e político entre o governo (grupo constituído pela “Nova República”) e a pressão exercida pelos movimentos sociais (Martins, 1986).

Por ocasião da realização do IV Congresso da CONTAG, em maio de 1985, foi anunciada a proposta para elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. O PNRA pretendia assentar 1,4 milhões de famílias, durante os quatro anos de mandato do governo Sarney, e previa a desapropriação de áreas que fossem foco de conflitos de terra. O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, era o encarregado de implementar o projeto e tinha apoio jurídico no Estatuto da Terra e poder de atuar via decreto (declaração de área prioritária para a reforma agrária).

Para o Rio Grande do Sul, o PRRA tinha como meta o assentamento de 35.100 famílias, para o qual se faziam necessários 550.000 ha (EMATER/RS, 1989). Estes números tinham como base os acampamentos formados no estado, dos quais vinha o reconhecimento de área de conflito fundiário. As áreas previstas para desapropriação localizavam-se no centro do estado, abrangendo os municípios de Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santiago e Tupanciretã (exceto uma área em Guaíba). Situadas no limite entre áreas de pecuária extensiva e lavouras de trigo e soja⁷⁷, tais fazendas tiveram sua indicação para desapropriação em virtude dos baixos níveis de produtividade apresentados (ou seja, latifúndios por exploração).

O anúncio do I PNRA despertou reações, tanto por parte do segmento social beneficiário do plano, quanto do patronato rural. Em julho de 1985, num momento em que ainda se discutia a proposta de elaboração do I PNRA em Brasília, cerca de 10.000 “colonos”, articulados pelo MST, montaram acampamento no Parque de Exposições de Palmeira das Missões, como forma de pressionar o governo federal na implementação do referido plano.

Nesse mesmo mês, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, em resposta à apresentação da proposta do PNRA, promoveu a realização do Congresso Nacional da

⁷⁷ Ou seja, no limite entre as áreas de lavoura mecanizada e de pecuária extensiva.

Reforma Agrária, evento a partir do qual, segundo Bruno (1997), seria criada a União Democrática Ruralista – UDR.

Em outubro deste mesmo ano, mais de 1.500 famílias⁷⁸, mobilizadas pelo MST, entraram a Fazenda Annoni, em Sarandi. Esta ocupação tinha o objetivo de obrigar o governo federal a tomar uma decisão com relação à área, que estava *sub judice* há 13 anos⁷⁹. Aos acampados juntaram-se, ainda, famílias remanescentes dos “afogados” do Passo Real.

A partir deste momento, a Annoni transformou-se no principal foco de luta pela terra no estado e ganhou visibilidade nacional. Desse local os “colonos” partiram para várias ações, entre elas caminhadas e novas ocupações, enquanto que, na capital do estado, simpatizantes do movimento estabeleciam contatos políticos a fim de assegurar a permanência dos colonos na área. Dentre as possíveis formas de pressão sobre o poder público, “...o MST optou, imediatamente após a ocupação da Annoni, para chamar a atenção publicamente à sua causa, promovendo longas caminhadas, passeatas e ocupando, temporariamente, algumas instâncias de representação do poder executivo.” (Souza, 1994: 67).

Este período foi revelador do crescente poder de mobilização do MST e de sua capacidade de criar fatos políticos. Exemplo disso, foi a caminhada de quase 500 Km, da Fazenda Annoni até Porto Alegre, no ano de 1986, por cerca de 400 acampados, estando presente entre eles, Padre Arnildo Fritzen, de Ronda Alta. Ao entrar na cidade, receberam a chave do Prefeito Municipal, na presença de mais de 20.000 pessoas e realizaram um ato público em frente ao Palácio Piratini, sede do governo estadual. Estes

⁷⁸ Não existe precisão quanto ao número de famílias que participaram da ocupação. Schmitt (1992), por exemplo, menciona cerca de 1.800, enquanto que Navarro et al. (1997) apresenta o surpreendente número de 6.500.

⁷⁹ Desapropriada na década de 70 para o reassentamento dos atingidos pela barragem de Passo Real

atos buscavam o apoio público à causa dos agricultores sem terra, como forma de criar constrangimentos para o poder público.

Entre as ações desencadeadas pelos acampados na Fazenda Annoni, constava o retorno à ocupação de terras. O alvo eram as áreas previstas para desapropriações pelo PRRA, localizadas na região de Cruz Alta (vide Anexo 3, Mapa 3) para instalação das famílias acampadas na referida fazenda. Diante da pretensão de ocupar estas áreas, o acampamento da Fazenda Annoni sofreu intervenção da Brigada Militar. A repressão⁸⁰ e cerco ao acampamento teve grande repercussão na opinião pública, ecoando nas cidades, como demonstra a composição do grupo de música popular, Tambo do Bando, da capital gaúcha:

*De chapéus fabulosos
sobre a primavera do sul
e sobre a fábula sulina
as crianças, as mulheres e os velhos
acreditavam caminhar sem temer
Sobre o verde sul e sua bruma
alguém fuma sobre o mapa
e sobre as crianças, as mulheres e os velhos
lança os policiais e a lei (...)
Sangrei sobre a Annoni
seguirei com você ...*

Estas mesmas áreas voltariam à cena no ano de 1987, quando o MST decidiu pela estratégia de pressionar o governo federal através da ocupação das fazendas cujo processo desapropriatório estivesse sendo contestado na Justiça. A ocupação da Fazenda São Juvenal, por cerca de 300 famílias (outras 300 acamparam na estrada de acesso) criou um fato político na região de Cruz Alta, atraindo para este local a atenção de autoridades, imprensa e proprietários rurais⁸¹. Esta ocupação desencadeou, também, a primeira atuação da UDR no estado e marcou o deslocamento geográfico dos conflitos

⁸⁰ Devido, inclusive, à prisão de um religioso, Frei Betto, ao tentar entrar no acampamento.

⁸¹ A decisão de ocupar estas áreas partiu de um trágico episódio. Segundo Wagner (1989), em março de 1987 os acampados da Annoni juntaram-se aos pequenos agricultores do Alto Uruguai e bloquearam a rodovia BR 386, Estrada da Produção, que liga esta região com Porto Alegre, protestando contra a política agrícola do governo federal. Nesta manifestação, um caminhão desgovernado atropelou e matou 3

para essa região. O despejo, pela Brigada Militar, em poucos dias, no entanto, garantiu o envolvimento do governo estadual na questão. O não cumprimento da promessa de assentamento, pelo governador Pedro Simon (PMDB), provocaria a continuidade das mobilizações.

A reforma na legislação que regulamentava o PNRA, no final da década de 80, extinguiu o INCRA, transformando-o numa delegacia do MIRAD. Esta medida teve, como consequência, a anulação dos processos de desapropriação em Cruz Alta. Diante desta nova situação, no mês de novembro de 1987, cerca de 8.000 famílias (com 250 provenientes da Annoni) ocuparam 3 áreas de terras no estado: Fazenda do Salso, em Palmeira das Missões; Fazenda Itati, próxima da fronteira com a Argentina, e Fazenda da Palma, em Capão do Leão, área de propriedade da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Despejados, montam outros acampamentos nos municípios de Santo Ângelo e Palmeira das Missões⁸².

No início de 1988 havia 4 acampamentos organizados pelo MST no estado: Fazenda Annoni, em Sarandi, e nos municípios de Palmeira das Missões, Santo Ângelo e Capão do Leão, cujo símbolo mais eloqüente eram as barracas de lona preta. Neste mesmo ano, vencidas as batalhas judiciais, algumas das áreas em processo desapropriatório pelo PRRA foram liberadas para assentamento, o que não impediu, no entanto, a continuidade das ocupações de terras, pelo movimento (num saldo de 12 em único ano).

Os atos organizados pelo MST, como ocupação de terras, foram classificados por uma entidade internacional de direitos humanos como “desobediência civil”, no

peças, tragédia que levou à decisão de ocupar as áreas designadas para assentá-los, que estavam em disputa na justiça, entre o INCRA e os proprietários.

⁸² De acordo com Souza (1994), a proximidade dos acampados com as ruínas de São Miguel das Missões, atribuiu ao grupo, a denominação de “missioneiros”. Junto dos “annonis”, que compreendia as famílias acampadas na Fazenda Annoni, representaram duas distintas formas de ação no interior do MST. Apesar de eventuais tensões com relação à prioridade de assentamento, mantiveram a unidade e organicidade,

documento “Violência Rural no Brasil”. De acordo com os autores, “...os trabalhadores apoiam-se na opinião pública e em qualquer pressão política que possa resultar dos atos de desobediência civil que cometem, ao ocuparem terras das quais não têm o título...” (Human Rights Watch, 1991: 129).

Este período marcou, também, o deslocamento geográfico das ações do movimento para o centro do estado, devido ao possível esgotamento das áreas passíveis de desapropriação nas proximidades dos municípios que haviam sido foco das ações na fase anterior. Nesse momento, a grande maioria dos assentamentos criados foram de responsabilidade do governo federal. De acordo com os dados da Tabela 14 (Anexo 2), foram criados 16 assentamentos nessa segunda etapa, beneficiando 1984 famílias, com área média de 18,54 ha por lote.

O Quadro 01 apresenta avaliação do PRRA (1985/89), no qual constata-se o tímido cumprimento das metas, com relação ao que fora estabelecido pelo plano.

Quadro 01. Avaliação do PRRA/RS.

	Meta do PRRA	Realizado pelo PRRA	% da meta realizada
Área (ha)	561.600	19.903	3,60
Nº de famílias assentadas	35.100	902	2,56
Área/família (ha)	16,0	22,1	31,80

Fonte: INCRA/RS (1990).

Como já comentamos, além da luta pela terra, outros movimentos emergiram neste período e que, em seu conjunto, apresentaram como característica dominante, a diversidade geográfica e social. Destacamos o movimento dos atingidos por barragens, o movimento sindical rural ligado à CUT, e o movimento das mulheres, apresentados de forma sucinta, em dois blocos. Tal divisão privilegia a segmentação em dois eixos de

promovendo ações simultâneas e buscando encaminhar a luta mais ampla, ou seja, da realização da

reivindicações: a luta por terra, no caso MST e CRAB, e a luta em torno de direitos previdenciários e condições de produção, no caso do MMTR e do movimento sindical rural ligado à Central Única dos Trabalhadores - CUT.

O primeiro bloco engloba o MST, visto em separado e por tal motivo dispensamos maiores comentários, e o movimento de resistência e por indenizações dos expropriados por obras públicas, organizados em torno da CRAB. O movimento dos atingidos por barragens surgiu no começo dos anos 80, diante do anúncio da construção de um conjunto de barragens no rio Uruguai. Suas ações envolveram a população de ambas as margens do rio, situado entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as quais inspiraram intensa produção acadêmica⁸³.

A motivação dos seus integrantes veio da situação de outros desalojados pela construção de barragens, como os “afogados”, grupo anteriormente comentado. Esse movimento teve sua agenda de demandas reconhecida formalmente pelo Ministério das Minas e Energia, passando a organizar o reassentamento das famílias atingidas. No entanto, no começo da década de 90, devido, possivelmente, à evidente não construção do número de barragens previstas, esse movimento começou a perder sua capacidade de mobilização.

O segundo bloco, abrange o movimento sindical rural ligado à CUT e o MMTR⁸⁴. O movimento sindical rural ligado à CUT, representou uma renovação no interior do sindicalismo sob a égide da FETAG. Teve seu momento máximo de atuação no final dos anos 80, em função do crescente endividamento de agricultores e da crise das políticas para a agricultura. Suas ações mobilizaram grande número de produtores rurais

reforma agrária.

⁸³ Entre os vários trabalhos realizados, citamos alguns: Sigaud (1988; 1995), Vainer (1990; 1993), Moraes (1996) e Rothman (1996).

⁸⁴ Em relação a esses dois movimentos, citamos, respectivamente, os trabalhos de Schmitt (1996) e de Stephen (1996); o artigo de Navarro (1996b), por sua vez, faz um apanhado geral sobre vários movimentos sociais que surgiram no estado.

do estado, entre as quais, o bloqueio de rodovias e de agências bancárias, reivindicando melhores condições de produção (basicamente, preço de produtos agrícolas e taxas de juros dos financiamentos) e previdência social⁸⁵.

Cabe ressaltar que, em diversas situações, as mobilizações e atos de protesto ocorreram segmentados por bloco de produtores, estendendo-se para os demais estados do Sul do país. Ou seja, de acordo com as formas de inserção no processo de produção agrícola, a exemplo do movimento dos suinocultores, fumicultores e viticultores que, de acordo com Grzybowski (1985), representam a forma como os produtores “integrados” se transformaram em sujeitos coletivos.

O movimento das mulheres do meio rural (MMTR) é o mais recente, surgido no final da década de 80. Suas ações centraram-se no campo dos direitos, especialmente com relação à previdência social e saúde da mulher, cujo debate em torno de temas considerados polêmicos, como o planejamento familiar, assegurou grande atratividade para o movimento. Outro aspecto que tem motivado a atuação do MMTR é a participação feminina nas diretorias sindicais.

Além do contexto político, anteriormente comentado, o papel exercido pela Igreja⁸⁶ no meio rural foi fundamental para a eclosão destas forças sociais. “...*Esses novos movimentos sociais na região [Rio Grande do Sul] são principalmente o resultado de três fatores, como se descreve: a liberalização política do período, as mudanças na economia agrária do Estado e seus impactos sociais e a ação de setores ‘progressistas’ da Igreja Católica, fatores esses que exerceram influência bastante diferenciada no tempo e no espaço agrário...*” (grifos no original) (Navarro, 1996c: 67).

⁸⁵ Estamos mencionando apenas o sindicalismo rural ligado à CUT com o objetivo de destacá-lo; não ignoramos, contudo, que o movimento por condições de produção e previdência social foi também levado à frente pela FETAG.

⁸⁶ Estamos destacando a atuação da Igreja Católica nos movimentos sociais do meio rural gaúcho; sem desconsiderarmos a presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, a qual, no entanto, concentra-se em alguns municípios.

Esta atuação da Igreja Católica se deu principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, e da Comissão Pastoral da Terra - CPT, marcando presença em praticamente todos os movimentos verificados no meio rural do Sul do país. O trabalho da CPT junto aos agricultores através de núcleos de base nas comunidades rurais, privilegiou uma metodologia de intervenção educativa, na qual é estimulada a participação dos indivíduos, o compartilhamento de idéias e experiências, transformando-os em atores do processo de construção da vontade coletiva. *“O princípio pedagógico desta intervenção da CPT é a praxis refletida, é a ação concreta pensada, programada e avaliada coletivamente com o apoio dos agentes assessores. Forja-se a vontade coletiva na ação, dando legitimidade à organização e às lideranças que surgem. Os líderes são, então, ‘trabalhados’, isto é, fazem-se os mais diferentes cursos, atendendo às necessidades do movimento e ao desenvolvimento das lutas...”* (grifos no original) (Grzybowski, 1985: 271).

Outro aspecto que contribuiu para a emergência de tais movimentos foi a própria forma de organização do meio rural, em comunidades ou “linhas”⁸⁷ nas áreas coloniais. Esta população apresenta características singulares, com intensa participação em escolas e associações comunitárias, clubes, sindicatos e cooperativas⁸⁸, e, não raras vezes, a base dos movimentos foi formada pelas suas próprias associações. *“...Por esta razão, constitui-se num capital social que fomentou, às vezes por décadas, a constituição de redes sociais que cimentaram um padrão de estreita interação social, estimulando o desenvolvimento de formas de solidariedade e ajuda recíproca - de fato, as premissas da organização que surgiram na década de 1980...”* (Navarro, 1996a: 11). Embora

⁸⁷ As “linhas” representam o planejamento dos assentamentos coloniais, no qual os lotes foram dispostos longitudinalmente ao traçado da estrada, e seu conjunto denominado “núcleo colonial”.

⁸⁸ Sigaud (1988) aponta, ainda, uma outra característica peculiar dessa população: a menor “clivagem” social entre a classe média urbana e os agricultores, em função de laços de parentesco e amizade, favorecendo as alianças políticas e o reconhecimento das reivindicações pela população urbana.

concentrados nos municípios do Alto Uruguai⁸⁹, tais movimentos não ficaram restritos aos limites da divisão territorial administrativa, estendendo-se para os demais estados do Sul do país. Tal expansão foi decorrência da articulação de distintas frentes de lutas em torno de uma causa comum, a exemplo do MST, ou devido ao fato do problema comum enfrentado ultrapassar os limites geográficos, a exemplo do movimento da bacia do rio Uruguai, que atingiu a população de dois estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A diversidade social diz respeito aos vários segmentos de trabalhadores rurais envolvidos e à ausência de centralidade nas lutas, as quais, apresentaram-se pouco articuladas entre si. A essa diversidade de manifestações correspondem distintas situações de trabalho e vida da população rural envolvida. *“As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária...”* (Grzybowski, 1991: 17/18).

Em torno desses dois eixos centrais comentados, terra e condições de produção, foram canalizadas as ações, que envolveram atos de protestos em assembléias, passeatas nas cidades, barreiras em rodovias e bancos, para citar alguns. Como também, ações específicas, empreendidas por cada movimento, como é exemplo a retenção de técnicos da empresa responsável pela obra por grupo de atingidos por barragens.

II.2.3. Terceira etapa - de 1989 aos dias atuais

A terceira etapa foi marcada pela mudança na política agrária do governo, no final da década de 80. A inviabilização das desapropriações de terras, levou à adoção de uma política de compra de terras para o assentamento de famílias. Com a Constituição de

⁸⁹ Alto Uruguai é a denominação do extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, cujas características são a alta densidade da população rural e o predomínio de pequenas propriedades rurais, que têm como base o trabalho familiar.

1988, a desapropriação de terras improdutivas com fins sociais passou a ter impedimento legal, pois dependia de lei complementar. *“Na vigência da nova carta constitucional (...) o governo conduziu uma política voltada à compra de terras, para fins de reforma agrária...”* (Souza, 1994: 137).

Com a extinção do MIRAD, o governo estadual passou a ser o principal alvo de pressões por parte do MST e responsável pela criação dos novos assentamentos. A partir da implantação do FUNTERRA, fundo constitucional aprovado pela Assembléia Legislativa, entrou em vigência a política de compra de terras, por parte do governo estadual, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. No final de 1988, contando com os recursos desse fundo, foram adquiridas as primeiras áreas de terra no município de Bagé, fronteira sul do estado, dando início ao conjunto de assentamentos rurais, do qual nosso objeto de estudo faz parte.

Esta alteração na política fundiária do governo, com a instauração do mecanismo de compras de terras, provocaria, ainda, mudanças nas formas de ação do MST. *“...As formas de pressão do MST, junto ao governo do estado, passaram a se dar pela via das greves de fome, passeatas, longas caminhadas e conscientização em escolas, entre outras. Por outro lado, houve alguns momentos de pressão combativa do MST, no ano de 1989, quando aconteceram novas invasões de terra no Estado.”* (Souza, 1994: 125).

Uma destas ocupações, em março de 1989, representou mais um episódio de conflito entre “colonos” e policiais: a ocupação da Fazenda Santa Elmira, no município de Cruz Alta⁹⁰. Expedida a ordem de despejo, os ocupantes foram retirados violentamente da área pela Brigada Militar e por particulares. Como saldo da operação, cerca de 400 feridos, dos quais 19 foram hospitalizados (3 crianças com ferimentos de

⁹⁰ Esta ocupação foi desencadeada a partir dos acontecimentos de Salto do Jacuí, próximo a Cruz Alta, quando um avião pulverizou o acampamento com agrotóxicos, provocando a morte de 4 crianças. Em reação à falta de punição para os responsáveis, os acampados decidiram ocupar a Fazenda Santa Elmira,

balas), e 22 pessoas presas, entre elas dois religiosos⁹¹. Após retornar ao acampamento de origem, 4 membros do MST entraram em greve de fome na capital, numa demonstração de mudança nas estratégias por parte do referido movimento, como já mencionado.

No entanto, o ritmo com que eram implantados os novos assentamentos não impediu a formação de novos acampamentos e ocupações de terras. Em agosto deste ano ocorreram duas ocupações simultâneas: na Fazenda Capela⁹², no município de Capela de Santana, e uma área pertencente à Secretaria da Justiça, no município de Charqueadas. Estas duas ações na região metropolitana de Porto Alegre, marcaram um novo deslocamento geográfico dos conflitos fundiários no estado (embora, as ocupações continuassem ocorrendo também em outros locais).

No ano de 1990, com a posse do novo Presidente da República, a desapropriações de terras para assentamento de famílias passou a se tornar uma possibilidade cada vez mais remota⁹³. Tal fato determinou novas estratégias do MST: simultaneidade entre as ações de ocupações de terras e manifestações na capital do estado, com acampamento em prédios da administração pública.

Exemplo de estratégia de ação simultânea, foi a ocupação, em agosto de 1990, de uma área no norte do estado, enquanto que um outro grupo, integrado por acampados da Fazenda Annoni que ainda aguardavam seu assentamento definitivo, montavam acampamento na Praça da Matriz, em frente à sede do governo estadual. Este episódio, que ficou conhecido como o “Confronto da Praça da Matriz”, resultou na morte trágica de um soldado da Brigada Militar durante o conflito, e na prisão de quatro possíveis

no mesmo município. Para saber mais sobre os acontecimentos ocorridos na ocupação desta fazenda consultar Görgen (1989).

⁹¹ Estes dois religiosos eram Frei Sérgio Görgen e Padre Paulo Cerioli.

⁹² Esta área estava sendo contestada na justiça pelo Banco do Brasil, em virtude da existência de dívidas junto a esta instituição financeira, por parte do seu proprietário. Esta foi a primeira entre uma série de ocupações que ocorreram nesta área, até sua liberação para assentamento de famílias acampadas.

autores. Em função deste acontecimento, seguiram-se vários outros atos de protesto por parte de simpatizantes do movimento.

Enquanto a situação das famílias remanescentes do acampamento da Annoni não se resolvia, novas famílias de sem terras uniam-se aos acampamentos formados no estado, dando continuidade às ações do MST que, num momento em que vigorava a política de compra de terras, tinha por alvo o governo estadual. As ações, na forma de manifestações e ocupação de prédios e terras públicos, visavam pressionar o assentamento das famílias e, também, a liberação de crédito para as famílias já assentadas, a partir da regulamentação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA.

Uma das áreas adquiridas na região de Bagé foi destinada, pelo INCRA/RS, para a criação do Centro de Treinamento e Triagem Agrícola - CTA, sendo deslocado, para esse local, grande número de famílias que integravam acampamentos. Este fato marcaria um novo deslocamento das ações do MST no estado, desta vez na fronteira sul.

Em 1991, diante da indefinição do seu assentamento definitivo, as famílias decidiram entrar na Fazenda São Pedro⁹⁴ (vizinha ao CTA), cuja ocupação⁹⁵ resultou na morte de um dos integrantes do acampamento e na retenção das pessoas que se encontravam na área, entre elas o proprietário da fazenda. Este fato marcou um novo deslocamento geográfico dos conflitos, desta vez, para a região da Campanha.

Esta, passou a ser uma das regiões alvo do MST, cujas investidas sobre as terras do sul do estado remontam à ocupação da Fazenda da Palma, nas proximidades de Pelotas, em 1987. Contudo, foi a partir do início da década de 90 que o movimento

⁹³ Os assentamentos que foram implantados nos primeiros anos da década de 90 corresponderam, basicamente, a áreas que estavam com seu processo desapropriatório sendo contestado na justiça.

⁹⁴ Os acontecimentos que marcaram este episódio são narrados no livro “Terra! Raízes de uma família. São Pedro, uma fazenda invadida”. Para saber mais, consultar Netto (1997).

⁹⁵ Esta foi a primeira ação com morte de um dos ocupantes no estado do Rio Grande do Sul, segundo reportagem da Revista Veja (17/04/1991).

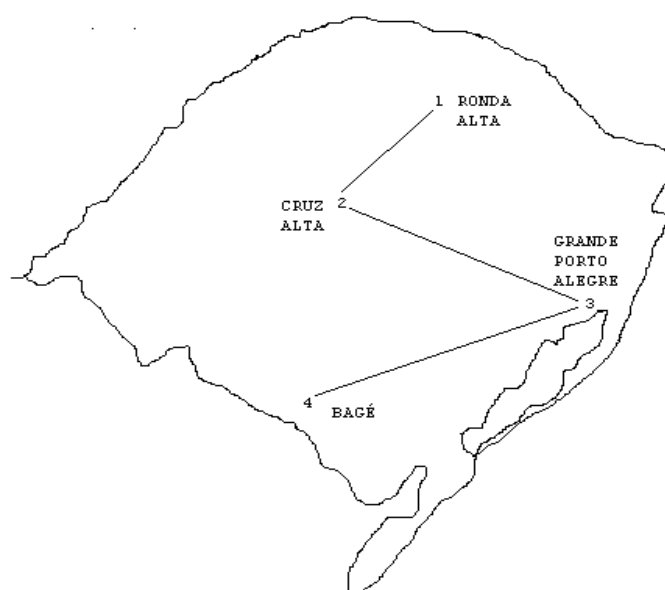
intensificou as ações na Campanha, região tradicional de pecuária extensiva. São exemplos, as ocupações ocorridas na Estação Fitotécnica de Bagé, em 1992⁹⁶, e nas terras da EMBRAPA/CNPO, no mesmo município, em 1993⁹⁷.

Do que foi exposto até esse momento, é possível constatar a territorialização da luta pela terra no estado, através do deslocamento espacial das ações empreendidas pelo MST (em sua busca por áreas desapropriáveis), que se traduzem na formação de novos assentamentos. Associando o tempo ao espaço geográfico, obtemos o traçado de sua caminhada pelo interior do Rio Grande do Sul e o deslocamento dos conflitos: de Ronda Alta, e municípios vizinhos (Nonoai, Sarandi), no final dos anos 70, para a região da Campanha, no começo da década de 90 (como podemos perceber pelo Mapa I).

⁹⁶ Jornal Zero Hora (11/01/1992).

⁹⁷ Jornal Zero Hora (24/04/1993).

Mapa 01. Deslocamentos das ações do MST no Rio Grande do Sul.



Fonte: elaboração da autora (1998).

Cabe ressaltar o aumento na pressão exercida pelo contingente “sem-terra” no final dos anos 80 - como observado a partir do estudo de Navarro (1994) - que se refletiu no ritmo de atuação por parte do poder público. A Tabela 14 (Anexo 2) demonstra claramente a intensidade de intervenções: entre 1988 e 1992 foram implantados 52 novos assentamentos, o que corresponde a praticamente 40% do total do período 1978 a 1992.

Até a metade da década de 90, predominou a atuação do governo estadual na formação de novos assentamentos, o qual fez uso dos mecanismos de compra de terras e, sobretudo na gestão de Alceu Collares (PDT), de cessão de terras públicas, como áreas da rede de estações experimentais da Secretaria da Agricultura e Abastecimento

(entre outros órgãos que tiveram suas terras ocupadas pelo MST⁹⁸). Através dos recursos do FUNTERRA, entre 1987 e 1990 foram criados 35 assentamentos, beneficiando 837 famílias.

Nos anos mais recentes desta década foi retomada a atuação do INCRA/RS na implantação de assentamentos. No entanto, em função da nova Constituição do país, que ampliou as possibilidades de contestação judicial a eventuais ações desapropriatórias, boa parte dos novos assentamentos passaram a ser via compra de terras, “...tecnicamente, portanto, deixando de aproximar-se do que propriamente definiríamos como reforma agrária.” (Navarro, 1994: 05).

Esta situação singular, de compra de terras pelo INCRA/RS⁹⁹ (e até mesmo da oferta, por parte de proprietários rurais), foi favorecida pela desvalorização no preço da terra no estado, em função do contexto econômico (estabilidade monetária)¹⁰⁰ e do endividamento de produtores rurais, que atinge significativa parcela do segmento arrozeiro gaúcho.

A atual gestão do governo estadual (Antônio Britto), por sua vez, não tem demonstrado interesse em utilizar os recursos do FUNTERRA para promover novos assentamentos.

Dois aspectos dever ser ressaltos nos anos mais recentes. O primeiro, é a intensificação da atuação do INCRA/RS. Considerando o período entre 1994 e 1997, forma criados 43 novos assentamentos por este órgão, beneficiando cerca de 2.073 famílias, que corresponde a mais de 40% do total de projetos implantados nessa terceira etapa.

⁹⁸ Navarro (1994) assinala que esta cessão de áreas pertencentes a órgãos oficiais de pesquisa promoveu um debate público em função do desmantelamento definitivo desta rede de unidades de pesquisa.

⁹⁹ Com relação a este fato, Navarro et al. (1997) chama atenção para o possível esgotamento das áreas que poderão ser transformadas em novos assentamentos, limitando sua ampliação ao mecanismo de compra de terras.

O outro aspecto diz respeito à distribuição dos referidos projetos. De acordo com os dados da Tabela 14 (Anexo 2), dos 43 assentamentos criados pelo INCRA/RS nesse período, 31 estão localizados em três regiões do estado, a saber: Sul, Campanha e Fronteira Oeste¹⁰¹, ou seja, mais de 70%. Os Mapas 3 (Anexo 3) e 4 (Anexo 4) permitem visualizar esta concentração de assentamentos.

Não por acaso, na presente década as ações do MST tiveram como alvo preferencial a fronteira sul e oeste do estado, onde se encontram áreas de terras passíveis de desapropriação, tendo em vista seu uso predominante com pecuária extensiva.

Uma avaliação realizada pela imprensa gaúcha¹⁰², constatou que no período de 1987 a 1996 ocorreram 22 ocupações de terra, das quais, em 8 destas houve conflitos. Neste último ano, havia 3 acampamentos formados no estado: em Camaquã, Palmeira das Missões e Júlio de Castilhos (municípios situados, respectivamente, no sul, norte e centro do estado).

Para finalizar, o saldo desta terceira etapa (1989 - 1997), com base nos dados da Tabela 14 (Anexo 2), é de 99 assentamentos criados (que correspondem a 75% do total de assentamentos instalados nas 3 etapas), beneficiando 4.041 famílias, com área média de 20 ha por lote. Como já foi exposto, neste período alternou-se a responsabilidade pela implementação de tais projetos entre os Governos Estadual (SAAb) e Federal (INCRA/RS), tendo, este último, intensificado sua atuação nos anos mais recentes.

¹⁰⁰ Esse comportamento do mercado de terras é verificado em toda Região Centro-Sul do país, conforme reportagem “Preço da terra cai 50 % desde o Real”, do Jornal Folha de São Paulo (18/11/1997). No entanto, a compra de terras para assentamento de famílias é uma ação específica do INCRA/RS.

¹⁰¹ Estas três regiões podem ser identificadas no Mapa 2 (Anexo 1), e têm como referencial a divisão proposta pelos COREDs.

¹⁰² Jornal Zero Hora (24/01/1996).

II.2. A Reação ao MST

A reação da classe proprietária rural às mobilizações dos “sem-terra” do Rio Grande do Sul se deu, inicialmente, através de suas entidades de representação política. É o caso da FARSUL, federação composta por sindicatos patronais, que manifestou-se desde a atuação do MASTER, nos anos 60.

Das entidades patronais, a FARSUL possui a maior abrangência entre os produtores rurais, chegando, por vezes, a disputar a representação dos pequenos e médios produtores, frente às reivindicações em torno das políticas públicas para agricultura (especialmente com relação ao crédito agrícola). Articulada nas instâncias de representação política e órgãos públicos voltados para a agricultura, como o IRGA, esta entidade tem discutido questões pertinentes à reforma agrária, através de uma Comissão de Assuntos Fundiários.

A divulgação do I PNRA e o crescimento da organização e mobilização do MST - da qual é exemplo o acampamento montado no Parque de Exposições de Palmeira das Missões, comentado anteriormente - motivou o surgimento de novas entidades de representação patronal.

É neste contexto que surgiu, em 1985, o Pacto de Unidade Rural - PUR, no município de Carazinho. Desde o anúncio de sua criação, o PUR manteve-se articulado com a FARSUL, ultrapassando os limites de atuação desta entidade, ou seja, utilizando a força (aramada) para reprimir as ações do MST, como ocupações de terra. Seu marco de atuação se deu na repressão aos ocupantes da Fazenda São Juvenal, no município de Cruz Alta, sendo, posteriormente, sucedido pela União Democrática Ruralista, de âmbito nacional.

Neste mesmo ano, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, realizou o Congresso Nacional da Reforma Agrária, em resposta à apresentação do projeto do

PNRA, do qual viria obter alterações substanciais no texto. A partir desse evento foi criada a União Democrática Ruralista - UDR, contando com o apoio de entidades como a própria CNA e a Sociedade Rural Brasileira – SRB.

A nova entidade de classe, de âmbito nacional, surgia motivada por um “vazio” de representação dos interesses patronais, diante da crescente organização e mobilização dos “sem-terra”. *“Na realidade, as instâncias legais de representação sindical não estão conseguindo absorver as manifestações mais radicais e cada vez mais expressivas de seus representados.”* (Bruno, 1997: 58).

A UDR teve seu auge de atuação na vigência do I PNRA, quando foi a principal referência política dos grandes proprietários rurais, exercendo forte *lobby* no Congresso Nacional (chegando até mesmo a compor a “bancada ruralista”). Sua relação com entidades como a FARSUL, ficou restrita às ações de repressão ao MST (as quais, tiveram repercussão na opinião pública, pelo uso de violência para repelir as ocupações de terra).

No Rio Grande do Sul, a UDR foi fundada na ocasião da visita de Ronaldo Caiado ao estado, principal articulador da entidade. O primeiro núcleo da entidade surgiu no município de Cachoeira do Sul, tradicional produtor de arroz, sendo os arrendatários de terras seus maiores representantes. Teve marcante atuação na região de Cruz Alta, quando da formação de acampamentos e ocupações de terra, acompanhando, posteriormente, o deslocamento das ações do MST.

Exemplo desse deslocamento, ocorreu na ocasião da ocupação da Fazenda São Pedro, anteriormente citada. Esta ação, empreendida por cerca de 1.300 acampados na área do CTA/INCRA/RS, criou um fato político na região da Campanha, perante o qual, os proprietários rurais - articulados em torno da UDR/RS - reagiram na forma da

denominada “Operação Vizinho”¹⁰³, que consistia no cerco à fazenda São Pedro e na vigilância das fazendas vizinhas, temendo novas ocupações.

Os acontecimentos nesta fazenda atraíram para Bagé os presidentes da UDR/RS e da FARSUL, e motivaram a assinatura do “Pacto de Aceguá”¹⁰⁴, no qual os proprietários rurais comprometeram-se a não vender suas terras para o governo estadual (evitando, assim, a formação de novos assentamentos). A reação das organizações patronais estendeu-se para municípios como Santana do Livramento e São Gabriel, ultrapassando os limites de Bagé, como também, ocorreu denúncia de possível ocorrência de ocupações de terras no Uruguai¹⁰⁵.

O clima de tensão, diante de um possível confronto entre “colonos sem-terra” e fazendeiros, levou o prefeito municipal de Bagé a decretar situação de calamidade pública quanto à segurança¹⁰⁶. As negociações para desocupação da fazenda envolveram os três poderes estaduais, Legislativo, Judiciário e Executivo, este através da Secretaria de Segurança Pública, ligada diretamente ao governador do estado.

Tal fato, ou seja, a ocupação de uma área – considerada produtiva e de média extensão para o padrão regional - contribuiu para acirrar os embates políticos entre os grandes proprietários de terra e os “colonos” assentados na região de Bagé.

Nos anos que se seguiram, houve relativa retração na atuação desta entidade, devido que, a própria carta constitucional de 1988 tornava as possibilidades de desapropriações mais remotas (exigia regulamentação em lei complementar, que até 1993 encontrava-se indefinida). Nos anos recentes, esta entidade reapareceu no cenário nacional, em resposta às ações do MST no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo.

¹⁰³ Jornal Zero Hora (21/05/1991).

¹⁰⁴ Jornal Correio do Sul (27/04/1991).

¹⁰⁵ Segundo reportagem do Jornal El País (06/09/1991).

¹⁰⁶ Conforme nota oficial, divulgada no jornal Correio do Sul (11/04/1991).

III. A REGIÃO DA CAMPANHA E O MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA.

Apresentamos, nos capítulos anteriores, a formação do espaço agrário e econômico do estado Rio Grande do Sul, e a emergência da luta pela terra no cenário gaúcho. A seguir, descenderemos nosso olhar sobre a região na qual, por intervenção do poder público, foi instalado um conjunto de assentamentos rurais que são objeto desse estudo.

O presente capítulo decorre da necessidade de estabelecermos um recorte para nosso campo de estudo, ou seja, de que região estamos falando. Pretendemos apresentar o contexto regional no qual ocorrem os efeitos dos assentamentos, assunto do capítulo seguinte, e que são desencadeados por famílias que estiveram presentes em vários episódios da luta pela terra, descritos no capítulo anterior.

Dividimos a apresentação desse capítulo em três partes. Inicialmente faremos uma discussão sobre a noção de região, para, a seguir, passar para a descrição das classificações regionais existentes no Rio Grande do Sul, recortando, por conseguinte, o entorno do nosso objeto de estudo. A partir da região, pretendemos descer o olhar até o âmbito local, isto é, o município.

III.1. A Noção de região

Região¹⁰⁷ é um tema em torno do qual desenvolve-se amplo debate, englobando várias disciplinas e correntes de pensamento. Este debate tem girado em torno da definição do conceito de região, critérios de classificações regionais, escalas diferenciadas de região, e, mais recentemente, de identidade, trazida por movimentos sociais que acionam recortes regionais. São exemplos os movimentos que buscam a autonomia político-administrativa de alguns territórios.

O debate acerca da noção de região teve início e se desenvolveu na Geografia. Por longo período, houve uma identificação entre essa disciplina e o conceito, incorporando, contudo, outras contribuições, tais como da Geologia e da Botânica. No senso comum, a noção de região esteve associada a vários sentidos: localização geográfica, extensão territorial, unidade administrativa, limite de determinado domínio (clima, vegetação, língua, etnia, relações econômicas) ou de autonomia do poder local. *“Neste caso é possível perceber que o emprego da noção de região está bem próximo de sua etimologia, ou seja, área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem.”* (Gomes, 1995: 54).

As disciplinas, conforme seu enfoque, têm desenvolvido seus conceitos de região. A abordagem da Geologia, elaborada ainda no começo do século passado, assumia a região como parte da Geografia Física, surgindo a noção de “região natural”, na qual elementos da natureza, como as bacias hidrográficas dos rios, eram considerados seus delimitadores. Na base desse conceito estava a idéia de que o meio ambiente fosse condicionador das formas de desenvolvimento da sociedade.

A incorporação do elemento humano neste debate, levou ao desenvolvimento da noção de “região geográfica”, na qual o ambiente sofre a interferência do homem, que o

modifica. Esta concepção levou em conta domínios físicos (como relevo e clima), biológicos (fauna e flora) e a ação transformadora do homem sobre o ambiente. Nesta abordagem, a Escola Alemã e a Escola Francesa de Geografia foram as grandes produtoras de reflexões. A Geografia Regional Francesa exerceu grande influência no Brasil, cujo debate inicial sobre região herdou o viés naturalista.

Na década de 30, deste século, teve início um movimento crítico em relação a esta noção de região concreta, pré-construída. Na nova perspectiva, a região resulta da visão que se tem sobre o espaço, ou seja, é o produto da interação físico-humano (elemento abstrato, incorporado no conceito). Nesta abordagem, verifica-se perda da centralidade do fator ambiente na determinação de região, ocorrendo grande rediscussão do seu conceito¹⁰⁸.

No período pós-segunda Guerra Mundial, com a criação de programas de recuperação da economia dos países europeus, o tema do conceito de região ganhou espaço em outra disciplina, a Economia. Dos anos 50 aos 70, o debate em torno deste tema foi pautado por essa disciplina, tendo como eixo central as desigualdades no crescimento econômico. Predominou uma leitura a partir do espaço econômico, na qual foi fundamental a contribuição da noção de região polarizada¹⁰⁹, construída por Kayser. A partir desta conceituação, Perroux desenvolveu a teoria dos pólos de crescimento e pólos de desenvolvimento¹¹⁰, a qual teve grande influência no Brasil, inspirando, por

¹⁰⁷ A palavra região é derivada do latim, e sua primeira utilização remonta ao Império Romano, na designação de áreas com administração local, subordinadas à Roma. Revelava, segundo Gomes (1995), ao mesmo tempo, o poder político centralizado em Roma e sua extensão sobre um território.

¹⁰⁸ Este momento foi, também, de crise da Geografia Clássica, que tinha na região o seu centro.

¹⁰⁹ Este conceito de região polarizada parte do pressuposto de que cada região se organiza em torno de um ponto central, uma cidade denominada de pólo, local para onde converge a vida econômica: o comércio, as vias de transporte e comunicação, os serviços, as indústrias; ou seja, a região é definida pela área de influência de uma cidade pólo, podendo seu limite transpor classificações regionais outras (Andrade, 1970).

¹¹⁰ De acordo com a teoria de Perroux, o crescimento econômico se concentra em alguns pontos do espaço, chamados de pólos, expandindo-se, a partir deste ponto, com intensidade diferenciadas. Este pólo de crescimento pode ser uma indústria motriz, um investimento público (construção de uma usina, por exemplo) ou mesmo um projeto no Setor Primário. O desenvolvimento está sempre ligado ao pólo e compreende mudanças sociais e mentais da população, mudanças nas estruturas econômicas além do

exemplo, agências de desenvolvimento como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Durante longo período, inclusive, a questão regional se confundiu com a questão nordestina.

Em meio a este debate de região na Economia, surgiram duas novas interpretações. Uma corrente crítica em relação a esta abordagem, foi a conhecida por Geografia Radical. Para esta corrente, surgida nos anos 70, a diferenciação do espaço era decorrência da divisão do trabalho e do processo de acumulação do capital, que produz e classifica espacialmente possuidores e despossuidores dos meios de produção (divisão sócio-espacial do trabalho). As novas regionalizações estabelecidas passaram, assim, a levar em conta os diferentes padrões de acumulação do capital, nível de organização das classes sociais, desenvolvimento espacial desigual. Nesta corrente, de marcante influência marxista, se situa Francisco de Oliveira e sua análise do nordeste brasileiro¹¹¹.

Outra interpretação que surgiu, no final dos anos 60, foi o Humanismo na Geografia. Esta corrente buscou no passado da disciplina elementos como noção de região, consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidade regional, um quadro de referência na consciência das sociedades. Esta nova abordagem valorizou a dimensão social e política, trazida por movimentos, que, em determinados contextos, acionam recortes regionais como estratégia de afirmação política, e teve na Sociologia um espaço privilegiado para esse debate. São exemplos, os movimentos que lutam pela

simples aumento no produto e na renda *per capita*, que caracteriza o crescimento econômico. Sua abordagem está centrada na indústria, pois entende que a economia moderna é comandada pela atividade industrial, embora admita que atividades do Setor Primário possam desempenhar função motriz (Andrade, 1970).

¹¹¹ Para Francisco de Oliveira (1978), região é o espaço sócio-econômico onde uma forma de capital se sobrepõe às demais, estando a dimensão política profundamente relacionada à econômica.

autonomia político-administrativa de territórios, reivindicada a partir de um discurso regionalista¹¹².

Com a evolução do conceito, de acordo com Gomes (1995), a região passa a ser um meio e não mais um produto, abrindo espaço para inúmeras formas de classificação, segundo critérios variados (metodologia), cujo conjunto de regras novas denominou-se análise regional. Temos, assim, região política, funcional, homogênea, polarizada, administrativa, segundo os diversos critérios de classificação regional.

O debate em torno do conceito de região é dinâmico e subjetivo, podendo-se perceber que abarca várias dimensões: social, política, cultural, ambiental, sem hegemonia de uma disciplina ou dimensão da vida social. Prevalece, segundo Alentejano (1997), uma visão articulada entre as diferentes dimensões e uma tendência ao caráter socialmente construído de região.

A questão regional¹¹³ ganhou novos significados nas últimas décadas. De um lado, o denominado, “novo regionalismo” por Vainer (1995; 1996), que são movimentos de base popular, que falam em nome de suas regiões. Tais movimentos buscam elaborar coletivamente novas perspectivas acerca da potencialidade e alternativas possíveis de desenvolvimento local e/ou regional, de caráter distinto do conservadorismo que tem marcado o regionalismo brasileiro.

De outro lado, com o avanço do processo de integração econômica e política mundial, conhecida como globalização, assistimos à formação de blocos econômicos continentais, a exemplo do MERCOSUL. Isso traz a possibilidade de escalas

¹¹² De acordo com Bourdieu (1989), o que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo que vai reger a divisão dos grupos; ou seja, a definição legítima das fronteiras e do território.

¹¹³ O Rio Grande do Sul, no começo da presente década, assistiu ao surgimento de teses separatistas, tanto ao nível interno, quanto externo. Internamente, a criação do “Estado do Piratini”, no sul, era justificada pelas desigualdades regionais do crescimento econômico, segundo Alonso & Bandeira (1990). Externamente, a declaração da “República do Pampa Gaúcho”, buscava a emancipação político-administrativa da federação brasileira, numa explícita evocação aos “ideais” que embalsamaram a Revolução Farroupilha no século passado.

diferenciadas, podendo a análise regional deslocar-se entre o âmbito local até o supranacional, no caso dos grandes blocos econômicos.

III.2. Regionalização no Rio Grande do Sul

Neste tópico pretendemos apresentar as diferentes divisões regionais do Rio Grande do Sul, seus critérios de classificação, para, a seguir, recortarmos e descrevermos a região do nosso objeto de estudo.

Estas classificações regionais do estado acompanharam a evolução da noção de região. Seguindo a ordem cronológica e os critérios de classificação, Mesquita (1984) aponta para 5 categorias de divisões regionais, as quais serão tratadas sistematicamente a seguir.

Divisões regionais com base no conceito de região natural

Esta classificação tem por critérios características físicas, como clima, geologia e tipo de vegetação, dentro da noção de “região natural”, mencionada anteriormente. A primeira divisão foi proposta por Coussirat de Araújo, em 1930, que dividiu o estado em 8 regiões, cujas denominações fazem alusão às suas características físicas: Campanha, Serra do Sudeste, Litoral, Depressão Central, Vale do Uruguai, Missões, Planalto e Serra do Nordeste.

Divisões regionais segundo a forma de ocupação do território

Esta classificação tem por critérios características físicas e humanas, com ênfase na forma de povoamento do território e no sistema de produção agrícola. O primeiro trabalho foi o de Nilo Bernardes em 1963, que representou uma evolução, ao buscar estabelecer uma correlação entre aspectos físicos e padrões de povoamento, manifestada na distribuição da população e na diversificação de sua economia.

Atribui grande importância para as distintas formas de povoamento nas áreas de campo e nas áreas de mata, e aspectos étnico-culturais da população, dentro da noção de “região geográfica”. Esta classificação divide o estado em 6 grandes unidades regionais: Litoral, Serras do Sudeste, Depressão Central, Campanha, Planalto e Encosta¹¹⁴.

Divisões regionais com finalidades estatísticas

Estas divisões regionais têm como conceito básico a organização do espaço, com finalidade de apresentar dados estatísticos. A primeira classificação foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970 *apud* Mesquita, 1984), “Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas”, de 1968.

A classificação proposta pelo IBGE, parte da demarcação de espaços homogêneos e polarizados. Por espaços homogêneos, entende-se uma forma de organização em torno da produção, combinando fatores de ordem física, social e econômica. Assim, são caracterizados espaços semelhantes, em relação à sua evolução histórica, posse e uso da terra, estrutura econômica, social e demográfica, como seus critérios definidores¹¹⁵, denominados mesorregiões. Nos espaços polarizados, verifica-se convergência de fatores, em torno de um ponto central.

As microrregiões são partes das mesorregiões que apresentam especificidades. Para sua identificação são utilizadas como indicadores a estrutura da produção primária (tamanho dos estabelecimentos, relações de produção, nível tecnológico, emprego de capital e grau de diversificação da produção), da produção industrial (valor da transformação, pessoal ocupado), e a interação espacial (área de influência dos centros sub-regionais e centros de zona, elementos articuladores de processos como

¹¹⁴ Outro trabalho, dentro desta mesma categoria de divisão regional é o trabalho de Jean Roche, (Roche, 1969 *apud* Mesquita, 1984), que busca analisar os fundamentos estruturais da formação da sociedade rio-grandense, atribuindo grande importância à vegetação na orientação do povoamento do território.

beneficiamento e distribuição da produção primária, bens e serviços ao campo e outras cidades).

A atual “Divisão Territorial do Rio Grande do Sul”, proposta pelo IBGE (1997), possui, como modelo de regionalização o conceito de mesorregião geográfica¹¹⁶ e microrregião geográfica¹¹⁷. Com essa conceituação, o estado foi dividido em 7 mesorregiões geográficas: Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste Rio-Grandense, Nordeste Rio-Grandense, Centro-Occidental Rio-Grandense, Centro-Oriental Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense. Estas, por sua vez, foram divididas, formando um quadro de 35 microrregiões englobando seus municípios.

Nesta classificação, nosso objeto de estudo situa-se na mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, microrregião da Campanha Meridional, composta pelos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

Outra divisão regional, proposta por Alonso & Bandeira (1994), parte das Áreas Estatisticamente Comparáveis - AECs. Essa classificação utiliza critérios quantitativos na delimitação de região, e tem como objetivo assegurar comparabilidade das variáveis escolhidas ao longo do tempo. Para a construção das AECs, foram utilizados dados referentes à formação do território dos municípios emancipados, buscando obter um conjunto de AECs cujas fronteiras fossem estáveis ao longo do tempo, ou seja, um critério de homogeneidade histórica.

¹¹⁵ Exceto a região metropolitana de Porto Alegre, devido à alteração na estrutura regional pelo crescimento populacional e urbano, industrialização e desenvolvimento da malha rodoviária.

¹¹⁶ “Entende-se por mesorregião geográfica uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidos pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo, pela sociedade que aí se formou” (IBGE, 1989: 02).

¹¹⁷ “As microrregiões são definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. (...) Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca” e “A organização do espaço microrregional é identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens de consumo freqüente. (...) Desta forma, ela expressa a organização do espaço a nível micro ou local” (IBGE, 1989: 02).

Foram utilizadas as seguintes premissas para definição de região: privilegiar a permanência das regiões ao longo do tempo e preservar traços básicos estruturais da realidade, absorvendo alguns elementos modificadores geo-sócio-econômicos mais evidentes no horizonte de tempo em questão.

Da tipologia obtida com a comparação de 4 divisões regionais selecionadas como referência (microrregiões homogêneas, estrutura fundiária, evolução municipal, uso atual dos solos), e a superposição destes mapas sobre o mapa das AECs, foram identificadas as áreas comuns às várias divisões regionais, chegando aos conjuntos regionais (com apoio na literatura econômica do estado). O resultado foi a identificação de 3 grandes regiões, conforme seu perfil de produção e desempenho econômico: Sul, Norte e Nordeste. Estas, por sua vez, foram divididas em sub-regiões, com seus respectivos municípios.

Nosso objeto de estudo, com base nessa classificação, situa-se na Região Sul do estado, sub-região S-8, composta pelos municípios de Alegrete, Bagé¹¹⁸, Cacequi, Dom Pedrito, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana.

Divisões regionais com fins administrativos

Estas classificações foram amplamente utilizadas na década de 70, em virtude de sua facilidade metodológica (emprego de técnicas quantitativas) e ideologia desenvolvimentista da época. No Rio Grande do Sul, várias Secretarias de Estado produziram divisões regionais com finalidades administrativas, como o estudo do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER, “Plano Rodoviário Rio-Grandense”, que visava melhorar a ligação entre as zonas de produção às de consumo e o escoamento para portos e estradas de ferro (Mesquita, 1984).

¹¹⁸ No momento em que foi realizada esta classificação, Hulha Negra pertencia ao município de Bagé, assim como outros municípios, emancipados posteriormente.

Um outro estudo, “Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul”, realizado pelo INCRA em 1973, elaborou uma divisão regional agropecuária do estado. Esse estudo tinha por objetivo servir de base para um programa de reforma agrária no estado, a partir do mapeamento das unidades espaciais para a análise regional da agricultura. Foram utilizadas como variáveis, a capacidade de uso dos solos, estrutura fundiária e uso atual da terra, a partir dos dados cadastrais do INCRA (Mesquita, 1984).

Uma divisão regional administrativa recente é a proposta pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDs, vinculados à Secretaria da Coordenação e do Planejamento. O objetivo desta divisão regional é amparar o planejamento do governo estadual, e tem por base as associações de municípios existentes, ligadas à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS¹¹⁹. Os Conselhos Regionais foram criados em 1994 (Rio Grande do Sul, 1994b), numa tentativa de implantação de um fórum permanente de discussão e decisão de políticas públicas, visando a descentralização do orçamento público estadual.

Cada conselho é composto por representantes da sociedade civil, dos poderes públicos e Instituições de Ensino Superior existentes na área de abrangência, e estabelece as prioridades para atuação do poder público estadual e federal. Esta regionalização divide os 427 municípios do estado em 22 Conselhos Regionais (Rio Grande do Sul, 1997b), nos quais, em geral, a presidência do conselho cabe aos reitores das universidades ou pessoas de destaque na sociedade.

Nesta classificação, nosso objeto de estudo situa-se no Conselho Regional da Campanha, composto pelos municípios de Bagé (sede do conselho), Caçapava do Sul,

¹¹⁹ A área de atuação das Universidades também é considerada; em geral, o município sede do Conselho Regional possui uma Instituição de Ensino Superior.

Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul (em geral, os novos municípios, recém emancipados, permanecem no mesmo conselho de seu município “mãe”).

Divisões regionais para investigações específicas

Dentre estas classificações regionais, destacamos aquelas que têm como objetivo orientar as ações na agricultura estadual. Um primeiro estudo direcionado ao Setor Primário foi o “I Esquema de Zoneamento Agrícola do Rio Grande do Sul”, elaborado por Alrutz, em 1965. Esse estudo considerou, fundamentalmente, fatores físicos, como clima, edafologia e critérios de conservação do solo, estabelecendo zonas “ideais” para as atividades agrícolas. Vários outros trabalhos foram elaborados, visando o zoneamento agrícola do estado. (Mesquita, 1984).

Trabalho recente da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, o “Macrozoneamento Agroecológico e Econômico” (Rio Grande do Sul, 1994a) apresenta o zoneamento agroclimático e as regiões agroecológicas do estado. Para o estabelecimento das regiões agroecológicas foram utilizados como critérios, as características climáticas dos municípios (principalmente o regime térmico-pluviométrico), aspectos geomorfológicos, capacidade e uso atual dos solos¹²⁰. O recorte das regiões e sub-regiões¹²¹ observa os efeitos dos fatores climáticos sobre o agroclima regional, tais como altitude, longitude, continentalidade, tipos de vegetação natural, entre outros, compondo-se os “agroecossistemas regionais”.

Para cada região agroecológica foram estabelecidas as indicações das culturas segundo as classes de aptidão climática, junto das recomendações da Pesquisa e

¹²⁰ A aptidão edáfica das culturas foi realizada com base no “Levantamento dos Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul”, elaborado pelo INCRA (Rio Grande do Sul, 1994).

¹²¹ Estas regiões foram estabelecidas com base no “Atlas Agroclimático do Estado do Rio Grande do Sul”, de 1989 (Rio Grande do Sul, 1994a).

Extensão Rural, tais como época de plantio, variedades e necessidades de práticas agrícolas, como irrigação. A indicação das culturas de acordo com as classes de solo existentes nas regiões e sub-regiões, visa a conservação deste recurso natural.

O objetivo desse procedimento é a indicação de culturas economicamente viáveis por município, ou seja, com aptidão para a exploração comercial. Esta classificação divide o estado em 12 regiões ecológicas, algumas delas subdivididas, num total de 24 sub-regiões. São as seguintes regiões: Depressão Central, Litoral, Planalto Superior, Serra do Nordeste, Planalto Médio, Encosta Inferior da Serra do Nordeste, Alto Vale do Uruguai, Missioneira de Santo Ângelo-São Luiz, São Borja-Itaqui, Campanha, Serra do Sudeste e Região dos Grandes Lagos.

De acordo com esta classificação, nosso objeto de estudo localiza-se na Região 10 - Campanha, sub-região da Fronteira Uruguiaia, que abrange os municípios de Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Herval, Hulha Negra, Quaraí e Santana do Livramento.

Fazendo uma sobreposição destas diferentes classificações regionais, constatamos que, mesmo sendo elas embasadas por distintos critérios, apresentam pontos em comum. A Campanha, independente da classificação e, mesmo no senso comum, designa uma base natural, uma economia e uma sociedade com formação cultural e identidade regional, ficando, para as diferentes divisões regionais o desafio de estabelecer os seus limites, segundo os critérios utilizados.

Para atendermos aos objetivos desse capítulo, elegemos a classificação proposta pelos COREDs. Entendemos que, para além de representar uma divisão imposta arbitrariamente, visando atender às necessidades do planejamento estadual, expressa, **uma articulação regional na forma de associações de municípios; ou seja, um arranjo de forças políticas, sociais e econômicas, que dá origem ao Conselho Regional.** Além disso, o CORED da Campanha tem sede em Bagé, considerado, no

senso comum, município líder da região e é o município “mãe” de Hulha Negra, motivo pelo qual acreditamos que esta seja a classificação mais adequada para nosso estudo.

Importa, a partir disso, descrevermos a região da Campanha e o município de Hulha Negra, para, no próximo capítulo, analisarmos nosso objeto de estudo. A partir da delimitação da região de estudo, pretendemos discutir as seguintes questões: qual o significado que tem nosso objeto de estudo para a região na qual está inserido? Os assentamentos, nas relações que estabelecem com o seu entorno, ficam restritos à região, ou criam laços que a transcendem? A partir das relações sociais estabelecidas, podemos circunscrever uma região de influência dos assentamentos?

III.3. A Região da Campanha

III.3.1. Histórico Regional

A região da Campanha está localizada no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a República Oriental do Uruguai (Anexo 1, Mapa 2). A denominação faz alusão às suas características naturais, o domínio da vegetação campestre, que se estende por planícies de coxilhas.

Essa região apresenta marcantes aspectos sócio-culturais: a colonização por elementos luso-espanhóis, formadores da identidade do gaúcho, e que desenvolveram a pecuária de corte como atividade principal. *“A exemplo do pays français (...), a Campanha era considerada uma região no sentido de envolver uma paisagem relativamente uniforme e um ‘gênero de vida’ específico, representado pela criação de gado em suas grandes propriedades campestres, a herança cultural lusa e espanhola e às práticas tradicionais do gaúcho.”* (grifos no original) (Costa, 1988: 16).

Alguns municípios da Campanha estão estreitamente vinculados às disputas pela conquista do território, e figuram entre os municípios mais antigos do estado. A cidade

de Bagé surgiu do forte espanhol de Santa Tecla, construído no final do século XVIII, na tentativa de conter o avanço português no extremo-sul (Costa, 1988). Caçapava do Sul originou-se de um acampamento militar português e foi, também, local de paragem de tropeiros que conduziam animais para a feira de Sorocaba, em São Paulo, no século XVIII (EMATER/RS, 1997b).

Tendo como sua base econômica, a pecuária, estes municípios foram núcleos principais da Revolução Farroupilha (1835-45), cujo Tratado da Paz foi assinado em Dom Pedrito em 1845. A região da Campanha também foi palco de vários acontecimentos da Revolução Federalista de 1893. Tais episódios, aliado à localização na faixa limítrofe com o Uruguai, acarretaram uma contínua presença e mobilização de tropas militares, e deixaram marcas na sociedade.

Entre tais marcas, encontra-se a representação da figura do gaúcho, tipo social livre e bravo, e que engloba, além de um modo de vida, linguagem e hábitos próprios. Segundo Fonseca (1994), o modelo mais acabado do gaúcho é, justamente, o da Campanha. O tradicionalismo gaúcho, tal como é divulgado no país, assume suas feições mais típicas nessa região. Além da marcante presença dos Centros de Tradições Gaúchas - CTGs¹²², a comemoração da Semana Farroupilha representa uma das principais festividades regionais, e tem no dia 20 de setembro sua data maior.

A ocupação lusitana da região teve início com a doação de sesmarias, tal como vimos no Capítulo I, que deu origem às grandes propriedades rurais. Em decorrência da concentração fundiária, os municípios da Campanha, como de toda metade sul do estado, historicamente têm apresentado elevado índice de urbanização, que reflete a população rarefeita do meio rural. A esta concentração na propriedade da terra correspondeu concentração na distribuição da renda. A pequena parcela de classe média

foi formada, basicamente, por militares e funcionários da administração pública, pequenos comerciantes e prestadores de serviços.

O município de Bagé, com relação à forma de ocupação do território, apresenta particularidades em relação aos demais municípios da Campanha. Sua peculiaridade é dada pela constituição de vários núcleos coloniais, iniciados na década de 20, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães provenientes de Pelotas. A criação das Colônias Trigolândia e Rio Negro (atualmente localizadas no município de Hulha Negra), representaram, neste momento, uma primeira tentativa de desenvolver a agricultura na região, com base na produção familiar, e transformou o município de Bagé num próspero produtor de trigo nas décadas de 40 e 50 (Projeto LUMIAR, 1997).

No final da década de 40, estabeleceram-se no município, alemães ucranianos, integrantes de uma comunidade religiosa Menonita¹²³, os quais criaram a Colônia Nova. Estes “colonos”, dedicados inicialmente ao cultivo do trigo, fundaram a Cooperativa Tríticola Aceguá Ltda., e, posteriormente, devido às frustrações de safra na década de 50, voltaram-se para a produção leiteira, fundando, em 1959 a Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda. - CAMAL. Na década de 50, foi criada a Colônia Salvador Jardim, contando com alguns descendentes dos primeiros núcleos coloniais.

Inicialmente produtores de grãos, estes “colonos” voltaram-se para a pecuária leiteira, ramo no qual se especializaram, aproveitando as condições ambientais favoráveis para o seu desenvolvimento. Tais núcleos coloniais, relacionados com a etnia alemã, possuem aspectos culturais e hábitos sociais próprios, o que não impediu, no entanto, sua integração à sociedade local. As áreas de terras na qual foram instalados

¹²² Os CTGs reproduzem, em sua estrutura interna, as estâncias, através da hierarquia de patrões, prendas e peões. Constituem, segundo Fonseca (1994), instrumentos de difusão da ideologia da classe latifundiária.

¹²³ Os Menonitas integram uma comunidade religiosa formada durante a Reforma Protestante na Europa, que migraram para a Ucrânia. Com a coletivização dos campos após a Revolução Russa de 1917, migraram novamente, desta vez para diversos países do ocidente, como Canadá, Estados Unidos e Brasil.

foram adquiridas através de crédito fundiário, disponibilizados por instituições bancárias.

No final da década de 70, diante da necessidade do assentamento das famílias expulsas da Reserva de Nonoai, visto no Capítulo II, o governo estadual adquiriu uma área de terra, criando o Assentamento Nova Esperança, no município de Bagé. Esse projeto beneficiou 150 famílias, das quais, aproximadamente 22 eram originárias do próprio município (basicamente descendentes dos núcleos de colonização mais antigos), e foi executado em ação conjunta do governo estadual com a CAMAL, que repassou o financiamento para construção das casas e benfeitorias, e aquisição de animais. No entanto, os colonos voltaram-se para a produção de grãos e, devido à ocorrência de estiagens e a não adaptação à região, muitos desistiram do projeto¹²⁴.

No final da década de 80, ocorreu nova intervenção do governo estadual na região. Como vimos no capítulo anterior, esta intervenção representou uma forma de amenizar a tensão social gerada pelo contingente “sem-terra” no estado. O governo estadual adquiriu terras no município de Bagé, através do FUNTERRA, beneficiando mais de 400 famílias, distribuídas em 15 projetos de assentamentos. Com as emancipações de Candiota e Hulha Negra, no começo da década de 90, a quase totalidade desse conjunto de assentamentos passou a pertencer aos novos municípios, como podemos observar na Tabela 01.

Tabela 01. Assentamentos Rurais instalados na região de Bagé (1988-1993).

Município	Assentamento	Data de criação	Número de famílias
Bagé	Conquista da Vitória	1990	09
Candiota	Santa Lúcia	1988	37
	Nova Vitória	1989	09
	Nossa Senhora Aparecida	1989	21
	São José	1989	13
	São Miguel	1992	12
Hulha Negra	Nova União	1988	36
	Boa Amizade	1989	27
	Conquista da Fronteira	1989	91
	Conquista do Arvoredo	1989	16
	Santa Elmira	1989	56
	Missões Alto Uruguai	1990	11
	Nasce uma Esperança	1990	12
	Vitória São João*	1990	07
	8 de Agosto (São Francisco)*	1991	49
	Santo Antônio	1993	23

*Esses dois assentamentos, embora constem, oficialmente, como pertencentes a Hulha Negra, foram anexados ao município de Candiota.

Fonte: DACC/SAAb (1997b), INCRA/RS (1997a); elaboração da autora.

Estes novos assentamentos tiveram, no entanto, uma reação contrária por parte de alguns segmentos da sociedade regional, pela sua conotação política, ou seja, serem ligados ao MST. Tal reação era justificada, principalmente, pelo temor de ocupações de terras na região, em função da trajetória destes grupos de famílias, presentes nos diversos episódios da luta pela terra no estado. Além disso, amparava-se, também, nos índices de evasão verificados no Projeto Nova Esperança, implantado na década anterior.

III.3.2. A Economia Regional

A) Perfil Econômico

A economia regional tem como base o Setor Primário, impulsionado pela pecuária extensiva, gado de corte e ovinos. O primeiro ciclo de desenvolvimento ocorreu no final

¹²⁴ Este assentamento não foi contemplado pelo censo DACC/SAAb, portanto, não conseguimos confirmar a informação de um índice de abandono do projeto de 50 %, obtida nas entrevistas.

do século XVIII, com a indústria do charque, que possibilitou o surgimento de vários núcleos urbanos em toda metade sul do estado, como vimos no Capítulo I. O segundo ciclo corresponde aos frigoríficos, instalados a partir da I Guerra Mundial, em boa parte de capital estrangeiro e voltados para exportação. Posteriormente, com a expansão das lavouras, instalaram-se vários engenhos de arroz e, com o desenvolvimento da atividade leiteira, as usinas de processamento do leite e seus derivados.

Como pode ser constatado, a indústria surgiu articulada à produção primária, beneficiando seus produtos. No entanto, manteve-se, no decorrer deste período, a especialização da região, com destaque para dois produtos principais, gado de corte e arroz, seguidos da produção leiteira, oferecendo poucas matérias-primas para serem industrializadas.

Alguns municípios da Campanha, contudo, apresentam perfil econômico diferenciado. Por exemplo, Caçapava do Sul possui importante segmento extrativo mineral, que é responsável por 80 % do calcário utilizado no estado do Rio Grande do Sul (EMATER/RS, 1997b). Em Candiota, assume importância na economia do município, a geração de energia elétrica, pela Usina Termelétrica Candiota II.

O perfil econômico da Campanha pode ser conferido através da Tabela 02, que apresenta o Valor Adicionado Fiscal por atividade produtiva, para o ano de 1993.

Tabela 02. Composição do Valor Adicionado Fiscal da Campanha (1993).

	Valor Adicionado (UPF) ¹²⁵	%
VAF Agropecuária	14.174.065	30,35
VAF Extrativo Mineral	3.866.861	8,28
VAF Indústria	7.696.852	16,48
VAF Comércio	8.784.681	18,82
VAF Serviços	12.174.285	26,07
VAF Total	46.696.744	100,00

Fonte: FAMURS (1998), elaboração da autora.

¹²⁵ UPF: Unidade Padrão Fiscal, o qual correspondeu a um valor médio de R\$ 5,002 no ano de 1997.

No contexto regional, o município de Bagé possui uma posição destacada, verificada no aspecto cultural e econômico. A cidade é sede do *campus* da Universidade Regional da Campanha - URCAMP, da sucursal da Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS TV, além de rádios e jornais de circulação regional.

No aspecto econômico, o município é considerado centro comercial da região por ser sede de cooperativas de comercialização e de transformação da produção primária (tais como Companhia Industrial de Carnes e Derivados Ltda. - CICADE, Cooperativa Bageense de Lãs Ltda. - COBAGELÃ e CAMAL), e de escritórios de remates de gado (venda de gado em pé para fora do município). Como também, por concentrar revendas de máquinas, implementos e insumos agrícolas, e comércio varejista e atacadista de bens de consumo.

Este município também concentra várias instituições diretamente ligadas ao Setor Primário, que atuam na região. Destacamos o laboratório de análises de solo e de sementes da URCAMP, o Centro Nacional de Pesquisa de Ovinos - EMBRAPA/CNPO, a Inspetoria Veterinária da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IRGA e Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA; como também, agências financeiras repassadoras de crédito agrícola, como o Banco do Brasil.

Esta posição assumida por Bagé, como também o fato de ser município “mãe” de Hulha Negra, tem implicações nas relações comerciais das famílias assentadas. Como veremos no próximo capítulo, o repasse de crédito agrícola, por exemplo, se dá através das agências bancárias de Bagé¹²⁶.

¹²⁶ A agência do Banco do Brasil de Bagé instalou um posto pagador de aposentadorias na cidade de Hulha Negra, porém, a pedido dos próprios aposentados, o prefeito do novo município solicitou ao gerente da agência bancária o fechamento deste posto, pelo simples motivo de que os aposentados preferiam receber os pagamentos em Bagé.

B) Dinâmica Econômica

A região da Campanha tem apresentado um desempenho econômico menor que o do estado, como demonstram os indicadores. No período de 1985/93, a taxa de crescimento do PIB regional foi de 1,62% a.a., inferior à média estadual para o mesmo período (2,76% a.a.), o que expressa sua perda de participação na economia do estado. O PIB *per capita* regional, no ano de 1993, era de US\$ 3.114,76, situado 26,31% abaixo do PIB *per capita* estadual (Accurso, 1996).

Com relação à distribuição do PIB na região, Bagé é o município com maior participação (58,96%), seguido de Dom Pedrito (18,40%) e de Caçapava do Sul (15,28%). Juntos, estes três municípios concentram mais de 90 % do PIB regional (Accurso, 1996, com fonte FEE/Núcleo de contas regionais).

Entre os setores da economia, o Primário foi responsável, em 1990, por 15,3% do PIB regional, destacam-se, em termos de Valor Bruto da Produção - VBP, a produção de carne bovina, lã e arroz num primeiro plano; produção leiteira e de grãos como milho, sorgo, soja, trigo e cevada, num segundo plano.

No Setor Secundário, que gera 25,4% do PIB regional, as linhas de produção estão diretamente relacionadas à produção primária. O gênero de Produtos Alimentares destaca-se na produção industrial, gerando 94,78% dos ICMS do setor. Corresponde, basicamente, aos frigoríficos, engenhos de beneficiamento do arroz e usina transformadora de leite. Outro gênero relacionado à produção primária e que possui importância econômica é o Têxtil, o qual corresponde aos lanifícios.

Neste setor, destaca-se, também, a produção de energia elétrica. Após a II Guerra Mundial, teve início o aproveitamento do carvão nas reservas carboníferas de Candiota e a construção da Usina Termelétrica de Candiota, tornando-se, a região, um dos principais pólos energéticos do estado.

O Setor Terciário constitui a principal fonte de arrecadação de receitas na região, sendo responsável por 59,3% do PIB regional. Destacam-se as vendas no Comércio Varejista (68 % do total do comércio), concentrado nos gêneros Móveis e Artigos para Habitação, e Mercadinhos e Supermercados. No Comércio Atacadista, destacam-se os gêneros Químicos e Produtos Alimentares (Accurso, 1996). Neste aspecto, Bagé também é o município que apresenta maior arrecadação de ICMS, o que reflete sua posição de centro comercial da região, comentado anteriormente.

Nos anos recentes, as dificuldades enfrentadas no Setor Primário, que tem como uma das causas básicas a crise no segmento de pecuária de corte, produziram efeitos nos demais setores da economia, afetando a capacidade de arrecadação fiscal dos municípios.

A crise vivida pela pecuária não é um fenômeno recente, tendo seu início ainda no ciclo das charqueadas, no final do século passado. No entanto, mesmo diante de tal situação, a região tem se mostrado incapaz de diversificar sua base econômica, como também, de desenvolver o setor industrial, apresentando, em decorrência, baixas taxas de crescimento econômico.

C) População e Emprego

Segundo a Contagem Populacional de 1996 (IBGE, 1997), a Campanha possui 208.461 habitantes, correspondendo a 2,16% da população do estado do Rio Grande do Sul. Esta região, apresentou, no período 1985/93, taxa de crescimento demográfico na ordem de 1,26%, situada abaixo da média estadual para o mesmo período, que foi de 1,43% (Accurso, 1996).

Esta região, como toda metade sul do estado¹²⁷, verificou uma diminuição no seu percentual sobre a população do Rio Grande do Sul no período 1985/93, relacionado à baixa capacidade de criação de postos de trabalho (agravada, ainda, pelo fechamento de empresas, como o frigorífico CICADE, em 1995). A taxa de crescimento do número empregos na Campanha, nesse mesmo período, foi de 0,09% a.a., significativamente inferior à média estadual (0,42% a.a.) (Accurso, 1996).

Com relação à geração de empregos por setor de atividade econômica, na indústria os Gêneros Alimentares e Metais Não-Metálicos, concentram, juntos, mais de 70% do total de empregos do setor. No Setor Terciário, os Gêneros Alimentares também se destacam, gerando, aproximada e respectivamente, 30% e de 40% dos empregos no Comércio Varejista e Atacadista.

No Setor Primário, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1996¹²⁸, obtivemos 1 (uma) contratação de trabalhador para cada 199 ha (considerando emprego permanente e temporário juntos). No que se refere ao pessoal ocupado, tivemos a 1 (um) posto para cada praticamente 59 ha. Tais números apontam para a reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra pela pecuária tradicional, atividade que detém maior extensão de área, fazendo com que, para os assentados, reste a inserção no mercado de produtos e não de trabalho.

A região da Campanha apresenta municípios com concentração de sua população no meio urbano. Alguns municípios da região, como Bagé e Dom Pedrito, possuem, de acordo com o Censo Demográfico de 1996 (IBGE, 1997), índices de urbanização superiores ao índice médio para o Rio Grande do Sul, respectivamente, 81,87 e 88,07 contra 78,66 para o estado.

¹²⁷ Com poucas oportunidades de emprego urbano, as cidades da metade sul do estado, de acordo com Bandeira (1994), passaram a expulsar parte de sua população, que migrou em busca de melhores oportunidades de trabalho em áreas com maior crescimento econômico.

Os municípios de Candiota e Hulha Negra são, justamente, os que possuem maior proporção de população residindo no meio rural, cuja hipótese explicativa seja o assentamento de famílias realizado nestes. No entanto, como são municípios recentemente emancipados, não temos condições de analisar o comportamento da população rural do município, devido a inexistência de dados demográficos discriminados anteriores à instalação dos assentamentos.

III.3.3 A Agricultura regional

A) Recursos Naturais

A região da Campanha possui, como características ambientais, clima mesotérmico, do tipo sub-tropical, com temperatura média situada em torno de 16 °C, e freqüentes ocorrências de geadas nos meses de inverno (Rio Grande do Sul, 1994a). É justamente esta ocorrência de baixas temperaturas, medidas em horas de frio¹²⁹, que torna a região apta à produção de sementes olerícolas, constituindo-se, assim, numa vantagem comparativa natural. A precipitação média anual situa-se em torno de 1.500 mm, distribuídos ao longo do ano, sendo freqüentes, porém, a ocorrência de estiagens prolongadas nos meses de verão.

Os solos da Campanha são originários de várias formações geomorfológicas, sendo provenientes do arenito, granito, sedimentos siltosos, argilosos e de basalto, que lhe conferem variadas capacidades de uso agrícola. Entre as características que condicionam o uso potencial do solo, está a profundidade, verificando-se desde locais de solo raso, limitando sua utilização agrícola, até situações de exploração mineral a céu aberto, como calcário no município de Caçapava do Sul e carvão em Candiota. Outra

¹²⁸ Devido à classificação regional usada nesse trabalho não coincidir com a do IBGE, optamos por compor os valores a partir dos dados para cada município.

característica que dificulta o uso agrícola é o tipo de argila que predomina na fração argilosa, típico dos chamados solos vérticos, muito comuns na região.

Estas características, acima citadas, condicionam o uso potencial destes solos. As limitações com relação ao seu uso agrícola referem-se aos cultivos anuais, e são decorrentes da suscetibilidade à erosão e dificuldades de manejo. Tais dificuldades referem-se especialmente aos solos vérticos, que apresentam estreita faixa de umidade sob a qual permitem operações de preparo do solo com equipamentos mecânicos (Rio Grande do Sul, 1994a).

No entanto, o uso predominante é por pastagens nativas. A pecuária, principal atividade do Setor Primário, desenvolveu-se tendo como praticamente única fonte de alimentação dos rebanhos, o campo nativo¹³⁰. Apresenta, ainda, grande potencialidade para espécies forrageiras cultivadas.

Além disso, em locais de relevo predominantemente ondulado, e adotando práticas conservacionistas, os solos podem ser utilizados sem grandes restrições. Os chamados solos vérticos, possuem boa fertilidade, apresentando unidades de mapeamento de relevos ondulado e suave ondulado. As áreas de várzea, isto é, as baixadas, são utilizadas para o cultivo do arroz irrigado.

A formação vegetal é composta predominantemente por espécies gramíneas e leguminosas, apresentando florestas-de-galerias ao longo dos cursos d'água. Este predomínio de formações campestres, e de relevo ondulado a suavemente ondulado, forma a paisagem que é típica de todo o Pampa, como é conhecida a grande área que abrange a metade sul do Rio Grande do Sul, parte da Argentina e Uruguai.

¹²⁹ Horas de frio representa o somatório das horas de temperatura ambiental inferior a 10 °C.

¹³⁰ Este, aliás, é o chamado paradigma da pecuária gaúcha: animais de elevado padrão zootécnico, fruto da introdução de raças bovinas européias, que, no entanto, perdem peso nos meses de inverno, devido ao fato das pastagens nativas (de crescimento estival) constituírem, praticamente, a única fonte de alimentação.

Estes aspectos ambientais, acima descritos, condicionaram as atividades produtivas desenvolvidas pelos assentamentos que são objeto desse estudo, assunto que veremos no próximo capítulo. As limitações ao uso agrícola do solo, por exemplo, têm sido utilizadas para questionar a sustentabilidade dos assentamentos implantados na região.

B) Estrutura Fundiária

A região da Campanha, como já comentamos, é conhecida pela concentração na propriedade da terra. A preservação das grandes propriedades rurais, historicamente tem sido justificada pela vocação regional à pecuária extensiva, tendo em vista que a criação do gado, nesse sistema, demanda grandes áreas de terra. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Bagé, a unidade de área que viabiliza a atividade pecuária é 1.000 ha, e, no caso do cultivo do arroz, 300 ha. Este mesmo motivo, a vocação natural da região, tem sido usado como justificativa não diversificar o Setor Primário de sua economia.

A instalação de um conjunto de 16 assentamentos rurais na região não alterou este quadro de concentração da propriedade da terra. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1985, anterior à implantação dos assentamentos, os estabelecimentos menores de 100 ha somavam 69,15 % do número total, ocupavam 9,93 % da área, enquanto que os estabelecimentos maiores de 500 ha correspondiam a 10,11 % do número e detinham 65,28 % da área total.

Confrontando esses dados com os do Censo Agropecuário de 1995/96, pode-se constatar que praticamente não houve alterações em tais números. Segundo o último censo, os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam 68,62 % do número total e ocupavam apenas 9,95 % da área total. Por sua vez, as grandes propriedades,

acima de 500 ha, somavam 10,06 % do número total de estabelecimentos e detinham 64,79 % da área. A estrutura fundiária da Campanha, com base nos dados do referido censo, se faz presente na Tabela 03.

Tabela 03. Estrutura Fundiária da Região da Campanha – 1995/96

Estratos de Área	Estabelecimentos		Área Ocupada	
	Agrícolas			
	Nº	%	Ha	%
0 > 10	1.628	20,35	6.757	0,45
10 > 100	3.861	48,27	143.060	9,50
100 > 1.000	2.102	26,28	688.454	45,69%
1.000 > 10.000	360	4,50	641.924	42,69%
> 10.000	2	0,03	26.411	1,75%
Total	7.999	100	1.506.606	100

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (1995/96); elaboração da autora.

Os números apresentados na Tabela 03 confirmam as informações dos técnicos da Extensão Rural¹³¹, segundo os quais, cerca de 70 % dos imóveis rurais da região possuem área inferior a 100 ha, enquanto que um pequeno número de proprietários detém grandes extensões de terras.

À concentração na propriedade da terra corresponde concentração na renda, com reflexos na qualidade de vida do meio rural. O trabalho realizado pela FEE (1997) sobre pobreza rural no estado do Rio Grande do Sul, através do indicador IDS (Índice de Desenvolvimento Social)¹³², apresenta correlação positiva entre a concentração da terra, medida pelo índice de Gini, o assalariamento e a grande propriedade, com o analfabetismo e a indigência.

Segundo esse estudo, a pobreza rural possui intensidade maior nos municípios da metade sul do estado, predominantemente ocupada por grandes propriedades (ainda que

¹³¹ Vide, por exemplo, os “Estudos de Situação”, elaborados pelos escritórios municipais da EMATER/RS, citados na bibliografia.

¹³² A construção do indicador IDS encontra-se em FEE (1995).

alguns municípios possuem predomínio de pequenas propriedades, a exemplo do município de Canguçu).

Nesse sentido, a criação do Projeto Nova Esperança, em 1978, representou uma forma inédita de acesso à terra na região¹³³, via pressão social gerada em outro local e que forçou a intervenção do poder público no meio rural da Campanha.

C) Produção Agropecuária

A produção primária da Campanha historicamente tem apresentado um perfil de poucos produtos, correspondendo à pecuária de corte e de lã. A diversificação da agricultura regional tem ficado por conta do cultivo de arroz irrigado, do desenvolvimento da bacia, e, nos anos mais recentes, pela produção de sementes olerícolas.

Em décadas passadas, a Campanha apresentou importante produção de trigo, que, em virtude de problemas climáticos, fitossanitários e do baixo preço do produto, sofreu significativa redução na área plantada. Em comportamento oposto, a cevada, outro cereal de inverno, vem apresentando aumento na área plantada, devido aos contratos com empresas cervejeiras (EMATER/RS, 1997a).

Considerando a produção de grãos na região, o arroz ocupa a maior área cultivada e possui o mais elevado VBP do Setor Primário, seguido do milho¹³⁴, sorgo e soja. A grande expansão da lavoura arrozeira na região se deu em função das condições ambientais favoráveis ao seu cultivo, que permitem atingir elevados níveis de produtividade (em torno de 5.000 Kg/ha). Esta produção é comercializada através de cooperativas e engenhos de arroz, que também beneficiam o grão.

¹³³ Durante o trabalho de campo fomos informados de que estava sendo elaborado um “projeto de assentamento” para os descendentes das colônias alemãs, via crédito fundiário, a ser disponibilizado pelo governo federal.

O cultivo do arroz irrigado, ainda, representou uma grande inovação para a agricultura regional. Desenvolveu-se predominantemente em sistema de arrendamento de terras (como vimos no Capítulo I), que, por sua vez, tem representado uma importante fonte de renda¹³⁵ para os pecuaristas, muitos dos quais, com a infra-estrutura deixada pelos arrendatários, passaram a cultivar o arroz. Atualmente, esta atividade encontra-se estagnada, devido ao alto índice de endividamento bancário e queda na sua rentabilidade.

A produção leiteira foi introduzida pelas colônias alemãs, onde mais se desenvolveu. A bacia leiteira de Bagé produz cerca de 20 milhões de litros de leite/ano, entre cerca de 800 produtores, representando 1,5% da produção do estado. Abrange os municípios de Bagé, Candiota, Hulha Negra, Dom Pedrito e Santana do Livramento¹³⁶.

As potencialidades que a região oferece para o desenvolvimento dessa atividade serviu de estímulo para os assentamentos que são objeto desse estudo, como veremos no próximo capítulo. A produção leiteira está organizada em torno da CAMAL e de outras usinas de pequeno porte, localizadas nos municípios da região. No conjunto, esta atividade tem apresentado crescimento, embora sua participação no total da produção estadual tenha se apresentado estável nos últimos anos.

A pecuária de corte é a atividade que ocupa maior área de terra e sustenta o quarto maior rebanho bovino do estado, com cerca de 14% do efetivo total. Este rebanho possui elevado padrão zootécnico, fruto de investimentos no melhoramento genético, sobretudo, pela introdução de raças bovinas européias. O destino dos animais se dá,

¹³⁴ Este cultivo é considerado marginal para a região, devido à ocorrência de estiagens durante seu ciclo de desenvolvimento.

¹³⁵ De acordo com Bescow (1986), cerca de 2/3 da produção de arroz no Rio Grande do Sul é organizada em sistema de arrendamento de terras, onde aproximadamente 30 % do custo de produção corresponde ao pagamento de arrendamento de terra e água.

¹³⁶ Embora este município não faça parte da região da Campanha, segundo classificação regional adotada no presente estudo.

basicamente, por duas vias: o abate nos frigoríficos da região; e a venda de gado em pé para municípios de outras regiões.

Embora existam estabelecimentos nos quais os níveis de produtividade e de rentabilidade são maiores, denominados de cabanhas, predomina, na região, a pecuária de caráter extensivo. Este sistema apresenta, como características básicas, baixos índices de produtividade: taxa de desfrute do rebanho de 28,77%; abate acima dos 3 anos e lotação por área na faixa de 0,70 UA/ha¹³⁷. Conseqüentemente, a atividade possui uma baixa rentabilidade por unidade de área, em torno dos R\$ 41,4/ha/ano¹³⁸.

Esta baixa geração de valor por unidade de área da pecuária de corte e a importância da área ocupada por esta atividade, reduzem a produtividade econômica da terra na região, contrastando-se com os sistemas de produção desenvolvidos nos assentamentos, que veremos no próximo capítulo.

A ovinocultura também possui baixa produtividade, em torno de 3 Kg de lã/cab/ano, e lotação de 0,3 cab/ha, segundo informações fornecidas por técnicos do Escritório Regional da EMATER/RS. Verifica-se, nesta atividade, retardamento na introdução de raças mistas (isto é, tipo lã e carne), que poderia aumentar seu nível de rentabilidade e tornar a atividade mais atrativa. É uma atividade típica de pequenas propriedades, sendo comum a criação de ovinos consorciada com a de gado.

Este predomínio do sistema tradicional na pecuária, reflete a mentalidade dominante no meio rural regional. Corresponde a uma forma específica de racionalidade econômica, pouco propensa a quaisquer iniciativas que impliquem em algum risco financeiro. É o que explica o retardamento na adoção de melhoramentos que poderiam aumentar a produtividade da pecuária: a preferência por baixa rentabilidade, porém

¹³⁷ UA: Unidade Animal, que corresponde a 450 Kg de peso vivo.

¹³⁸ Esse valor foi obtido através da multiplicação do ganho de peso anual médio, dado por esta lotação, 60 Kg de p.v./ha/ano, pelo preço médio ponderado do boi gordo no ano de 1996, fornecido pela EMATER/RS.

segura, frente aos riscos de perda de capital representado pela adoção de inovações tecnológicas ou linhas de produção alternativas. Isso só foi possível porque o pecuarista contraiu seus custos de produção¹³⁹, e a integração do processo produtivo (cria-recria-engorda) proporcionou-lhe autonomia.

A pecuária extensiva, deve-se dizer, também é praticada por pequenos proprietários rurais, os quais têm no estancieiro seu paradigma (classe de referência). O pequeno pecuarista, ampara-se na “vocação” regional, para justificar sua permanência nessa atividade, vocação esta, que, em boa medida, é produto de uma construção cultural. “...*A agricultura é atividade de cultivadores de origem européia (italianos e alemães)*...” (Fonseca, 1994: 57).¹⁴⁰

Esta visão também denota um conformismo com a “ordem natural das coisas”, não sendo por mero acaso que as atividades que promoveram diversificação da agricultura regional foram iniciadas por pessoas provenientes de outras regiões, o arroz, por arrendatários¹⁴¹, o leite pelos “colonos” alemães e o desenvolvimento da produção de sementes olerícolas pelos “colonos” assentados. É justamente esta “ordem natural das coisas” que é questionada pelas famílias assentadas, na medida em que introduzem novos sistemas de produção na agropecuária regional, como veremos no próximo capítulo.

Na atualidade, os fatores comentados no Capítulo I, ou seja, a abertura comercial implementada nos anos 90, a concorrência com os países integrantes do MERCOSUL (e, no caso também, com os estados do Centro-Oeste brasileiro), e os efeitos de planos

¹³⁹ Outro fator que permitiu ao pecuarista gaúcho se manter na atividade foi a defesa do preço de venda, através do mecanismo dos frigoríficos, que, operam com elevado grau de ociosidade (70 % na média), e, em muitos casos, são empresas cooperativadas, criadas como instrumento institucional dos produtores para controle dos preços, segundo Benetti (1994).

¹⁴⁰ Embora o trabalho de Fonseca tenha sido direcionado para Alegrete, na região da Fronteira Oeste, suas observações podem ser estendidas para a Campanha, dada a similaridade sócio-cultural destas duas regiões.

econômicos, têm afetado o desempenho da agropecuária regional. Esta situação é agravada pelo fechamento de frigoríficos que atuavam na região. O comportamento do Setor Primário regional diante dessa conjuntura, pode ser verificado pela evolução do Valor da Produção Primária - VPP, e Produtividade Primária - PP da Campanha, no período de 1992/95, apresentado na Tabela 04.

Tabela 04. Valor da Produção e Produtividade Primária da Campanha (1992/95).

Ano	Índice	VPP (US\$)	PP (US\$/Km ²)
1992	100	202.346.913	9.378,28
1993	103	209.528.547	9.886,24
1994	98	198.386.705	10.822,47
1995	67	136.472.715	6.755,39

Fonte: FAMURS (1998); elaboração da autora.

III.4. O Município de Hulha Negra

III.4.1. Histórico do Município

O município de Hulha Negra originou-se a partir de um povoado surgido ao longo da estrada de ferro em 1884, que se transformou num centro de circulação de atividades comerciais. Inicialmente, enquanto distrito de Bagé, possuía a denominação de Rio Negro, mudando para Hulha Negra após o início da exploração de carvão. Um referencial histórico do município é ter sido palco de acontecimentos da Revolução Federalista de 1893, a “Degola do Rio Negro”, quando 300 prisioneiros republicanos foram assassinados pelas forças do exército libertador (EMATER, 1997c).

Em 1925 teve início a formação de colônias, com a vinda de imigrantes alemães provenientes de Pelotas, os quais fundaram a Colônia Rio Negro (hoje Trigolândia). A escolha deste local foi devido à fertilidade dos solos e topografia adequada à

¹⁴¹ O arrozeiro possui origem social distinta do pecuarista: em grande parte, é proveniente de outra região e, não raras vezes, também de outros ramos de atividade econômica, como comerciantes e profissionais liberais.

mecanização, tendo em vista a produção de trigo. Além disso, o local apresentava facilidade de comunicação, pela proximidade da estação ferroviária do Rio Negro. (Moreira et al., 1994).

As iniciativas de emancipação político-administrativa remontam à década de 60, cujo processo, no entanto, foi vetado. Com a emancipação, em 1992, o recém criado município de Hulha Negra, composto por três distritos de Bagé (Hulha Negra, Tupy Silveira e parte de Colônia Nova), passou a abranger as Colônias Trigolândia, Silveira Martins, o assentamento Nova Esperança e o conjunto de assentamentos conhecido por Jaguarão Grande (vide Tabela 01). Nos anos mais recentes, dois assentamentos foram anexados ao município de Candiota, ficando, Hulha Negra¹⁴² com 8 (oito) assentamentos, num total de 272 famílias.

III.4.2. A Economia Local

A) Perfil Econômico

O desenvolvimento da economia do município de Hulha Negra tem apresentado particularidades em relação ao quadro regional. As atividades produtivas desenvolvidas nos núcleos coloniais implantados e, mais recentemente, nos assentamentos de responsabilidade do governo estadual, tiveram repercussão no seu perfil produtivo. Outra particularidade diz respeito à exploração do carvão mineral, iniciada na década de 40, em função da II Guerra Mundial. No entanto, este mineral deixou de ser explorado nos anos 60, restando a inspiração para o nome da localidade.

Os primeiros núcleos coloniais instalados deram início à agricultura e tornaram a localidade responsável por parte significativa da produção de trigo do município de

¹⁴² Não estamos nos referindo, evidentemente, aos assentamentos instalados nesse município a partir de 1997.

Bagé, desenvolvendo, posteriormente, a pecuária leiteira. Os assentamentos implantados no município integraram-se nesse processo de diversificação da produção primária, apresentando, por sua vez, contribuições importantes, como veremos no próximo capítulo. As poucas unidades industriais existentes, dizem respeito, basicamente, ao processamento da produção primária.

A Tabela 05 apresenta o Valor Adicionado Fiscal do município, para o ano de 1993, por atividade produtiva, a qual demonstra a importância assumida pelo Setor Primário na economia do município.

Tabela 05. Valor Adicionado Fiscal do Município de Hulha Negra (1993).

	Valor Adicionado (UPF)	%
VAF Agropecuária	545.116	81,56
VAF Extrativo Mineral	50.164	7,51
VAF Indústria	37.939	5,68
VAF Comércio	28.119	4,20
VAF Serviços	7.009	1,05
VAF Total	668.348	100,00

Fonte: FAMURS, 1998.

B) Dinâmica Econômica

O município de Hulha Negra é o que apresenta mais baixo PIB *per capita* dos municípios da Campanha, e, também, a mais baixa arrecadação de ICMS. Esta posição reflete o fraco desenvolvimento dos Setores Secundário e Terciário, verificado na distribuição do PIB nos setores produtivos, no ano de 1996:

- Indústria /Comércio 38 %;
- Agropecuária 62 % (Prefeitura Municipal de Hulha Negra, 1997).

O Setor Terciário, devido à proximidade com Bagé, enfrenta restrições quanto à sua expansão, pois o fluxo comercial de seus habitantes é maior com o município vizinho. Os estabelecimentos comerciais são, basicamente, de Gêneros Alimentício (supermercados, padarias, açougues e pequenos mercados), Vestuário, Combustíveis e

Insumos Agrícolas. O município possui uma única instituição financeira, Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI, recentemente inaugurada, e a movimentação bancária é realizada nos bancos de Bagé.

Existem três cooperativas atuando no município:

- Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda - CAMAL (posto), que adquire produtos agrícolas (como grãos e leite) e fornece insumos, assistência técnica e gêneros de consumo, através de um supermercado;

- Cooperativa Regional dos Produtores Assentados Ltda - COOPERAL, cooperativa formada pelos assentados de Bagé, Candiota e Hulha Negra; centraliza a produção dos assentamentos (basicamente grãos), armazena e beneficia produtos (como sementes de olerícolas), fornece insumos agrícolas (sementes, adubos, combustíveis, ração e medicamentos veterinários) e bens de consumo (supermercado);

- Cooperativa de Integração e Trabalho Ltda. - COPTIL, formada por um grupo de assentados do Conquista da Fronteira e associada à COOPERAL, esta cooperativa é prestadora de serviços (empréstimo de maquinário) e fornecedora de bens de consumo, através de uma loja de ferragens e de um supermercado na cidade de Hulha Negra.

No Setor Secundário, o município possui três estabelecimentos industriais: um frigorífico, uma fábrica de cerâmicas e uma fábrica de botas de couro. Atualmente, o frigorífico encontra-se funcionando parcialmente, em função de dificuldades econômicas, o que faz aumentar o problema da geração de empregos e afetada a capacidade de arrecadação fiscal do município (tendo em vista ser a principal fonte geradora de ICMS, com mais de 70% no ano de 1997).

Tais fatos, associados à anexação de dois assentamentos para o município de Candiota, comprometeram o índice de arrecadação fiscal de Hulha Negra, como pode ser observado no Quadro 02.

Quadro 02. Evolução do Índice de Arrecadação de ICMS do Município de Hulha Negra (1993/96).

Ano	Índice de arrecadação de ICMS
1993	100
1994	120
1995	98
1996	77

Fonte: Prefeitura Municipal de Hulha Negra (1997).

Em virtude da sua baixa capacidade de arrecadação fiscal, as transferências de recursos do governo federal, no caso, o Fundo de participação dos Municípios – FPM, assume grande importância para o orçamento municipal. As Transferências Correntes, que incluem governo estadual (principalmente cota-parte do ICMS) e federal (basicamente FPM) representaram 86,01% do total de receitas de Hulha Negra no ano de 1997, como pode ser observado pela Tabela 06.

Tabela 06. Composição da receita municipal de Hulha Negra (1997).

Categoria Econômica		Participação na Receita Total (%)
Receitas Correntes	Receita Tributária	4,94
	Receita Patrimonial	2,54
	Receita de Serviços	0,02
	Transferências Correntes	86,01
	Outras Receitas Correntes	4,20
Receitas de Capital	Transferência de Capital	2,28
	Outras Receitas de capital	0,01
Total		100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Hulha Negra (1997).

O pequeno porte da arrecadação fiscal do município tem, como consequência, a limitação da capacidade da prefeitura municipal realizar investimentos, seja no meio rural, como construção de estradas, seja no meio urbano, como saneamento básico.

Com relação à comunicação, Hulha Negra também possui grande dependência com Bagé, nos jornais de circulação regional, rádio¹⁴³ e canais de televisão. O mesmo se verifica na área da saúde, na qual, os atendimentos hospitalares são realizados em Bagé ou no distrito de Colônia Nova, tendo em vista que o Hospital Municipal ainda não foi inaugurado. O município possui vários postos de saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS e localizados no centro urbano e no meio rural, mas não possui farmácia comercial.

C) População e Emprego

O município de Hulha Negra, de acordo com dados da Contagem Populacional de 1996 (IBGE, 1997), possuía 5.003 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: 44,7% da população residindo no meio urbano e 55,3% no meio rural.

Comparando estes dados com os do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991), percebe-se uma evasão populacional do município¹⁴⁴, sobretudo na zona urbana. No ano de 1991, sua população era de aproximadamente 7.351 habitantes, verificando-se decréscimo de 31,9% de sua população em relação aos dados de 1996, possivelmente atraída para locais com melhores oportunidades de emprego.

O emprego é uma questão atual para o município de Hulha Negra. Para ilustrar, o trabalho realizado por alunos do curso de Arquitetura da URCAMP, através de pesquisa que englobou as residências do núcleo urbano de Hulha Negra, constata-se que 66 % dos entrevistados é composto por donas-de-casa, aposentados e estudantes, categorias em geral consideradas como economicamente não-ativas, e 8 % dos entrevistados declararam-se desocupados (Moreira et al., 1994).

¹⁴³ A única rádio existente no município é a rádio comunitária do Assentamento Conquista da Fronteira.

¹⁴⁴ Para obtermos a população de Hulha Negra em 1991, tendo em vista pertencer à Bagé neste período, recortamos o município a partir dos distritos que o formaram.

Neste sentido, o assentamento de 272 famílias no município contribuiu para o abrandamento deste processo de êxodo populacional. Segundo dados da EMATER/RS, os 8 (oito) assentamentos que são nosso objeto de estudo, possuíam 1.065 habitantes no ano de 1996, correspondendo a 38,5 % da população rural do município de Hulha Negra.

Outro aspecto a ser ressaltado, no tocante à demografia, é o índice de urbanização. O município de Hulha Negra possui um dos mais baixos índices de urbanização da região da Campanha, 44,67%, superior apenas ao índice do município de Candiota. Isto é devido ao peso da população residente no meio rural, em função das colônias e projetos de assentamentos que foram implantados. Infelizmente, devido a ausência de dados populacionais anteriores à instalação dos assentamentos, não foi possível analisarmos os efeitos destes sobre a população rural do município.

III.4.3. A Agricultura Local

A) Recursos Naturais

Não faremos menção a este item, devido ao fato de já ter sido apresentado no tópico anterior, quando tratamos dos recursos naturais da região da Campanha.

B) Estrutura Fundiária

As iniciativas de criação de núcleos coloniais e os assentamentos instalados em Hulha Negra não produziram alterações na sua estrutura fundiária, suficientes para caracterizar o município como uma área reformada. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, os estabelecimentos inferiores a 100 ha somavam 85,58% do número, ocupavam 25,48% da área. Por sua vez, as grandes propriedades, com área

superior a 500 ha correspondiam a 4,06% do número total e detinham 48,54% da área total. A estrutura fundiária do município de Hulha Negra está apresentada na Tabela 07.

Tabela 07. Estrutura Fundiária de Hulha Negra – 1995/96.

Estratos de Área	Estabelecimentos Agrícolas		Área Ocupada	
	Nº	%	Ha	%
0 > 10	83	11,62	391	0,63
10 > 100	528	73,95	15.433	24,85
100 > 1.000	95	13,31	30.250	48,71
1.000 > 10.000	8	1,12	16.030	25,81
> 10.000	-	-	-	-
Total	714	100,00	62.104	100,00

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE, 1998); elaboração da autora.

Tais dados confirmam as informações dos técnicos do Escritório Municipal da EMATER/RS, segundo os quais, mesmo com as experiências em núcleos coloniais e assentamentos, a concentração da posse da terra persiste: 28 proprietários detêm cerca de 45 % da área do município.

Em comparação com a região da Campanha, percebe-se, em Hulha Negra, uma maior participação dos pequenos estabelecimentos, isto é, inferiores a 100 ha, no número total e na área ocupada. Da mesma forma, os grandes estabelecimentos, com área superior a 500 ha, encontram-se em menor número e área ocupada do que na região. Podemos, assim, concluir que os assentamentos rurais criados no município contribuíram para aumentar a participação dos pequenos estabelecimentos, os quais se concentram na faixa entre 10 e 100 ha, com 74,52% do número total (estrato de área que supostamente engloba os assentamentos rurais que são objetos desse estudo¹⁴⁵).

C) Produção Agropecuária Municipal

A produção agropecuária de Hulha Negra apresenta um quadro diversificado em relação aos demais municípios da região da Campanha. Além dos ramos de atividade típicos da região, já comentados, o município possui uma pauta maior de produtos com importância econômica, como pode ser conferido na Tabela 08, que traz a composição do PIB do Setor Primário de Hulha Negra para o ano de 1996.

Tabela 08. Composição do PIB Primário do Município de Hulha Negra (1996).

Atividade Agropecuária	% do PIB
bovinocultura de corte	27,27
arroz	16,64
bovinocultura de leite	13,70
sementes olerícolas	12,74
milho	6,95
sorgo	4,99
ovinocultura (corte e lã)	2,89
feijão	0,75
outros	14,07

Fonte: EMATER/RS (1997c).

Este aspecto foi contemplado pelo trabalho de Lovatto et al. (1994), que demonstra a existência de um diferencial no perfil econômico do município de Hulha Negra em relação aos demais municípios da região da Campanha. Enquanto nestes o conjunto formado pelas três atividades agrícolas principais, pecuária de corte e de lã, e orizicultura, contribuem com 92 % da geração de receitas, no município de Hulha Negra essa mesma contribuição cai para 59%.

Esse diferencial é justificado pela maior diversificação da produção agrícola, sendo atribuída, pelo autor, às colônias de pequenos agricultores e aos assentamentos estabelecidos no município.

¹⁴⁵ Infelizmente, e de acordo com informações obtidas junto ao IBGE, não houve consenso em relação ao enquadramento dos assentamentos rurais pelo Censo Agropecuário de 1995/96, ficando a critério do entrevistador classificar cada assentado como proprietário ou como ocupante.

Neste sentido, e como pode ser observado através da Tabela 06, as sementes olerícolas participam com quase 13 % do PIB agrícola, e esta produção se encontra, em boa parte nos assentamentos rurais que são objeto desse estudo. Outra participação significativa dos assentamentos ocorre na categoria “outros”, que engloba produtos tais como mel, suínos, ovos e cucurbitáceas, embora não seja possível especificarmos tal participação em valores percentuais.

A produção primária do município tem sido afetada pelo contexto anteriormente mencionado. De acordo com técnicos que atuam na Extensão Rural, verificou-se, nos anos mais recentes, diminuição na área cultivada e, conseqüentemente, na produção agrícola municipal. Em comportamento oposto, a produção agrícola nas áreas de assentamentos aumentou neste mesmo período, motivo pelo qual, e de acordo com os técnicos, não houve queda ainda maior no volume de produção do município, justamente, pela contribuição dos assentamentos, assunto que trataremos no próximo capítulo.

IV. NOVOS ATORES ENTRAM EM CENA: OS “COLONOS” ASSENTADOS DE HULHA NEGRA.

O presente capítulo tem por objetivo a discussão do nosso objeto de estudo. Para tanto, iniciamos apresentando o que entendemos por “impactos”, para em seguida, passar para o tratamento dado por diferentes autores que trabalharam esse tema nos assentamentos do Rio Grande do Sul e ao recorte utilizado por nesse trabalho.

Após estas considerações, descrevemos os assentamentos que integram esse estudo, a partir dos dados coletados no trabalho de campo, analisando os efeitos, ou “impactos” gerados por esses atores do município de Hulha Negra, a partir do desenvolvimento das questões propostas em nosso recorte.

IV.1.1. O Debate sobre “impactos”

Ao iniciarmos a discussão do tema dos efeitos (ou “impactos”) dos assentamentos rurais, gostaríamos de fazer algumas considerações. Primeiramente, “impacto” não é uma categoria trabalhada nas Ciências Sociais, é uma palavra. No senso comum, este termo possui uma evocação mecânica, denotando mudanças que ocorrem bruscamente, sendo tratado, em geral, com sentido de externalidade, cuja ação é capaz de alterar a dinâmica pré-existente.

Esse tema tem sido tratado pela literatura através da noção de “impacto” sócio-ambiental provocado pela construção de Grandes Projetos de Investimentos - GPIs,¹⁴⁶ como a construção de grandes barragens hidrelétricas. Esses trabalhos têm tratado de duas dimensões básicas: “impacto” ambiental e social, sendo, no primeiro caso, a ação humana impactando o meio físico; e, no segundo caso, a intervenção estatal impactando a população local. Vejamos, a seguir, como surgiram tais noções.

A noção de “impacto” ambiental tem sua origem no grande espaço assumido por esta questão no período mais recente, da qual deriva uma pressão por parte de movimentos ligados à questão ambiental e das agências de financiamento (como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) para a concessão de créditos (Vainer, 1990).

Esta pressão ambiental se faz sentir na avaliação dos GPIs¹⁴⁷, vistos como geradores de processos que levam a desequilíbrios ecológicos e responsáveis também por intensas alterações nos meios e modos de vida das populações afetadas direta ou indiretamente. Outro fato que tem levado os GPIs a serem avaliados em termos dos seus “impactos” sociais é a emergência de movimentos que reivindicam mudança de tratamento por parte dos promotores destes projetos, ou, até mesmo, resistem à sua implantação.

Além de alterações no meio ambiente, tais projetos têm provocado profundas transformações nas sociedades e economias onde são implantados. Basicamente, são responsáveis por grandes deslocamentos populacionais, interferem na estrutura do

¹⁴⁶ Os GPIs dizem respeito, de acordo com Vainer (1990) a grandes unidades produtivas, a maioria delas voltadas para atividades básicas, fornecedoras de matérias-primas para a indústria de transformação, tais como: produção de aço, extração de petróleo, gás e carvão, barragens hidrelétricas ou mesmo grandes obras de infra-estrutura, como complexos portuários.

¹⁴⁷ Os GPIs, bastante difundidos em determinado período, em meio à hegemonia da ideologia desenvolvimentista e padrão de planejamento centralizado, está relacionado, no caso brasileiro, com governos autoritários e no domínio da teoria de desenvolvimento polarizado, que vimos no Capítulo III. São empreendimentos, em geral, cuja decisão e execução são tomados externamente, ou seja, não nascem

emprego regional, sobre o poder local, o que na maior parte das vezes implicam em sua redução.

O marco de estabelecimento das diretrizes gerais para uma Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil, foi a Resolução CONAMA 001, de 23/01/86, que introduz a exigência do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para licenciamento de projetos. A definição de “impacto” ambiental está fundamentada numa lógica de ação-reação, ou seja, deriva de uma ação do homem sobre o meio ambiente. Conceitualmente, o “impacto” assume um caráter preventivo, sendo definido como a alteração no meio ambiente natural e social, a ser provocada pela realização de um projeto (Magrini, 1990)¹⁴⁸.

Com relação aos “impactos” sociais dos GPIs, estrito senso, a literatura tem abordado o tema sob o ponto de vista das profundas e intensas mudanças no meio e no modo de vida das populações afetadas: deslocamentos compulsórios e/ou afluxo de grandes contingentes de habitantes, desestruturação de redes de relações sociais e de atividades econômicas, como também, das mobilizações em torno de reivindicações por melhores indenizações e reassentamento dos atingidos por tais obras.

Vainer (1993) tem alertado para a referência à população, que aparece na forma dos usos que esta faz dos recursos naturais (solo, água, etc.), ao que o autor chama de “naturalização da vida social”, sendo tratadas nos relatórios de “impacto” ambiental na voz passiva (ou seja, enquanto população afetada, deslocada, impactada). Em decorrência, “...o impacto é percebido como a diferença entre o que vai ocorrer com a população local/regional no caso da implantação do grande projeto e o que ocorreria se tal implantação não se concretizasse...” (Vainer, 1993: 191).

do processo de desenvolvimento das forças (sociais, políticas e econômicas) endógenas à região (Vainer, 1990).

Neste sentido, analisando a construção das barragens de Sobradinho, no estado da Bahia, e de Machadinho na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Sigaud (1988; 1995) constrói os “impactos” a partir da dimensão social, ou seja, do deslocamento da população ribeirinha através na intervenção do Estado. Na visão corrente na literatura, segundo a autora, os “impactos” geralmente são pensados como resultados de uma ação externa (agências governamentais), e o referencial para sua avaliação é a população compulsoriamente deslocada, bem como as populações vizinhas. Ou seja, são considerados dentro do princípio de ação, na forma de intervenção do Estado, e de reação, na forma de respostas culturais da população.

Outro aspecto importante é a dimensão temporal, na medida em que se diferenciam “impactos” de curto e longo prazo, e chega-se até mesmo a prever o seu final, momento em que a população recupera sua autonomia e adapta-se ao novo ambiente. Sigaud (1988) também assinala que a maioria dos trabalhos produzidos sobre “impactos” não parte de questões formuladas no interior da antropologia, mas a partir de questões externas a esta disciplina, e respondidas com auxílio de suas técnicas e conceitos.

Desta forma, a autora propõe pensar os “impactos” como resultado de um processo desencadeado a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social pré-existente, ou seja, parte da análise da estrutura das relações sociais historicamente construídas e anteriores à mudança. Assim, “...a perspectiva adotada foi a de analisá-los não como respostas culturais da população, mas como mudanças na estrutura das relações sociais na qual está inserida...” (Sigaud, 1988: 87).

A partir destas considerações sobre o tema, percebemos que o estudo dos “impactos”, entendidos por efeitos ou mudanças, implica em analisar os processos

¹⁴⁸ Entre as várias metodologias de mensuração e avaliação dos impactos, Magrini (1990) apresenta o modelo da Avaliação dos Impactos Ambientais - AIA, que, segundo a autora, consiste num instrumento

desencadeados pela ação do Estado (ou por sua intervenção, no caso, do campo dos conflitos fundiários).

Neste sentido, a tradução “sociológica” de “impacto”, proposta por Medeiros & Cabanilha de Souza (1997), é a de mudança(s) desencadeada(s) a partir de alguma(s) ação(ões), perceptível(eis) pelo cientista social e/ou pelos atores, por provocar alterações em determinadas esferas da vida social, o que não exclui, transformações com menor visibilidade ou que demandam maior espaço de tempo para se tornarem visíveis (que poderíamos denominar de “moleculares”).

Nossa reflexão partirá da definição dos “impactos” inserida na lógica de ação-reação¹⁴⁹, ou seja, considerando que o contexto no qual se processam os efeitos, ou mudanças, exerce influência. Esta reação, assim, varia conforme cada situação, isto é, de acordo com as condições sociais que contribuíram para tanto, e ocorre diferenciadamente no decorrer do tempo. Veremos, a seguir, alguns trabalhos que tratam do tema dos “impactos” econômicos dos assentamentos rurais.

IV.1.2. Os “Impactos” dos Assentamentos Rurais

Vários estudos têm privilegiado os assentamentos rurais como seu objeto, os quais, em sua maior parte, caracterizam-se pela centralidade no âmbito interno destas unidades. Entre os trabalhos que realizaram análise econômica dos assentamentos rurais¹⁵⁰, destacamos o de Castro (1990) e da FAO/PNUD/MARA (1992), em pesquisa nacional, e o trabalho de Leite (1992), direcionado para os assentamentos do estado de São Paulo.

de auxílio à tomada de decisões.

¹⁴⁹ Esta lógica de ação-reação está presente tanto na definição de “impactos” ambientais, trazida por Magrini (1990), como de “impactos” sociais (Sigaud, 1988).

¹⁵⁰ O artigo de Leite (1994) faz um comentário sobre os estudos econômicos realizados em assentamentos rurais.

Nosso trabalho propõe estender o olhar para fora do assentamento. Desta forma, orientamos nossa análise do assentamento para o seu entorno, com o objetivo de saber qual a importância que os assentamentos representam para o município e região, quais os efeitos que eles causam sobre a economia e a sociedade. Neste sentido e visando atender aos nossos objetivos, destacamos alguns trabalhos que priorizam a questão dos resultados (ou efeitos) econômicos dos assentamentos, os quais são: Zamberlam & Florão (1989; 1991), Silveira (1995), Zamberlam & Fronchetti (1995) e Lovatto et al. (1994).

Os trabalhos de Zamberlam & Florão (1989; 1991), a partir de um censo realizado em oito assentamentos da região de Cruz Alta¹⁵¹, demonstra que estas áreas apresentam um melhor desempenho produtivo, se comparado com a média regional (em termos de cultivos comerciais, como a soja, e de produtos de subsistência). A produção destes assentamentos é significativamente superior a das fazendas desapropriadas, apresentando elevados índices de participação na produção animal dos municípios. Os autores afirmam, ainda, que os assentamentos constituem um expressivo mercado de máquinas, equipamentos agrícolas e insumos, sendo que seus resultados econômicos repercutem na geração de renda e de impostos para os municípios.

Nessa mesma linha do desempenho econômico, situa-se o estudo de Silveira (1995). Este trabalho compara o Assentamento Nova Ramada com outras fazendas do município de Júlio de Castilhos, em termos do demonstrativo de renda econômica líquida, mostrando maior eficiência deste assentamento na utilização da terra, conferindo, por conseguinte, maior competitividade em termos de produção e investimento por área.

¹⁵¹ Dos oito assentamentos pesquisados, 3 foram criados no começo da década de 70 e correspondem ao reassentamento de atingidos pela barragem do Passo Real, e 5 assentamentos foram instalados na década de 80.

Caso interessante é o trabalho Zamberlam & Froncheti (1995), que, embora não se proponha a analisar os efeitos propriamente ditos dos assentamentos rurais, o apresenta a viabilidade de emancipação político-administrativa de um distrito (Boa Vista do INCRA), constituído basicamente por um assentamento¹⁵².

Os autores afirmam, também, que o novo município apresenta potencial frente ao desempenho do município “mãe” (Cruz Alta), no que tange ao PIB *per capita*. Ou seja, temos a constituição de um novo município a partir, basicamente, de um projeto de assentamento¹⁵³, o qual possui as condições iniciais que justificam econômica e socialmente a sua emancipação:

- produção econômica (setores: agricultura, indústria e serviços);
- população mínima;
- estimativa de arrecadação;
- grau mínimo de urbanização;
- presença de profissionais que possibilitam o atendimento básico da população (médicos, professores, engenheiros agrônomos, etc.).

O trabalho de Lovatto et al. (1994), por sua vez, contempla nosso objeto de estudo e apresenta um incremento na receita agrícola dos assentamentos de Candiota e Hulha Negra em relação às propriedades rurais que os originaram. Enquanto que nestas fazendas a receita por unidade de área era de US\$ 57,76/ha/ano¹⁵⁴, com os assentamentos a receita se elevou para US\$ 166,76/ha/ano; incremento este, explicado pela introdução de atividades diversificadas e de alta densidade econômica, além da própria elevação no grau de utilização da terra nestas unidades.

¹⁵² Na realidade trata-se do reassentamento dos atingidos pela Barragem do Passo Real, mas, para o INCRA, constitui um assentamento efetivo de reforma agrária, pois mais de 70 % das famílias não eram proprietárias de terra.

¹⁵³ Outro exemplo de município que se originou de um projeto de assentamento ocorre em Pontão, também no estado do Rio Grande do Sul. Segundo reportagem do Jornal Gazeta Mercantil (26/08/97), os

Este estudo aponta, ainda, para a existência de um diferencial no perfil econômico do município de Hulha Negra, em relação aos demais municípios da região da Campanha, atribuído, pelo autor, às colônias de pequenos agricultores e aos assentamentos estabelecidos no município.

Tais trabalhos apresentam pistas para nosso estudo, na medida em que demonstram que as atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos causam efeitos sobre a economia dos municípios. Pretende-se, com esse estudo, justamente saber como os assentamentos influenciam o seu entorno, quais as mudanças e como elas ocorrem. Por tal motivo, optamos por privilegiar o estudo das relações externas dos assentamentos, em especial no que se refere à dimensão econômica.

A partir do exposto, percebemos que o(s) assentamento(s) provoca mudanças no seu interior, como também, para fora dele, sendo, neste caso, produto (ou efeito) das ações desencadeadas pelas famílias assentadas. Assim, as atividades produtivas desenvolvidas no interior dos assentamentos podem repercutir direta (pauta e volume de produção, por exemplo) e indiretamente (como por exemplo, a criação de postos de trabalho e a geração de impostos)¹⁵⁵. Além disso, a presença dos assentamentos atrai investimentos públicos, como obras de infra-estrutura e recursos do governo federal¹⁵⁶, com reflexos sobre a economia dos municípios.

Tais efeitos são condicionados pelo contexto regional (ambiente físico, mercado de produtos e de serviços, instituições e políticas públicas) e pelas condições nas quais

assentados organizaram-se em cooperativa e estão interferindo no rumo político e econômico do novo município (cujo prefeito é um próprio assentado).

¹⁵⁴ Esta receita era proveniente das atividades bovinocultura de corte e ovinocultura destas propriedades.

¹⁵⁵ Outros exemplos de dinamização da economia local, promovido pelos assentamentos rurais, encontram-se na reportagem “O mercado da reforma agrária em ascensão” do Jornal Gazeta Mercantil (26/08/97). A matéria apresenta, além do caso de Pontão/RS, já comentado, os efeitos de 4 assentamentos (também organizados em cooperativa) na arrecadação de ICMS no município de Cantagalo/PR, e o êxito do Projeto de Assentamento Araras, localizado no município de São João do Araguaia/PA na produção de cupuaçu.

os assentamentos foram implementados (recursos públicos alocados, obras de infraestrutura e relações com o poder local, por exemplo). Numa tentativa de analisar tais efeitos ou mudanças, elencaremos um conjunto de questões que serão desenvolvidas no decorrer do trabalho, visando contemplar as dimensões econômicas, sociais e políticas.

Faremos tal divisão apenas com caráter didático e como forma de delimitar nosso campo de estudo, devido ao fato que, essas dimensões não são estanques, muitas vezes ocorrem imbricadas, umas nas outras. Por exemplo, a organização de uma feira por parte dos assentados, para além de representar uma forma de comercialização da produção, pode explicitar, também, um espaço de sociabilidade e de auto-affirmação perante a sociedade local, ou seja, a busca por legitimidade enquanto produtores rurais, justificando sua reivindicação por terra.

Para nosso estudo, que está centrado nos efeitos econômicos dos assentamentos rurais, adotamos dois planos de análise. O primeiro é o interno, para o qual tomamos o Assentamento Conquista da Fronteira como referencial, por ser o mais representativo em termos do número de famílias (91) e pela similaridade verificada com os outros assentamentos. Além disso, este assentamento foi palco de várias experiências organizativas, sediando a cooperativa regional dos assentados. Nossa análise interna desenvolverá as seguintes questões:

- origem e trajetória das famílias;
- organização social e produtiva;
- condições materiais de vida;
- meio ambiente;
- produção agropecuária.

¹⁵⁶ Além do crédito específico para a reforma agrária, os projetos de assentamento de responsabilidade do INCRA são dotados de recursos para obras de infraestrutura (tais como construção de estradas e eletrificação rural) a serem repassados para as prefeituras via convênio.

O segundo plano de análise é o externo, no qual pretendemos apresentar como o assentamento se relaciona com o seu entorno. Para tanto, utilizaremos, como objeto de estudo, o conjunto dos 8 assentamentos implantados no município de Hulha Negra, tendo em vista serem indissociáveis quando se pretende levantar os efeitos, ou mudanças, local e regional. Desta forma, estamos abordando os seguintes aspectos:

- integração social;
- relações com o poder local;
- inserção na economia local;
- capacidade inovativa.

Podemos visualizar três momentos na constituição dos assentamentos, a instalação do projeto, o seu desenvolvimento e a sua consolidação. Optamos por essa divisão temporal com a finalidade de demonstrar que se trata de um processo dinâmico. Entendemos que, associando o tempo, estaremos apresentando os diferentes comportamentos desses atores sociais, cujos efeitos ocorrem diferenciados no decorrer do tempo.

A Instalação do Projeto de Assentamento

As ações do movimento por terra, tais como ocupação de terras e de prédios públicos (que vimos no Capítulo II), gera uma situação de conflito social. A intervenção do poder público neste campo dos conflitos, através da regularização, desapropriação ou aquisição de terras para o assentamento das famílias, demonstra, segundo Medeiros & Cabanilha de Souza (1997), o reconhecimento da situação de tensão e a busca por resolução.

Para as famílias beneficiadas, o assentamento significa o reconhecimento de sua reivindicação maior, o acesso à terra, como também, a transformação de demandas em

“direitos” que a condição de assentado lhe assegura, a exemplo do crédito de implantação (auxílio alimentação, fomento e habitação), linha de financiamento específica para o público assentado.

Esta passagem da condição de “sem-terra” para a de assentado podemos denominar de um “efeito em si”, ou seja, uma mudança social a partir da conquista daquilo que é entendido por “direitos”, do resgate de um grupo condenado a uma situação de marginalidade social, na qual estão sujeitos a constantes deslocamentos do local de acampamento e impelidos a atos de pressão, como ocupações de terra, com seus riscos e conseqüências.

Assim, o assentamento pode significar um **ponto de chegada** à terra, e uma ruptura com a situação anterior, de instabilidade, para uma nova situação, na qual serão colocadas novas demandas. Por exemplo, a reivindicação deixa de ser por terra, para ser por crédito agrícola e pela construção de infra-estrutura, como estradas, escolas, etc. Além disso, novas relações podem ser estabelecidas por esse grupo de famílias com a sociedade (pois agora são assentados e não mais sem-terra) e o poder público (passam da lista de espera por assentamento para a lista de assentados).

O Desenvolvimento do Projeto de Assentamento

A partir da implantação do assentamento, novas questões são colocadas para as famílias, no que diz respeito à organização social e produtiva, e às novas demandas que levadas ao órgão responsável pelo projeto, INCRA ou governo estadual. O assentamento pode, assim, significar um **ponto de partida** para uma nova situação, na medida em que possibilitar a reinserção dos seus beneficiários no processo produtivo¹⁵⁷.

¹⁵⁷ A instalação das famílias num projeto de assentamento não representa em si, uma garantia de estabilidade, tendo em vista que representa um momento na trajetória destas cujo desdobramento não está assegurado. Para ilustrar, a pesquisa realizada pela FAO (FAO/PNUD/MARA, 1992) encontrou um

Entendemos, ainda, que este é o momento privilegiado na trajetória do assentamento, para o estudo de sua inserção na economia local.

Esta reinserção pode se dar tanto no trabalho agrícola, inserindo o beneficiário no mercado de produtos, como pode, também, se dar no mercado de trabalho formal ou informal. No presente estudo estaremos tratando da inserção destas famílias no mercado de produtos, devido que, como vimos no capítulo anterior, o mercado de trabalho local e regional é extremamente reduzido. Portanto, nos interessam as relações de produção estabelecidas entre os assentados e os agentes econômicos locais.

O assentamento de grupos de famílias pode representar, ainda, um movimento contrário ao esvaziamento populacional do meio rural, implicando na criação/recriação de uma comunidade em um espaço anteriormente desabitado ou parcamente habitado. Adotando como exemplo o nosso estudo, verificamos um significativo aumento populacional no Assentamento Conquista da Fronteira, comparado com a fazenda que lhe deu origem. Segundo nossos entrevistados, nesta fazenda vivia apenas uma família e empregava cerca de seis trabalhadores rurais permanentes, enquanto que o assentamento beneficiou 91 famílias, que garantem seu sustento através da produção agrícola de suas áreas.

A Consolidação do Projeto de Assentamento

Este momento, de consolidação do assentamento, podemos determinar a partir do ponto em que tem início as negociações para a sua emancipação, que representa um novo momento de ruptura. A obtenção do título definitivo da área tanto pode significar um novo estatuto para seu detentor, o de proprietário de um lote rural, quanto representar o fim do acesso a modalidades especiais de crédito. Novamente alteram-se

índice médio de abandono de lotes de 22%, em relação ao número original de beneficiários (incluindo casos de abandono, troca ou eventual venda de lotes).

as suas demandas, deixando, por exemplo, de ser por PROCERA para ser pelo acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, modalidade de crédito agrícola que, por sua vez será disputada pelo universo de agricultores familiares.

Nas condições do Rio Grande do Sul, temos, como exemplo de assentamentos consolidados e emancipados, aqueles instalados no início da década 70, que se tratavam do reassentamento de atingidos pela construção das hidrelétricas de Passo Real e Passo Fundo. Tais assentamentos foram contemplados pelo trabalho de Zamberlam & Florão (1989; 1991), comentado anteriormente.

IV.2. Os Assentamentos Rurais do Município de Hulha Negra

Nesse tópico, estaremos tratando especificamente de nosso objeto de estudo, a partir dos dados colhidos no trabalho de campo. Nosso objeto é composto por 8 (oito) assentamentos rurais do município de Hulha Negra (denominado de Bloco Jaguarão), que correspondem a um conjunto de 16 assentamentos instalados na região da Campanha, fronteira sul do estado do Rio Grande do Sul (vide Anexo 1, Mapa 2).

Tais assentamentos resultam da intervenção do poder público no campo dos conflitos fundiários, tendo sido criados pelo governo estadual entre o final da década de 80 e início da de 90, através dos recursos do FUNTERRA, e implicaram no deslocamento de 429 famílias para esse local.

Dividimos a apresentação em dois planos: internamente, adotamos o Assentamento Conquista da Fronteira como referencial, pelos motivos já mencionados; e, no segundo, na análise externa, tomamos o conjunto de 8 assentamentos implantados no município, no período de 1989/93¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Com este corte temporal, estamos descartando o Projeto Nova Esperança e os 3 assentamentos recentemente implantados (1997) no município de Hulha Negra.

Desta forma, o desenvolvimento das seguintes questões: origem e trajetória das famílias, organização social e produtiva, condições materiais de vida, meio ambiente e produção agropecuária, terá como referencial o Assentamento Conquista da Fronteira. Os itens integração social, relações com o poder local, inserção na economia local e capacidade inovativa, por sua vez, dizem respeito ao conjunto dos 8 (oito) assentamentos. Alertamos, contudo, que a apresentação não segue exatamente esta ordem.

IV.2.1. Origem e Trajetória das Famílias

O cadastramento realizado pelo Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo - DACC da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAAb (Rio Grande do Sul, 1997b), no Assentamento Conquista da Fronteira, encontrou 86 famílias, na ocasião do levantamento, no ano de 1997. Destas, 76 eram “originais”¹⁵⁹, ou seja, apresentavam o mesmo titular do lote do cadastro anterior; 10 famílias eram “não-originais” e 5 lotes encontravam-se vagos. Esses dados, no entanto, não qualificam os critérios de classificação para família “não-original”.

As famílias integrantes desse assentamento são, majoritariamente, procedentes de municípios de predomínio de pequenas propriedades familiares, localizados no norte do estado do Rio Grande do Sul. Dos entrevistados pelo censo DACC/SAAb, praticamente 14 % dos titulares dos lotes são provenientes de Ibirubá, 13 % de Aratiba e 10 % de Erval Grande. Apenas um titular declarou ser natural de Bagé e outro, embora tenha declarado ser natural de Ronda Alta, é proveniente do assentamento Nova Esperança.

¹⁵⁹ De acordo com as lideranças do assentamento, nos lotes em que no momento da realização do censo, ninguém fosse encontrado, foram considerados “vazios”; como também, no caso de falecimento do titular, mesmo o cônjuge ou o filho permanecendo no lote, estes foram considerados “não-originais”. Portanto, para fins de tabulação dos dados coletados a campo, tomamos como universo as 86 famílias entrevistadas na ocasião do levantamento.

Com relação à origem social das famílias, na pesquisa “*Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*”¹⁶⁰, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários no mesmo assentamento. Dos entrevistados, 50 % declarou, como ocupação anterior, trabalhador autônomo rural (arrendatário, parceiro, posseiro), e os demais “agregado”, ou seja, trabalhava na terra do pai (propriedade familiar).

Esta origem predominantemente rural das famílias assentadas, também pode ser verificada nos dados da Pesquisa Amostrai, realizada no I Censo da Reforma Agrária (INCRA/UNB, 1997). No estado do Rio Grande do Sul, 73,97 % dos beneficiários declararam como atividade anterior ao assentamento agricultor/camponês ou trabalhador rural (somados os percentuais dessas categorias).

O motivo alegado para se interessar pela possibilidade do assentamento faz, justamente, referência às condições de trabalho anterior: exiguidade da terra da família (30 %), desejo de trabalhar em terra própria, dificuldades de trabalhar na terra que possuía (declividade/pedregosidade) e dificuldades enfrentadas na relação de produção, para o caso de parceiros e/ou arrendatários.

A trajetória destas famílias está inscrita na própria história da luta pela terra no estado, apresentada no Capítulo II. Todos os entrevistados declararam ter participado em algum momento da luta pela terra no estado: 100% esteve presente em acampamentos, e 80 % em ocupações de terra. Também foi marcante a participação em mobilizações, como passeatas, Romaria da Terra, reuniões de grupos e negociações com o governo. Segundo declarações dos próprios assentados, participaram de

¹⁶⁰ Os dados desta pesquisa foram disponibilizados pela sua coordenação, em função do trabalho de campo dessa dissertação ter sido realizado conjuntamente. Os critérios definidores da amostra levaram em conta a representatividade em termos quantitativos, isto é, o número mínimo de questionários a serem aplicados (10), e qualitativos, para o qual buscou-se abranger a diversidade existente entre grupo coletivos/individuais e de diferenciação entre as famílias, de acordo com as informações fornecidas pelas lideranças dos assentados.

acampamentos em diversos municípios do estado, acompanhando o deslocamento das ações do MST, como o acampamento na Fazenda Annoni, em Sarandi, e a ocupação da fazenda Santa Elmira, no município de Cruz Alta.

A manutenção das famílias no acampamento deu-se, basicamente, pela organização de frentes de trabalho (60 %), por recursos obtidos pelo trabalho de membros da família e doações da comunidade. As frentes mencionadas correspondiam ao trabalho em granjas (isto é, fazendas) próximas dos acampamentos e na construção civil, cujos recursos foram utilizados na compra de alimentos e remédios para as famílias acampadas.

Tais respostas reforçam a interpretação da ida para o acampamento como uma estratégia de reprodução social, de acordo com Schmitt (1992). Para o caso do Rio Grande do Sul, onde boa parte dos assentados são filhos de pequenos agricultores familiares, o assentamento representa a possibilidade de redução na pressão sobre a terra. Ou seja, a saída de membros do grupo familiar para integrar movimentos reivindicatórios por terra pode representar uma possibilidade de reprodução social e de viabilização de pequenas propriedades familiares.

Com relação à identidade, **na mudança da condição de “sem terra” para a de assentado, não ocorreu, necessariamente, uma ruptura, com anulação da identidade de “sem terra”**¹⁶¹. Segundo nossos entrevistados, as famílias já assentadas mantêm relações (sejam de parentesco, amizade e/ou solidariedade) com as famílias acampadas, que se verificam na forma de ajuda material (alimentação), e no apoio e participação em ações como ocupações e outros atos de protesto promovidos pelo MST.

A continuidade da relação com o MST demonstrada pela atuação das lideranças na organização local/regional do movimento, fornecendo quadros para sua direção

¹⁶¹ A identidade política dos “sem-terra”, segundo Schmitt (1992) resulta da interação entre o discurso dos mediadores, as experiências históricas vividas e as práticas sociais dos seus opositores.

estadual/nacional. Como também, na influência do MST na organização da produção no interior do assentamento, como veremos no próximo tópico.

O termo assentado, construído pelo poder público para designar o beneficiário de um projeto de assentamento, representa, para Bergamasco & Ferrante (1994), uma categoria social em processo de constituição de sua identidade. **Esta identidade de assentado é acionada, particularmente, nas negociações com órgãos públicos visando a liberação de recursos, como o PROCERA.**

Pode, no entanto, assumir uma conotação política, denotando a presença em um campo de lutas sociais no meio rural, carregando o estigma de “sem terra”. Tal conotação política, ou seja, o laço com o MST, marcará a relação com a sociedade, como veremos a seguir.

IV.2.2. Organização Social e Produtiva

O Assentamento Conquista da Fronteira tem sido palco de várias experiências organizativas. Além das características culturais desta população, também é resultado do próprio processo de luta pela terra e formação dos assentamentos, com discussões e “ideais” construídos durante os anos de acampamento pelos quais passaram.

Estas experiências vividas, de participação social em seus locais de origem, refletem-se na organização social das famílias. Não por acaso, o primeiro grupo de jovens da região foi criado no Projeto Nova Esperança e exerceu influência sobre outras comunidades rurais. Em 1993, havia outros 3 grupos, localizados nas Colônias Salvador Jardim, Trigolândia e Emanuel e um quinto previsto para a o Assentamento Conquista da Fronteira (EMATER/RS, 1994). Neste mesmo assentamento, está sendo organizado um grupo de mulheres, com o objetivo de estimular a participação e atuação das assentadas nas discussões e tomadas de decisões de interesse coletivo.

Acrescenta-se a tais características - de forma determinante - a orientação do MST, apoiada nas suas diferentes visões sobre cooperação agrícola¹⁶². Tais propostas (ou diretrizes) de organização da produção no interior dos assentamentos passaram a ser apresentadas pelo movimento a partir do final dos anos 80, justamente no momento de implantação do Assentamento Conquista da Fronteira.

Em 1989 foi constituída a Cooperativa de Produção, Trabalho e Integração Ltda. - COPTIL, por 41 famílias que faziam uso coletivo dos meios de produção. Esta cooperativa de trabalho (também conhecida por Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA) teve curta duração, sendo transformada, em 1994, em Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços - CPS, com um quadro de 29 sócios. Permaneceram, no entanto, dois grupos internos trabalhando coletivamente: um grupo composto por 9 famílias, que reside na agrovila, e outro, de 6 famílias, enquanto que as demais optaram pela produção individual em seus lotes.

Entre os motivos de tal mudança na forma de organização, apontados no diagnóstico do Projeto LUMIAR (1997), constam as dificuldades de adaptação à nova forma de trabalho e o constante saldo financeiro negativo das operações realizadas pela cooperativa (decorrente de frustrações de safras, dificuldade de escoamento e comercialização da produção e de ociosidade da mão-de-obra).

No ano de 1990, foram criadas 23 associações, com o objetivo de adquirir máquinas agrícolas em conjunto e formar de lavouras coletivas, envolvendo, aproximadamente, 200 famílias dos assentamentos dos municípios de Hulha Negra e Candiota (o que significava quase 50% das famílias assentadas na região).

¹⁶² De acordo com a definição do próprio movimento, “*A cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar esforços de cada agricultor individual, para fazer as coisas em conjunto*” (MST, 1993: 8). Para saber mais sobre as propostas de cooperação agrícola nos assentamentos, consultar Moraes (1986) e CONCRAB (1994).

Tais associações fundiram-se, dando origem a outra cooperativa de trabalho no ano de 1991, a Cooperativa de Produção Agropecuária Libertadora – COPAUL¹⁶³. O quadro social foi composto de 64 famílias pertencentes a vários assentamentos, que não faziam parte da COPTIL. Sua sede também ficou no Assentamento Conquista da Fronteira. Dois anos após sua fundação, no entanto, mais de 70 % do quadro de sócios fundadores da cooperativa já havia pedido demissão, devido aos mesmos motivos comentados para o caso da COPTIL e, em boa parte, às tensões geradas pela própria modalidade de cooperação agrícola privilegiada pelo MST, ou seja, da coletivização da produção no interior dos assentamentos.

Este tema, a organização interna dos assentamentos rurais tem inspirado vasta produção acadêmica, entre os quais, citamos os de Cazella (1992), Navarro (1994) e Zimmermann (1989; 1994). Tais estudos têm dirigido maior atenção para as CPAs, e fornecem elementos para a compreensão da dinâmica de aglutinação/dissolução do quadro social de tais cooperativas.

Os autores têm apontado para uma série de tensões surgidas no interior destas unidades, entre as quais, podemos citar as advindas da centralização no processo decisório no interior das cooperativas, a questão da remuneração¹⁶⁴, e a perda de autonomia representada pela coletivização do trabalho. Outro aspecto marcante, porém, específico para os assentamentos da região Sul, é a questão étnica. De acordo com Zimmermann (1989), separa as famílias em “de origem” e “caboclas”, sendo que estas últimas apresentam maior refração às formas organizativas privilegiadas pelo MST¹⁶⁵.

¹⁶³ De acordo com o Projeto LUMIAR (1997), entre os condicionantes desta decisão, constava a necessidade de obter produção em escala mínima para instalar agroindústrias, além, obviamente, das motivações ideológicas, de construção de um “novo homem”. É interessante notar que, mesmo que praticamente todas as associações tivessem se unido à CPA, a grande maioria das famílias optou pelo trabalho individual.

¹⁶⁴ Via de regra, a remuneração do trabalho no interior das CPAs se dá por hora dedicada à cooperativa, não havendo diferenciação pela produtividade desse trabalho.

¹⁶⁵ De acordo com Zimmermann (1989), não é o traço étnico em si, mas as diferentes trajetórias entre ambos grupos de famílias. Assim, as experiências relativamente melhor sucedidas de acesso à terra, de

Estes aspectos comentados auxiliam a compreender a organização no interior dos assentamentos. Verifica-se o predomínio do trabalho individual entre os assentados e tendência ao incremento da cooperação entre as famílias na forma de grupos e/ou associações de máquinas (aquisição e uso coletivo de tratores e implementos), envolvendo pequeno número de famílias. Idêntico comportamento foi verificado pelo I Censo da Reforma Agrária (INCRA/UNB, 1997), segundo o qual, no estado do Rio Grande do Sul 20,47% dos assentamentos possui trabalho coletivo, enquanto que em 72% encontra-se apenas a forma individual.

Em 1992 foi criada a Cooperativa Regional dos Assentados Ltda. - COOPERAL, a partir de um quadro social inicial de 450 famílias, pertencentes aos municípios de Hulha Negra e Candiota. Entre os motivos que levaram à criação da cooperativa regional, destacam-se a precariedade de instrumentos de abastecimento e comercialização de produtos no meio rural¹⁶⁶ e a necessidade de organização de uma rota de coleta de leite¹⁶⁷ nos assentamentos da região¹⁶⁸. Sua fundação contou com recursos e assessoria do convênio CETAP/CICDA. Desta forma, atua na comercialização de produtos e bens de consumo e na prestação de serviços aos associados, como também, exerce importante papel no estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento para os assentamentos.

trabalho e de participação em associações/cooperativas, é um aspecto que aproxima as famílias de “origem” (descendentes de imigrantes europeus), fazendo com que tal aspecto se torne um fator aglutinador de grupos.

¹⁶⁶ O “Estudo do Sistema de Comercialização e Abastecimento dos Assentados na micro região de Bagé” de Argenta (1993), apontou como principal característica do sistema de comercialização do milho nos assentamentos, a atuação de intermediários e a vinculação entre a comercialização desse grão e o fornecimento de produtos básicos de consumo das famílias. Esse estudo apresentou como proposta, a criação da cooperativa regional, com o objetivo de atuar tanto na comercialização de produtos agrícolas, quanto no abastecimento das famílias.

¹⁶⁷ O reconhecimento desta necessidade decorre do “Diagnóstico para o Desenvolvimento Agrícola dos Assentamentos do Município de Bagé” (Damboriarena & Sablayrolles, 1992), que apontou a atividade leiteira como eixo central do sistema de produção dos assentados.

¹⁶⁸ Outro motivo, apontado pelo diagnóstico do Projeto LUMIAR (1997), foi a tensão entre famílias individuais e as organizadas em CPAs, decorrente das diferentes capacidades de pressão para liberação dos recursos do PROCERA. Não aprofundaremos essa questão com o fim de nos determos nos nossos objetivos, fica, contudo como sugestão de tema para novos estudos.

Por tais motivos, no ano de 1993 a cooperativa regional instalou um pequeno mercado em sua sede, no Assentamento Conquista da Fronteira, visando atender às necessidades de consumo das famílias. Também foi construído um silo-secador de grãos, com recursos do governo estadual, o qual permitiu a prestação de serviços aos associados, tais como secagem e armazenagem de milho. No ano de 1994, a COOPERAL associou-se à CAMAL, cooperativa que possui uma unidade de processamento de leite na região, com vistas a viabilizar a produção leiteira nos assentamentos.

Dos entrevistados pelo censo DACC/SAAb, no Assentamento Conquista da Fronteira, 98,8% declararam-se sócios da COOPERAL, enquanto que 96,51% faz uso da cooperativa como canal de comercialização dos seus produtos¹⁶⁹. A atuação de cooperativas na comercialização da produção dos assentamentos foi, justamente, um aspecto que o I Censo da Reforma Agrária (INCRA/UNB, 1997) destacou na região Sul do Brasil. Segundo os dados da pesquisa amostral, esta região apresentou o mais alto índice de participação em cooperativas no país, 27,32 % (enquanto que os índices de participação em associações e em sindicatos ficaram abaixo da média nacional).

As cooperativas dos assentamentos estão vinculadas à Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul - COCEARGS, criada em 1991, a qual, junto com outras centrais estaduais, forma a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, que representa o sistema cooperativista do MST. Além de organizar a produção e cooperação nos assentamentos, estas cooperativas possuem projetos agroindustriais visando agregar valor aos produtos, como veremos em tópico posterior.

¹⁶⁹ Tais números, no entanto, segundo nossas entrevistas, não expressam a realidade, pois, embora o percentual de sócios seja alto, nem todos participam efetivamente da cooperativa

A organização da produção nos assentamentos em grupos coletivos, associações de máquinas, representa, para os técnicos da EMATER/RS, uma novidade para a região, tendo em vista que os agricultores locais (das colônias alemãs) possuem tradição de trabalho individual. Por este motivo e devido às regras de enquadramento (que estabelece limite de área de 50 ha), a maior parte dos 56 projetos de condomínios rurais elaborados pelo escritório da EMATER/RS de Hulha Negra contemplava assentados (EMATER/RS, 1994).

Esta dinâmica organizativa influenciou outros agricultores, resgatando a idéia do associativismo, cuja imagem estava desgastada por constantes denúncias de fraudes e má administração. Repercutiu, também, na organização de uma cooperativa de trabalhadores urbanos, orientados pelos próprios assentados.

Segundo Paulilo (1994), os assentados não só trazem as marcas das experiências passadas, como também, estão protagonizando novas experiências, implementadas nos assentamentos. “...*Antigo e novo estão se permeando de tal modo que grupos semi-coletivos não são mais privilégio dos ex sem-terra.*” (Paulilo, 1994: 147).

IV.2.3. Condições Materiais de Vida

Nesse item, destacaremos dois aspectos principais: infra-estrutura social e padrão de vida das famílias.

A) Infra-estrutura social

A instalação das famílias no Assentamento Conquista da Fronteira representou, por um lado, um ponto de chegada à terra e, por outro, um ponto de partida para novas ações. As famílias foram instaladas¹⁷⁰ numa área desprovida de infra-estrutura como

¹⁷⁰ “Despejados” num fundo de campo, segundo declarações de nossos entrevistados.

estradas e escolas, e, sendo o assentamento de responsabilidade do governo estadual, não tiveram acesso ao crédito de implantação¹⁷¹ permanecendo, por longo período em condições precárias de habitação.

Como agravante desta situação, a chegada à terra ocorreu num período de forte estiagem na região (1887/89), que trazia problemas para o abastecimento de água e o início do plantio das culturas de subsistência. Além de doações da comunidade e algum auxílio alimentação do governo estadual, as famílias receberam recursos da Cáritas, para desenvolver projetos específicos. Posteriormente, tiveram acesso ao auxílio fomento do governo estadual, disponibilizado para os pequenos agricultores atingidos pela estiagem de 1991.

Apenas recentemente as famílias têm conseguido algum grau de conforto, como a rede elétrica, que foi instalada no ano de 1992¹⁷². Dos entrevistados pelo censo DACC/SAAb, 93 % declarou possuir luz elétrica, índice significativamente superior ao encontrado pelo I Censo da Reforma Agrária para o estado do Rio Grande do Sul, que foi de 47,9% (INCRA/UNB, 1997). Além do conforto das famílias, a energia elétrica possibilitou o resfriamento do leite, permitindo, assim, que as famílias tenham acesso à política de incentivo à qualidade do leite¹⁷³, posta em prática pela CAMAL.

A instalação da rede elétrica foi viabilizada por recursos da Fundação Banco do Brasil - FUNDEC, recurso também utilizado na melhoria das estradas, compra de um trator e equipamentos, na construção de um silo-secador e do centro comunitário no assentamento Conquista da Fronteira (dotado de salão comunitário e área de lazer, com cancha de bocha e campo de futebol).

¹⁷¹ Os assentamentos de responsabilidade do governo estadual não têm acesso ao crédito de implantação (alimentação, habitação e fomento), modalidade exclusiva dos assentamentos de responsabilidade do INCRA. O crédito de implantação somente será quitado a partir das negociações para emancipação do projeto de assentamento.

¹⁷² Até então, apenas a sede da COOPERAL possuía luz elétrica.

O censo DACC/SAAb, realizado no Assentamento Conquista da Fronteira, informa que praticamente 84 % das residências são de madeira, 7 % de alvenaria e 9 % mistas. Esse predomínio de construções de madeira reflete um padrão regional, como pode ser observado em comparação com o I Censo da Reforma Agrária (INCRA/UNB, 1997), no qual 62,81 % das habitações dos assentamentos do Rio Grande do Sul são desse material de construção.

O abastecimento de água é predominantemente por poço cavado: cerca de 95 % das famílias possui essa fonte de água, e 2,3 % poço artesiano. A escavação de poços artesianos é, justamente, uma das reivindicações levadas ao poder público municipal, principalmente pela sua perenidade, face à ocorrência de estiagens na região.

Outra reivindicação encaminhada ao poder público municipal, e como prioridade maior, é a conservação das estradas. O estado de tráfego destas se constitui num fator limitante à geração de renda no assentamento, devido às dificuldades que impõe ao escoamento da produção. Para ilustrar, mencionaremos sua implicação para a produção leiteira: entre os meses de setembro e outubro de 1996, a COOPERAL entregou leite à CAMAL apenas 34 dias, causando grande prejuízo às famílias. No tocante ao transporte, existe ônibus 3 vezes por semana, dos assentamentos até a cidade de Hulha Negra.

O Assentamento Conquista da Fronteira possui um posto municipal de saúde (posto médico-odontológico), cujo atendimento à população é realizado por dois médicos, duas vezes na semana¹⁷⁴. Segundo as entrevistas realizadas, o posto de saúde é

¹⁷³ Esta política consiste, basicamente, em premiar com melhores preços aumentos de produtividade e de qualidade no leite, esta última com destaque para o resfriamento do produto.

¹⁷⁴ Um outro posto municipal de saúde estava, na ocasião da realização do trabalho de campo, com inauguração prevista para o ano de 1998.

o primeiro local de atendimento, enquanto que os casos que exigem maiores cuidados ou exames mais sofisticados são dirigidos para o Hospital da Colônia Nova¹⁷⁵.

Na área da educação existe, neste assentamento, uma escola de I Grau completo e transporte escolar gratuito para as crianças. Os professores e serventes que atendem às escolas são, em sua quase totalidade, assentados¹⁷⁶ (via contrato emergencial pelo estado). A partir do II Grau os jovens necessitam se deslocar até Hulha Negra, para o qual a prefeitura criou o Programa Aluno Cidadão, em convênio com a Estação Fitotécnica Experimental. Neste local, além de alojamento, os estudantes podem se dedicar a outras atividades fora do período de aula, tais como administração rural e cultivo em estufas.

Neste local também está localizada a rádio comunitária Terra Livre e o telefone rural. A rádio comunitária representa importante canal de comunicação para as famílias¹⁷⁷ e de integração com a sociedade local, segundo seu programador. Neste local está instalado o escritório das equipes do Projeto LUMIAR e do convênio CETAP/BID, com atendimento ao público.

B) Padrão de Vida das Famílias

Com relação à renda alcançada pelas famílias, segundo dados da pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”*, esta foi obtida pela produção agrícola no lote/área coletiva, por assalariamento, trabalho para associação, pensão e trabalho como autônomo (serviços com trator). A

¹⁷⁵ No momento da realização da pesquisa, o Hospital Municipal de Hulha Negra ainda não havia sido inaugurado.

¹⁷⁶ Apenas uma professora é de Bagé, embora resida no assentamento.

¹⁷⁷ Para ilustrar a importância deste canal de comunicação para as famílias (e de “animação”, segundo seu programador), quando da tentativa da Polícia Federal em apreender os equipamentos por falta de legalização da rádio, as famílias assentadas saíram de suas casas e conseguiram impedir o fechamento desta.

Renda Monetária Total calculada¹⁷⁸ foi de R\$ 2,85 salários mínimos mensais, com maior frequência na faixa entre 2 a 5 salários mínimos mensais¹⁷⁹. Na composição da renda agrícola, a maior contribuição foi a produção de sementes olerícolas (alto valor por área) e a produção leiteira¹⁸⁰.

Além dos assentados que são professores, existem outras modalidades de assalariamento, como as serventes da escola e o trabalho remunerado nas cooperativas (COOPERAL e COPTIL), como motorista de caminhão, funcionários do mercado, silo-UBS, e cargos da direção.

Comparando tais dados com os da pesquisa realizada pela FAO (FAO/PNUD/MARA, 1992), cuja renda total média nacional foi de 3,7 salários mínimos¹⁸¹, a renda média por nós encontrada foi inferior. De acordo com este relatório, a renda média de autoconsumo foi a parcela mais significativa na renda total, situada em torno de 37 %. Assim, descontando a renda de autoconsumo da renda total, obtemos uma renda monetária média de 2,33 salários mínimos mensais, em relação à qual, o nível de renda por nós encontrado (2,85 salários mínimos) torna-se superior.

Como produção para autoconsumo, destacam-se os hortigranjeiros (chamados de “miudezas”) tais como alface, cenoura, beterraba, tomate, batata inglesa, batata-doce, aipim, milho pipoca, alho, cebola, amendoim, abóbora; os produtos de origem animal

¹⁷⁸ A renda agrícola foi calculada a partir da declaração da produção comercializada, diminuída dos seus respectivos custos, sendo que, para obter a renda total, somamos esse valor com as demais rendas declaradas. Gostaríamos de alertar que não foram incluídas despesas com pagamento de financiamentos agrícolas.

¹⁷⁹ Tomando como referência o valor do salário mínimo vigente na ocasião da pesquisa, ou seja, R\$ 120,00.

¹⁸⁰ A produção de leite desempenha importante papel, pois além de assegurar uma receita mensal, quando acompanhada de uma programação de produção de forragens, pode, também, apresentar regularidade durante todo o ano.

¹⁸¹ Para o cálculo da renda total foram considerados, por esta pesquisa, a renda agrícola e animal, autoconsumo, assalariamento, previdência social e outras receitas.

como leite, ovos, carne de suínos e de aves; e produtos da agroindústria caseira, tais como queijo, salame, banha, sabão e mel¹⁸².

Este autoconsumo não foi avaliado monetariamente devido às dificuldades de estabelecermos uma metodologia, pois exigiria um acompanhamento do orçamento doméstico por um determinado período. No entanto, não desconsideramos sua importância para o padrão de vida das famílias, devido ao potencial de aumento na renda monetária disponível, como aponta Garcia Jr. (1994), ou seja, ao maior autoconsumo está geralmente associado um nível de renda total mais elevado. Na medida em que uma maior parte das necessidades familiares são atendidas pela produção de alimentos no lote (isto é, pelo autoconsumo), pode-se deduzir, então, que uma maior parcela da renda total (proveniente da produção agrícola no lote ou de assalariamento) poderá ser destinada para outras finalidades, tais como aquisição de bens de consumo.

Neste sentido, o trabalho de Norder (1997), que atribui um valor monetário para o autoconsumo, ocorre um aumento significativo na renda familiar, devido à importância da produção de alimentos no lote para a satisfação das necessidades alimentares do grupo familiar, além, obviamente, das melhorias no padrão alimentar.

Ainda com relação ao padrão de vida, existe uma evidente diferenciação social entre as famílias do Assentamento Conquista da Fronteira, como também, entre os assentamentos do município, relacionado ao nível de renda e aos projetos familiares. Entre os possíveis fatores que condicionam tal diferenciação, segundo nossas entrevistas, destacam-se os seguintes:

- ciclo de vida do grupo familiar (idade do casal e dos filhos);
- número de filhos do casal;

¹⁸²O Plano Preliminar de Desenvolvimento do Projeto LUMIAR (1997) apresenta uma caracterização dos diferentes níveis de autoconsumo das famílias assentadas no município de Hulha Negra.

- capacidade individual de trabalho e gerenciamento da atividade produtiva;
- acesso aos contratos de produção de sementes;
- proximidade da estrada principal (principalmente em relação à linha do leite);
- diferentes trajetórias (filho de pequeno agricultor/peão de fazenda);
- facilidade de adaptação a cultivos/criações novos;
- diferentes projetos familiares.

A convergência de tais fatores produz heterogeneidade no interior do assentamento (e entre os assentamentos), onde algumas famílias possuem maior capacidade de reprodução social do que outras. De acordo com nossos entrevistados, são identificados três grupos distintos:

- empreendedores: assentados que empenham-se em atividades voltadas para o mercado e possuem mais alto nível de renda;
- grupo mediano: assentados que dedicam-se a atividades voltadas para o mercado, mas em menor intensidade que o grupo dos empreendedores;
- grupo subsistência: assentados para os quais o mais importante é assegurar o atendimento das necessidades familiares, apresentando, conseqüentemente, prioridade para a produção de subsistência e menor nível de renda.

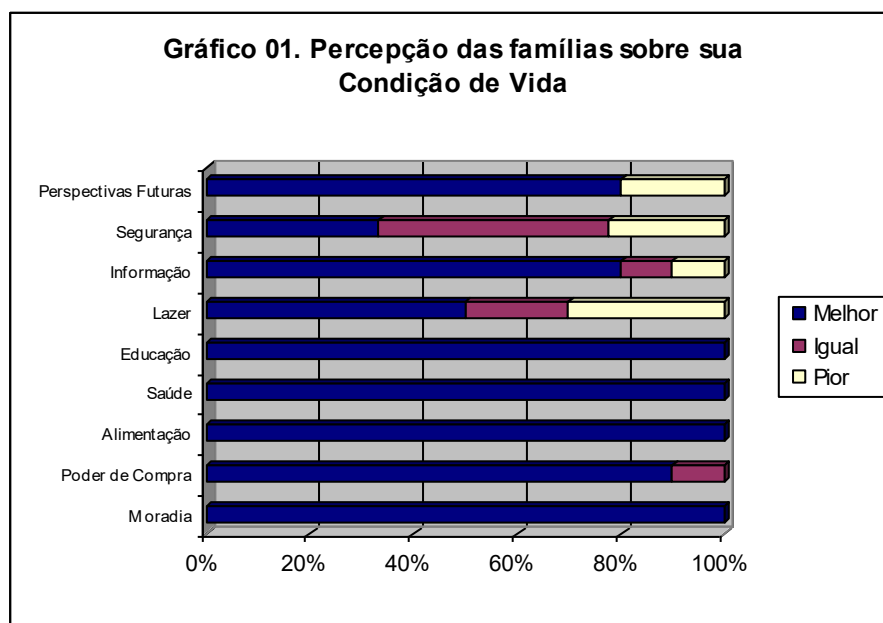
O grupo subsistência, que é discriminado interna e externamente ao assentamento, possui marcante presença de famílias com descendência indígena, ou seja, “caboclas”. Entre as possíveis explicações para esta suposta relação entre o nível de renda e a origem étnica, está a hipótese de que o fator determinante seja a trajetória histórica de tais famílias¹⁸³, na qual lhes falta o exercício de autonomia e de gestão da propriedade agrícola. Assim, não se trata do traço étnico em si, mas a expectativa em relação ao

¹⁸³ Esta trajetória, de acordo com Zimmermann (1989), foi marcada por deslocamentos em busca de trabalho, relações de trabalho sujeitas à subordinação e/ou exploração, e formas precárias de acesso à terra (tais como de meeiros), que não proporcionou a experiência da autonomia de “ser colono”. Assim,

assentamento, no qual a obtenção de um local de moradia e a satisfação das necessidades do grupo familiar é o projeto maior.

Infelizmente, não tivemos condições de quantificar os percentuais de cada grupo, tampouco confirmar a hipótese levantada. Sendo esta uma questão pertinente ao estudo dos assentamentos rurais, especialmente nos estados do Sul do país, fica como sugestão para novos trabalhos.

Quando indagados sobre a comparação de sua situação anterior com a atual, os entrevistados pela pesquisa *“Impactos dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”* apresentaram sua própria avaliação. As respostas com relação aos itens: moradia, saúde, alimentação, educação, lazer, poder de compra, segurança, informação e perspectivas futuras, encontram-se no Gráfico 01.



Fonte: Pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”* (1997); elaboração da autora.

possuem maior dificuldade em participar de formas de cooperação agrícola e na gestão da propriedade rural (sobretudo, em lidar com crédito agrícola).

Este reconhecimento majoritário de melhorias nas condições atuais de vida, nos remete à noção de mudança social a partir do assentamento, dando fim a uma trajetória de luta pelo acesso à terra. Podemos, desta forma e como já foi mencionado anteriormente, tomá-lo como um ponto de partida para uma nova relação com a terra e com os meios de produção.

Assim, **comparado com a situação anterior, de constantes deslocamentos dos acampamentos, de mobilizações para as várias ações** (incluindo seus riscos, como no caso das ocupações), **o assentamento promoveu significativas melhorias no que se refere a condições de moradia, educação, saúde, alimentação, nível de renda e acesso a bens de consumo.**

IV.2.4. Integração Social

A implantação dos projetos de assentamento em Bagé¹⁸⁴ despertou reações na sociedade local, que podem ser caracterizadas como de simpatia por parte de alguns segmentos, e rejeição, por parte de outros.

A resistência à instalação de assentamentos¹⁸⁵ na região, manifestada pelas entidades patronais¹⁸⁶ (particularmente pela UDR¹⁸⁷ e Sindicato Rural), tinha como base dois argumentos. Primeiro, o fato das famílias serem provenientes de outras regiões do estado, cujo entendimento era de que deveriam ser privilegiadas pessoas naturais de Bagé, sem vínculos com o MST. Esta rejeição às famílias ligadas a este movimento amparava-se no temor de ser um possível deflagrador de uma onda de ocupações de terras na região. O segundo argumento era o índice de evasão no Projeto Nova

¹⁸⁴ Nesta época, 1989, Hulha Negra e Candiota eram distritos de Bagé.

¹⁸⁵ Entre as formas de pressão, constava uma campanha para que os proprietários rurais não vendessem suas terras para o governo estadual.

¹⁸⁶ Também expressa pela entidade de representação dos trabalhadores, STR.

¹⁸⁷ Segundo nossos informantes, no momento de chegada das famílias à Bagé, a UDR regional deu início a uma campanha, na qual passava uma imagem negativa para a população local, construída a partir da

Esperança, no qual mais de 50 % das famílias originais já haviam abandonado o projeto¹⁸⁸.

A outra reação, de simpatia, foi manifestada pela organização de um comitê bageense de apoio aos assentados, composto por partidos políticos de esquerda, movimento estudantil, religiosos e sindicatos urbanos. Além da ajuda material, recolhendo donativos (roupas, alimentos) no meio urbano, este comitê atuou como porta-voz em audiências e reiterando as reivindicações das famílias assentadas para o poder público municipal.

A participação de “colonos” assentados na Feira do Produtor de Bagé, no ano de 1990, representou importante momento na relação com a sociedade local. A partir dessa feira, segundo as lideranças, passaram a vender seus produtos e estabelecer relações comerciais nesta cidade. **Para além de um canal de comercialização, a feira trouxe a oportunidade dos assentados afirmarem-se enquanto produtores rurais.**

No mesmo sentido, a associação da COOPERAL à CAMAL possibilitou uma maior aproximação entre os “colonos” assentados e os “colonos” alemães, relação timidamente iniciada pelo empréstimo de máquinas agrícolas e comercialização de produtos (tais como matrizes leiteiras). Como também, a participação de assentados na comissão de emancipação de Hulha Negra permitiu maior contato entre as lideranças de ambas comunidades. Atualmente, o “colono” assentado é comparado com o “colono” alemão pela sociedade, que cobra do primeiro o mesmo desempenho produtivo apresentado pelo segundo.

visão política dos “sem-terra”, estritamente vinculada a setores progressistas da Igreja Católica (CPT) e partidos políticos de esquerda (PT).

¹⁸⁸ Conforme entrevista realizada à CAMAL, que executou o projeto em parceria com o governo estadual, das famílias que permaneceram, boa parte era natural de Bagé. Não nos foi possível confirmarmos tal índice de abandono devido que, mesmo tendo sido realizado pelo governo estadual, o Projeto Nova Esperança não foi contemplado no cadastramento realizado em 1997.

Desta forma, verificam-se alterações na imagem da sociedade sobre os assentamentos, expressa em diferentes graus de aceitação, os quais variam segundo a natureza dos acontecimentos que envolvem as famílias assentadas. Um episódio que teve forte repercussão negativa na opinião pública local foi a ocupação da Fazenda São Pedro, em 1991, relatada no capítulo anterior.

A maior integração com a sociedade local ocorre com os jovens e crianças, em ocasiões como, por exemplo, visitas da escola do assentamento à escola da Colônia Trigolândia, jogos escolares, bailes, torneios de futebol e de bocha. Outras formas de participação são festas religiosas, rodeios crioulos e manifestações, como o Dia do Colono (25 de julho). Cabe registrar, também, a frequência de peões de fazendas vizinhas ao assentamento, em ocasiões festivas e finais de semana.

Com relação às entidades patronais, a opinião da Associação Rural de Bagé, é de que os assentamentos são uma realidade presente, devendo-se, então, serem considerados parceiros no processo produtivo. Esta entidade, inclusive, é a que tem se mostrado mais receptiva, organizando cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, que são dirigidos a pequenos agricultores e assentados.

Para o Sindicato Rural de Bagé, que possui presença marcante enquanto formador de opinião junto aos pecuaristas, a avaliação dos assentamentos rurais é outra. De acordo com seus porta-vozes, a reforma agrária na região da Campanha é uma utopia em termos de produção, reafirmando a vocação à pecuária extensiva da região.¹⁸⁹

¹⁸⁹ De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Bagé, a implantação de assentamentos na Campanha está criando funcionários públicos no campo, devido aos subsídios que recebem. No entanto, em nosso trabalho de campo, fomos informados, extra-oficialmente, por um porta-voz de uma entidade patronal, que, por menor que seja a produção dos assentamentos, ainda é superior a das fazendas que os originaram.

IV.2.5. Relações com o Poder Local

O estabelecimento dos assentamentos pela ação do poder público despertou reações na sociedade, como vimos, e também na classe política local.

Com relação ao caso que estamos estudando, o governo estadual implantou um conjunto de assentamentos no município de Bagé, num momento em que a UDR estava articulada a nível estadual, devido ao quadro de ocupações de terra, e nacional, em função da definição de uma carta constitucional para o país. A reação dos grandes proprietários rurais, organizados em torno desta entidade e articulados com políticos locais, contou, inclusive e segundo nossos entrevistados, com formas de pressão sobre os fazendeiros, para que não vendessem suas terras para o governo estadual.

A partir das entrevistas realizadas no trabalho de campo, levantamos a seguinte pergunta: como o governo estadual da época conseguiu vencer a resistência e instalar assentamentos de grupos ligados ao MST justamente numa região historicamente dominada pelos grandes proprietários rurais voltados à pecuária?

Quando questionados sobre tal fato, diferentes segmentos da sociedade responderam de acordo com sua interpretação. Assim, na visão das entidades patronais e políticas relacionadas, esta concentração de assentamentos se deve à facilidade em adquirir grandes extensões de áreas e ao fato destas terras possuírem os mais baixos preços no estado (na faixa de US\$ 600 a 1.000/ha).

Na visão das lideranças dos assentamentos, esta decisão do governo estadual da época (PMDB) seria uma forma de enfrentamento entre políticos ligados aos grupos industriais do norte com o grupo de pecuaristas do sul do estado, tradicionalmente vinculados ao PPB (e partidos progenitores, como PDS), numa tentativa de enfraquecer a classe política local. Esta é uma questão que não conseguimos aprofundar no trabalho de campo e que futuros estudos poderão dar continuidade.

A instalação de famílias “de fora” do município possui implicações na política local, não apenas pela alteração no número de eleitores do município (aumento), mas também pelo significado de sua presença no campo de disputas políticas e de processos reivindicativos¹⁹⁰.

Nesse sentido, a participação de assentados na comissão de emancipação de Hulha Negra, em 1990¹⁹¹ permitiu maior aproximação destes com as lideranças locais e incentivou a participação na vida política do novo município. Com a emancipação, houve um corte na relação dos assentados com o poder público de Bagé, dando lugar, à nova prefeitura, como espaço privilegiado de interlocução e encaminhamento de demandas. Tal corte também foi provocado pelos embates políticos com as sucessivas gestões da prefeitura municipal de Bagé, devido, principalmente, ao seu posicionamento contrário à implantação de assentamentos na região.

Na última eleição, os assentados fecharam apoio em torno de um candidato a prefeito, o qual conseguiu uma homogeneidade de votos nos assentamentos de cerca de 97 %¹⁹², revertendo a decisão eleitoral. Tal apoio foi justificado pela proposta do candidato, mas também pesou a “pessoa”¹⁹³; no caso, um técnico da Extensão Rural que atua em assentamentos. Essa quase unanimidade de votos foi resultado, também, de um permanente trabalho de discussão política, que em período eleitoral se torna mais intenso, ou seja, no tempo da política, como se refere Palmeira (1996).

O fato do prefeito ser eleito com o apoio dos assentados permitiu, inclusive, a participação de um assentado no Executivo, ocupando a Secretaria de Obras Públicas,

¹⁹⁰ Segundo Medeiros & Leite (1996) a constituição de um assentamento pode inaugurar uma nova dinâmica reivindicatória, que às vezes se soma, e, às vezes concorre com outras comunidades locais.

¹⁹¹ Nos anos 60, houve uma tentativa de emancipação político-administrativa de Hulha Negra, cujo processo, no entanto, foi vetado.

¹⁹² Fato curioso foi que a decisão coube à última urna apurada, localizada num assentamento, com 100 % dos votos a favor deste candidato, segundo a reportagem “O eleito dos sem-terra”, Jornal Zero Hora (05/10/1996).

¹⁹³ A partir de um estudo de caso, Chaves (1996) assinala que “pessoa” não é apenas uma categoria socialmente investida de valor, mas possui significado na vida política local.

Serviços e Desenvolvimento Econômico. Desta forma, os assentados conseguiram assegurar sua participação nas esferas locais do Poder Executivo e do Legislativo (neste caso, com a eleição de dois assentados para a Câmara Municipal de Vereadores), posicionando-se politicamente perante a sociedade. De acordo com o ex-secretário, esta decisão faz parte de uma estratégia de investir no acesso a órgãos e cargos que possam abrir espaços de participação e de encaminhamento das demandas dos assentamentos.

Esta relação com o poder público municipal (ou seja, ganhar este apoio) tem o significado de maior comprometimento no atendimento das reivindicações, contudo, gera tensões na correlação de forças políticas que dá sustentação à administração municipal, na medida em que algum(ns) grupo(s) se sente(m) prejudicado(s) diante de um suposto favorecimento dos assentados.

Com relação às demandas que são levadas ao Executivo Municipal, a conservação das estradas de rodagem é a prioritária (como já comentamos, fundamental para o desenvolvimento da produção leiteira, por exemplo), seguida da contratação de professores para as escolas, a ampliação dos postos de saúde nos assentamentos e a construção de poços artesianos. As principais formas de encaminhamento destas são via Legislativo - por intermédio dos vereadores eleitos -, através dos Conselhos Populares do Orçamento Participativo Municipal e/ou da coordenação dos assentamentos.

Tais reivindicações têm sido atendidas pela prefeitura segundo a ordem de prioridade e as possibilidades do orçamento municipal. No que toca às políticas públicas, estas são elaboradas direcionadas para a agricultura, contemplando, por conseguinte, os assentamentos. Entre os programas elaborados, destacamos o Fundo Rotativo de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural – FRAPER e o Programa de Valorização da Agricultura Regional – PROVAR. Este último, concilia investimentos

em crédito, capacitação e abertura de mercados para os produtos da agroindústria caseira, cujo público alvo é o conjunto dos agricultores familiares do município.

Segundo o prefeito municipal de Hulha Negra, a influência que os assentados exercem na vida política local é verificada pelo seu poder de voto (que, como vimos, foi decisivo na última eleição municipal) e, sobretudo, pela sua participação na gestão pública. A própria estrutura do Orçamento Participativo Municipal, em Conselhos Populares, foi inspirada na forma de organização das famílias assentadas em núcleos¹⁹⁴, sendo que a coordenação cabe a um assentado.

O CORED da Campanha, por sua vez, que tem sede na cidade de Bagé, reserva o espaço de um representante para os assentamentos da região, que, no caso, cabe à diretoria da cooperativa regional. Este, porém, constitui um seletivo fórum de discussões, e não tem contemplado os assentamentos rurais nas propostas elaboradas para a região, segundo o seu presidente.

IV.2.6. Meio Ambiente

A instalação do Assentamento Conquista da Fronteira produziu várias alterações no espaço físico, como, por sua vez, o meio ambiente induziu mudanças nos sistemas de cultivos implementados pelas famílias.

Estas alterações, ou mudanças, estão relacionadas com a origem das famílias, que são provenientes de regiões com condições edafo-climáticas distintas e predominantemente agrícolas. O assentamento, assim, implicou, num processo de adaptação dos seus beneficiários ao novo ambiente, que, pelas suas características climáticas (vistas no capítulo anterior), não possui potencial para o cultivo de grãos,

¹⁹⁴ Tais núcleos formam a estrutura organizacional da COOPERAL, constituindo uma instância de tomada de decisões, através da realização de assembléias.

como o milho, sendo recorrentes as frustrações de safras ou, pelo menos, baixa produtividade.

As “lições” que esse ambiente impõe às famílias têm estimulado a conversão dos sistemas de produção de grãos para leite. Por outro lado, são, justamente, as condições climáticas que tornam a região de Bagé apta para produção de sementes, atividade desenvolvida nos assentamentos. Além de se beneficiar dessa vantagem comparativa da região (o clima), o ciclo de produção faz com que no período em que ocorrem as secas, o verão, as lavouras de sementes (espécies de inverno) já estão em fase de colheita.

Com relação ao uso do solo, a extensão da área agricultável dos lotes - que possuem área média de 25 ha, inferior, ao módulo rural do município, que é de 28 ha - tem sido limitada pela presença de sulcos de erosão, conhecidos por “barrocas”. Esta realidade, segundo Caporal (1994)¹⁹⁵, é verificada para a maioria dos projetos de assentamentos do governo estadual, devido à aquisição de áreas cujos laudos consideravam impróprios para realizar assentamentos. Tal situação tem levado à intensificação do uso do solo em alguns locais, trazendo riscos de degradação, que, por sua vez, poderá comprometer a reprodução social das novas gerações.

Somam-se, aos aspectos dos lotes, as dificuldades de preparo e a profundidade dos solos nesta região que, como vimos no capítulo anterior, impõem restrições aos cultivos anuais. Por tais motivos, a intensificação do uso do solo, tem causado preocupações com relação à sustentabilidade da agricultura praticada pelos assentados, argumento usado, justamente, para embasar posições contrárias à instalação de novos assentamentos na região.

Além disso, o aumento populacional, causado pela instalação das famílias e seus acompanhamentos (animais domésticos), é apontado como causador de danos ao meio

ambiente por entidades patronais (UDR Regional). Os condicionantes deste efeito são apontados como caça a animais silvestres (principalmente no momento da instalação), derrubada de árvores, aumento na população de animais domésticos e produção de lixo doméstico inorgânico (principalmente plásticos e latas).

A questão ambiental é, justamente, um tema presente no cotidiano dos assentados e dos técnicos da Extensão Rural. A preocupação maior é com a sustentabilidade¹⁹⁶ da agricultura praticada pelos assentados, ou seja, produzir para o sustento da família, mas sem degradar os recursos naturais (solo, água, etc.). Nesse sentido, as ações desenvolvidas por técnicos e assentados integram desde o uso de tração animal, práticas conservacionistas (como as faixas de retenção de vegetação), manejo dos dejetos animais e o desenvolvimento e uso de tecnologias de produção alternativas.

Como veremos a seguir, o projeto produção de sementes olerícolas sem uso de defensivos químicos (agrotóxicos), denominado “Produção & Resgate”, possui caráter inédito na região, pela sua proposta tecnológica. A orientação das duas equipes técnicas que atuam nos assentamentos, Projeto LUMIAR e Convênio CETAP/BID, é, justamente, no sentido de aproveitar as potencialidades naturais da região e, a partir disso, gerar um processo produtivo que atenda, além da questão ambiental, também a social (ou seja, a valorização do “colono” assentado) e a viabilidade econômica, envolvendo o maior número de assentados.

¹⁹⁵ De acordo com Caporal (1994), esta situação é consequência da forma como se dá o processo de obtenção de áreas e implantação de assentamentos no Rio Grande do Sul, em resposta às lutas dos movimentos sociais, especialmente o MST, como vimos no capítulo anterior.

¹⁹⁶ A noção de sustentabilidade adotada nesse trabalho tem como referencial Drew (1994), e consiste na produção agrícola sem degradação dos recursos naturais, como solo, água, seres vivos, ou seja; sem ocorrer danos que comprometam a continuidade da atividade agrícola, tais como erosão (perda da camada arável do solo), desertificação, salinização, voçorocas, contaminação do solo e da água por defensivos químicos ou nitratos, herbicidas e praguicidas que levam anos para se decompor.

Outro significado que estas áreas trazem, é a diversificação da produção agrícola, como no estudo de Bergamasco et al. (1997), no qual os assentamentos representam “ilhas” diversificadas em meio a plantações de cana-de-açúcar¹⁹⁷.

IV.2.7. Produção Agropecuária

A) Pauta de Produtos

A partir da instalação no assentamento, as famílias desenvolveram os cultivos e as criações com os quais estavam habituados a trabalhar em seus locais de origem. Esta produção - supridas as necessidades de consumo doméstico - passou a ser comercializada na medida em que gerava excedentes. O estudo de Argenta (1993) é ilustrativo nesse sentido, informando que na safra 1992/93 era comum a venda de ovos, queijos e cucurbitáceas (como abóbora e melão) na feira de Bagé e no comércio de Hulha Negra.

Destacamos, a seguir, os principais sistemas de produção desenvolvidos pelos assentados, e que visam a colocação no mercado: milho, suínos, sementes, leite e mel, atendendo, por conseguinte, aos objetivos desse trabalho.

O milho foi o cultivo que mais se desenvolveu entre os assentados, pois estes são provenientes de regiões produtoras de grãos do norte do estado. Esse produto foi responsável por cerca de 80 % das entradas monetárias da grande maioria das famílias na safra 1992/93, segundo Argenta (1993). As constantes frustrações de safra, que já comentamos, somadas aos baixos preços praticados no mercado, implicaram na redução da área ocupada com o milho. Atualmente, verifica-se tendência desse grão permanecer

¹⁹⁷ Os assentamentos rurais podem, também, implicar em mudanças territoriais de caráter político-administrativo, com a criação de distritos ou mesmo, em situações de desmembramentos municipais, como o caso trazido por Zamberlam & Froncheti (1995) de um município constituído, basicamente, por um assentamento.

como “suporte” da produção animal, como se referem os técnicos; ou seja, como autoconsumo produtivo, na forma de grão, farelo e silagem. Em ínfima parte, esse grão é utilizado na alimentação das famílias, na forma de farinha de milho e canjica.

A criação de suínos fornece produtos tais como carne, embutidos e banha, para o consumo das famílias e também visa a comercialização. Existem criações implementadas com caráter comercial, a exemplo do grupo coletivo da COPTIL, e há expectativa de incremento desta produção, com a construção do abatedouro em Hulha Negra, entre COPTIL e COOPERAL. Como a suinocultura está estreitamente relacionada ao milho, pretende-se, com tal projeto, agregar valor, transformando o grão em carne e embutidos. Esta produção com finalidades comerciais, como também sua industrialização, é uma novidade para a região.

A produção de sementes olerícolas pelos assentados teve seu início nos primeiros anos da década de 90, através dos contatos comerciais estabelecidos na feira de Bagé, entre o grupo coletivo da COPTIL e uma empresa que comercializava insumos. Segundo as informações levantadas nas entrevistas, antes da chegada dos assentados havia pequenos produtores de sementes em Candiota (conhecidos como ceboleiros) e uma empresa empacotadora atuando (Isla). Eram, basicamente, algumas poucas famílias tradicionalmente produtoras de sementes olerícolas.

Com a inserção dos assentados nesta atividade, houve ampliação e distribuição na área de produção de sementes olerícolas (junto dos contratos) na região, aproveitando as condições de clima e solo favoráveis à atividade e a mão-de-obra dos assentamentos.

A projeção desta produção de sementes nos assentamentos¹⁹⁸ atraiu para Bagé outras empresas empacotadoras, cujo auge ocorreu na safra 1994/95. Nesse momento, cinco empresas atuavam na região: Feltrin e Hortec em Candiota; Agroflora, Agrocere,

¹⁹⁸ A produção de sementes olerícolas, segundo nossos informantes, teve início no Assentamento Conquista da Fronteira, estendendo-se para os demais assentamentos do município.

Isla e Hortec em Hulha Negra. Como veremos adiante, o **incremento desta atividade transformou a região de Bagé num pólo de produção de sementes olerícolas.**

As espécies cultivadas no assentamento são:

- de inverno: cenoura, coentro, cebola, couve, couve-flor e salsa;
- de verão: abóbora, melão, melancia, pepino, quiabo, moranga e maxixe.

Além de olerícolas, passou-se a produzir sementes forrageiras, como cornichão, trevos, azevém e aveia preta, aproveitando a demanda regional por tais sementes.

Esta atividade se desenvolveu nos assentamentos devido às suas características de cultivo em pequenas áreas¹⁹⁹, exigência de mão-de-obra (capina e colheita) e à facilidade dos assentados no domínio da tecnologia de produção. Constituiu-se, assim, num nicho para a agricultura familiar. Acrescente-se, a tais aspectos, **a iniciativa dos assentados na articulação com empresas empacotadoras, buscando alternativas para viabilização econômica das famílias.**

Nos anos mais recentes, no entanto, têm diminuído drasticamente a área com produção de sementes olerícolas, em virtude da redução nos contratos com as empresas empacotadoras. Esta redução reflete o comportamento do mercado nacional destas sementes²⁰⁰ e é mais intensa nos assentamentos (pois além destes, os “colonos” alemães também produzem sementes olerícolas). A justificativa, segundo representante de uma das empresas, é o menor aparelhamento produtivo (máquinas e instalações) dos assentados, comparado com outros agricultores.

A pecuária leiteira foi outra atividade desenvolvida pelos assentados. O impulso para esta produção partiu da realização do “Diagnóstico para o desenvolvimento agrícola dos assentamentos do município de Bagé” (Damboriarena & Sablayroles, 1992). O estudo apontou a atividade leiteira como eixo principal para os assentados, por

¹⁹⁹ O objetivo de manter pequenas áreas cultivadas de sementes é o de pulverizar a produção, evitando perda total por intempéries, como chuva de granizo.

ser a mais rentável para unidades de produção com superfície entre 20 a 30 ha, e por aproveitar o potencial da região na produção forrageira.

A partir da associação da COOPERAL à CAMAL, e estabelecimento de uma rota de coleta, os assentados vêm convertendo seus sistemas de produção de grãos para leite, porém, sem necessariamente implicar numa especialização na atividade leiteira, como verificado nas colônias alemãs.

A produção de mel e própolis foi recentemente introduzida entre os assentados. A apicultura representa uma alternativa de renda para as famílias e se relaciona com a produção de sementes, pelo fato das espécies olerícolas e forrageiras serem melíferas, faz com que estas duas linhas de produção se beneficiem mutuamente.

B) Volume de Produção

A partir do que foi exposto, apresentamos a produção agropecuária do Assentamento Conquista da Fronteira, para o ano de 1996. Esta produção pode ser conferida na Tabela 09, que traz o volume produzido e o comercializado dos principais itens, segundo os dados da EMATER/RS (1996).

²⁰⁰ Devido, sobretudo, às importações de sementes olerícolas do Chile.

Tabela 09. Produção Agropecuária do Assentamento Conquista da Fronteira (1996).

Produtos	Unidade	Volume Produzido	Volume Comercializado
Produtos de origem vegetal			
Milho	T	804	80
Feijão	T	80	72
sorgo	T	75	75
semente de cebola	T	10	10
semente de cenoura	T	21	21
semente de coentro	T	13	13
Produtos de origem animal			
leite	1.000 L	88	80
suínos	T de p.v*.	15	12
gado de corte	T de p.v.	10	9
ovos	1.000 Dz	6	4

* p.v.: peso vivo.

Fonte: EMATER/RS (1996); elaboração da autora.

Pela Tabela 09, verificamos a existência de autoconsumo, correspondendo, via de regra, à diferença entre a produção total e a comercializada. No caso da produção de milho, a surpreendente diferença é devido ao autoconsumo produtivo (alimentação animal) e, principalmente, ao fato de estar estocado no momento da coleta das informações pelos técnicos da Extensão Rural²⁰¹. Normalmente, pelo menos 80 % da produção de milho é vendida pelos assentados²⁰², o que nos daria o número de 643,2 T. Por esse motivo, alertamos que, para o cálculo do Valor Bruto de Produção, estamos trabalhando com dados subestimados para a comercialização do milho.

C) Produtividade

Para a análise dos níveis de produtividade, a dividiremos em produtividade física e econômica. A produtividade física média dos principais cultivos desenvolvidos no assentamento foi calculada a partir dos seus dados de produção, e comparada aos dados

²⁰¹ A coleta das informações pelos técnicos da EMATER/RS ocorre no final de cada ano, tendo em vista ser utilizado o ano civil como referência.

²⁰² No ano de 1995, por exemplo, esse assentamento produziu 1.125 T do grão, e comercializou 980 T, ou seja, 87,1 % do volume produzido.

municipais²⁰³, para o ano de 1996. Os níveis de produtividade física do Assentamento Conquista da Fronteira podem ser conferidos na Tabela 10.

Tabela 10. Níveis Médios de Produtividade Física do Assentamento Conquista da Fronteira e do Município de Hulha Negra.

Produto	Produtividade média do assentamento (Kg/ha)	Produtividade média do município (Kg/ha)
milho	1.500,0	1.920
feijão	701,7	360
sorgo	3.000,0	2.490
semente de cebola	322,6	188
semente de cenoura	677,4	550
semente de coentro	406,3	580

Fonte: EMATER/RS (1994; 1997c); elaboração da autora.

Em análise à Tabela 10, pode-se constatar que, na maior parte dos produtos, os assentados atingiram níveis de produtividade superiores aos níveis municipais, com exceção de duas culturas. No caso da semente de coentro, esta apresentou produtividade inferior à média municipal, devido à ocorrência de moléstias nas áreas de produção do assentamento, nesse ano.

A cultura do milho, por sua vez, o baixo rendimento se deu função da ocorrência de uma forte seca na safra 1995/96. As constantes estiagens que ocorrem no verão, constituem o principal fator limitante à produção desse grão, que apresenta, em geral, baixos níveis de produtividade na região (em torno de 1.800 Kg/ha).

A produtividade econômica (VBP), cujos valores estão apresentados na Tabela 11, foi calculada a partir do volume comercializado no ano de 1996 e dos preços

²⁰³ Calculamos os níveis de produtividade média do município de Hulha Negra para o ano de 1996, a partir dos dados fornecidos pelo “Estudo de Situação. Levantamento de Dados e Informação” da EMATER/RS (1997c), visando realizar a comparação com base em dados do mesmo ano.

ponderados dos produtos agrícolas para o estado do Rio Grande do Sul, fornecidos pela EMATER/RS²⁰⁴.

Tabela 11. Valor Bruto de Produção das principais culturas do Assentamento Conquista da Fronteira.

Produto	VBP (R\$/ha)
milho	20,5
feijão	280,4
sorgo	315,5
Semente de cebola	2.903,4
Semente de cenoura	2.332,4
Semente de coentro	487,6

Fonte: EMATER/RS (1996); elaboração da autora.

Na produtividade econômica verifica-se um contraste com a atividade principal da região, a pecuária extensiva. Para fins de comparação, tomando as três espécies de sementes olerícolas cultivadas, estas geram um valor médio de R\$ 1.907,8/ha/ano, enquanto que a pecuária, nas condições em que é predominantemente praticada, gera uma renda de R\$ 41,6/ha/ano.

A produção de sementes olerícolas é uma atividade que possui alto valor por unidade de área, como podemos constatar, e assume importância para a formação de renda das famílias assentadas e para a economia do município de Hulha Negra. Como já foi apresentado nesse trabalho, esta atividade é responsável por quase 13 % do PIB agrícola municipal (considerando apenas as três principais espécies olerícolas que são produzidas).

No caso do milho, como já comentamos, o baixo VBP é devido ao baixo volume comercializado, declarado na ocasião do levantamento das informações pelo escritório municipal da EMATER/RS de Hulha Negra. Para fins de exercício, se tomarmos

²⁰⁴ Alertamos que adotamos este referencial tendo em vista que, para alguns produtos agrícolas, não existe formação de preços na região da Campanha, assim, não significa que tenha sido esse o valor real recebido

mesmo percentual comercializado da safra 1995/96 (ou seja, cerca de 87%), o VBP se aproximaria de R\$ 180,00/ha.

D) Recursos Produtivos

Os recursos produtivos dizem respeito às construções rurais, veículos, máquinas e equipamentos que são utilizados para a produção agropecuária ou no seu beneficiamento. Apresentamos, inicialmente, a infra-estrutura da cooperativa regional e, a seguir, a dos “colonos” assentados.

A estrutura da COOPERAL compreende um silo-secador de grãos, construído com recursos do governo estadual, que permite a secagem e armazenamento da produção de milho, sorgo e arroz dos seus associados. Esta construção abrange uma Unidade de Beneficiamento de Sementes - UBS²⁰⁵, credenciada no Ministério da Agricultura e, num anexo, uma fábrica de ração, que atende aos seus associados.

Com relação aos veículos e equipamentos, esta cooperativa possui dois caminhões para realizar a coleta do leite produzido nos assentamentos para o transporte de mercadorias, e duas ensiladeiras que são alugadas aos associados para produção de forragem. A COPTIL, por sua vez, possui um caminhão, que atende aos seus associados.

A infra-estrutura dos assentados compreende benfeitorias, máquinas e implementos agrícolas. Dos entrevistados pelo censo DACC/SAAb no Assentamento Conquista da Fronteira, 97,6% declarou possuir galpão e 61,6% possuir estábulo. Além destas benfeitorias, são encontradas pocilgas, caixas de abelha e casa do mel.

pelos assentados. Para as sementes olerícolas, utilizamos os preços pagos ao produtor, declarados por uma das empresas que atuam em Bagé, para o ano de 1996.

²⁰⁵ A UBS consiste num conjunto de equipamentos para as diferentes etapas do beneficiamento de sementes (secagem, limpeza e classificação).

Quanto às máquinas e equipamentos, 23 entrevistados pelo censo do DACC/SAAb declararam possuir trator (ou seja, 26,7%), que variam de 44 a 290 HP de potência. Infelizmente não temos condições de saber, deste total, o número de tratores adquiridos individualmente e via associações. Comparado com os dados do I Censo da Reforma Agrária (INCRA/UNB, 1997) que apresentou índice em torno de 12% para a região Sul, verifica-se que os assentados encontram-se em condições mais favoráveis.

Com relação à forma de aquisição, os dados da pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”*, informam que, entre as benfeitorias, os galpões são as construções que apresentam maior percentual de financiamento pelo PROCERA (70 %), devido ao maior custo de construção desta benfeitoria, e que, muitas vezes, possui estábulo associado. Nas máquinas e implementos agrícolas, os tratores são predominantemente adquiridos com recurso do PROCERA (70%), explicado, também pelo seu maior custo de aquisição.

Além do trator, é comum a utilização da tração animal: 65 % dos entrevistados pelo censo DACC/SAAb declararam possuir junta de boi e, praticamente, 56 % possui cavalo (que também é utilizado como meio de locomoção). Com relação aos implementos, 80 % declararam possuir arado/grade de tração animal e, praticamente, 13 % grade/arado de tração mecânica.

Esta ampla utilização da tração animal entre os assentados é decorrência de vários fatores, entre eles, o fato de já trabalharem com tração animal em suas regiões de origem, o baixo custo de aquisição e manutenção, em relação à tração mecânica, e à produção de sementes olerícolas, que, ocupa pequenas áreas.

Além disso, resulta, também, do trabalho desenvolvido pela assistência técnica, a partir do “Diagnóstico para o desenvolvimento agrícola dos assentamentos do município de Bagé” (Damboriarena & Sablayroles, 1992), que apontou o uso da tração animal

como alternativa mais viável, no curto prazo, para propriedades com área próxima a 25 ha. A tração animal é utilizada pelos “colonos” assentados e também é vista pelos técnicos, sem o preconceito geralmente associado a esta, como sinônimo de atraso tecnológico, tal como interpretado por Castro (1990).

O projeto de cooperação técnico-financeiro CETAP/BID prevê a compra de ensiladeiras e enfardadeiras para uso dos assentados, como forma de incentivar a produção de forragem conservada (atenuando a estacionalidade da produção leiteira) e aquisição de um distribuidor de esterco. A aquisição deste último equipamento tem o objetivo de estimular a construção de esterqueiras nos estábulos, evitando a contaminação do meio ambiente.

E) Modelos Tecnológicos

O Assentamento Conquista da Fronteira apresenta uso generalizado de práticas típicas da agricultura intensiva. Todos os entrevistados pelo censo DACC/SAAb, declararam fazer uso da mecanização em pelo menos uma operação, que se refere ao preparo do solo para o plantio.

Com relação a outras práticas agrícolas, a pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”* encontrou elevados índices de correção do solo (90%) e de adubação química (80%), enquanto que conservação do solo (60%) e adubação orgânica (50%) apresentaram valores inferiores²⁰⁶. Tais valores apontam para a tendência à intensificação do processo produtivo no interior do assentamento²⁰⁷, especialmente no que se refere ao uso do solo.

²⁰⁶ Comparando com os dados do I Censo da Reforma Agrária para os assentamentos do estado do Rio Grande do Sul, tais números apresentam equivalência no que se refere à adubação química (90,3%) e conservação do solo (55,4%), e são superiores em relação à correção do solo (52,4%) e inferiores no que toca à adubação orgânica (70,3%).

²⁰⁷ Nesse sentido, autores como Caporal (1994) e Navarro (1994) têm feito observações acerca da opção tecnológica nem sempre adequada às condições dos assentados, ou seja, a adoção do padrão de

Entre os assentados, por exemplo, dois são considerados produtores “de ponta” para o município. Foram os primeiros a utilizar o plantio direto e irrigação no cultivo do milho. Com tais recursos, conseguem atingir níveis de produtividade considerados altos para a região (3.900 Kg/ha), sendo que estas lavouras são utilizadas como unidades demonstrativas para outros agricultores (EMATER/RS, 1994).

No que se refere à distribuição de tais práticas entre as culturas, na produção de autoconsumo (como feijão, abóbora e mandioca) e em alguns casos o milho (quando ele é cultivado com o objetivo de alimentação animal), a utilização de insumos químicos é mínima, como também, apresentam maior utilização da tração animal.

Quando a produção visa a colocação no mercado, a utilização de insumos químicos é maior, cujo exemplo paradigmático são as áreas de produção de sementes olerícolas. Nesta atividade, o modelo tecnológico é imposto pelas empresas empacotadoras. A partir do momento da assinatura do contrato, a empresa fornece a assistência técnica, a semente a ser multiplicada, e suas recomendações de utilização de insumos e defensivos químicos (agrotóxicos)²⁰⁸. Trata-se de um padrão tecnificado, e que apresenta elevado custo por unidade de área cultivada, em torno de R\$ 358,00/ha (Projeto LUMIAR, 1997).

A adoção deste modelo tecnológico tem provocado aumento na incidência de moléstias nas áreas de produção de sementes, e, conseqüentemente, queda na produtividade. A maior implicação, no entanto, são os riscos de intoxicação dos trabalhadores e de contaminação ambiental, pelo uso indiscriminado de produtos químicos de elevada toxicidade e pela falta de destino para as embalagens.

agricultura de larga escala ou “moderna”. Segundo os autores, em boa parte das vezes está relacionada ao modelo de organização da produção privilegiado, no caso, os assentamentos coletivos.

²⁰⁸ Este pacote tecnológico é imposto pelas empresas empacotadoras e os insumos fornecidos aos cooperados são descontados na ocasião do pagamento das sementes multiplicadas.

Com esta preocupação, somada o espaço (ou vazio) deixado pelas empresas que se retiraram da região ou que não renovaram seus contratos com os assentados, a COOPERAL está desenvolvendo um projeto no ramo de produção de sementes. Este projeto, denominado “Produção & Resgate”, representa importante inovação pelo seu caráter independente das empresas que dominam o mercado de sementes olerícolas e por adotar um modelo tecnológico que elimina o uso de agrotóxicos, fugindo, assim, do padrão ditado por tais empresas.

Esta iniciativa é coordenada por um técnico do Projeto LUMIAR que atua nos assentamentos de Hulha Negra. Conta, também, com a orientação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e convênio com uma Organização Não-Governamental - ONG francesa, o Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola - CICDA.

O Assentamento Conquista da Fronteira, pode-se dizer, está se tornando um “laboratório” de experiências de tecnologias de produção, que se poderiam denominar de “alternativas”. Segundo os técnicos que atuam na Extensão Rural, isto representa uma novidade para a região, tendo em vista terem sido implementadas práticas “alternativas” isoladamente, mas sem resultados concretos.

F) Assistência Técnica

Até o ano de 1992, os assentados foram assistidos pelo escritório satélite da EMATER/RS de Bagé e, a partir da emancipação, passaram a receber assistência técnica do escritório municipal de Hulha Negra.

O trabalho dos técnicos da Extensão Rural compreendeu o acompanhamento da produção nos assentamentos (com visitas periódicas), elaboração de projetos para recebimento do financiamento PROCERA, instalação de unidades de experimentação e

observação, organização de grupos de cooperação agrícola (como condomínios rurais), da Feira do Produtor, programa troca-troca sementes, e atuação na área social, na organização de grupos de jovens e dias de campo (EMATER/RS, 1994).

No ano de 1997, a assistência técnica oficial passou a ser responsabilidade do Projeto LUMIAR²⁰⁹, cuja equipe em Hulha Negra, é composta por dois Técnicos Agrícolas e um Engenheiro Agrônomo.

Além de programas oficiais, os assentados também recebem assistência técnica do Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, que atua junto a pequenos agricultores no estado do Rio Grande do Sul, e nos assentamentos de Bagé desde o início da década de 90²¹⁰. Este trabalho foi iniciado a partir do convênio entre CETAP e uma ONG francesa, o Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola - CICDA, e por decisão do MST²¹¹, atuando, nesse primeiro momento, na organização e estruturação da cooperativa regional.

Atualmente, na vigência do convênio CETAP/BID²¹², existem dois técnicos (uma Engenheira Agrônoma e um Médico Veterinário) atuando nos assentamentos de Hulha Negra e Candiota. A concepção do trabalho voltado para grupos associativos, compreende, em linhas gerais, a participação na elaboração de projetos de desenvolvimento para os assentamentos, e atividades como a organização de linhas de coleta de leite, e ações de formação e capacitação dos assentados. No retorno do convênio CETAP/CICDA, direcionado para a produção de sementes ecológicas, está prevista a contratação de mais técnicos.

²⁰⁹ Esta modalidade de assistência técnica integra um programa do governo federal voltado para o atendimento do público assentado. Na comissão nacional do projeto participam entidades representativas dos trabalhadores rurais, movimentos sociais, universidades e órgãos governamentais.

²¹⁰ Esta ONG iniciou seus trabalhos nos assentamentos que estamos estudando em 1991, a partir do convênio com uma ONG francesa, CICDA. A ONG brasileira já havia elaborado projetos de solicitação de recursos do PROCERA para o Projeto Nova Esperança e, por decisão do MST, passou a atuar nos assentamentos da região de Bagé.

²¹¹ O MST é um dos movimentos sociais que participam da diretoria do CETAP.

As equipes CETAP/BID e Projeto LUMIAR, atuam conjuntamente nos assentamentos e têm sido responsáveis pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias alternativas junto aos assentados. Além desse acompanhamento, os assentados também participam de cursos de formação técnica promovidos pela EMATER/RS, SENAR e CETAP, e realizam visitas a outros produtores rurais e centros de pesquisa agrícola.

G) Acesso a Crédito Agrícola

Desde sua instalação no assentamento, as famílias dispuseram de modalidades de crédito agrícola, liberado, não raras vezes, por pressão política (como ocupação de prédios públicos e audiências com os órgãos responsáveis). Além dos constantes atrasos na liberação das parcelas, com suas implicações para o plantio das lavouras, os assentados enfrentaram, também, dificuldades no acesso ao financiamento destinado aos assentamentos, PROCERA, que passou a ser disponibilizado apenas a partir de 1991. O “Estudo de crédito e poupança nos assentamentos da microrregião de Bagé” (Siani & Zabaleta, 1993), apresenta os recursos e as formas de financiamento agrícola dos assentados da região de Bagé, que são os seguintes:

- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER: recurso do governo estadual e vinculado à EMATER/RS (repassa pelo BANRISUL);
- PROCERA: principal fonte de financiamento dos assentamentos, cujos recursos do governo federal são repassados pelo Banco do Brasil;
- Programa Troca-Troca: programa do governo federal, na forma de crédito de custeio vinculado a sementes.

²¹² Este convênio integra um programa do BID de financiamento de pequenos projetos, visando inserir populações de baixa renda na experiência do crédito.

Cabe ressaltar também, o acesso ao Fundo Rotativo de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural - FRAPER, destinado para a aquisição de sementes, fertilizantes e material para construção de silos de forragem animal.

Os recursos do PROCERA foram aplicados na produção agrícola de forma individual e associativa, esta última, viabilizando a construção de estruturas como silo-secador, e a aquisição de caminhões pela cooperativa, por exemplo. A Tabela 12 apresenta os valores de crédito agrícola recebidos por modalidade e o número de famílias beneficiadas, para o Assentamento Conquista da Fronteira, no período 1991/96.

Tabela 12. Valores do Recurso PROCERA Repassado ao Assentamento Conquista da Fronteira (1991/96).

Ano	Custeio (R\$)	Nº de famílias	Investimento (R\$)	Nº de famílias	Total (R\$)
1991			138.642,32	51	138.642,32
1992			53.531,38	50	53.531,38
1993			44.866,79	49	44.866,79
1994			68.981,17	50	68.981,17
1995	71.100,00	79	238.970,00	90	310.070,00
1996	73.000,00	73	435.900,00	89	508.900,00
Total	144.100,00		980.891,66		1.124.991,66

Fonte: INCRA/RS (1997b); elaboração da autora.

O montante de crédito recebido no ano de 1996, R\$ 508.900,00, que consta na Tabela 12, foi utilizado na aquisição de insumos e máquinas agrícolas, movimentando o comércio regional. Nos anos recentes foi autorizada a contratação do PROCERA Teto II, recurso que visa financiar os empreendimentos das cooperativas dos assentamentos rurais e que, em parte, é repassado para seus associados que já atingiram o limite de crédito individual.

No ano de 1997, de acordo com o INCRA/RS, foram repassados R\$ 82.000,00 na forma de crédito de custeio para as famílias, e R\$ 837.341,00 na forma de crédito de financiamento destinado à COOPERAL (PROCERA Teto II).

Em nossa pesquisa não abordamos questões relativas à capacidade de pagamento dos recursos fornecidos às famílias. Nos dados relativos à estimativa de renda familiar não estão incluídas possíveis despesas com tais pagamentos, contudo, sendo essa uma questão pertinente, fica como sugestão para futuros estudos.

Além destes recursos, o Conquista da Fronteira e demais assentamentos da região de Bagé²¹³, tiveram acesso também aos seguintes:

- convênio de cooperação técnico-financeira CETAP/BID: US\$ 800.000,00, destinados à atividade leiteira e repassados via cooperativa regional para aquisição de caminhão para coleta do leite, enfardadeira, veículo utilitário, contratação de equipe técnica e cursos de capacitação dos assentados;

- convênio CETAP/CICDA: previsão de US\$ 270.000,00, destinados ao projeto de produção de sementes olerícolas ecológicas, para compra de insumos (preparação de biofertilizante), compra de equipamentos, cursos de capacitação dos assentados, contratação de técnicos e criação de um fundo rotativo para financiamento das áreas de produção de sementes.

Estas duas modalidades de financiamento são inéditas na região, não apenas por serem linhas de crédito provenientes do exterior, mas também pela forma de pagamento a longo prazo, para a primeira e o financiamento a fundo perdido para a segunda.

IV.2.8. Inserção na Economia Local e Regional

Neste tópico, estaremos tratando do conjunto dos 8 assentamentos criados no município de Hulha Negra, cujo objetivo é a importância e a forma de inserção na economia local.

²¹³ Alertamos que tais recursos têm sua aplicação prevista no conjunto dos assentamentos da região, não ficando restritos ao Conquista da Fronteira, e são repassados pela cooperativa regional.

A) Peso da Produção Agropecuária dos Assentamentos

A implementação do processo produtivo pelos assentados causou efeitos no município de Bagé. Contudo, não dispomos de dados para analisar o comportamento da produção agrícola do município logo após a instalação dos assentamentos, tendo em vista pertencer, neste período, ao município de Bagé.

No entanto, segundo nossos informantes, no segundo ano os assentados produziram cerca de 55.000 sacos de milho, repercutindo significativamente na produção do grão do município de Bagé. A maior repercussão foi, porém, na produção de sementes olerícolas, que transformou a região de Bagé num pólo nacional de produção de sementes e para o qual a contribuição dos assentados foi fundamental.

A Produção Agropecuária que circulou no município de Hulha Negra no ano de 1996 foi obtida pelos dados do Programa de Reforma Agrária da EMATER/RS (1996), e que está apresentada na Tabela 13.

Tabela 13. Produção Agropecuária Comercializada pelos Assentamentos Rurais de Hulha Negra.

Produtos	Unidade	Volume Comercializado
Produtos de Origem Vegetal		
Milho	T	1.068
Feijão	T	173
Sorgo	T	250
Semente de cebola	T	21,1
Semente de cenoura	T	72,8
Semente de coentro	T	40
Amendoim	T	5
Produtos de Origem Animal		
Leite	1.000 L	598
Suínos	T de p.v.	48
Gado de corte	T de p.v.	37
Ovos	1.000 dz	24

* p.v.: peso vivo

Fonte: EMATER/RS (1996); elaboração da autora.

A partir do volume de produção comercializada, apresentado na Tabela 13, calculamos o VBP a partir dos dados de produção comercializada dos 8 assentamentos²¹⁴ para o ano de 1996. Neste ano, a produção agropecuária que circulou na economia alcançou o valor total de R\$ 908.333,20, correspondendo a uma produtividade econômica de R\$139,87/ha²¹⁵. Este valor é inferior ao encontrado por Lovatto et al. (1994) para os assentamentos da região de Bagé, o qual, realizada a devida conversão de moeda, correspondeu a R\$ 167,50/ha²¹⁶.

Esta aparente redução no valor gerado por unidade de área ocorre, possivelmente, em virtude do valor por nós encontrado estar subestimado em função da diferença verificada entre o volume produzido e o comercializado de milho. Além disso, os dados disponibilizados pela EMATER/RS não contemplam produtos tais como mel, queijos e cucurbitáceas, que são comercializados pelas famílias assentadas; o que não exclui, contudo, possíveis variações na produtividade física e/ou econômica verificada entre estes dois momentos.

Para fins de conhecer o potencial de geração de impostos desta produção, calculamos a arrecadação de ICMS²¹⁷, obtendo o valor de R\$ 109.213,32, para o ano de 1996. Alertamos, contudo, que este procedimento representou um exercício, e que possivelmente não corresponda aos reais valores de arrecadação fiscal desta produção.

Com relação à participação da produção agropecuária dos assentamentos, a partir dos dados fornecidos pela EMATER/RS (1996), calculamos os valores para o ano de 1996: leite, milho, feijão e sementes olerícolas, apresentados no Gráfico 03.

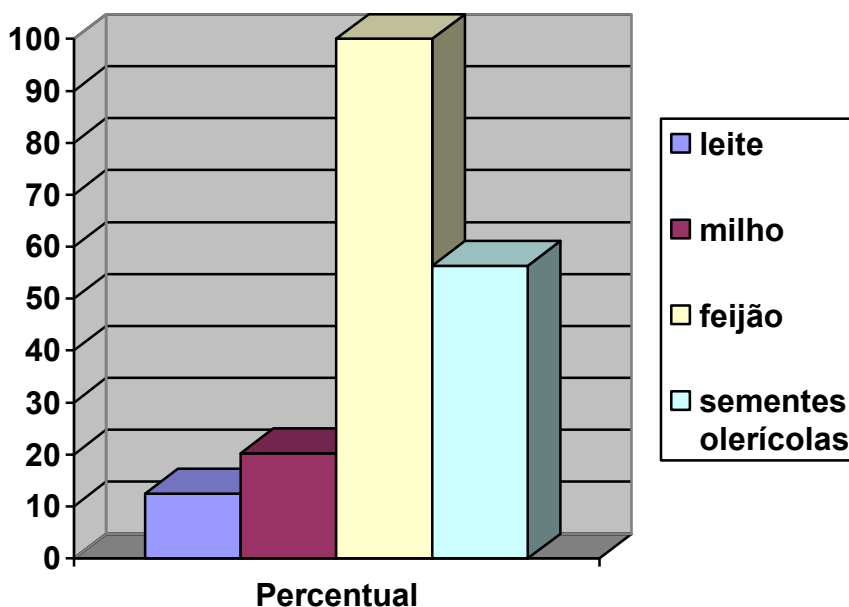
²¹⁴ O preço médio ponderado é obtido atribuindo-se peso maior aos preços dos produtos agrícolas nas regiões produtoras; ou seja, representa o preço recebido pela maior parte dos produtores.

²¹⁵ Alertamos que o VBP/ha foi calculado com base na área total dos assentamentos, com o objetivo de, através desse exercício, termos idéia da geração de renda por unidade de área no conjunto dos assentamentos. Portanto, estão incluídas áreas que não são utilizadas no processo produtivo.

²¹⁶ Este valor foi obtido através da conversão pela taxa cambial média do ano de 1996.

²¹⁷ Calculamos a arrecadação fiscal a partir da alíquota de 7 % para produtos que circulam no mercado interno gaúcho e de 17 % para os produtos agrícolas que são comercializados no mercado nacional, como é o caso das sementes olerícolas, de acordo com a Secretaria da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 02. Participação dos Assentamentos na Produção Agropecuária Municipal de Hulha Negra



Fonte: EMATER/RS (1996); elaboração da autora.

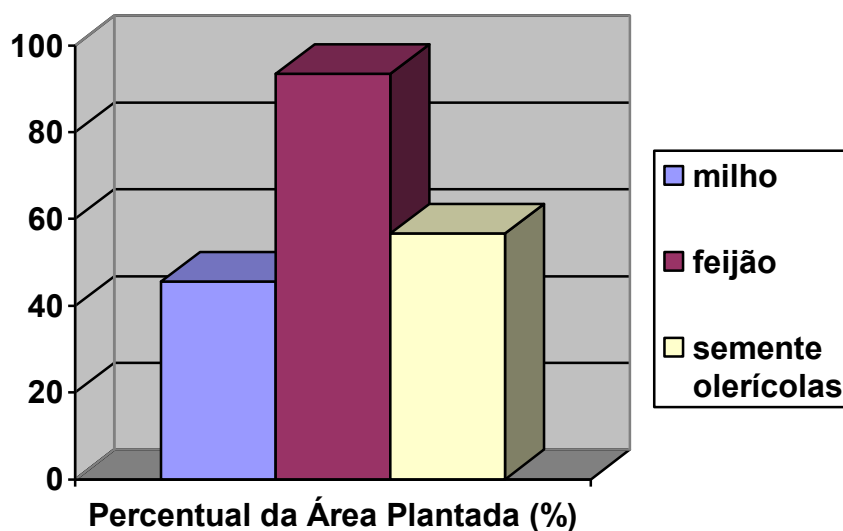
Estes dados, contudo, devem ser analisados com cuidado. Em primeiro lugar, houve redução nas áreas de produção de sementes olerícolas dos assentamentos nos últimos dois anos. Para ilustrar tal redução, na safra 1994/95, estes 8 (oito) assentamentos produziram 181,2 T de sementes olerícolas, enquanto que na safra de 1995/96, esta produção foi de 133,9 T, ou seja, um volume de produção 26 % inferior ao ano anterior, devido à diminuição no número de contratos para produção de sementes.

Finalmente, como já mencionamos, pela nossa fonte de dados, os valores com relação à comercialização do milho estão subestimados. Para ilustrar, os dados de participação na produção de milho apresentados pelo Projeto LUMIAR (1997) eram em 58% superior ao valor por nós encontrado.

A participação na produção agrícola, calculada a partir dos dados fornecidos pela EMATER/RS (1996), tornaram os assentamentos responsáveis por 10,9% do PIB do Setor Primário de Hulha Negra²¹⁸ no ano de 1996. Se levarmos em consideração que os mesmos assentamentos ocupam 7,6% da superfície do município, percebemos a eficiência produtiva de tais áreas.

Podemos conferir a participação dos assentamentos na área plantada com milho, feijão e sementes olerícolas no ano de 1996, perante a área cultivada com esses mesmos produtos no município, pelo Gráfico 03.

Gráfico 03. Participação dos Assentamentos na Área Plantada de Milho, Feijão e Sementes Olerícolas do Município de Hulha Negra.



Fonte: EMATER/RS (1996); elaboração da autora.

²¹⁸ Este valor, no entanto, está subestimado, devido ao fato de alguns produtos dos assentamentos, tais como suínos, abóbora, melancia e melão estarem incluídas na categoria “outros” para os dados municipais, sem possibilidades de discriminação. A contribuição para o PIB agrícola foi calculada através da participação dos assentamentos nos produtos discriminados nos dados municipais, sendo, assim, inferior ao seu real valor.

B) Canais de Comercialização

Os assentados, no decorrer do tempo, fizeram uso de vários canais de comercialização dos seus produtos. A comercialização do milho, por exemplo, principal responsável pelas entradas monetárias das famílias na safra 1992/93, estava direcionada para intermediários²¹⁹ (Argenta, 1993). Outros produtos dos assentados, como cucurbitáceas, ovos e queijo, eram comercializados no pequeno comércio local ou vendido diretamente aos consumidores, como na Feira Livre de Bagé.

A criação da COOPERAL, teve por base o reconhecimento da inexistência de instrumentos de abastecimento e comercialização localizados no meio rural, passando, então, a cooperativa regional, centralizar a comercialização da produção dos assentados.

Em 1993 a cooperativa passou, também, a interferir nas áreas de produção de sementes olerícolas, intermediando os contratos entre os assentados e as empresas empacotadoras e fornecendo assistência técnica, para o qual recebia comissão de 2 % do valor da produção. A partir de 1995, os assentados decidiram pela não intermediação da cooperativa, passando a firmar contrato diretamente com as empresas.

Os canais de comercialização atualmente utilizados para a colocação dos produtos são:

- sementes olerícolas: empresas empacotadoras, sediadas em Bagé (Isla, Agroflora, Agrocere, Top Seed-Hortec e Feltrin), que distribuem para todo país; ou à COOPERAL (projeto de produção independente de sementes);

- leite: a produção é recolhida pela COOPERAL e repassada para a CAMAL, com sede em Bagé, onde possui uma usina de processamento do leite; e para a Usina Candiota, no município vizinho, que opera apenas a nível local. A CAMAL distribui o

²¹⁹ Segundo o “Estudo do Sistema de Comercialização e Abastecimento dos Agricultores Assentados na micro região de Bagé”, as “bodegas”, isto é, pequenas casas comerciais, cumpriam quatro papéis principais: venda de mercadorias, fornecimento de crédito de consumo (venda a prazo), compra da produção dos assentados e serviço de transporte de produtos (Argenta, 1993).

leite tipo C para vários municípios: Candiota, Bagé, Hulha Negra, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Canguçu e Santana do Livramento; queijos e outros derivados são colocados no mercado estadual e nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro;

- grãos (milho, feijão e sorgo): a produção dos assentados é comprada pela COOPERAL, que estoca em sua estrutura (silo-armazém) e vende para municípios como Bagé, Dom Pedrito, Canguçu e São Lourenço; ou para intermediários (atravessadores) que atuam na região;

- mel: nesta linha de produção atualmente a comercialização é individual, sendo colocada no mercado local (padarias, direto ao consumidor e intermediários) e regional, sobretudo na feira de Bagé; esta atividade está se desenvolvendo e a COOPERAL está organizando a produção para comercializar fora do estado, visando a colocação do produto em São Paulo, através da CONCRAB;

- queijos, ovos, cucurbitáceas, e outros produtos são comercializados na feira em Bagé, onde 6 (seis) assentados participam, e no mercado da COPTIL em Hulha Negra; 6 assentados fazem feira em Bagé;

- suínos: venda no açougue do mercado da COPTIL e direto ao consumidor.

Merece ser destacada a atuação da cooperativa regional, que, além de canal de comercialização e prestação de serviços (tais como armazenamento de grãos), desempenha importante papel na orientação das atividades produtivas dos seus associados (que abrange cerca de 90% dos assentados da região).

Esta orientação se dá através da elaboração de um plano regional de produção para os assentamentos. Entre as atividades da COOPERAL, consta a negociação para liberação do financiamento PROCERA e discussão sobre as prioridades de sua aplicação ao nível das unidades de produção. A atuação no financiamento, a partir de 1995, ano em que foi autorizada a contratação do PROCERA Teto II, destinado às

cooperativas dos assentamentos, teve como objetivo viabilizar seus empreendimentos. Esta cooperativa tem investido, também, na melhoria das estradas de rodagem dos assentamentos.

Entre os serviços prestados pela COOPERAL estão:

- recolhimento e entrega do leite à usina de processamento da CAMAL;
- transporte de mercadorias para as famílias;
- fábrica de ração;
- silo-secador de grãos;
- UBS, registrada no Ministério da Agricultura;
- aluguel de ensiladeiras aos associados;
- supermercado localizado na sua sede.

Cabe destacar que as cooperativas, COOPERAL e COPTIL, em suas operações de comercialização de produtos agrícolas e de fornecimento de bens de consumo, arrecadam impostos para o município. Segundo dados fornecidos pela prefeitura Municipal de Hulha Negra, no ano de 1997 o montante de impostos recolhidos por estas duas cooperativas alcançou o valor de R\$ 140.116,00, correspondendo a 3,43% da arrecadação municipal. Assim, a posição destas duas cooperativas no *ranking* das empresas que arrecadam impostos para o município nesse mesmo ano foi, respectivamente o quarto e quinto lugar²²⁰.

C) Projetos Agroindustriais

Os assentados, através de suas organizações, as cooperativas, implantaram unidades de beneficiamento de seus produtos e elaboram projetos agroindustriais. Os

²²⁰Esta posição no *ranking* com percentuais em nada elevados, se deve ao Frigorífico Pampeano concentrar a arrecadação, tendo sido responsável por 73% do ICMS gerado pelo município no ano de 1997.

objetivos destas iniciativas são, basicamente, de agregar valor aos produtos²²¹, a partir do seu beneficiamento, proporcionar melhor remuneração ao produtor pela sua produção (melhorando seu nível de renda, conseqüentemente) e **assegurar o controle social das decisões e ganhos**. O propósito é abranger o maior número possível de famílias, numa política contrária à vigente pelas empresas empacotadoras de sementes olerícolas²²².

Dentre as iniciativas no ramo agroindustrial, atualmente verificam-se:

- fábrica de ração: localizada na sede da COOPERAL, que visa atender, basicamente aos assentados que trabalham com produção animal (leite e suínos) e fazer uso da estrutura de secagem e armazenagem de grãos da cooperativa;

- produção de sementes olerícolas: através do projeto “Produção & Resgate”, que conta com 12 assentados, a cooperativa regional está entrando no mercado como produtora de sementes, que leva a simbologia de produzido sem utilização de defensivos químicos (agrotóxicos) e de ser produto da reforma agrária, buscando, com isso, um nicho de mercado;

- unidade de beneficiamento e embalagem do mel produzido pelos assentados: esta iniciativa acompanha o crescimento da produção melífera, e visa, através de registro do produto no Ministério da Agricultura, criar condições para sua comercialização (controle de qualidade), além do mel são produzidos cera e própolis (quase todo o mel é comercializado clandestinamente);

²²¹ Para ilustrar o potencial de agregação de valor, Zamberlam (1994) apresenta um comparativo de receitas na produção de suínos *in natura* e industrializado no assentamento de Itaíba, região de Cruz Alta/RS, em que o processamento da produção gerou uma variação de quase 200% na receita líquida obtida.

²²² Atualmente, a política das empresas empacotadoras de sementes é de diminuir o número de cooperados e concentrar as áreas de produção, com o objetivo de reduzir gastos, tais como de assistência técnica. É justamente por tal motivo, que o propósito do projeto da COOPERAL no ramo de produção de sementes, que visa abranger o maior número possível de famílias e com limite de área de produção/lote, assume importância, ou seja, este projeto pretende ocupar o “vazio” deixado por tais empresas a várias famílias assentadas.

- abatedouro de suínos e bovinos: existe um projeto de construção de um frigorífico, numa associação entre COPTIL e COOPERAL, com sede em Hulha Negra, estimulando o desenvolvimento da suinocultura nos assentamentos.

Estes empreendimentos, na medida em que buscam, além de beneficiar, também agregar valor à produção, vai ao encontro ao proposto por Maluf & Bilbao (1988), da atividade agroindustrial ser um complemento das atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos rurais.

Além destes projetos, ocorre a industrialização caseira da produção agropecuária. São exemplo, a produção de aguardente, a fabricação de queijos, salames, banha, sabão e o beneficiamento do mel. Além de atender ao autoconsumo das famílias, esta produção artesanal também visa a comercialização, e sua colocação é direto ao consumidor ou a pequenos comerciantes locais.

D) Movimentação no Mercado Local

Além da produção agrícola colocada no mercado, a aquisição de bens de consumo movimenta o comércio local e regional. Este consumo ocorre diferenciadamente em termos de local, conforme seus itens, ou seja, existe um nicho de consumo. Nas entrevistas realizadas pela pesquisa “*Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*”, constatou-se que gêneros alimentícios, vestuário e utensílios domésticos são adquiridos no comércio de Hulha Negra; móveis, eletrodomésticos e insumos agrícolas são comprados em Bagé.

O “Estudo de Poupança e Crédito nos Assentamentos da Microrregião de Bagé”, de Siani & Zabaleta (1993), apresenta os seguintes dados sobre o consumo mínimo mensal por adulto das famílias assentadas na região:

- 4,7 Kg de arroz;

- 4,0 Kg de açúcar;
- 6,0 Kg de farinha de trigo;
- 2,7 Kg de farinha de milho;
- 1,1, Kg de erva mate;
- 0,3 Kg de café.

Segundo o estudo, este consumo corresponde a uma despesa mínima mensal de US\$ 45,00 por família, sem levar em consideração itens tais como gás de cozinha, pilhas, fósforos, fumo, bebidas e material de limpeza e higiene²²³. Multiplicando este valor pelo número de famílias assentadas no município de Hulha Negra, 272, obtemos o valor de US\$ 12.240,00, que movimentam o comércio local, pois, segundo nossas entrevistas, tais itens são adquiridos basicamente na cidade de Hulha Negra, e contribuem para a arrecadação de impostos do município.

Segundo o prefeito municipal, os grandes proprietários de terra do município não residem em Hulha Negra, mas em outras cidades, como Bagé, local onde gastam a renda proveniente da atividade agropecuária. Justamente por tal motivo, o consumo das famílias assentadas assume importância na economia do município: por menor que seja seu valor *per capita*, no conjunto, assegura a circulação de mercadorias e receitas em Hulha Negra, favorecendo os cofres municipais e mantendo postos de trabalho no comércio local.

Neste sentido, Bergamasco et al. (1997) observou a importância do assentamento Fazenda Reunidas, localizado no município de Andradina/SP, para a dinamização do comércio local, refletindo-se em aumento na arrecadação de ICMS (maior recolhimento por habitante) desse município, em relação aos vizinhos.

²²³ Este valor também não inclui gastos ocasionais com vestuário, utensílios domésticos e materiais de construção.

Além do consumo básico das famílias, os assentamentos também interferem nas vendas de outros segmentos. Tomando o acesso ao financiamento agrícola fornecidos pelo INCRA/RS (1997b), para o ano de 1996, verificamos o ingresso de R\$980.225,00 entre os 8 assentamentos do município, montante que circulou no comércio regional, na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, insumos e material de construção.

Fazendo um exercício para fins de comparação, tomamos o valor anual de transferência de receitas tributárias do governo federal para o município de Hulha Negra (Fundo de Participação dos Municípios), o qual foi na ordem de R\$ 781.927,97 para o ano de 1996 (dado fornecido pela FAMURS). Esse valor foi inferior, portanto, aos recursos do governo federal atraídos pelos assentamentos do município (R\$ 980.225,00).

Esta movimentação no comércio, promovida pelos assentados, é reconhecida pela Associação Comercial e Industrial de Bagé - ACIBA, mas segundo seu presidente, ocorre localizadamente, ou seja, assume importância para os estabelecimentos comerciais que realizam vendas para os assentados, tendo em vista que as compras se diluem no comércio de Bagé.

Cabe ressaltar, que alguns equipamentos agrícolas são adquiridos em outras regiões do estado, diretamente do seu fabricante e/ou pelo fato de não serem encontrados na região. São exemplos, máquinas de plantio direto e resfriadores de leite.

As cooperativas, na aquisição de gêneros alimentícios para seus supermercados ou de insumos para a produção (calcário, fertilizantes, etc.), fazem predominantemente fora de Bagé. Das compras do supermercado, por exemplo, 90 % é feito na cidade de Pelotas; fertilizantes são adquiridos diretamente da fábrica, em Rio Grande, cujo volume de compra garante poder de barganha, conseguindo vender aos assentados na mesma faixa de preço das lojas agropecuárias de Bagé. As vendas de grãos da

COOPERAL também não se restringem aos municípios da região. Assim, **as relações comerciais estabelecidas pelos assentados ultrapassam os limites regionais.**

E) Geração de Empregos

Além dos postos de trabalho criados com a implantação dos assentamentos, ou seja, com a reinserção no processo produtivo agrícola de 272 famílias, empregos indiretos desta medida foram criados. Ao nível da unidade de produção, entre os 10 entrevistados pela pesquisa *“Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”*, no Assentamento Conquista da Fronteira, foram declarados 2 empregados permanentes e 5 empregados temporários.

Além disso, o assentamento de famílias, ao recriar uma comunidade rural, permite a criação de vários postos de trabalho para assentados, seus filhos e mesmo pessoas da sociedade local. Por exemplo, com a instalação de equipamentos sociais nos assentamentos, abrem-se novas possibilidades de emprego:

- posto de saúde do Assentamento Conquista da Fronteira: dois Médicos (clínica geral) e uma atendente de enfermagem (profissional de apoio) realizam o atendimento ao público;

- escolas nos assentamentos: entre as três escolas existentes, trabalham uma professora de Bagé e 21 professores(as) são assentados(as), como também, duas serventes;

- técnicos atuando nos assentamentos: uma Engenheira Agrônoma e um Médico Veterinário atuando pelo convênio CETAP/BID e dois Engenheiros Agrônomos e um Técnico Agrícola atuando pelo Projeto LUMIAR.

Outro gerador de oportunidades de trabalho são os empreendimentos dos assentados:

- COOPERAL: 4 assentados que ocupam cargos de direção recebem ajuda de custo e outros 6 trabalham no mercado, silo-secador e caminhão, além disso, na contabilidade e no atendimento atuam duas funcionárias não-assentadas;

- Supermercado COPTIL: 5 funcionários são assentados e outro é não-assentado.

Os projetos, de abatedor e o supermercado da COOPERAL em Candiota prevêm a criação de mais postos de trabalho. A previsão é geração de 10 empregos diretos pelo abatedouro COPCARNE, e de 9 empregos diretos pelo Supermercado COOPERAL, além dos empregos indiretos, tais como fornecedores e distribuidores. Podem-se citar, ainda, os empregos temporários criados na construção do supermercado, silo-armazém, de difícil mensuração, como também os empregos criados no comércio local.

IV.2.9. Capacidade Inovativa

Neste tópico, destacamos a introdução de “novidades” pelos assentados, ou seja, o que eles apresentam de novo para o município e/ou região. Partimos da noção de “inovação” de Schumpeter (1978), a qual significa a introdução de novos produtos, métodos e organização da produção, ou mesmo o acesso a novos mercados. A habilidade em apresentar tais “inovações”, estamos denominando de capacidade inovativa, conforme proposto por Kageyama (1997). A seguir, apresentamos os pontos levantados em nossas entrevistas.

Em termos de produtos, embora já houvesse produção de sementes olerícolas na região, foi a projeção da produção de sementes nos assentamentos que atraiu a instalação de novas empresas empacotadoras, transformando Bagé num pólo nacional de produção de sementes olerícolas.

Este fato repercutiu na instalação de um laboratório de análises de sementes em Bagé, PROMOSEN, com fiscalização da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do

Rio Grande do Sul, em convênio entre URCAMP/EMBRAPA/COBAGELÃ, interessadas, respectivamente, na produção de sementes olerícolas, forrageiras e de arroz. Pretende-se transformar os assentados em produtores de sementes olerícolas, forrageiras e de plantas de adubação verde.

Com relação aos produtos introduzidos pelos assentados na região, encontra-se boa parte das “miudezas”, tais como, amendoim e cucurbitáceas, e a cana-de-açúcar, que é cultivada por um assentado.

Na área tecnológica, apesar das iniciativas no uso de tecnologias “alternativas” nas colônias alemãs, é nos assentamentos que a produção ecológica está se desenvolvendo. Os assentados, orientados pela assistência técnica, utilizam receitas caseiras no tratamento de doenças dos animais, como também, desenvolvem um projeto inédito na produção de sementes olerícolas sem aplicação de defensivos químicos (pois esta atividade é grande demandadora de produtos químicos, sobretudo fungicidas).

Neste sentido, apresentam uma **inovação**, também com relação à **marca**, que apresenta **selo verde** (isto é, produzido sem uso de agrotóxicos) e de **produto da reforma agrária**, na tentativa de **buscar uma inserção diferenciada no mercado**.

Nos empreendimentos agroindustriais, verificam-se iniciativas no sentido de buscar independência das empresas que dominam o ramo, como o caso das empresas empacotadoras de sementes, ou de criar novas linhas de produção, como é o caso do projeto de abatedor de suínos. A produção de suínos com finalidade comercial é inédita na região, e como esta atividade está intimamente relacionada à produção de milho, só é viabilizada pelo fato dos assentados, serem, também produtores desse grão.

Na assistência técnica, a presença e atuação de uma ONG (CETAP), ocorreu devido justamente à presença dos assentamentos. Além disso, a partir da relação com uma ONG francesa, CICDA, estes assentamentos passaram a ter visibilidade na

Comunidade Econômica Européia, que culminou com a liberação de recursos a fundo perdido. O Projeto LUMIAR, programa do governo federal para assistência técnica, também atua na região devido à presença dos assentamentos rurais.

Com relação ao acesso a financiamentos, além do PROCERA, modalidade de crédito agrícola específica, o montante de recursos comentado em tópico anterior somente circulou no comércio regional devido a presença dos assentamentos. Como também, os financiamentos provenientes do exterior, através dos convênios CETAP/BID e CETAP/CICDA, e que demonstra a capacidade de articulação e a visibilidade dos assentamentos perante as entidades internacionais.

Os modelos de organização social e produtiva dos assentados constituíram-se em “novidades” para a região, como os grupos coletivos e associações de máquinas. A própria idéia do associativismo foi resgata pelos assentados, devido às constantes denúncias de fraudes e má administração nas cooperativas atuantes na região, que desgastaram sua visão perante a sociedade e, principalmente, ao seu quadro social.

A forma de gerenciamento da propriedade também representa algo novo para a região, na medida em que, distintamente das colônias alemãs, os assentados têm como eixo central o leite, mas, via de regra, não buscam a especialização nessa atividade. Ao contrário, pretende-se ter o leite como atividade principal, porém relacionada tanto com outras linhas de produção, como sementes, mel, criação de suínos, quanto com a produção de autoconsumo, conferindo uma **diversificação a nível de unidade de produção** e, a partir desta, **para o conjunto dos assentamentos**.

Finalmente, pelo seu comportamento enquanto agente econômico, articulando-se com empresas e entidades na busca de alternativas para a viabilização econômica das famílias, o que contrasta com a postura avessa às “inovações”, típica do pecuarista tradicional. Este **dinamismo dos assentados**, constitui o que os técnicos da Extensão

Rural denominam de **“novas mentalidades” no meio rural, que passam a exercer influência.**

As “inovações”, que hoje se configuram como “diferenças”, possuem potencial de difusão na região pelo efeito-demonstração, como aliás, foi o padrão de comportamento com relação às iniciativas de diversificação da produção, que comentamos no capítulo III (implementadas por pessoas “de fora” e que, posteriormente, irradiaram-se no espaço regional).

IV. 3. Síntese

Como fechamento do presente capítulo, procuramos sintetizar os principais efeitos dos assentamentos rurais sobre a economia local, dimensão central desse trabalho.

O primeiro aspecto que destacamos é que a instalação dos assentamentos não alterou o quadro da concentração fundiária de Hulha Negra, mas representou um reforço para o segmento da agricultura familiar no município. Como demonstramos nesse trabalho, estas áreas (os oito assentamentos) têm apresentado significativa participação em alguns itens da pauta de produção primária do município. Cabe ressaltar, também, que os “colonos” assentados trabalham com sistemas de produção mais intensivos e diversificados, gerando maior receita por unidade de área, que, por sua vez, contrasta com a atividade econômica predominante na região, a pecuária de corte.

O efeito mais evidente, sem dúvida, foi verificado na diversificação da agricultura local. O município de Hulha Negra, possui um perfil produtivo mais diversificado em relação à região (como foi demonstrado em outro estudo, citado nesse trabalho), para o qual a contribuição dos assentamentos teve grande importância. Neste sentido, destacamos a produção de ovos, de suínos, de cucurbitáceas e os produtos da

agroindústria caseira (tais como queijos e embutidos) que abastece o mercado local e, em sua grande parte, são provenientes dos assentamentos.

Esta diversificação fica evidenciada pelo aumento da importância de algumas atividades na economia local. A produção de sementes olerícolas, por exemplo, é responsável por praticamente 13 % do PIB agrícola do município de Hulha Negra, e produziu alterações no quadro regional. A expansão das áreas de produção, a partir do seu desenvolvimento nos assentamentos, atraiu novas empresas empacotadoras, fato que transformou Bagé num pólo nacional de produção de sementes olerícolas.

Outro aspecto, se refere aos assentamentos viabilizarem o encadeamento de atividades produtivas. Com a diversificação da produção primária, amplia-se o leque de produtos para serem processados, para o qual, as iniciativas agroindustriais comentadas nesse capítulo, constituem um complemento e uma forma de agregar valor aos produtos. Por exemplo, o cultivo do milho nos assentamentos viabiliza a produção local de suínos, que, por sua vez, poderá se constituir em matéria-prima para a agroindústria.

O reconhecimento do perfil diferenciado da economia de Hulha Negra, por parte da atual administração municipal, levou a mudanças nas diretrizes políticas locais, tendo sido estabelecida a pequena agricultura familiar como prioridade. Exemplo disso é o PROVAR, comentado nesse capítulo, que visa agregar valor aos produtos da economia familiar do município, através da agroindustrialização.

Com relação à inserção no mercado, os assentados promoveram a abertura de novos canais de comercialização, sendo que as suas cooperativas atuam tanto na comercialização da produção, quanto no fornecimento de bens de consumo. Estes empreendimentos arrecadam impostos para o município em suas operações (mesmo apresentando baixos percentuais, possuem posição destacada entre as empresas locais)

e, aliado à extensão de serviços nos assentamentos, tais como a instalação de postos de saúde, geram empregos para os assentados e para a sociedade.

Como já foi exposto, os assentamentos asseguram a circulação de produtos e serviços, com reflexos na dinâmica da economia local, sendo que os seus efeitos ocorrem de forma diferenciada no decorrer do tempo. Portanto, fica como sugestão para novos estudos, analisar em que medida estas iniciativas - como hoje elas se configuram - poderão alterar o rumo do desenvolvimento histórico na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos quatro capítulos desta dissertação, procuramos analisar as ações desencadeadas pela instalação dos assentamentos rurais, que denominamos de “impactos”. Nesse momento, apresentamos as considerações finais, resgatando a pergunta colocada na introdução: se os assentamentos rurais, para além de proporcionar melhorias de vida para a população, podem apresentar outras contribuições para a sociedade? Em resposta a essa pergunta, seguimos nosso roteiro de trabalho, ou seja, partindo do plano interno para o externo.

Internamente, verificamos que houve melhorias na qualidade de vida das famílias assentadas. Essa melhoria é o que denominamos de “impacto” em si, mencionado anteriormente. Ou seja, **a instalação de um projeto de assentamento produz mudanças na própria população beneficiada pela medida, a qual é protagonista dos efeitos externos**, objeto desse estudo. Isso ocorre na medida em que, ao dar fim a uma trajetória instável, de constante deslocamento de acampamentos, ocupações de terra, entre outras mobilizações, **o assentamento permite uma nova relação com a terra e o processo de produção agrícola ou não-agrícola.**

Na mudança de condição de “sem-terra” para assentado, não ocorre, necessariamente, uma ruptura, com anulação da identidade anterior. **A identificação com a causa dos “sem-terra” permanece** e se manifesta na forma de apoio material e no fornecimento de quadros para o movimento (MST). No entanto, **a partir do assentamento a identidade acionada é a de assentado, pela qual passam a negociar**

e colocar outras demandas para o poder público, ou seja, de acesso à terra para acesso ao crédito agrícola, por exemplo.

Verificamos que **houve o reconhecimento de melhorias na qualidade de vida por avaliação das próprias famílias**, percebidas sob vários aspectos. Em primeiro lugar, o acesso a benefícios como modalidades especiais de crédito agrícola (particularmente se levarmos em conta que boa parte desta população esteve à margem de qualquer fonte de crédito) e outros programas voltados para o público assentado. Segundo, pela extensão de serviços sociais ao assentamento, anteriormente ausentes na vida destas famílias. Como são exemplos do caso estudado, posto de saúde, escola, transporte escolar; além de infra-estrutura, como eletrificação e telefonia rural, e assistência técnica.

Finalmente, **a melhoria nas condições materiais das famílias**. Como apresentamos anteriormente, **as famílias entrevistadas reconheceram, majoritariamente, ter melhorado seu poder aquisitivo após o assentamento**. Com relação ao nível de renda, o valor encontrado 2,8 salários mínimos, é compatível com a renda encontrada em pesquisa nacional realizada em assentamentos rurais, e, como vimos, descontando o autoconsumo desta última, o nível de renda por nós encontrado torna-se superior.

As ações desenvolvidas no interior dos assentamentos foram influenciadas pelas próprias experiências anteriores das famílias, como também e de forma determinante, no caso da organização produtiva, pela orientação do MST. Como vimos no último capítulo, **o Assentamento Conquista da Fronteira tem sido cenário para várias formas de organização social e produtiva**. Essa **dinâmica associativa induziu a organização de grupos no entorno do assentamento**, como é exemplo a formação de uma cooperativa de trabalhadores urbanos, num resgate à idéia do associativismo.

A trajetória das famílias, marcada pela participação em mobilizações organizadas pelo MST, particularmente as ocupações de terra, despertou duas reações. A primeira, de simpatia, por parte de segmentos partidários da causa dos “sem-terra” e questionadores do desenvolvimento regional com base na grande propriedade. A segunda, de rejeição, por parte, justamente, do segmento de grandes proprietários rurais, expressa pelas suas entidades representativas.

O ambiente físico, social e econômico condicionou o desenvolvimento do assentamento. Como vimos, ao mesmo tempo em que o meio ambiente impôs restrições à produção agrícola dos assentados, permitiu a apropriação de uma vantagem comparativa da região da Campanha: a aptidão agroclimática para produção de sementes, como também, o aproveitamento do seu potencial para produção leiteira. As “lições” que esse novo ambiente impôs às famílias, têm induzido à conversão dos seus sistemas produtivos de grãos para leite, e que também é resultado do trabalho desenvolvido pela ONG que atua nos assentamentos.

Os investimentos alocados pelo órgão responsável pelo assentamento, na forma de dotação de infra-estrutura (como abertura de estradas e construção de benfeitorias) e de fornecimento de auxílios e crédito agrícola, impulsionam o desenvolvimento inicial do assentamento. Para o caso dos assentamentos de responsabilidade do governo estadual, no caso, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, estes partem de uma situação de “defasagem”, por não terem acesso ao crédito de implantação (alimentação, fomento e habitação), específico para assentamentos de responsabilidade do INCRA.

As relações estabelecidas com as instituições públicas e com a sociedade local também são importantes para o desenvolvimento do assentamento. Para além da ajuda material, a atuação do comitê de apoio aos “colonos” assentados, como vimos,

abriu espaços de diálogo com o poder público local. A relação estabelecida com este se torna particularmente importante no que se refere ao atendimento das demandas dos assentamentos, que, no caso estudado, tem a conservação das estradas de rodagem como reivindicação maior, a qual se relaciona com o processo produtivo (escoamento de produtos). Nesse sentido, **o local, isto é, o município, é o espaço privilegiado de interlocução com o poder público e de participação política.**

Com relação ao ambiente econômico, se, por um lado, a inexistência de um mercado regional para o milho foi fator limitante na comercialização desse grão (atuação de intermediários e baixos preços praticados), por outro, a presença de uma cooperativa atuando no processamento do leite abriu caminho para o desenvolvimento da pecuária leiteira entre os “colonos” assentados. Ou seja, **os assentados tanto fazem uso de canais de comercialização pré-existent para colocar sua produção no mercado, quanto promovem a abertura de novos.**

A comercialização da produção dos assentamentos, representou, justamente, um ponto de mudança na relação destes com a sociedade local. A necessidade de afirmar-se como “produtor rural” parece encaminhar-se no sentido de **dar uma resposta à população que cobra desempenho produtivo dos assentamentos**; além de ser também, usada em contraposição à pecuária tradicional, como forma de questionar os grandes proprietários de terra e defender a viabilidade da reforma agrária na Campanha.

Com relação ao aspecto econômico, ponto central desse trabalho, utilizamos a sugestão de Veiga (1991) que, com base nos efeitos econômicos das reformas agrárias realizadas no século XX, aponta como tipos de impacto o produtivo e o distributivo.

No primeiro caso, o aspecto produtivo, verificamos que o volume de produção dos assentamentos possui peso na produção agropecuária municipal. Os assentados são responsáveis por parcelas significativas da produção de vários produtos, dos quais

destacamos o feijão, o milho, as sementes olerícolas e o leite, atividade vem se desenvolvendo nos assentamentos; e também pela produção de ovos, suínos, mel e hortigranjeiros.

Esta participação na produção tornou os **assentamentos responsáveis por, no mínimo, 11% do PIB do Setor Primário do Município de Hulha Negra**, no ano de 1996, o que demonstra a importância assumida na geração de renda do setor primário (através do volume e valor da produção agrícola²²⁴ dos assentamentos). Considerando que tais assentamentos ocupam 7,6 % da superfície do município, podemos comprovar sua eficiência produtiva em relação às demais propriedades, fato já foi demonstrado por outros estudos, citados nesse trabalho.

A pauta diversificada de produtos nos assentamentos, acrescida da concentração de valor em tais produtos, contrastam com a pecuária extensiva, atividade que ocupa a maior área de terra na região. A produção de sementes olerícolas, como vimos, possui produtividade econômica significativamente superior à criação de gado de corte, e foi responsável por quase 13 % agrícola municipal, em 1996. Assim, percebemos que a **introdução de atividades diversificadas e de alta densidade econômica, teve efeitos na economia do município de Hulha Negra.**

Tais dados, contudo, devem ser analisados com cuidado. Em comum, estes assentamentos analisados apresentam o fato de terem sido implantados em áreas de pecuária extensiva, a qual, como já mencionamos, possui baixos níveis de produtividade e rentabilidade, nas condições com que é praticada no estado do Rio Grande do Sul, sendo, portanto, os resultados específicos para os casos estudados.

Na escala regional, evidentemente, a participação da produção dos assentamentos dilui-se; além disso, para fins comparativos, a análise deve incluir os assentamentos dos

municípios de Bagé e Candiota, visto serem indissociáveis. Desta forma, nossa análise possui caráter qualitativo, na forma das **“inovações” trazidas pelos “colonos” assentados**, conforme apresentado no capítulo anterior: **em termos de produtos, modelos tecnológicos e organizacionais, iniciativas agroindustriais, acesso a financiamentos, gerenciamento da propriedade e novas mentalidades no meio rural.**

Em termos de produtos, a contribuição para a diversificação do setor primário assume grande importância. Os “colonos” assentados, na busca por alternativas de viabilização econômica, inseriram-se num processo de diversificação do Setor Primário regional, já iniciado. Tomando a produção de sementes olerícolas como exemplo, essa já existia na região; porém, **foi devido à projeção das áreas de produção nos assentamentos que atraiu para Bagé novas empresas empacotadoras, transformando a região num pólo nacional de produção de sementes olerícolas.**

Esta é uma conclusão que pode ser estendida para outras situações. Os assentamentos rurais podem contribuir para a diversificação da produção agrícola, na medida em que direcionam-se para atividades não praticadas anteriormente ou em processo de desenvolvimento em um determinado local.

Outra contribuição importante, diz respeito às “inovações” na organização da produção, como, por exemplo, a aquisição de máquinas agrícolas por grupos de famílias, que viabiliza o aparelhamento destas unidades de produção, e nos modelos tecnológicos. Como vimos, os assentamentos constituem “laboratórios” de tecnologias “alternativas”, cuja **proposta vai além da preocupação ambiental, incorporando a dimensão econômica (diminuir os custos de produção) e social (valorização do “colono” assentado).**

²²⁴ Estamos, aqui, nos referindo aos assentamentos por nós estudados, cuja renda é formada basicamente pela produção agrícola; não ignoramos, contudo, que em várias situações esta renda é gerada por produtos

Outra “inovação”, diz respeito às modalidades de crédito que os assentados tiveram acesso, previstas pelo convênio CETAP/BID e CETAP/CICDA. Para além significado quantitativo das formas diferenciais de pagamento, demonstra a visibilidade desses assentamentos perante organismos internacionais.

Além disso, **os empreendimentos, na forma de cooperativas de prestação de serviços** (aí incluindo comercialização e supermercado) **e iniciativas agroindustriais assumem importância para o município de Hulha Negra**. Tais empreendimentos, **além da geração de postos de trabalho para os assentados e seus filhos, empregam, também pessoas da sociedade local, e contribuem para a arrecadação fiscal do município, na forma de recolhimento de ICMS em suas operações**. Destacamos as iniciativas da COOPERAL no ramo da produção de sementes olerícolas e o projeto de abatedouro de suínos, em cooperação COOPERAL/COPTIL.

Com relação à questão regional, **os assentados, em suas relações comerciais estabelecem redes que transcendem os limites regionais**, como apresentamos no Capítulo IV. Com relação à regionalização, através do deslocamento de suas ações, o MST cria focos de tensão social em novos locais, territorializando a luta pela terra. **A partir da presença de um número significativo de famílias assentadas em um determinado local, que possibilite a liberação de quadros para atuar na direção do movimento, forma-se uma das “regionais” do movimento**.

O segundo aspecto apontado por Veiga (1991) é o distributivo, através da melhor distribuição do meio de produção fundamental na agricultura, a terra, e suas implicações para com a distribuição da renda. Assim, **na medida as 272 famílias assentadas se inserem no processo produtivo e a renda gerada pela atividade agrícola e/ou não-agrícola se distribui entre elas, permite a incorporação destas no universo de**

consumo regional, tanto de máquinas e insumos agrícolas, como de bens de consumo. O resultado disso, como vimos, foi a **ampliação do mercado consumidor do município de Hulha Negra**.

Para além do ganho social representado pela melhor distribuição da renda proveniente da atividade primária e geração de postos de trabalho no meio rural, também **existe um ganho econômico para o município, pois garante a circulação de mercadorias e serviços, que sem a presença das famílias assentadas não existiria**. Como vimos no Capítulo IV, tanto o volume de produção quanto o montante representado pelo consumo básico das famílias, proporcionalmente à pequena dimensão do comércio de Hulha Negra, é importante.

Os recursos PROCERA liberados para os assentamentos que estudamos apresentaram cifras significativas, que movimentou o comércio regional, na venda de material de construção, máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

Outro aspecto, são os investimentos públicos realizados, em função da instalação dos assentamentos. Além dos recursos PROCERA, citam-se as obras de infra-estrutura realizadas nesses locais, como abertura de estradas, eletrificação rural, construção de escolas e postos de saúde.

A avaliação que a sociedade local e regional faz dos “colonos” assentados, percebida no conjunto das entrevistas que realizamos, é pautada pelas colônias alemãs. Ou seja, **o “colono” assentado é comparado com o “colono” alemão**, sujeito empreendedor, tomado como padrão referencial. **Esta comparação, no entanto, não é ponderada pelas diferentes condições nas quais ocorreram a instalação de ambos grupos de famílias, tampouco o espaço de tempo transcorrido e o contexto (econômico, sobretudo) desses dois momentos**. Assim, é cobrado, do “colono”

assentado, o mesmo desempenho produtivo apresentado pelo “colono” alemão, como também, seu comportamento político.

Finalmente, como já comentamos, o assentamento permite a criação/recriação de uma comunidade rural. Para além de assegurar a permanência das famílias no campo, e possibilitar melhorias na sua qualidade de vida, procuramos desvendar, no decorrer desse trabalho, se existem “ganhos” para a sociedade, sejam econômicos, sociais ou políticos. Assim, retomando o Assentamento Conquista da Fronteira, constatamos que, **além de gerar emprego e renda no meio rural, o assentamento das famílias promoveu a criação de uma comunidade rural, com toda sua complexa rede de relações econômicas, políticas, sociais e ambientais. Este parece ser, justamente, o sentido do termo “conquista”: o surgimento de uma comunidade rural, a partir de uma realidade marcada pelos conflitos já citados, num espaço físico parcamente habitado.**

BIBLIOGRAFIA

1. ABRAMOVAY, R. & CARVALHO Fº, J.J. “Reforma Agrária: o sentido econômico de uma política distributivista”. In: Reforma Agrária, v. 23, n. 2, mai./ago. 1993. Pp. 31-44.
2. ABRAMOVAY, R. & SACHS, I. “Habitat: a contribuição do mundo rural”. In: São Paulo em Perspectiva, v. 9, n. 3, 1995. Pp. 11-16.
3. ACCURSO, J.daS. (Coord.). Perfil Sócio-Econômico das Regiões de Planejamento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: convênio FEE/SEDAI, 1996.
4. ALENTEJANO, P.R.R. Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997a. (Dissertação de Mestrado).(Mimeo.)
5. _____. O Conceito de Região e a Problemática dos Assentamentos Rurais. Sistematização das discussões da equipe de coordenação nacional do projeto “*Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*” (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ 41.96.0844.00). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997b.(Mimeo.)
6. ALONSO, J.A.F. Evolução das desigualdades inter-regionais de renda no Rio Grande do Sul 1939-70. Porto Alegre: FEE, 1984. (Teses, n. 9).
7. ALONSO, J.A.F. “Análise do crescimento da Região Sul nas últimas décadas – 1959-1990”. In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D. & BANDEIRA, P.S. Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.
8. ALONSO, J.A.F. & BANDEIRA, P.S. “Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80”. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de (Coord.). A

Economia Gaúcha e os anos 80. Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990. Tomo I.

9. _____. “Questões Metodológicas sobre a Divisão Regional”. In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D. & BANDEIRA, P.S. Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.
10. ANDRADE, M.C. Espaço, Polarização e Desenvolvimento. 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
11. ARGENTA, P.A. Estudo do Sistema de Comercialização e Abastecimento dos Agricultores Assentados na Microrregião de Bagé. Bagé: CETAP/CICDA, 1993. (Mimeo.)
12. BANDEIRA, P.S. “As Raízes Históricas do Declínio da Metade Sul.” In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D. & BANDEIRA, P.S. Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.
13. BENETTI, M.D. Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980. 3º Ed. Porto Alegre: FEE, 1992. (Teses, n. 5).
14. _____. “Agropecuária na Região Sul do Rio Grande do Sul - 1970-90”. In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D. & BANDEIRA, P.S. Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.
15. BERGAMASCO, S. et al. Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros. Espaços de Pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.
16. BERGAMASCO, S.M.P.P. & FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: Caminhos e Desafios da Pesquisa. In: Romeiro et al. (Org.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O Relatório da FAO em debate. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
17. BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo (1960 – 1997). Relatório do Projeto de Pesquisa “Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais”. (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ nº 41.96.084400).

18. BESCOW, P.R. O Arrendamento Capitalista na Agriuctura. Evolução e Situação Atual da Economia do Arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/CNPq, 1986.
19. BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação - elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
20. BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da Agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes/FIDENE, 1985.
21. BRUNO, R.L. Senhores da Terra, senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: co-ed. UFRRJ/Ed. Forense Universitária, 1997.
22. CABANILHA DE SOUZA, I. Assentamento Banco Safra. Diferenciações, Contradições e Relações de Poder. Um estudo de caso em Mato Grosso. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
23. CAPORAL, F.R. A Questão Tecnológica dos Assentamentos de Reforma Agrária - RS: anotações para debate. Texto apresentado no II Encontro Estadual de Assentamentos de Reforma Agrária. Veranópolis, 09-12/05/1994. (Mimeo.)
24. CARVALHO, A.V.de. “A Igreja e a Questão Agrária. Alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964.” In: PAIVA, V. (Org.) Igreja e Questão Agrária. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.
25. CASTRO, A.B. de. 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980. V. 2.
26. CASTRO, M.H.M. de. Avaliação Preliminar de Projetos de Reforma Agrária. Rio de Janeiro: BNDES, 1990.
27. CAZELLA, A.A. Assentamentos Rurais e Cooperação Agrícola: Políticas Conflitantes. O caso do Assentamento 30 de Outubro, SC. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
28. CHAVES, C.A. “Eleições em Buritis: a pessoa política”. In; Palmeira, M. & GOLDMAN, M. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

29. CIPRANDI, O. A Modernização da Agricultura e seus impactos sobre a reestruturação da Produção Familiar: o caso do Paraná e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
30. CONCRAB. Questões Práticas sobre Cooperativas de Produção. São Paulo: MST, 1994.
31. CORADINI, O.L. Estrutura Agrária, classes sociais e cooperativismo no sul do Brasil. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 1979. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
32. _____. “Os movimentos sociais no campo no Sul do Brasil”. In: TAVARES DOS SANTOS, J.V. (Org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Icone/UNICAMP, 1985.
33. CORADINI, O.L. & RIEDL, M. Produção Familiar, Tecnologia e Produção de Soja. Trabalho apresentado no Seminário “A Pesquisa Agrícola e o pequeno produtor nas regiões de agricultura de exportação”, Itabuna, CEPLAC/PPSR-UFRGS, 1986.
34. COSTA, R.H.da. RS: Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série Documenta, n. 25).
35. DAMBORIARENA, E. & SABLAYROLLES, P. Diagnóstico para o desenvolvimento agrícola dos assentamentos do município de Bagé. Bagé: CETAP/CICDA, 1992. I fase. (Mimeo.).
36. DREW, D. Processos interativos Homem-Meio Ambiente. 3º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
37. ECKERT, C. Movimentos dos Agricultores Sem Terra no rio Grande do Sul: 1960 - 1964. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1984. Dissertação de Mestrado. (mimeo.)
38. EMATER/RS. Os números da Questão Agrária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EMATER/RS, 1989. (Mimeo.)
39. _____. Relatório Semestral de Atividades Desenvolvidas pelo Escritório de Hulha Negra. Hulha Negra: EMATER/RS, 1994. (Mimeo.)
40. _____. Programa de Reforma Agrária. Porto Alegre: EMATER/RS, 1996. (Planilhas de Campo)

41. _____. Estudo de Situação do Município de Bagé. Bagé: EMATER/RS-Escritório Municipal de Bagé, 1997a. (Mimeo.).
42. _____. Estudo de Situação do Município de Caçapava do Sul. Caçapava do Sul: EMATER/RS-Escritório Municipal de Caçapava do Sul, 1997b.(Mimeo.)
43. _____. Estudo de Situação do município de Hulha Negra. Hulha Negra: EMATER/RS-Escritório Municipal de Hulha Negra, 1997c.(Mimeo.)
44. ESTERCI, N. et al. “Assentamentos Rurais: um convite ao debate”. In: Reforma Agrária, v. 22, n. 3, set./dez., 1992.
45. FAO/PNUD/MARA. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília: FAO/PNUD/MARA, 1992.
46. FAMURS. Relação de Dados de Caso. Porto Alegre: FAMURS, 1998.
47. FEE. Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Uma estimativa para os municípios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1995.
48. _____. Impactos das Transformações Técnico-Produtivas sobre a Dinâmica Demográfica e a Qualidade de Vida no Meio Rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1997.
48. FERRANTE, V.L.B. Assentamentos no eito dos canaviais: estopim das lutas? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXVII, Piracicaba, 1989. Anai...Brasília: SOBER, 1989. P.318-341.
49. FLORES, Moacyr. Colonialismo e Missões Jesuíticas. Porto Alegre: EST/Instituto Hispânico do Rio Grande do Sul, 1983.
50. FONSECA, V.P.daS. A Hegemonia do Latifúndio Pastoril e sua relação com a Pequena Propriedade na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. Santa Maria: CPGER/UFSM, 1994. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
51. FURTADO, C. Análise do “Modelo” Brasileiro. 3º ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1972.
52. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14º Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

53. GARCIA Jr, A. “Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. & LEITE, S.P. (Orgs.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda - Relatório da FAO em debate. Ed. Vozes: Petrópolis, 1994.
54. GEHLEN, I. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi. Porto Alegre: PGAPS/UFRGS, 1983. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
55. GOMES, Paulo César da Costa. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, I.E., CORRÊA, R.L. & GOMES, P.C.C. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
56. GÖRGEN, S. O Massacre de Santa Elmira. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
57. GRAZIANO DA SILVA, J. Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. 2º Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1885.
58. _____. “Por um novo Programa Agrário”. In: Reforma Agrária, v. 23, n. 2, mai./ago., 1993.
59. _____. “O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária”. In: STÉDILE, J.P.(Coord) A Questão Agrária Hoje. Ed. da UFRGS: Porto Alegre, 1994.
60. GRZYBOWSKI, C. “A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do Sul do Brasil”. In: PAIVA, V. (Org.) Igreja e Questão Agrária. São paulo: Ed. Loyola, 1985.
61. _____. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3º ed. Petrópolis: co-ed. FASE/Ed. Vozes, 1991.
62. GUEDES PINTO. L.C. “Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período 1964 - 1994”. In: Reforma Agrária, v. 25, n. 1, jan./abr. 1995. Pp 65-92.
63. GUIMARÃES, A.P. 4 Séculos de Latifúndio. 4º ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
64. HUMAN RIGHTS WATCH. Violência Rural no Brasil. São Paulo: Human Rights Watch/Americans Watch/Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1991.

65. IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
66. _____. Boletim de Serviço, Rio de Janeiro, n. 1763, 31/07/1989.
67. _____. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
68. _____. Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
69. _____. Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
70. _____. Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
71. _____. Contagem Populacional. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
72. _____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
73. _____. Divisão Territorial: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IBGE/RS, 1997. (Mimeo.).
74. IBRA. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Projeto de Reforma Agrária Passo Real. Porto Alegre: Delegacia Regional do IBRA, 1970. (Mimeo.)
75. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projeto Integrado de Colonização Passo Fundo - Programa Operacional. Porto Alegre: Coordenadoria Regional do INCRA, 1972. (Mimeo.)
76. _____. Estatuto da Terra. Brasília, 1983.
77. _____. Programa de Trabalho/1990. Porto Alegre: Superintendência Estadual do INCRA, 1990. (Mimeo.)
78. _____. Atlas Fundiário Brasileiro. Brasília: INCRA, 1996.
79. _____. Assentamentos Implantados a partir de 1986. Porto Alegre: INCRA/RS, 1997a. (Mimeo.)
80. _____. Valores PROCERA em Assentamentos do Estado. Porto Alegre: INCRA/RS, 1997b. (Mimeo.)
81. INCRA/UNB. I Censo da Reforma Agrária. Brasília: Convênio INCRA/UNB, 1997.
82. KAGEYAMA, A. Proposta de Indicadores. Exposição no *work shop* da pesquisa “*Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, outubro de 1997.

83. LEINDECKER, D.T. A Questão Agrária no Rio Grande do Sul. Experiência de Reforma Agrária no Banhado do Colégio - município de Camaquã. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1986. Monografia de conclusão do curso de especialização em História da América Latina. (Mimeo.)
84. LEITE, S.P. A Face Econômica da Reforma Agrária: Estado e Assentamentos Rurais em São Paulo na década de 80. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992. Dissertação de mestrado. (Mimeo.)
85. _____. “O Estudo dos Assentamentos Rurais e os Parâmetros da Ciência Econômica”. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. & LEITE, S.P. (orgs.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda - Relatório da FAO em debate. Ed. Vozes: Petrópolis, 1994.
86. LOVATTO, P.A et al. “Assentamentos na fronteira do Rio Grande do Sul: a experiência de Candiota e Hulha Negra”. In: EMATER/RS. Relatório Semestral de Atividades Desenvolvidas pelo Escritório de Hulha Negra. Hulha Negra: EMATER/RS, 1994. (Mimeo.)
87. MAGRINI, A. “A Avaliação de Impactos Ambientais”. In: MARGULIS, S. (Org.) Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.
88. MALUF, R.S. & BILBAO, S.A. Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar. Campinas: CNPq/NPCR-UNICAMP, 1988.
89. MARTINS, J.S. A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”. Ed. Hucitec: São Paulo, 1986.
90. MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1967.
91. MEDEIROS, L.S. de. A Questão da Reforma Agrária no Brasil - 1955 - 1964. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1982. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.).
92. _____. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

93. _____. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. Rio de Janeiro: Fórum Alternativas para Agricultura Brasileira, 1994. (Cadernos Temáticos, n. 1).
94. MEDEIROS, L.S. & LEITE, S.P. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996.
95. MEDEIROS, L.S. & CABANILHA DE SOUZA, I. Impactos Econômicos, Políticos e Sociais: do que queremos falar? Sistematização das discussões da equipe da coordenação nacional do projeto “*Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*” (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ 41.96.0844.00). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. (Mimeo.)
96. MORAES, M.S. “No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens”. In: NAVARRO, Z. (Org) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Ed. da UFRGS: Porto Alegre, 1996b.
97. MORAIS, C.S. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. São Paulo: MST, 1986.
98. MOREIRA, E.O. et al. Diagnóstico de Apoio ao Município de Hulha Negra. Hulha Negra: CAU-URCAMP/Prefeitura Municipal de Hulha Negra, 1994. (Versão Preliminar).(Mimeo.)
99. MST. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. São Paulo: MST, 1993.
100. NAVARRO, Z.. “Assentamentos rurais, formatos tecnológicos e organização produtiva - o caso do Rio Grande do Sul”. Trabalho apresentado “III Seminário Franco-Brasileiro: perspectivas de mudança do padrão tecnológico na agricultura”, Campinas: Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP, agosto de 1994 (versão preliminar).
101. _____. “Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do Rio Grande do Sul)”. Trabalho apresentado no “XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS”, Caxambu: ANPOCS, 1996a. (mimeo.)

102. _____. “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978 - 1990”. In: NAVARRO, Z. (Org) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Ed. da UFRGS: Porto Alegre, 1996b.
103. NAVARRO, Z. et al. Desenvolvimento Agrário, Processos Sociais . Relatório do Projeto de Pesquisa “Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais”. (Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ nº 41.96.084400).
104. NETTO, M.C.A. Terra! Raízes de uma família. São Pedro: uma fazenda invadida. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1997.
105. NORDER, L.A.C. Assentamentos Rurais: Casa, Comida e Trabalho. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado. (Mimeo)
106. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
107. PALMEIRA, M. “Política, facções e voto”. In: PALMEIRA, M. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
108. PALMEIRA, M. & LEITE, S.P. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: Reflexões sobre a Questão Agrária. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. (Debates CPDA, n. 1). (Mimeo.)
109. PAULILO, M. I. “Os assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo”. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. & LEITE, S.P. (orgs.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda - Relatório da FAO em debate. Ed. Vozes: Petrópolis, 1994.
110. PESAVENTO, S.J. RS: A Economia & Poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta, n. 5).
107. _____. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta, n. 17).
108. PRADO Jr., C. A Revolução Brasileira. 7º ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.
109. _____. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

110. PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA. Perfil da Economia de Hulha Negra. Hulha Negra: PMHN, 1997.
111. PROJETO LUMIAR. Plano Preliminar de Desenvolvimento. Regional Bagé. Bagé: Projeto LUMIAR/Regional Bagé, 1997. (Mimeo.)
112. RANGEL, I. A Questão Agrária Brasileira. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
113. _____. A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1963. (Coleção Brasil Hoje, 1)
114. RIO GRANDE DO SUL. Bases e Diretrizes para um Programa Estadual de Reforma Agrária. Porto Alegre: Comissão Especial de Reforma Agrária, 1963. (Mimeo.).
115. _____. Assembléia Legislativa. Seminário Nacional “A Questão da Terra”. Porto Alegre: Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1981.
116. _____. Secretaria da Agricultura. Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura/EMBRAPA, 1994a.
117. _____. Diário Oficial do Governo do Estado. Porto Alegre, 14/11/1994b.
118. _____. Conselhos Regionais de Desenvolvimento: Organização e Funções. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 1997a. (Mimeo.).
119. _____. Secretaria da Agricultura. Cadastro dos Assentamentos Agrários do Estado. Porto Alegre: DACC/SAAB, 1997b. (Mimeo.)
- ROTHMAN, F.D. “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens do rio Uruguai – 1979-1983”. In: NAVARRO, Z. (Org) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Ed. da UFRGS: Porto Alegre, 1996b.

120. SCHILLING, P. “Da estrutura agrária brasileira”. In: MARIGHELLA, C. et al. A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta. 2º Ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980a. (Coleção Brasil Estudos, n. 1).
 121. _____. “Do ‘caminho brasileiro’ de reforma agrária”. In: MARIGHELLA, C. et al. A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta. 2º Ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980b. (Coleção Brasil Estudos, n. 1).
 122. SCHMITT, C.J. O Tempo do Acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra”. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1992. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.).
- SCHMITT, C.J. “A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo Sindicalismo no campo do Rio Grande do Sul”. In: NAVARRO, Z. (Org) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Ed. da UFRGS: Porto Alegre, 1996b.
- STEPHEN, L. “Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil”. In: NAVARRO, Z. (Org) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Ed. da UFRGS: Porto Alegre, 1996b.
123. SCHUMPETER, J.A. Teoria del Desenvolvimento Economico. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
 124. SIANI, L. & ZABALETA, J.P. Estudo do Crédito e Poupança nos Assentamentos da Microrregião de Bagé. Bagé: CETAP/CICDA, 1993. (Mimeo).
 125. SIGAUD, L. “Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho”. In: ROSA, L.P.; SIGAUD, L. & MIELNIC, O. (Coords.). Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares. Aspectos Econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo: co-ed. Ed. Marco Zero/CNPq, 1988.
 126. _____. “Crença, Descrença e Interesses. Por uma sociologia das Condutas Face ao Deslocamento Compulsório”. In: ROSA, L.P.; SIGAUD, L. & ROVERE, E.L. Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente. O caso das Grandes Barragens. 1995.

127. SILVEIRA, E. A viabilidade econômica do assentamento Nova Ramada do município de Júlio de Castilhos - RS. UNICRUZ: Cruz Alta, 1995. Monografia de Conclusão do curso de Ciências Econômicas. (Mimeo.)
128. SOUZA, H.M.R. O Movimento dos Sem-Terras no Rio Grande do Sul - trajetória e identidade (1985 - 1990). Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.).
129. TAMBARA, E. RS: modernização & crise na agricultura. 2º Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Série Documenta, n. 16).
130. TAVARES DOS SANTOS, J.V. "A gestação da recusa: o 'colono retornado' dos projetos de colonização da Amazônia". In: TAVARES DOS SANTOS, J.V. (Org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Icone/UNICAMP, 1985.
131. _____. "Assentamentos e Colonização: Duas Relações com o Meio Ambiente". In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. & LEITE, S.P. (Org.). Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O Relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.
132. VAINER, C.B. "Grandes Projetos e Organização Territorial: Os Avatares do Planejamento Regional". In: MARGULIS, S. (Org.) Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.
133. _____. "População, Meio Ambiente e Conflito Social na construção de Hidrelétricas". In: MARTINI, G. (Org.) População, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Verdades e contradições. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
134. _____. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 16, n. 2. 1995. Pp. 455-471.
135. _____. "Interdisciplinaridade e estudos regionais". In: MELO, Jayro Gonçalves (organizações.). Região, cidade e poder. Presidente Prudente: GASPER, 1996.
136. VEIGA, J.E. da. O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Edusp/Ed. Hucitec, 1991.
137. VEIGA, J.E. "Fundamentos do Agorreformismo". In: STÉDILE, J.P. (Coord.). A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

- ZAMBERLAM, J. “Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos”. In: MEDEIROS, L.S. et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
138. ZAMBERLAM, J. & FLORÃO, S.R.S. Assentamentos - resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta. Passo Fundo: Berthier, 1989.
139. ZAMBERLAM, J. & FLORÃO, S.R. “Impactos dos Assentamentos na Economia de 4 Municípios na Região de Cruz Alta (RS)”. In: GÖRGEN, S. & STÉDILE, J.P. Assentamentos: A resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.
140. ZAMBERLAM, J. & FRONCHETI, A. Repercussão Regional com a Emancipação de Boa Vista do INCRA. Cruz Alta: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cruz Alta/UNICRUZ, 1995. (Mimeo.).
141. ZARTH, P.A. História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920. Niterói: ICHF/UFF, 1988. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
142. ZIMMERMANN, N.C. Depois da terra, a conquista da cooperação. Um estudo do processo organizativo em um assentamento de reforma Agrária no RS. Brasília: DS/UNB, 1989. Dissertação de Mestrado. (Mimeo.)
143. _____ “Os desafios da organização interna de um assentamento rural”. In: MEDEIROS, L. Et al. (Orgs). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.
144. WAGNER, C. A saga do João Sem Terra. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS

Correio do Sul (11/04/1991)

Correio do Sul (27/04/1991)

Correio do Sul (29/05/1991)

El País (06/09/1991)

Folha de São Paulo (18/11/1997)

Gazeta Mercantil (26/08/1997)

Revista Veja (17/04/1991)

Zero Hora (21/05/1991)

Zero Hora (11/01/1992)

Zero Hora (24/04/1993)

Zero Hora (24/01/1996)

Zero Hora (05/10/1996)

ENTREVISTAS REALIZADAS

Associação Comercial e Industrial de Bagé - ACIBA

Associação Rural de Bagé

Banco do Brasil

Comerciantes locais

Convênio CETAP/BID

Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda. - CAMAL

Cooperativa Regional dos Assentados de Bagé Ltda. - COOPERAL

Cooperativa de Trabalho e Integração Ltda. - COPTIL

Escritório Municipal e Regional da EMATER/RS de Bagé

Escritório Municipal da EMATER/RS de Hulha Negra

HORTEC

Políticos locais

Prefeito Municipal de Hulha Negra

Projeto LUMIAR

Sindicato Rural de Bagé

União Democrática Ruralista - regional de Bagé

Vice-Prefeito de Bagé

Lideranças dos Assentamentos de Hulha Negra

ANEXOS

ANEXOS 01. MAPA 02

ANEXO 01.
MAPA 02.

RIO GRANDE DO SUL - METADE SUL



FONTE: Secretaria Extraordinária Para
Assuntos da Metade Sul - 1998

CORED's:

- REGIÃO SUL
- REGIÃO CENTRAL
- REGIÃO CAMPANHA
- REGIÃO CENTRO SUL
- REGIÃO VALE DO RIO PARDO
- REGIÃO FRONTEIRA OESTE
- REGIÃO LITORAL

Jorge Imperatore/Renato Petersen

ANEXO 02. TABELA 14

Tabela 14. Assentamentos Rurais Implantados no Rio Grande do Sul (1970/1997).

Projeto	Município	Órgão Responsável	Nº de Famílias	Área (ha)	Ano de Criação	ha/família
Boa vista do INCRA*	Cruz Alta	INCRA	300	9.744	1970	32,48
Colorados*	Cruz Alta	INCRA	104	3.384	1970	32,54
Itaíba*	Santa Bárbara do Sul/Ibirubá	INCRA	106	3.320	1970	
Sarandi/Passo Real	Ronda Alta	INCRA	48	1.740	1970	36,25
CEMAPA I	Rondinha	SAAb	15	240	1979	16,00
CEMAPA II	Rondinha	SAAb	21	243	1979	11,57
Brilhante	Ronda Alta	SAAb	100	1.587	1979	15,87
Macali I	Ronda Alta	SAAb	66	1.622	1979	24,57
Macali II	Ronda Alta	SAAb	45	171	1979	3,8
Nova Esperança*	Hulha Negra	SAAb	125	2.500	1979	20,00
Bom Retiro	Palmeira das Missões	SAAb	66	1.049	1981	15,89
3 de Outubro	Ronda Alta	SAAb	16	167	1983	10,44
15 de Novembro	Ronda Alta	SAAb	16	167	1983	10,44
Potreiro Bonito	Palmeira das Missões	SAAb	12	140	1983	11,67
Rincão do Ivaí	Salto do Jacuí	SAAb	101	1.347	1983	13,34
Nova Ronda Alta	Ronda Alta	Igreja	10	100	1983	10,00
Capão Bonito	Salto do Jacuí	SAAb	38	1.124	1984	29,58
Taquarinhos	Salto do Jacuí	SAAb	08	102	1984	12,75
Nossa Senhora Aparecida	Tupanciretã	SAAb	57	574	1985	10,07
Santo Isidro	Erval Seco	SAAb	22	202	1985	9,18
Fazenda São Pedro	Eldorado do Sul	INCRA	99	2.329	1986	23,52
Encruzilhada Natalino	Sarandi	INCRA	354	5.529	1987	15,62
Bela Vista	Jaguari	INCRA	31	810	1987	26,13
Nova Santiado	Santiago	INCRA	44	1.000	1987	22,73
Fazenda Seival	Cruz Alta	INCRA	70	1.260	1987	18,00
Padre Josino	Eldorado do Sul	SAAb	24	515	1987	21,46
Tempo Novo	Taquari	SAAb	13	240	1987	18,46
Santa Tecla	Jóia	INCRA	64	1.154	1988	18,03
Itapuí	Nova Santa Rita	INCRA	68	1.177	1988	17,313
Nova União	Hulha Negra	SAAb	36	803	1988	22,30
Santa Lúcia	Candiota	SAAb	37	929	1988	25,11
Santo Reis	Jaguari	SAAb	10	391	1988	39,10
São Sebastião	Quevedos	SAAb	19	628	1988	33,05
Corticeira	Jóia	INCRA	36	706,1	1988	19,61
Ramada	Júlio de Castilhos	INCRA	82	2.137	1989	26,06
Fazenda Santa Helena	São Miguel das Missões	INCRA	91	2.486	1989	27,32
Upacaraí	Dom Pedrito	SAAb	40	617	1989	15,43
12 de Julho	Canguçu	SAAb	26	815	1989	31,35
Alto Alegre	Dom Pedrito	SAAb	20	349	1989	17,45

Boa Amizade	Hulha Negra	SAAb	27	745	1989	27,59
Conquista da Fronteira	Hulha Negra	SAAb	91	2.321	1989	25,50
Conquista da Vitória	Bagé	SAAb	09	242	1989	26,89
Conquista do Arvoredo	Hulha Negra	SAAb	16	410	1989	25,63
Fazenda Santa Tereza	Butiá	SAAb	08	432	1989	54,00
Nossa Senhora Aparecida	Candiota	SAAb	21	566	1989	26,95
Nova Batalha	Vacaria	SAAb	10	537	1989	53,70
Nova Conquista	Canguçu	SAAb	28	638	1989	22,79
Nova Esmeralda	Esmeralda	SAAb	35	700	1989	20,00
Nova Estrela	Vacaria	SAAb	40	872	1989	21,80
Nova Vitória	Candiota	SAAb	09	399	1989	44,33
Ramada II	Júlio de Castilhos	SAAb	18	512	1989	28,44
Recanto da Natureza	Tapes	SAAb	09	298	1989	33,11
Santa Elmira	Hulha Negra	SAAb	56	1.411	1989	25,20
São José	Candiota	SAAb	13	297	1989	22,85
São Miguel	Candiota	SAAb	12	297	1989	24,75
Boa Fé	Canguçu	SAAb	05	101	1989	20,20
Conquista dos Imigrantes	Piratini	SAAb	37	727	1989	19,65
Nasce uma Esperança	Hulha Negra	SAAb	12	282	1990	23,50
Nova Sociedade	Piratini	SAAb	21	467	1990	22,24
Novo São Miguel	São Miguel	SAAb	20	286	1990	14,30
Vitória de São João	Hulha Negra	SAAb	07	152	1990	21,71
Chácara dos Miúdos	Jari	INCRA	23	538	1991	23,39
Fazenda Inhaçapetum	Santiado	INCRA	32	530	1992	16,56
Conquista da Fronteira	Piratini	INCRA	50	1.233	1992	24,66
29 de Outubro	Trindade do sul	INCRA	47	559	1992	11,89
Cerro dos Munhoz	Santana doLivramento	INCRA	67	1.633	1992	24,37
Fazenda São Francisco	Hulha Negra	INCRA	49	1.180	1992	24,08
19 de Setembro	Guaíba	SAAb	37	441	1992	11,92
22 de Novembro	Montenegro	SAAb	20	274	1992	13,70
30 de Maio	Charqueadas	SAAb	46	850	1992	18,78
Santa Terezinha	Carazinho	SAAb	08	120	1992	15,00
Conquista Nonaiense	Eldorado do Sul	SAAb	13	148	1992	11,38
Cristo Redentor	São Borja	SAAb	15	255	1992	17,00
Integração Gaúcha	Eldorado do Sul	SAAb	74	1.256	1992	16,97
Missões Alto Uruguai	Hulha Negra	SAAb	11	227	1992	20,64
Nova Tupã	Tupanciretã	SAAb	30	444	1992	14,80
Novo Guabiju	Guabiju	SAAb	27	339	1992	12,55
Santo Antônio	Hulha Negra	SAAb	23	294	1992	12,78
São José	Capela de Santana	SAAb	15	190	1992	12,67
União Rodeiense	Santana do Livramento	SAAb	24	387	1992	16,13
Sepé Tiaraju	Santiago	INCRA	25	480	1993	19,20

Planalto	Planalto	SAAb	03	32	1993	10,67
Nova América	Tupanciretã	SAAb	24	108	1993	4,50
Novo Gramado	Gramado dos Loureiros	SAAb	50	600	1993	120,00
Construtores da Palma	Capão do Leão	UFPeI	22	442	1993	20,09
Capela	Nova Santa Rita	INCRA	100	2.169	1994	21,69
Sino	Nova Santa Rita	INCRA	13	361	1994	27,77
Segredo Farroupilha	Encruzilhada do Sul	INCRA	113	2.605	1994	23,05
Libertação Camponesa	Não-Me-Toque	INCRA	31	368	1994	11,87
Fazenda do Sobrado	Pinhal Grande	INCRA	51	1.185	1994	23,24
Santa Alice	Jóia	INCRA	83	2.307	1994	27,79
Fazenda São Domingos	Garrunchos	SAAb	45	722	1994	16,04
Viadutos	Viadutos	SAAb	06	85	1994	14,17
Varig	Jóia	INCRA	233	4.125	1995	17,70
Fazenda Santa Marta	Arambaré	INCRA	15	356	1995	23,73
Lagoa Junco	Tapes	INCRA	35	789	1995	22,54
EMBRAPA	Capão do Leão	UFPeI	15	600	1995	40,00
24 de Novembro	Capão do Leão	INCRA	15	460	1995	30,67
Alvorada	Júlio de Castilhos	INCRA	72	1.569	1996	21,79
Lago Azul	Herval	INCRA	44	966	1996	21,95
Fazenda da Glória	Herval	INCRA	131	3.058	1996	23,34
Caturrita	Arambaré	INCRA	25	489	1996	19,56
Boa Vista	Camaquã	INCRA	32	637	1996	19,91
Capão do Leão	Camaquã	INCRA	15	278	1996	18,53
Fazenda do Umbú	Piratini	INCRA	32	984	1996	30,75
Nossa Senhora de Fátima	Tupanciretã	INCRA	64	1.157	1996	18,08
Da Quinta	Encruzilhada do Sul	INCRA	45	1.018	1996	22,62
Cachoeira	Piratini	INCRA	20	724	1996	36,62
Vieirinha	Pinheiro Machado	INCRA	29	1.008	1996	34,76
Itacocê	Piratini	INCRA	18	658	1996	36,55
Santo Antônio	Piratini	INCRA	37	1.056	1996	28,54
Santa Fé	Candiota	INCRA	30	755	1996	25,17
Ceres	Jóia	INCRA	114	2.210	1996	19,38
Guajuviras	São Gabriel	INCRA	55	1.474	1996	26,80
São Joaquim	Santana do Livramento	INCRA	37	1.040	1996	28,11
Santo Ângelo	Santana do Livramento	INCRA	17	481	1996	28,29
Apolo	Santana do Livramento	INCRA	35	950	1996	27,14
São Manoel	Pinheiro Machado	INCRA	42	1.254	1996	29,86
Bom Será	Santana do Livramento	INCRA	26	747	1996	28,73
Coqueiro	Santana do Livramento	INCRA	35	980	1996	28,00
Imbaá	Uruguaiana	INCRA	15	81	1996	5,4
Ferraria	Piratini	INCRA	35	1.072	1996	30,63

Passo Dorneles	Piratini	INCRA	15	362	1997	24,13
Passo da Cruz	Piratini	INCRA	13	314	1997	24,15
São Leopoldo	Santana do Livramento	INCRA	44	1.264	1997	28,73
Floresta	Piratini	INCRA	75	2.224	1997	29,65
Bambural	Herval	INCRA	48	1.474	1997	30,71
Querência	Herval	INCRA	55	1.799	1997	32,71
Recanto	Santana do Livramento	INCRA	23	665	1997	28,91
Nossa Senhora Aparecida	Santana do Livramento	INCRA	21	342	1997	16,29
Nova Herval	Herval	INCRA	85	2.288	1997	26,92

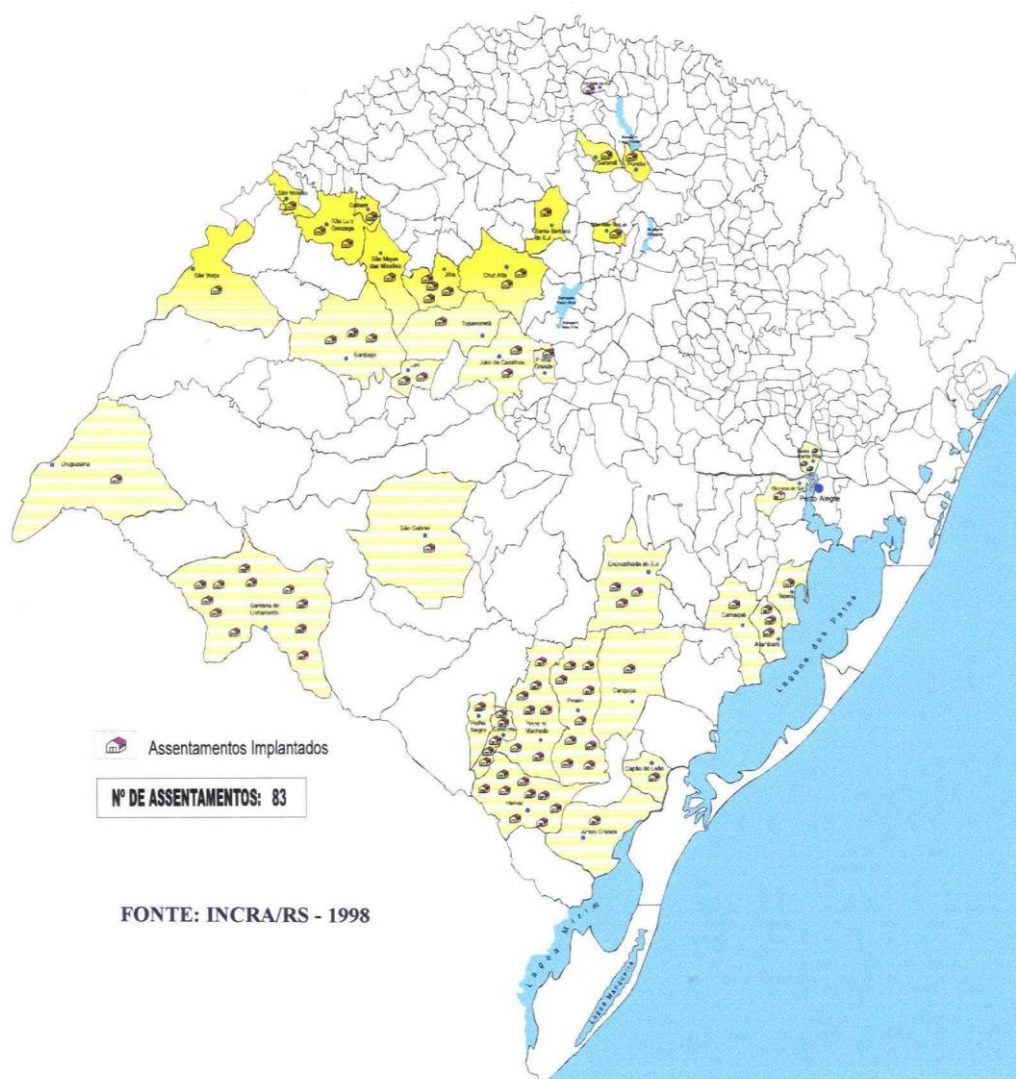
* Assentamentos emancipados

Fonte: INCRA/RS, DACC/Secretaria da Agricultura, MST.

ANEXO 03. MAPA 03

ANEXO 03.

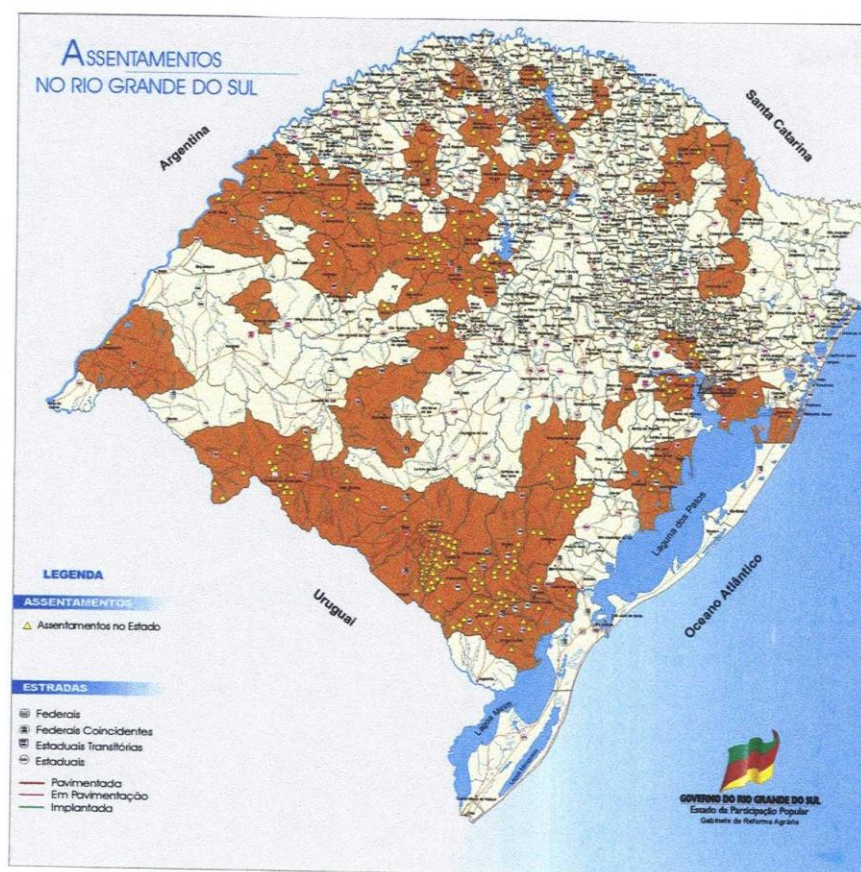
MAPA 03. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO INCRA/RS (1986/1997)



ANEXO 04. MAPA 04

ANEXO 4

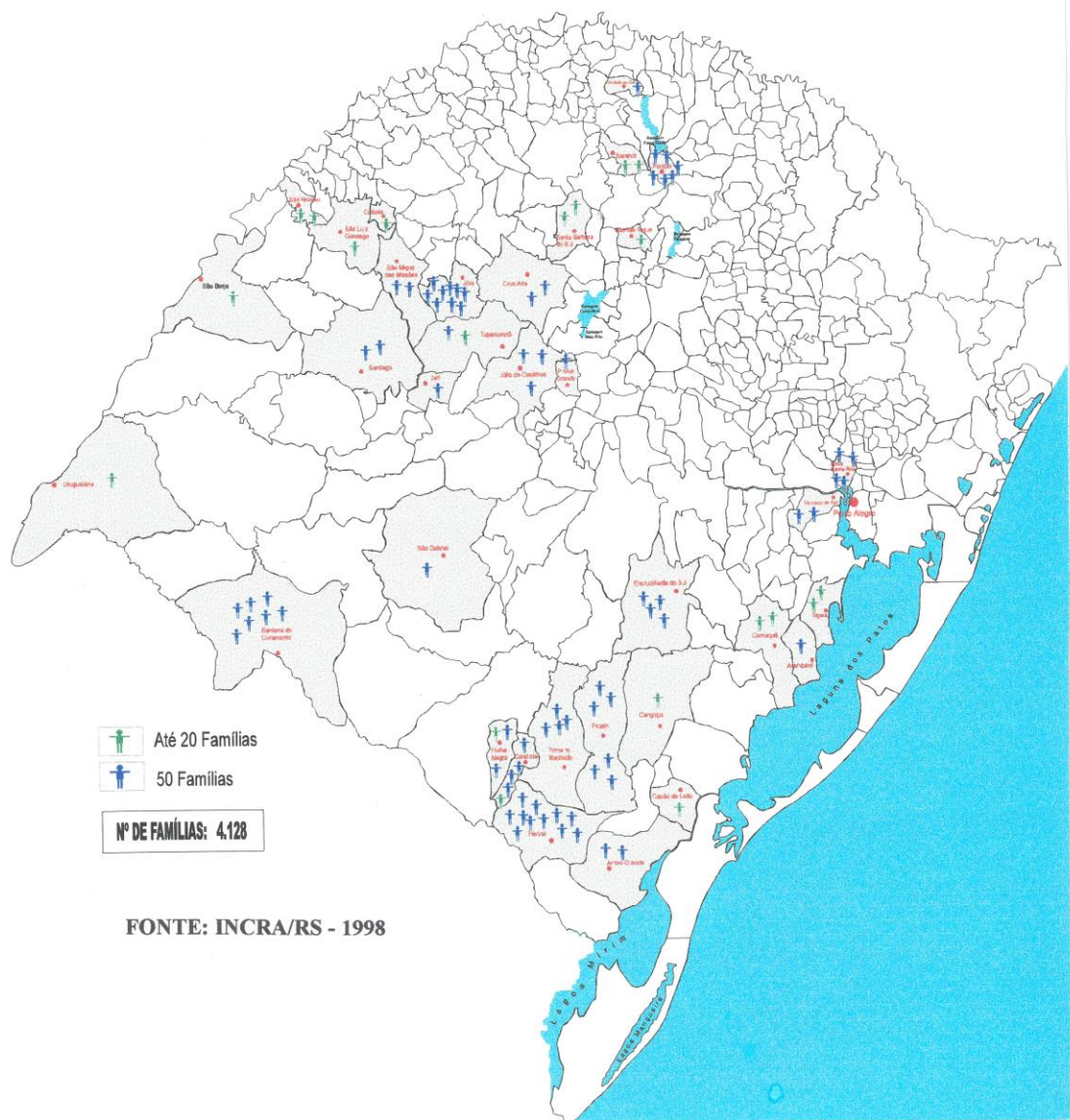
MAPA 4: ASSENTAMENTOS CRIADOS PELO INCRA/RS E PELO GOVERNO ESTADUAL (1978 – 2001)



ANEXOS 05. MAPA 05

ANEXO 05.

MAPA 05. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO INCRA/RS CONCENTRAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS



ANEXOS 06. MAPA 06

ANEXO 06.

MAPA 06. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONCENTRAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

